

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CURSO DE DOUTORADO**

**ARIANA CASTILHOS DOS SANTOS TOSS SAMPAIO**

**AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS POLÍTICAS  
SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ**

**MARINGÁ - PR**

**2023**

**ARIANA CASTILHOS DOS SANTOS TOSS SAMPAIO**

**AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS POLÍTICAS  
SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá como requisito para obtenção do grau de doutora em Geografia.  
Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças de Lima

**MARINGÁ - PR**

**2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S192p

Sampaio, Ariana Castilhos dos Santos Toss

As políticas do setor sucroenergético e as políticas sociais de qualificação em municípios do Noroeste do Paraná / Ariana Castilhos dos Santos Toss Sampaio. -- Maringá, PR, 2023.

228 f.: il. color., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças de Lima.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Estado - Políticas sociais - Brasil. 2. Políticas agrícolas - Setor sucroenergético - Paraná. 3. Trabalhadores - Noroeste do Paraná - Qualificação profissional. I. Lima, Maria das Graças de, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 918.1

Sintique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

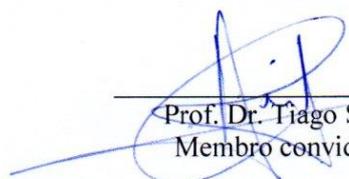
AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENEGÉTICO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE  
QUALIFICAÇÕES EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ

Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

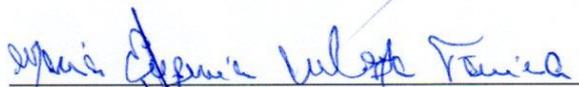
Aprovada em **22 de novembro de 2023**.

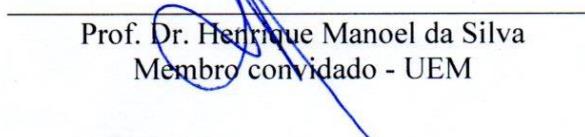
BANCA EXAMINADORA

  
Prof.ª Dr.ª Maria das Graças de Lima  
Orientadora - UEM

  
Prof. Dr. Tiago Satim Karas  
Membro convidado - UEMS

  
Prof. Dr. Márcio Roberto Ghizzo  
Membro convidado – UTFPR

  
Prof.ª Dr.ª Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira  
Membro convidado – UEM

  
Prof. Dr. Henrique Manoel da Silva  
Membro convidado - UEM

Dedico esta tese aos trabalhadores (as) desempregados que buscam, por meio da qualificação profissional, uma mudança de vida!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Professora Doutora Maria das Graças de Lima pelas orientações e por ter acreditado na minha pesquisa, orientando e direcionando o caminho que eu deveria seguir.

Aos Professores, que sempre me incentivaram e disseram que para realizar os meus sonhos somente dependia de dar o primeiro passo para que isto acontecesse.

Agradeço ao meu esposo Antônio Marcos Sampaio por acreditar em mim e ter me incentivado a fazer o doutorado.

Aos meus amigos que estiveram comigo durante esta etapa da minha vida, alegrando e ajudando a superar as dificuldades.

Agradeço também a minha família: meu filho Marcos Antônio Toss de Sousa; meus Pais: Vilso Domingos de Castilhos Toss e Clarice dos Santos Toss; minhas irmãs: Verediane e Cristiane, que sempre me motivaram, acreditaram e me incentivaram a conquistar os meus sonhos.

*Nosso agradecimento a Capes: "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"*

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (Paulo Freire – 1921 - 1997)*

## RESUMO

A implantação do setor sucroenergético no Brasil foi impulsionada por incentivos estatais, destacando-se políticas agrícolas como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que promoveram a expansão de suas fronteiras. Atualmente, o país se destaca como o maior produtor e exportador mundial de açúcar, crescimento este oriundo da modernização do setor canavieiro, abrangendo desde o plantio até o processamento da cana-de-açúcar. Especificamente na região Noroeste do Paraná, a partir de 2008, observou-se a introdução de maquinário no plantio e colheita da cana, o que resultou na substituição e desemprego de muitos trabalhadores, gerando um cenário de desemprego estrutural. Diante disso, esta tese investiga os impactos socioeconômicos gerados por essa modernização. O estudo analisa as ações do Estado voltadas para a qualificação e realocação desses trabalhadores desempregados. O objetivo principal é comparar as políticas agrícolas voltadas para o setor sucroenergético com as políticas públicas realizadas para a qualificação da população, visando compreender os impactos socioeconômicos nessa região. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as políticas mencionadas, incluindo uma variedade de fontes como livros, teses, dissertações, artigos, sites, documentos oficiais e legislações pertinentes. Adicionalmente, conduzimos entrevistas com questionários semiestruturados junto aos responsáveis pela qualificação de trabalhadores em municípios onde a Coopcana atua: Tamboara, Paraíso do Norte e Paranavaí, para verificar como os cursos de qualificação estão sendo oferecidos a essa população. Paralelamente, entrevistamos 39 ex-cortadores (as) de cana-de-açúcar dessas cidades para identificar se participaram de cursos de qualificação e onde estão trabalhando atualmente. A pesquisa revelou que, enquanto um setor se expande com o apoio do Estado, uma parcela significativa da população permanece desqualificada, dificultando sua reinserção no mercado de trabalho. As políticas de qualificação implementadas tendem a ser compensatórias, focadas apenas em atender às demandas do mercado de trabalho vigente. Os cursos oferecidos nesses municípios, geralmente terceirizados ao Sistema “S”, não consideram as particularidades dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais. Os resultados apontam para a necessidade crítica de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas às realidades locais, que não apenas atendam às demandas de um mercado em constante evolução, mas que também considerem as necessidades, habilidades e aspirações dos trabalhadores rurais afetados por essas mudanças. Este estudo, portanto, contribui para uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados por esses trabalhadores e enfatiza a importância de estratégias de desenvolvimento e qualificação que garantam não apenas o crescimento econômico, mas também a justiça social e a dignidade para todos os envolvidos.

**Palavras-chave:** Estado; Políticas Agrícolas; Políticas de Qualificação; Trabalho.

## RESUMEN

La implementación del sector sucroenergético en Brasil fue impulsada por incentivos estatales, destacándose políticas agrícolas como el Programa Nacional de Alcohol (Proálcool), que promovió la ampliación de sus fronteras. Actualmente, el país se destaca como el mayor productor y exportador de azúcar del mundo, crecimiento resultado de la modernización del sector cañero, abarcando desde la siembra hasta el procesamiento de la caña. Específicamente en la región Noroeste de Paraná, a partir de 2008, se observó la introducción de maquinaria en la siembra y cosecha de caña de azúcar, lo que resultó en la sustitución y desempleo de muchos trabajadores, generando un escenario de desempleo estructural. Ante esto, esta tesis investiga los impactos socioeconómicos que genera esta modernización. El estudio analiza las acciones del Estado encaminadas a la formación y reubicación de estos trabajadores desempleados. El principal objetivo es comparar las políticas agrícolas dirigidas al sector sucroenergético con las políticas públicas implementadas para calificar a la población, con el objetivo de comprender los impactos socioeconómicos en esta región. Para ello se realizó un levantamiento bibliográfico sobre las políticas mencionadas, incluyendo una variedad de fuentes como libros, tesis, disertaciones, artículos, sitios web, documentos oficiales y legislación pertinente. Además, realizamos entrevistas con cuestionarios semiestructurados a responsables de la formación de trabajadores en los municipios donde opera Coopcana: Tamboara, Paraíso do Norte y Paranavaí, para verificar cómo se ofrecen cursos de capacitación a esta población. Al mismo tiempo, entrevistamos a 39 ex cortadores de caña de estas ciudades para identificar si participaron en cursos de capacitación y dónde se desempeñan actualmente. La investigación reveló que, si bien un sector se expande con apoyo del Estado, una parte importante de la población sigue sin estar calificada, lo que dificulta su reinserción al mercado laboral. Las políticas de calificación implementadas tienden a ser compensatorias, enfocadas únicamente a satisfacer las demandas del mercado laboral actual. Los cursos ofrecidos en estos municipios, generalmente subcontratados al Sistema "S", no consideran las particularidades de los trabajadores, especialmente de los rurales. Los resultados apuntan a la necesidad crítica de políticas públicas más inclusivas y adaptadas a las realidades locales, que no sólo satisfagan las demandas de un mercado en constante evolución, sino que también consideren las necesidades, habilidades y aspiraciones de los trabajadores rurales afectados por estos cambios. Este estudio, por lo tanto, contribuye a una comprensión más profunda de los desafíos que enfrentan estos trabajadores y enfatiza la importancia de estrategias de desarrollo y calificación que garanticen no sólo el crecimiento económico, sino también la justicia social y la dignidad de todos los involucrados.

**Palabras clave:** Estado; Políticas Agrarias; Políticas de Calificación; Trabajar.

## RÉSUMÉ

La mise en œuvre du secteur sucrier-énergie au Brésil a été motivée par des incitations étatiques, mettant en avant des politiques agricoles telles que le Programme national sur l'alcool (Proálcool), qui a favorisé l'expansion de ses frontières. Actuellement, le pays se distingue comme le plus grand producteur et exportateur mondial de sucre, une croissance résultant de la modernisation du secteur de la canne à sucre, allant de la plantation à la transformation de la canne à sucre. Plus précisément, dans la région nord-ouest du Paraná, à partir de 2008, l'introduction de machines a été observée dans la plantation et la récolte de la canne à sucre, ce qui a entraîné le remplacement et le chômage de nombreux travailleurs, générant un scénario de chômage structurel. Dans ce contexte, cette thèse étudie les impacts socio-économiques générés par cette modernisation. L'étude analyse les actions de l'État visant à former et à relocaliser ces chômeurs. L'objectif principal est de comparer les politiques agricoles visant le secteur sucrier-énergétique avec les politiques publiques mises en œuvre pour qualifier la population, visant à comprendre les impacts socio-économiques dans cette région. À cette fin, une enquête bibliographique a été réalisée sur les politiques mentionnées, incluant une variété de sources telles que des livres, des thèses, des mémoires, des articles, des sites Web, des documents officiels et la législation pertinente. De plus, nous avons mené des entretiens au moyen de questionnaires semi-structurés avec les responsables de la formation des travailleurs dans les municipalités où Coopcana opère : Tamboara, Paraíso do Norte et Paranavaí, pour vérifier comment les cours de qualification sont proposés à cette population. Parallèlement, nous avons interrogé 39 anciens coupeurs de canne à sucre de ces villes pour déterminer s'ils avaient participé à des cours de qualification et où ils travaillent actuellement. L'étude a révélé que même si un secteur se développe avec le soutien de l'État, une partie importante de la population reste non qualifiée, ce qui rend difficile la réinsertion sur le marché du travail. Les politiques de qualification mises en œuvre ont tendance à être compensatoires et se concentrent uniquement sur la satisfaction des demandes du marché du travail actuel. Les cours proposés dans ces communes, généralement externalisés dans le système « S », ne prennent pas en compte les particularités des travailleurs, notamment ruraux. Les résultats soulignent le besoin crucial de politiques publiques plus inclusives, adaptées aux réalités locales, qui non seulement répondent aux exigences d'un marché en constante évolution, mais tiennent également compte des besoins, des compétences et des aspirations des travailleurs ruraux touchés par ces changements. Cette étude contribue donc à une compréhension plus approfondie des défis auxquels sont confrontés ces travailleurs et souligne l'importance de stratégies de développement et de qualification qui garantissent non seulement la croissance économique, mais aussi la justice sociale et la dignité pour toutes les personnes impliquées.

**Mots clés:** État; Politiques agricoles; Politiques de qualification; Travail

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Resolução CNAL n° 5-76 de 1976.....	35
<b>Figura 2:</b> Fiat 1947, o primeiro veículo movido a etanol produzido em série no Brasil – 1979.....	40
<b>Figura 3:</b> Variedades de cana-de-açúcar 1974- 2010.....	42
<b>Figura 4:</b> Imagem da troca da nomenclatura álcool por etanol nos postos de combustível....	47
<b>Figura 5:</b> Usinas do Brasil – 2021.....	57
<b>Figura 6:</b> Mudanças na paisagem ocasionadas pela usina Coopcana no Município de Tamboara 1990 - 2018, Pr.....	81
<b>Figura 7:</b> Página inicial do site do Programa Emprega Mais.....	136
<b>Figura 8:</b> Produção artesanal de alimentos - derivados de leite, Paranavaí – 2022.....	164

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Localização das usinas no Brasil – 2021.....	52
<b>Mapa 2:</b> Fases do Proálcool em que foram sendo instaladas usinas e destilarias.....	63
<b>Mapa 3:</b> Localização de usinas e destilarias no Paraná – 2021.....	65
<b>Mapa 4:</b> Localização da microrregião de Paranaíba-Pr.....	73
<b>Mapa 5:</b> Municípios de atuação da Usina Agrocana- 2022.....	76
<b>Mapa 6:</b> Localização da área de estudo- Paranaíba, Paraíso do Norte e Tamboara.....	78
<b>Mapa 7:</b> Uso do solo nos municípios de Tamboara, Paranaíba e Paraíso do Norte – 2022.....	80

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Número de projetos de destilarias anexas e autônomas (1975-1979).....	37
<b>Tabela 2:</b> Proálcool: número de projetos enquadrados, montante de investimentos, capacidade de produção e produção real de álcool – 1980 a 1985.....	41
<b>Tabela 3:</b> Participação da área colhida e quantidade produzida de cana-de-açúcar no Paraná e Brasil – 1970 – 1975.....	59
<b>Tabela 4:</b> Área colhida, produção e rendimento de cana-de-açúcar no Paraná – 1975 – 1980.....	60
<b>Tabela 5:</b> Nome das usinas, utilização do Proálcool e grupo pertencente – 1942 – 2009.....	61
<b>Tabela 6:</b> Nome das usinas, localização e grupo a que pertencem – 2021.....	66
<b>Tabela 7:</b> Área Colhida e Produção pelo tipo de Cultura Temporária, Paranaíba – 2020.....	82
<b>Tabela 8:</b> Área Colhida e Produção pelo tipo de Cultura Temporária, Tamboara – 2020.....	83
<b>Tabela 9:</b> Área Colhida e Produção Agrícola Pelo Tipo de Cultura Temporária em Paraíso do Norte – 2020.....	83
<b>Tabela 10:</b> Área da unidade territorial Paranaíba, Paraíso do Norte e Tamboara – 2022.....	84
<b>Tabela 11:</b> Orçamento autorizado e utilizado para realização do PNQ- 2004-2007.....	107
<b>Tabela 12:</b> Orçamento utilizado em cada indicador para realização do PNQ- 2004-2007....	108
<b>Tabela 13:</b> Evolução da distribuição dos educandos concluintes dos cursos do PNQ por público prioritário – Brasil – 2003 a 2007 (em%).....	110

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Informações gerais das unidades sucroenergéticas do Paraná- 2023.....	68
<b>Quadro 2:</b> Valor Bruto da Produção agropecuária nos municípios de Paranavaí, Tamboara e Paraíso do Norte – 2020.....	85
<b>Quadro 3:</b> Evolução do número de trabalhadores beneficiados com o Programa Bolsa Qualificação.....	101
<b>Quadro 4:</b> Trabalhadores Qualificados pelo Planseq Sucroalcooleiro – 2010.....	113
<b>Quadro 5:</b> Matriz de financiamento por unidade federativa.....	114
<b>Quadro 6:</b> Descrição da demanda de qualificação por Unidade Federativa – 2010.....	115
<b>Quadro 7:</b> Cursos realizados nos municípios do Paraná.....	118
<b>Quadro 8:</b> Distribuição dos recursos e iniciativas do Pronatec.....	121
<b>Quadro 9:</b> Eixos temáticos dos cursos ofertados pelo Pronatec/BSM – 2012.....	123
<b>Quadro 10:</b> Frentes de atuação do Programa Qualifica Mais.....	136
<b>Quadro 11:</b> Senai-Pr - Vagas de gratuidade regimental planejadas e realizadas - 2021.....	138
<b>Quadro 12:</b> Informações acerca do curso assistente administrativo realizado na cidade de Paranavaí – 2021.....	139
<b>Quadro 13:</b> Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentaram curso de qualificação profissional, por instituição de realização do curso – 2019.....	143
<b>Quadro 14:</b> Cursos de Qualificação oferecidos pelo Smas em parceria com o Senac – 2019 e 2021.....	150
<b>Quadro 15:</b> Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paraíso do Norte -2022....	154
<b>Quadro 16:</b> Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paranavaí -2019.....	157
<b>Quadro 17:</b> Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paranavaí -2021.....	158
<b>Quadro 18:</b> Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paranavaí -2022.....	159
<b>Quadro 19:</b> Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paranavaí -2023.....	160
<b>Quadro 20:</b> Cursos realizados pelo Sindicato Patronal de Paranavaí – 2020 a 2023.....	161
<b>Quadro 21:</b> Cursos de qualificação realizados pelos ex-cortadores (as) de cana nos municípios de Paraíso do Norte, Paranavaí e Tamboara – 2022.....	170
<b>Quadro 22:</b> Renda Média mensal dos ex cortadores (as) de cana nos municípios de Paraíso do Norte; Paranavaí e Tamboara – 2022.....	171
<b>Quadro 23:</b> Cursos para qualificar o trabalhador do campo.....	172

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Mercado Mundial: preço médio (anual) da tonelada de açúcar, em US\$ - 1965 a 1975.....	31
<b>Gráfico 2:</b> Brasil: financiamentos junto ao Programa Nacional do Alcool.....	32
<b>Gráfico 3:</b> Produção de álcool etílico hidratado – 1970 a 2008.....	38
<b>Gráfico 4:</b> Carros movido a etanol e à gasolina comercializados entre 1980 e 1994.....	39
<b>Gráfico 5:</b> Produção de carros <i>flex fuel</i> – 1979 – 2009.....	49
<b>Gráfico 6:</b> Desembolso do BNDES para o setor sucroenergético – 2.000 a 2.011.....	50
<b>Gráfico 7:</b> Evolução da área total colhida de cana-de-açúcar entre 2005 e 2020.....	53
<b>Gráfico 8:</b> Evolução da produção de açúcar entre 2005 e 2021.....	54
<b>Gráfico 9:</b> Evolução do preço do açúcar entre 2020 e 2021.....	54
<b>Gráfico 10:</b> Evolução da produção de etanol total entre 2005 e 2021.....	55
<b>Gráfico 11:</b> Distribuição do setor sucroenergético no Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2015.....	58
<b>Gráfico 12:</b> Produção de açúcar e etanol no Paraná – 1991 a 2020.....	71
<b>Gráfico 13:</b> Principais atividades agropecuárias MR Paranavaí – 2020.....	74
<b>Gráfico 14:</b> Área colhida (ha) com cana-de-açúcar nos municípios de Paranavaí, Tamboara e Paraíso do Norte – 2020.....	84
<b>Gráfico 15:</b> Escolaridade das Cortadoras de cana-de-açúcar – Tamboara/PR.....	93
<b>Gráfico 16:</b> Investimento anual destinado ao programa Bolsa Qualificação 1998-2003.....	100
<b>Gráfico 17:</b> Trabalhadores beneficiados pelo Programa Bolsa Qualificação entre 1998-2003.....	100
<b>Gráfico 18:</b> Distribuição das matrículas entre os 12 cursos com maior quantidade de matrículas no âmbito do Pronatec BSM – 2011 a 2014.....	124
<b>Gráfico 19:</b> Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram anteriormente curso de qualificação profissional iniciado a partir de 2011 por rede de ensino e tipo de instituição do curso de qualificação profissional – 2014.....	125
<b>Gráfico 20:</b> Pirâmides etárias do público matriculado no Pronatec Bolsa Formação e no Pronatec BSM - 2011 a 2014.....	128
<b>Gráfico 21:</b> Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentavam curso de educação profissional (%).....	131
<b>Gráfico 22:</b> Pessoas de 15 a 29 anos de idade que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, nem haviam concluído o ensino superior por motivo de não frequência.....	132

<b>Gráfico 23:</b> Número de instituições por nível de educação profissional de acordo com a dependência administrativa.....	133
<b>Gráfico 24:</b> Número de matrículas na educação profissional segundo faixa etária e sexo – 2018.....	133
<b>Gráfico 25:</b> Taxa de desocupação da população brasileira entre 2012 e 2021.....	143
<b>Gráfico 26:</b> População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho – 2021.....	144
<b>Gráfico 27:</b> Escolaridade dos ex cortadores de cana dos municípios de Paranavaí, Tamboara e Paraíso do Norte- 2022.....	166
<b>Gráfico 28:</b> Ocupação humana dos ex cortadores de cana - Tamboara/2023.....	167
<b>Gráfico 29:</b> Ocupação humana dos ex cortadores de cana - Paranavaí/2023.....	168
<b>Gráfico 30:</b> Ocupação humana dos ex cortadores de cana - Paranavaí/2023.....	169

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Archer Daniels Midland
AEAC	Álcool Etílico Anidro Combustível
AEHC	Álcool etílico hidratado combustível
AGROCANA	Condomínio de Produtores Rurais de Cana-de-Açúcar
ALCOPAR	Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
BEM	Balanco Energético Nacional
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDES PASS	Programa BNDES de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
CADSUAS	Sistema nacional de informação do sistema único de assistência social
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CENAL	Comissão Executiva Nacional do Álcool
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CIMA	Conselho interministerial de Açúcar e do Álcool
COFERCATU	Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores de Porecatu
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COOPerval	Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí Ltda.
COOPCANA	Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana
COVID	<i>Corona Virus Disease</i>
COPEP	Comitê de Ética
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAL	Conselho Nacional do Álcool
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
CMNP	Companhia Melhoramento Norte do Paraná
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DERAL	Departamento de Economia Rural
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DACALDA	Destilaria Correa de Arruda Ltda.
DDG	<i>Dried Distillers Grains</i>
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FI	Fundo de Investimentos
FIC	Cursos de Formação Inicial e Continuada
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FND	Fundo Nacional de Desenvolvimento
IAA	Instituto do Açúcar Álcool
IAC	Instituto Agrônômico
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IBC	Instituto brasileiro do Café
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIIS	Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PEA	População economicamente ativa
PGE	Programa de Pós Graduação em Geografia
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PIS	Programa Integração Social
PNA	Programa Nacional do álcool
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PLANALSUCAR	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
PLANSEQS	Planos setoriais de qualificação

PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNQ	Plano Nacional de qualificação
PROÁLCOOL	Programa Nacional do álcool
PROESQS	Projetos especiais de qualificação
PROEP	Programa Expansão da Educação Profissional
PRORENOVA	Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEAB	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SIAPAR	Indústria do açúcar no Estado do Paraná
SIALPAR	Sindicato da Indústria de Fabricação de álcool do Estado do Paraná
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISTEC	Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica –
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SNCR	Sistema Nacional de Crédito
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TI	Tecnologia da Informação
VHP	Very High Polarization
WDG	<i>Wet Distillers Grains</i>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: APRESENTAÇÃO DA PESQUISA, DA HIPÓTESE E DO OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO I: O ESTADO E SUAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROENERGÉTICO.....</b>	<b>27</b>
1.1 O papel do Estado no desenvolvimento do setor sucro.....	28
1.2 Proálcool, uma política para os barões .....	30
1.3 A primeira fase do Proálcool (1975 a 1979) .....	33
1.4 A segunda fase do Proálcool (1980 a 1985) .....	38
1.5 A Terceira fase do Proálcool (1986 e 1995) .....	44
1.6 A implantação do Setor Sucroenergético no estado do Paraná.....	57
1.7 A contribuição do Proálcool para o avanço da agroindústria canavieira no Paraná .....	59
1.8 Caracterização da Área de Estudo: A Implantação do Setor Sucroenergético nos Municípios de Paranavaí, Tamboara e Paraíso do norte .....	72
<b>CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL.....</b>	<b>88</b>
2.1 Políticas sociais para qualificação realizadas durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso - 1995 a 1998 (1º mandato) 1999 a 2003 (2º mandato) .....	99
2.2 Políticas sociais para qualificação realizadas durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2006 (1º mandato) e 2007 a 2011 (2º mandato) .....	104
2.3 Políticas Públicas de Qualificação para o setor sucroalcooleiro: o PlanSeq Sucroalcooleiro.....	111
2.4 Políticas sociais para qualificação realizadas durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff entre 2011 e 2014 e o segundo, entre 2015 e 2016 .....	119
2.5 Políticas sociais para qualificação realizadas durante o mandato de Michel Temer – 2016 a 2018 .....	130
2.6 Políticas sociais para qualificação realizadas durante o mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022) .....	135
2.7 Breves reflexões sobre as políticas públicas de qualificação .....	140
<b>CAPÍTULO III. QUALIFICAR PARA QUÊ? A QUALIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL NO CAMPO.....</b>	<b>148</b>

3.1 Políticas de qualificação realizada para os trabalhadores nos municípios de Paranavaí, Paraíso do Norte e Tamboara .....	149
3.2 Ações de qualificação realizada no município de Tamboara-Pr.....	149
3.3 Ações de qualificação realizadas no município de Paraíso do Norte.....	153
3.4 Ações de qualificação realizada no município de Paranavaí.....	157
3.5 Cursos de qualificação realizados pelos ex-cortadores de cana-de-açúcar nos municípios de Tamboara, Paranavaí e Paraíso do Norte.....	165
3.6 Ações de qualificação para permanência do trabalhador rural no campo.....	171
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE A</b> - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	208
<b>APÊNDICE B</b> - Questionário direcionado aos ex-cortadores de cana.....	210
<b>APÊNDICE C</b> - Questionário estruturado para entrevista realizada na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER.....	212
<b>APÊNDICE D-</b> Questionário estruturado para entrevista realizada Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.....	214
<b>APÊNDICE E-</b> Questionário estruturado para entrevista realizada com o Sindicato Rural.....	216
<b>APÊNDICE F-</b> Questionário estruturado para entrevista realizada com o Sindicato Patronal Rural.....	218
<b>APÊNDICE G</b> - Questionário estruturado para entrevista realizada no Sistema Nacional de Emprego – SINE.....	220
<b>APÊNDICE H</b> - Questionário estruturado para entrevista na Secretaria Municipal de Assistência Social –SMAS.....	222
<b>ANEXO A</b> - Aprovação Comitê de Ética – COPEP.....	224

## INTRODUÇÃO

Durante nossa pesquisa de mestrado, identificamos as desigualdades socioeconômicas ocasionadas pela mecanização da cana-de-açúcar na região noroeste do Paraná. Devido a essa problemática, nesta tese procuramos compreender a raiz dessas desigualdades. Temos por tese que o Estado, para o desenvolvimento da economia brasileira, tem realizado políticas em prol do agronegócio, que é visto como o motor propulsor da economia do país. Em contrapartida, poucas são as políticas realizadas para o desenvolvimento social de sua população; tratam-se apenas de políticas compensatórias que não possibilitam uma distribuição de renda igualitária.

O Estado sempre influenciou a economia agrícola, e alguns organismos foram criados para a regulamentação de preços e estoques entre outros. Como exemplo podemos citar o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, criado em 1933, o qual tinha por objetivo regular e controlar o setor sucroenergético, o Instituto Brasileiro do Café – IBC, cujo objetivo era definir a política para o setor cafeeiro, coordenar e controlar estratégias, desde a produção até a comercialização interna e externa, entre outros. Esses organismos possibilitaram que os setores envolvidos continuassem a ter seus lucros; quando isto não acontecia, órgãos eram extintos como o IAA e surgiam novos organismos como a Agência Nacional do Petróleo – ANP, e conseqüentemente, nova organização do espaço agrícola brasileiro.

Nesse sentido, compreendemos que o Estado tem realizado políticas que têm beneficiado apenas alguns grupos. Certas medidas são tomadas pelo Estado sem se importar com as conseqüências que recaem sobre a população. Poucos são os investimentos para a qualificação de sua população, enquanto maiores subsídios são liberados para o agronegócio sucroenergético. Muitas dessas políticas são efetivadas devido a pressões de grupos de interesse, como a aplicação do Programa Nacional do Alcool – Proálcool, que surgiu para ampliar as destilarias e aumentar a produção de álcool combustível e seus subsídios. Tais subsídios do Proálcool também foram utilizados pelas usinas, pois era viável ter uma indústria que produzisse açúcar e álcool, uma vez que o preço no exterior tinha oscilações.

Assim, a região de análise desta tese é a região Noroeste do Paraná, aonde o cultivo da cana-de-açúcar vem-se expandindo após o fim da cafeicultura. Na década de 1950, a região foi ocupada por imigrantes e desenvolveu o cultivo do café como impulsionador da economia, contudo, devido às crises do preço do café no exterior, ao aumento dos estoques e à queda do

preço e pragas nos cafezais, tal atividade econômica chegou ao fim naquela região (Andrade, 1994).

Como alternativa para substituir as lavouras de café, o Estado subsidiou a instalação de indústrias alcooleiras na região com recursos oriundos do Proálcool criado em 1975. Assim, o cultivo da cana-de-açúcar em substituição às lavouras de café foi uma alternativa viável para os fazendeiros, pois, devido ao solo fraco e friável oriundo da formação Arenito Caiuá, a produção de grãos não seria rentável. As lavouras de cana-de-açúcar dominaram esta região, atraindo contingente populacional para trabalhar, principalmente, no corte e colheita da cana-de-açúcar.

Assim, através de investimentos estatais, privados e capitais estrangeiros o setor sucroenergético modernizou e passaram a mecanizar todo o processo de produção de açúcar e etanol, até mesmo o plantio e colheita da cana-de-açúcar. Contudo, o que nos inquieta é o desemprego estrutural ocasionado por esta modernização. Os ex-cortadores (as) de cana-de-açúcar têm tido seus empregos expropriados e a falta de qualificação é um fator que dificulta o acesso à empregabilidade.

Neste sentido, o Estado financia o agronegócio sucroenergético e deixa à margem os trabalhadores, configurando o trabalho em algo ainda mais precário, sem garantias e direitos. Quando pesquisamos acerca das políticas agrícolas desenvolvidas para o setor canavieiro, temos várias, entre elas o Proálcool, o que contribuiu para o avanço desse setor tornando o Brasil líder na produção mundial de açúcar. Porém, na busca por aprimorar a formação da população, têm-se realizado políticas de qualificação consideradas tanto compensatórias quanto excludentes (Silva, 2011; Albert, 2017). Esse cenário tem implicações socioeconômicas complexas: ao focar no desenvolvimento de apenas um setor, corre-se o risco de deixar a população em uma situação de vulnerabilidade, com limitadas oportunidades de emprego e crescimento pessoal. Em contextos como esse, a ocorrência de criminalidade pode ser um dos vários desafios enfrentados, embora não seja uma consequência direta ou inevitável da vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, defendemos a **Hipótese** de que há um incremento maior nas políticas públicas realizadas para o agronegócio sucroenergético do que para as políticas de qualificação da população. Logo, o **Objetivo Geral** desta tese consiste em comparar as políticas agrícolas desenvolvidas para o setor sucroenergético com as políticas públicas realizadas para a qualificação da população, para assim, compreender os impactos socioeconômicos ocorridos na região noroeste do Paraná. Nesse sentido, os **Objetivos Específicos** consistem em:

- Identificar as ações do Estado no desenvolvimento de políticas agrícolas para a manutenção e avanço do setor canavieiro;
- Realizar um levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas desenvolvidas para a qualificação dos trabalhadores;
- Verificar as políticas de qualificação realizadas nos municípios de Tamboara, Paranavaí e Paraíso do Norte;
- Propor a inserção de políticas públicas de qualificação para minimizar os impactos socioeconômicos que estão ocorrendo na região noroeste do Paraná.

Para elucidarmos esses objetivos e fundamentar esta tese utilizamos como **Metodologia**: pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos (Gil, 2008) que nos ajudaram a compreender as relações contraditórias do modo capitalista de produção, como Manuel Correia de Andrade (1994), José de Sousa Martins (2002), Graziano (1982) entre outros. Outras bibliografias, como as de Silva (2017), Azeredo, Ramos (1995) e Mattoso (2000) auxiliaram-nos a entender a importância da qualificação dos trabalhadores.

Além do campo teórico de investigação, realizamos como procedimentos técnicos utilizados na geografia humana o levantamento de campo para obtermos informações de um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado (Gil, 2008), em que fizemos entrevistas contendo questões semiestruturadas (Lima, 2011) com ex-cortadores (as) de cana-de-açúcar moradores dos municípios de atuação da Agrocana: Paranavaí, Tamboara e Paraíso do Norte.

Foram entrevistados 39 laboriosos sendo eles 13 moradores do município de Paranavaí, 13 de Paraíso do Norte e 13 de Tamboara. Esses trabalhadores foram selecionados pela metodologia de amostragem por acessibilidade ou por conveniência. Para Gil (2008, p. 89) “quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar”. Assim, esses laboriosos foram entrevistados em suas residências, nas quais obtivemos informações sobre os cursos de qualificação realizados, escolaridade, trabalho, renda entre outros dados.

Para verificarmos como são realizadas as ações de qualificação nos municípios elencados, realizamos entrevistas utilizando questões semiestruturadas com representantes de diversos órgãos, sendo eles: Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS; Sistema Nacional de Emprego – Sine; Sindicato dos trabalhadores rurais; Sindicato Rural Patronal;

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater; e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar.

Posteriormente, para obtermos informações secundárias, realizamos pesquisas bibliográficas sobre o tema abordado em sites de instituições, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB), Departamento de Economia Rural (Deral), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) entre outros.

Assim, estruturamos essa Tese em três capítulos: Capítulo I: **O Estado e suas Políticas Agrícolas para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético**, nesse capítulo realizamos um levantamento das principais políticas efetivadas pelo Estado para o desenvolvimento do setor sucroenergético, com ênfase no Proálcool. Relatamos a importância desse programa para a implantação e expansão do setor sucroenergético para várias regiões do Brasil. Esse programa teve duração de 1.975, ano de sua instalação, até 2.000, momento em que ele chegou ao fim. Após o término do Proálcool o setor canavieiro passou por um processo de desregulamentação, onde órgãos importantes, como Instituto de Açúcar e Alcool – IAA, que regulava o setor, foi extinto. Porém, o Estado ainda continua financiando o setor canavieiro, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, realizando projetos para a modernização e aumento da produção de cana-de-açúcar.

Em seguida, realizamos o levantamento da implantação do setor sucroenergético no estado do Paraná. Abordamos o período em que foram instaladas as usinas e destilarias e se elas receberam recursos do Proálcool. Das trinta indústrias alojadas neste estado, cinco são usinas e foram fundadas antes do programa Proálcool; vinte e duas fábricas foram instaladas no contexto do Proálcool e três usinas foram fundadas após o término deste programa. Assim, 76% das usinas e destilarias foram instaladas no Paraná, utilizando parte dos recursos oriundos desse programa.

No Capítulo II: **Políticas Públicas para a Qualificação dos Trabalhadores no Brasil**, realizamos o levantamento bibliográfico das principais políticas públicas direcionadas para a qualificação dos trabalhadores no País. Elencamos as políticas realizadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003); Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010); Dilma Rousseff (2011-2016); Michel Temer (2014-2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022) para compreendermos como essas políticas foram e estão sendo realizadas para a qualificação da população brasileira.

No entanto, embora as políticas que foram realizadas perpassassem por Governos de direita e de esquerda foram similares na sua efetivação, o que as tornou apenas políticas compensatórias, ocorrendo rupturas em sua continuidade entre um governo e outro. Entendemos que essas rupturas tornam essas políticas frágeis, pois o que poderia ser melhorado ao longo dos anos é extinto e criado um novo programa. Esses rompimentos dificultam até mesmo conseguir dados sobre a efetividade dessas políticas. Ao realizarmos entrevistas com órgãos responsáveis pela qualificação dos trabalhadores, não conseguimos dados que evidenciassem em qual política estava inserido os cursos realizados, como também obtivemos apenas informações dos últimos quatro anos.

Nesse mesmo capítulo, realizamos reflexões sobre as políticas públicas de qualificação e identificamos que está ocorrendo a mercantilização da qualificação brasileira, na qual os governos através de ações tripartite (Governo, iniciativa privada e Ong's) têm favorecido órgãos do Sistema S, como o Senai e o Senac, sendo os mesmos privilegiados e contratados para a realização dos cursos. Esses dados sobre as entidades que realizam os cursos com verba pública foram confirmados nas pesquisas realizadas no campo, pois todos os gestores dos órgãos nos quais realizamos entrevistas confirmaram que os cursos são realizados pelo Senai e pelo Senac.

No capítulo III: **Qualificar para quê? A qualificação como instrumento de permanência do trabalhador rural no campo**, fizemos o levantamento e análise dos dados obtidos através das entrevistas realizadas com os ex-cortadores (as) de cana-de-açúcar dos municípios de Paranaíba, Tamboara e Paraíso do Norte e com os gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- Emater; Sine, Sindicato dos trabalhadores rurais e o Sindicato Rural Patronal.

Estes dados foram necessários para identificarmos os impactos socioeconômicos ocorridos devido à mecanização no plantio e corte da cana-de-açúcar e verificar as ações que o Estado realizou para minimizar estes impactos com foco em identificar se as políticas de qualificação foram desenvolvidas nesses municípios e qual a sua eficácia para a empregabilidade desses laboriosos. Assim, devido à falta de um banco de dados, fomos a campo e durante as entrevistas com os ex-cortadores (as) de cana, identificamos um baixo percentual do público alvo na realização de cursos de qualificação. Alguns fatores foram citados como empecilhos para a realização destes cursos como: à falta de informações sobre os cursos, quando e onde seriam realizados; como também a falta de interesse nos cursos oferecidos devido, sobretudo, não ter ligação com a área rural.

Os órgãos responsáveis pela realização dos cursos de qualificação variam de um município para outro, na cidade de Paranavaí o Sine através de parceria com a prefeitura disponibiliza esses cursos sendo realizados pelo Senai e Senac; no município de Paraíso do Norte os cursos são realizados pela agência do trabalhador sendo ministrados pela equipe do Senai e Senac e no município de Tamboara os cursos são efetivados pela Secretaria de Assistência Social, sendo ministrados pelo Senac. A grande maioria desses cursos são voltados para o terceiro setor, o setor de serviços, sendo os cursos de manicure e pedicure, preparo de pães bolos e doces, cabelereiro, entre outros, os principais cursos realizados nesses municípios.

No entanto, o público alvo dessa pesquisa são os desempregados do setor sucroenergético, com ênfase no trabalhador rural e esses laboriosos tem tido dificuldades para realizar os cursos que vêm sendo ofertados. Algumas das dificuldades identificadas na não realização dos cursos pela maioria desses trabalhadores é a escolaridade, pois 90% cursaram somente o ensino fundamental incompleto. O grau de escolaridade e a experiência profissional não os habilitam a exercer sem o estudo adequado cursos que vão prepará-los para trabalhar em escritórios, lojas, empresas e outros setores. O que observamos é que existe um estranhamento entre a atividade que faziam no campo e os cursos oferecidos para capacitá-los a trabalhar nas cidades. Muitos desses trabalhadores mencionaram que gostavam de trabalhar no campo e que se tivessem oportunidades buscariam qualificação para permanecer no campo.

Assim, outro dado que identificamos através da pesquisa de campo é a baixa oferta de cursos ligados ao meio rural efetivados pelo Estado, a grande maioria dos cursos são realizados para trabalhadores que vão trabalhar no meio urbano. Por isso, pensamos que as políticas públicas precisam ser universais e atender a toda sociedade. Assim, algumas indagações surgiram durante a qualificação como: Qualificar para quê? Para tirá-los do campo e tornar mão de obra capacitada para o empresariado? Ou proporcionar a esses trabalhadores exercer atividades que tenham afetividade em realizar?

Neste sentido, buscamos identificar quais foram às políticas de qualificação realizadas nos municípios de Paranavaí, Paraíso do Norte e Tamboara para os trabalhadores e também após esse levantamento, elencamos exemplos de cursos de qualificação específicos para os trabalhadores rurais, tão fundamentais para a permanência daqueles trabalhadores que almejam continuar trabalhando no campo, diante da modernização que vem ocorrendo no espaço rural brasileiro.

## **CAPÍTULO I: O ESTADO E SUAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR SUCROENERGÉTICO**

As transformações no espaço agrário brasileiro têm o Estado como seu principal agente. Para o desenvolvimento da economia do país o Estado também desenvolve ações no espaço agrário, efetivando várias políticas públicas que envolvem projetos de colonização, políticas agrícolas para fornecer subsídios e regulamentar os preços como também subsidia a implantação de complexos e polos industriais em diversas regiões do país.

O Estado adotou, ao longo da história, instrumentos políticos para promover o desenvolvimento rural e elaborou políticas agrícolas para o desenvolvimento do capitalismo no campo. De acordo com David e Corrêa (2002), o principal mecanismo da política agrícola foi o Sistema Nacional de Crédito – SNCR. Tais subsídios favoreceram, principalmente, os grandes latifundiários que logo se apropriaram desses benefícios para a modernização da agricultura.

A modernização da agricultura ocorreu através do avanço do meio técnico-científico-informacional no espaço agrário brasileiro. Como Santos e Silveira (2002) mencionam, a partir dos anos de 1970 ocorreu um marco na modernização da agricultura o que resultou na expansão das fronteiras agrícolas, no desenvolvimento do capitalismo agrário e na intensificação do movimento dos trabalhadores volante, os chamados “boias frias”.

Essas políticas ofertadas pelo Estado para o desenvolvimento e modernização da agricultura também têm possibilitado o aumento da concentração de renda e de terras (Guedes Pinto, 1995). A concentração de terras no Brasil não é um episódio recente, faz parte da história do nosso país. A primeira divisão de terras foi em capitânicas hereditárias doadas aos amigos do rei. Grandes lotes foram dados aos seus comparsas para, desta forma, efetivar a dominação sobre o território brasileiro. No Brasil Colônia em 1532, iniciou-se o sistema de *plantation*, cujo cultivo da cana-de-açúcar foi introduzido nas Capitânicas de São Vicente e Santo Amaro por Martin Afonso (Petroni, 1968).

Assim, o cultivo da cana-de-açúcar no Brasil faz parte da nossa história, uma história marcada pela contradição entre desenvolvimento e trabalho escravo, modernização e precarização. Para o êxito do cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, o Estado forneceu terras, mão de obra, eliminou tributos e financiou o desenvolvimento desse setor.

O Estado, além de doar terras para a construção dos engenhos, permitiu por séculos a utilização da mão de obra escrava indígena e negra. Souza (2017, p. 57) menciona que, com a ausência de “intervenção estatal neste período, o modelo e a estrutura da produção canavieira

assentada no monopólio fundiário, bem como na exploração exaustiva da força de trabalho e da natureza, jamais poderia ser viabilizado”.

Destarte, a história do setor sucroenergético é marcada por diversas ações do Estado para seu desenvolvimento, ficando às margens o desenvolvimento social de seus principais agentes, os cortadores de cana-de-açúcar. Pouquíssimas políticas e ações do Estado foram realizadas para que esses trabalhadores recebessem qualificação adequada frente à modernização que têm ocorrido no plantio e colheita da cana-de-açúcar, o que tem ocasionado desemprego estrutural.

Essa incipiente ação do Estado para resolver os problemas socioeconômicos dessa classe trabalhadora motivou-nos a comparar as ações do Estado com relação à efetivação das políticas agrícolas desenvolvidas para o desenvolvimento do setor sucroenergético e as políticas públicas sociais realizadas para a qualificação da população. Neste sentido, abordaremos nos próximos tópicos as principais ações desenvolvidas pelo Estado para o desenvolvimento do setor sucroenergético.

### **1.1 O Papel do Estado no desenvolvimento do setor sucroenergético**

Nesta seção, buscamos compreender o papel do Estado no desenvolvimento do setor sucroenergético, analisando as principais ações para seu êxito. Procuramos informações em diversas bibliografias, sendo vastas as publicações sobre o setor canavieiro. Ora encontramos obras que mencionam a importância do setor para o desenvolvimento da economia brasileira, ora identificamos autores que evidenciam a exploração dos cortadores de cana e os impactos ambientais ocasionados por esse setor.

Autores como Szmrecsányi (1978); Ferreira, Ruas (2000); Shikida (1998), (2005); Cavalcanti (1992); Melo, Fonseca (1981) realizaram trabalhos sobre o histórico do setor sucroenergético abordando suas fases e a importância do Proálcool para esse setor. Outros intelectuais como Moraes (1999); Maranhão (2019) Vencovsky (2013) evidenciam a contemporânea situação do setor, marcada pela desregulamentação, investimento do capital estrangeiro e as novas linhas de crédito ofertadas pelo Estado.

Em contrapartida outros autores como Alves (2006); Thomaz Júnior (2002, 2007); Sampaio (2020); Ribeiro (2011, 2016) mostram o lado perverso do setor canavieiro, evidenciando a exploração da mão de obra trabalhadora e os problemas sociais causados por esse setor.

Assim, analisando as bibliografias identificamos que tal setor, por muitos anos, tem sido controlado administrativamente pelo Estado brasileiro. Várias medidas foram tomadas: para cada unidade industrial, fixou-se cotas de produção de açúcar e álcool; houve regulação dos preços do combustível, da tonelada da cana e do açúcar e regulou a exportação do açúcar e álcool (Moraes, 1999).

Vários decretos e políticas beneficiaram esse setor. Uma das principais medidas adotadas pelo governo foi à criação do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA por meio do Decreto nº 22.789, de 1º de junho de 1933, que tinha como objetivo “dirigir, intervir, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool do país” (Bray; Ferreira; Ruas, 2000, p. 14) que, para Moraes (1999, p.33), é quando efetivamente se inicia o planejamento da produção pelo governo. O IAA tinha o poder de estipular ou sugerir medidas de regulamentação do açúcar e do álcool no Brasil.

Outro Decreto relevante foi o Decreto-Lei nº 737, de 23 de setembro de 1938 que tornou obrigatória a adição de álcool anidro à gasolina fabricada no país, pois, anteriormente a esse decreto, o álcool anidro era somente adicionado à gasolina importada. Tal decreto tinha em vista “a imperiosa necessidade de proteger” e desenvolver a indústria de fabricação do álcool anidro, não somente para debelar as crises de superprodução da indústria açucareira, restabelecendo o equilíbrio entre a produção e o consumo, mas, igualmente, para diminuir a importação de carburante estrangeiro (Brasil, 1938). A porcentagem que deveria ser adicionado à gasolina de álcool anidro ficou a cargo do Conselho Nacional do Petróleo - CNP e do IAA. Naquele momento, o etanol anidro era utilizado apenas como um complemento à gasolina, não sendo utilizado sozinho como combustível.

O IAA foi criado pelo Estado visando resolver a crise de superprodução que ocorreu em 1930. O setor precisava da mão do capitalismo de Estado para controlar a produção, tabelar os preços e instituir regras de comercialização. Com a criação desse órgão, nenhuma agroindústria canavieira poderia ser construída sem a sua permissão (Szmrecsányi, 1979). A interferência do IAA sobre a implantação ou não de novas indústrias possibilitou, após a Segunda Guerra Mundial, à região Sudeste superar a do Nordeste em produção.

Porém, com a instalação de novas indústrias e a modernização do setor sucroalcooleiro, ocorreu o crescimento da produção que gerou, nas décadas de 1960, superprodução e rebaixamento dos preços do açúcar. Além do preço desta *commodity* estar em queda no mercado exterior, o país estava passando por crise com o crescimento da dívida externa e a captação de recursos externos insuficientes para cobrir o *déficit* das transações correntes.

Nesse contexto, o então presidente Ernesto Geisel traçou uma série de medidas com o objetivo de diminuir o *déficit* no balanço de pagamento, e uma dessas medidas relacionadas à política energética foi à criação do Proálcool, instituído mediante ao decreto-lei nº 76.593 de 1975. O Proálcool tinha como objetivo “aumentar a produção de safras agro energéticas e a capacidade industrial de transformação, visando à obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim como incrementar o uso no setor químico” (Bray; Ferreira; Ruas, 2000, p. 56).

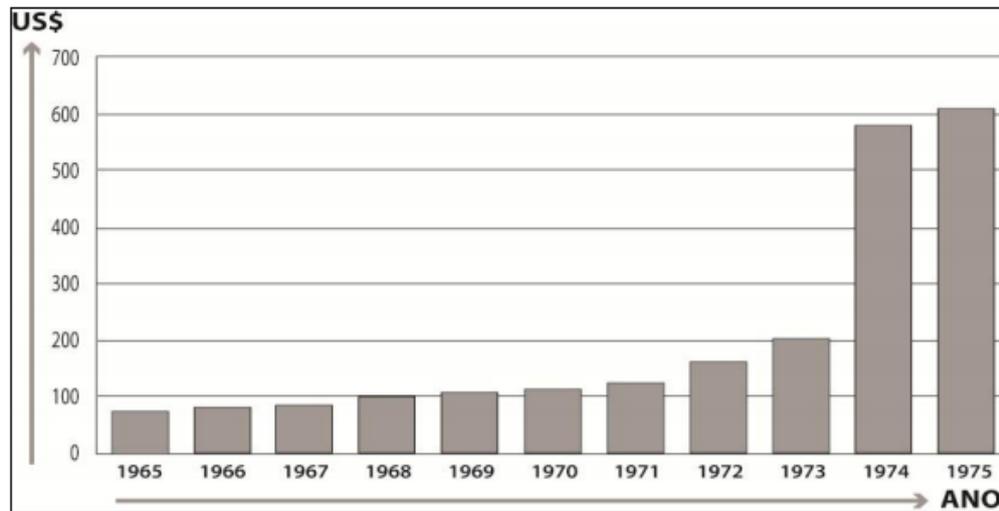
A criação do Proálcool beneficiou o setor sucroenergético que estava sofrendo com a superprodução do açúcar e a conseqüente queda do preço no mercado exterior. Ademais, surgiu como uma fonte alternativa energética em substituição ao petróleo. Tais políticas foram fundamentais para o avanço desse setor pelo país. Com ênfase, iremos nos aprofundar na política do Proálcool e sua colaboração para a expansão acelerada da cana-de-açúcar no Brasil.

## **1.2 Proálcool, uma política para os barões**

O Proálcool foi criado mediante ao Decreto nº 76. 593, de 14 de novembro de 1975. No art. 1º afirma “Fica instituído o Programa Nacional do Álcool visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos” (Brasil, 1975). O governo, por meio desse decreto, criou possibilidades para o aumento da produção de álcool que viria abastecer o plano automotivo instituído no país.

O Proálcool foi criado pelo Estado em um contexto no qual o preço do petróleo estava em alta e a inflação estava fora de controle. Era preciso criar alternativas para reduzir a dependência do país no uso do petróleo e, desse modo, garantir a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB. Outro fator relevante que contribuiu para a efetivação do Proálcool foi a oscilação do preço do açúcar no mercado exterior, tendo em vista que, entre os anos de 1973 e 1974, subiram os preços do açúcar no mercado externo (Gráfico 1).

**Gráfico 1:** Mercado Mundial: preço médio (anual) da tonelada de açúcar, em US\$ - 1965 a 1975



Fonte: Ramos, 1998, p. 155.

Segundo Ramos (1998), em 1974/1975 o açúcar tornou-se líder na pauta das exportações, contudo, dois anos depois, os preços caíram bruscamente, o que ocasionou grandes estoques desse produto. Sobre esse assunto, Santos (1993) corrobora afirmando:

As perspectivas do mercado do açúcar tornaram-se sombrias, com preços muito baixos e estoques acumulando-se a níveis alarmantes. Nestas circunstâncias a produção de álcool, em seu papel de válvula de segurança da agroindústria açucareira, recebeu grande estímulo (Santos, 1993, p. 62).

É importante ressaltar que quem estava no controle do Estado naquele período eram os militares, com forte presença do Estado regulando a economia. Após o mandato de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), cujo período era chamado de “milagre econômico”, o país estava passando por uma crise econômica. Era preciso buscar alternativas para manter o crescimento da nação.

Neste sentido, o General Ernesto Geisel, sucessor de Emílio, buscava alternativas para manter as principais metas do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento, que visavam conter a inflação, continuar com o crescimento acelerado e permanecer com o equilíbrio do balanço de pagamento. Além de outras ações, a diminuição da dependência energética do país na importação do petróleo poderia contribuir com a redução do *déficit* orçamentário, ou seja, o governo tinha como preocupação básica “reduzir a dependência do país em relação às fontes externas” (Fundação Getúlio Vargas, 2009, p. 1).

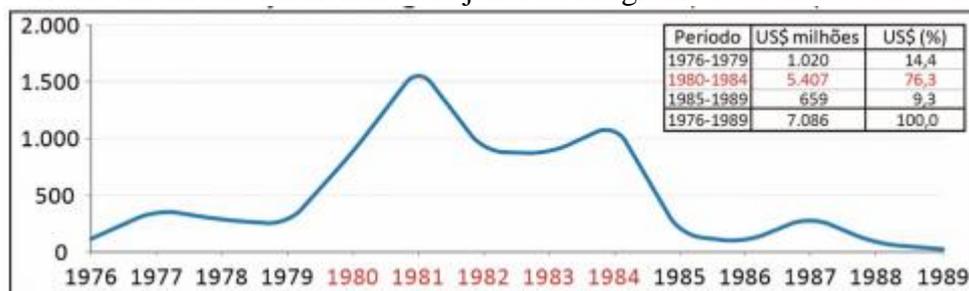
Dessa forma, conciliando o momento em que o país estava passando por uma crise energética e o setor sucroalcooleiro, por superprodução de açúcar, a criação do Proálcool foi à solução rentável para aquele momento.

No final de 1975 o desequilíbrio macroeconômico tinha piorado bastante: a dívida externa continuava a crescer, as reservas cambiais se reduziam, as exportações comportavam-se aquém do previsto e a captação dos recursos externos não eram suficientes para cobrir os déficits das transações correntes. Em 09 de outubro de 1975 o presidente Geisel faz um discurso à Nação no qual anuncia uma série de medidas drásticas com o objetivo de reduzir ao máximo o déficit no balanço de pagamentos, sendo que entre elas é anunciado o Programa do Alcool (Moraes, 1999, p. 59, 60).

Compreendemos que o Estado não criou o Proálcool apenas porque usineiros o pressionavam e, sim, apresentou-se como um aliado desse setor e, por intermédio da inserção de políticas agrícolas, possibilitou a expansão da cana-de-açúcar na região centro-sul do país. Como Thomas Junior enfatiza (2002), os discursos de crise têm sido uma estratégia habitual utilizada pelos usineiros. Assim, bilhões de reais têm sido oferecidos como subsídios para o setor sair da crise, ou são perdoadas as dívidas bilionárias.

Do mesmo modo, Porto Gonçalves (2008, p. 333) menciona que, “no Brasil, o Proálcool selou uma aliança estratégica entre os usineiros de açúcar, os gestores estatais, centros de pesquisa e a indústria automobilística”. Mediante ao Proálcool, várias medidas foram tomadas pelo Estado para a ampliação da produção e do setor sucroalcooleiro, dentre elas estão: juros baixos, prazos longos e subsídios (Mello; Fonseca, 1981). No gráfico 2, podemos observar os financiamentos realizados utilizando recursos do Proálcool.

**Gráfico 2:** Brasil: financiamentos junto ao Programa Nacional do Alcool



Fonte: Thomaz Júnior, 2002; Pitta, 2010.

O Instituto do Açúcar e Alcool foi o órgão que ficou responsável pelo controle de aprovação da ampliação de destilarias existentes e a criação de novas destilarias que viriam a utilizar os recursos oriundos do Proálcool. Todas as inscrições das indústrias deveriam ser enviadas para esse órgão. Contudo, Sampaio (2014) menciona que, com a efetivação do PNA, o IAA deixou de ser um órgão de primazia no direcionamento do setor sucroenergético, passando a lidar apenas com questões técnicas e burocráticas.

Percebemos que o controle sobre a liberação ou não de destilarias pelo IAA resultou em descontentamento por parte dos usineiros. Para eles, representado pela Copersucar<sup>1</sup>, os investimentos deveriam ser, principalmente, para ampliação das destilarias anexas já existentes, bem como para a instalação de destilarias anexas às usinas que ainda não tinham recursos e à ampliação e modernização das destilarias que já tinham sido instaladas anteriormente ao Proálcool (Moraes, 1999).

Desse modo, compreendemos que esse setor visava fortalecer o seu monopólio expandindo o domínio das usinas já existentes, podendo assim, adaptá-las para produzir etanol ou açúcar conforme o preço no mercado exterior. Os estímulos ofertados pelo Proálcool na safra de 1977/78 proporcionaram um aumento de 121% com relação à safra anterior, e sua produção passou de 664 milhões para 1,47 bilhões de litros (Ipardes, 1983).

O Proálcool, desde sua implantação, passou por momentos de avanço e de recuo, sendo classificado nas bibliografias em três fases: a primeira, caracterizada como fase lenta; a segunda, como a fase acelerada e a terceira, como a fase de estagnação do programa.

### **1.3 A primeira fase do Proálcool (1975 a 1979)**

No início da efetivação do Proálcool, a sua contribuição foi considerada pouco representativa, pois o setor usineiro acreditava na recuperação do mercado açucareiro, porém, a acumulação de estoques e os preços do açúcar muito baixos (Castro, 1993) fizeram com que o PNA passasse a ser a salvação para os usineiros.

A primeira fase do PNA caracterizou-se pela efetivação de destilarias anexas às usinas já existentes, o que contribuiu com os interesses dos usineiros que estavam passando por crise financeira, como já mencionamos. Bray, Ferreira e Ruas (2000, p. 58) pontuam que esse programa tinha como objetivo “resolver primeiramente o problema do usineiro nacional, em virtude da crise açucareira”.

Na primeira fase do Proálcool (1975 a 1979), foram instaladas principalmente, destilarias anexas às usinas já existentes, visando aumentar a produção de etanol anidro, com a proporção de 20%, que seria misturado à gasolina. Segundo Castro (1993), a adição do etanol anidro na proporção de 20% atingiu todo país somente em 1983. Esta primeira

---

<sup>1</sup> Copersucar é uma comercializadora global de açúcar e etanol, com logística integrada em toda cadeia de negócios (Copersucar, 2021).

fase é considerada lenta, em que não ocorreu em grande proporção à produção de etanol hidratado que, posteriormente, viria a ser o combustível utilizado em veículos movidos somente por esse combustível.

Para a regulação do PNA, em 1976, algumas providências foram tomadas por meio do Conselho Nacional do Álcool - CNAL que deliberou um roteiro de apresentação de propostas de financiamento, no qual o gerenciamento foi executado pelo IAA, como também foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de estabelecer as áreas prioritárias para instalação de destilarias (Santos, 1986). Como exemplo desta regulação, podemos mencionar a Resolução CNAL n° 5-76, de 31 de março de 1976 (Figura 1).

Figura 1: Resolução CNAL n° 5-76 de 1976

<b>COMISSÃO NACIONAL DO ALCOOL</b>	
<p><b>RESOLUÇÃO CNAL N.º 5-76 DE 31 MARÇO DE 1976</b></p> <p>A Comissão Nacional do Alcool, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a deliberação tomada em sua 4.ª reunião, realizada em 31 de março de 1976, resolve:</p> <p><b>I</b> — Não permitir a transferência a terceiros das autorizações de enquadramento no Programa Nacional do Alcool.</p> <p><b>II</b> — Não contemplar com recursos do Programa Nacional do Alcool financiamentos destinados à aquisição de imóveis rurais.</p> <p><b>III</b> — Não considerar entre os itens financiáveis com recursos do Programa Nacional do Alcool os equipamentos industriais usados.</p> <p><b>IV</b> — Estabelecer para as propostas de modernização, ampliação ou implantação de destilarias anexas, que, mediante comprovação da disponibilidade de excedentes de matéria-prima, com o aproveitamento de expansão de áreas, e/ou comprovação do aumento da produtividade de áreas já cultivadas (próprias, arrendadas ou de fornecedores), a Comissão Nacional do Alcool, poderá autorizar a utilização de recursos destinados a investimentos fixos do Programa Nacional do Alcool para o financiamento de equipamentos.</p> <p><b>V</b> — Aprovar o enquadramento das seguintes propostas nos objetivos do Programa do Alcool:</p>	<p>sário — Município de Morro Agudo — Estado de São Paulo — Capacidade de produção autorizada: 300,00 mil 1/24 h — Matéria-prima: cana-de-açúcar; Exigência: redimensionamento do volume de tancagem;</p> <p><b>4</b> — Processo CNAL-SP-05-76 — Irmãos Biagi S. A. — Açúcar e Alcool — Usina da Pedra — Município de Serrana — Estado de São Paulo — Capacidade de produção autorizada: 180,0 mil 1/24 h — Matéria-prima: cana-de-açúcar;</p> <p><b>5</b> — Processo CNAL-SP-06-76 — Usina Santa Elisa S. A. — Município de Sertãozinho — Estado de São Paulo — Capacidade de produção autorizada: 300,0 mil 1/24 h — Matéria-prima: cana-de-açúcar, Exigência: observância do disposto no item IV desta Resolução;</p> <p><b>6</b> — Processo CNAL-SP-07-76 — Paulo Antonio Meneguel — Município de Rio Brillante — Estado de Mato Grosso — Capacidade de produção autorizada: 210,0 mil 1/24 h — Matéria-prima: cana-de-açúcar; Exigência: revisão dos aspectos financeiros.</p> <p><b>VI</b> — A presente Resolução vigora nesta data e será publicada no <i>Diário Oficial</i>.</p> <p>Sala das Sessões da Comissão Nacional do Alcool, aos trinta e um dias do mês de março de mil novecentos e setenta e seis. — <i>Paulo Vietra Bellotti</i>, Presidente da CNAL.</p>
<p><b>1</b> — Processo CNAL-AL-01-76 — Agro-Industrial Triunfo S. A. — Município de Japaratinga — Estado de Alagoas — Capacidade de produção autorizada: 120,00 mil 1/24 h — Matéria-prima: cana-de-açúcar;</p> <p><b>2</b> — Processo CNAL-SP-03-76 — Destilaria R. S. Limitada — Município de Sidrolândia — Estado de Mato Grosso — Capacidade de produção autorizada: 120,00 mil 1/24 h — Matéria-prima: cana-de-açúcar; Exigência: redimensionamento do volume de tancagem;</p> <p><b>3</b> — Processo CNAL-SP 04-76 — Companhia Açucareira Vale do Rio-</p>	

Fonte: Diário Oficial da União (DOU), de 13 de abril de 1976.

Como podemos observar na Resolução CNAL n° 5-76, de 31 de março de 1976, não se permitiu a utilização de recursos oriundos do Proálcool para a compra de imóveis rurais, como também não se autorizou o uso dos recursos para compra de equipamentos usados. A utilização dos recursos oriundos do Proálcool foi destinada para a modernização, ampliação ou implantação de destilarias anexas, que teria que comprovar a disponibilidade de excedentes de matéria prima, como também o aproveitamento do aumento da área cultivada e/ou

comprovação do aumento das áreas já cultivadas (CNAL n° 5, 1976). Nessa resolução, foram aprovados 6 projetos com capacidade de 120 a 300 mil 1/24 h.

**1 Processo CNAL-AL-01-76**

Agro -Industrial Triunfo S. A. - Município de Japaratinga – Estado de Alagoas

Capacidade de produção autorizada: 120,00 mil 1/24 h

Matéria-prima: cana-de-açúcar;

**2 Processo CNAL-SP-03-76 -**

Destilaria R. S. Limitada - Município de Sidrolândia - Estado de Mato Grosso

Capacidade de produção autorizada: 120,00 mil- 1/24 h

Matéria-prima: cana-de-açúcar;

Exigência: redimensionamento do volume de tancagem;

**3 Processo CNAL-SP 04-78 -**

Companhia Açucareira Vale do Rosário - Município de Morro. Agudo

Estado de São Paulo

Capacidade de produção autorizada: 300,00 mil 1/24 h

Matéria-prima: cana-de-açúcar;

Exigência: redimensionamento do volume de tancagem;

**4 Processo CNAL-SP-05- 76 -.a**

Irmãos Biagi S. A. - Açúcar e Álcool - Usina da Pedra - Município de Serrana - Estado de São Paulo

Capacidade de produção autorizada: 130,0 mil 1/24 h

Matéria-prima a cana-de-açúcar;

**5 Processo \_ CNAL-SP-06-7ª**

Usina Santa Elisa S. A. - Município de Sertãozinho - Estado de São Paulo

Capacidade de produção autorizada: 300,0 mil 1/24 h -

Matéria-prima: cana-de-açúcar,

Exigência: observância do disposto no item - IV desta Resolução:

**6 - Processo CNAL-SP-07-76**

Paulo Antonio Meneguel, Município de Rio Brillante - Estado de Mato Grosso

Capacidade de produção autorizada: 210,0 mil 1/24 h

Matéria-prima: cana-de-açúcar;

Exigência: revisão dos aspectos financeiros (Resolução CNAL n° 5 - 76).

De acordo com Ministério da Indústria e Comércio - CENAL (1984), entre os anos de 1975/1979, foram aprovados 209 projetos no Brasil, sendo 136 projetos para efetivação de destilarias anexas e 73 projetos para a execução de destilarias autônomas (Tabela 1).

**Tabela 1:** Número de projetos de destilarias anexas e autônomas (1975-1979)

<b>Estado</b>	<b>Destilarias anexas/Números</b>	<b>Destilarias autônomas/Números</b>
Amazonas	-	1
Pará	-	1
Maranhão	-	1
Piauí	-	1
Ceará	1	2
Rio Grande do Norte	2	2
Paraíba	3	4
Pernambuco	19	3
Alagoas	22	8
Sergipe	2	1
Bahia	1	1
<b>Norte - Nordeste</b>	<b>50</b>	<b>25</b>
Minas Gerais	7	2
Espirito Santo	1	2
Rio de Janeiro	11	1
São Paulo	64	23
Paraná	1	9
Santa Catarina	-	1
Mato Grosso	1	1
Mato Grosso do Sul	-	6
Goiás	1	3
<b>Centro –Sul</b>	<b>86</b>	<b>48</b>
<b>Brasil</b>	<b>136</b>	<b>73</b>

Fonte: CENAL, 1984; Org. Sampaio, 2021.

Como podemos observar na Tabela 1, os estados beneficiados com a efetivação de destilarias anexas foram os açucareiros mais tradicionais e capitalizados, como Alagoas, Pernambuco e São Paulo. Com relação aos estados que mais efetivaram projetos de destilarias autônomas, destacam-se o Paraná e o Mato Grosso do Sul (Bray, 2000).

Isto possibilitou a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, contribuindo para a formação de novas zonas canavieiras. Essa expansão para novas áreas estava contida nos objetivos do Proálcool, em seu art. 3º, alínea b: “definir os critérios de localização a serem observados na implantação de novos projetos de destilarias, atendidos os seguintes aspectos principais: I redução de disparidades regionais de renda” (Brasil, Decreto nº 76.593, s/p, 1975). Consequentemente, novas áreas foram sendo territorializadas pelo setor sucroenergético. No primeiro momento do Proálcool no Paraná, fundou-se a destilaria Alto Alegre, localizada em Colorado, e a Casquel, situada em Cambará (Sampaio, 2014).

#### 1.4 A segunda fase do Proálcool (1980 a 1985)

A segunda fase do Proálcool (1980 a 1985), considerada como o auge do programa, foi marcada pelo aumento da produção de álcool hidratado, devido ao avanço das destilarias instaladas unicamente para a produção alcooleira (Gráfico 3).

**Gráfico 3:** Produção de álcool etílico hidratado – 1970 a 2008



Fonte: Balanço Energético Nacional - BEN, 2009.

O aumento da produção de etanol hidratado está relacionado ao segundo (2º) choque do petróleo, no qual o preço do barril subiu de “12 dólares e 91 centavos em 1978, para 29 dólares e 19 centavos em 1979, ou seja, um aumento de 126%” (Cavalcanti, 1992, p. 4). Devido a esse “choque” do petróleo que ocorreu entre 1979-1980, o valor das importações subiu demasiadamente, o que ocasionou o aumento da dívida externa líquida, a qual, segundo Magalhães e Kuperman (1991, p 14) chegaram ao montante de “46.935 milhões de dólares em 1980”.

Diante desse contexto, o Governo brasileiro adotou medidas para a total ativação do Proálcool por meio da Comissão Nacional do Álcool (CENAL) e do Conselho Nacional do Álcool (CNAL), através do Decreto nº 83.700, de 5 de julho de 1979 que tinha por competência:

Art. 2º Compete ao Conselho Nacional do Álcool:

I - compatibilizar as participações programáticas dos órgãos, direta ou indiretamente, vinculados ao PROÁLCOOL, objetivando a expansão da produção e da utilização do álcool;

II - apreciar, acompanhar e homologar a ação dos órgãos e entidades da administração pública, relacionada com a execução do PROÁLCOOL;

III - definir a produção anual dos diversos tipos de álcool, especificando o seu uso;

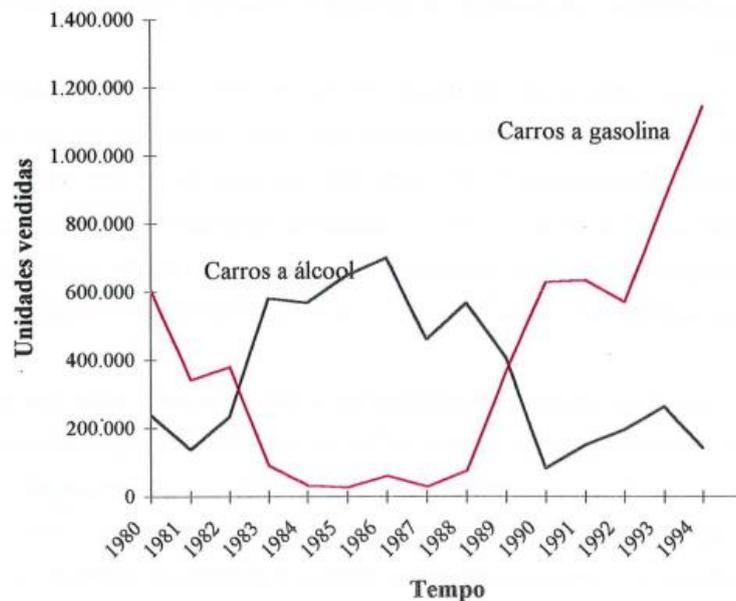
IV - definir os critérios gerais, que deverão ser observados pela Comissão Executiva Nacional do Álcool, para enquadramento dos projetos de modernização, ampliação e implantação de destilarias, observados, especialmente, os seguintes aspectos:

- a) módulos econômicos de produção;
- b) níveis, global e unitários, de investimentos;
- c) disponibilidade e adequação de fatores de produção para as atividades agrícola e industrial;
- d) centros de consumo;
- e) custos de transporte e de tancagem;
- f) infraestrutura viária, de armazenagem e de distribuição;
- g) redução das disparidades regionais de renda (Decreto nº 83.700, 1979)

Como podemos observar, o Conselho Nacional do Álcool tinha a função de regular e fiscalizar o Proálcool para que o programa tivesse êxito. Neste sentido, compreendemos que o Estado cria as ferramentas necessárias para sua consolidação. Assim, desde a primeira fase do programa, ampliou-se a meta de litros de etanol a serem fabricados. De acordo com Sampaio (2014), a fabricação de etanol passou dos 3 bilhões de litros estabelecidos como metas para 1980 para 10,7 bilhões de litros em 1985.

Este aumento na fabricação do etanol é resultado da assinatura do protocolo entre o Governo comandado pelo presidente João Figueiredo e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, efetivada em 19 de setembro de 1979, o que promoveu o aumento da produção de veículos movidos a etanol no Brasil (Gráfico 4).

**Gráfico 4:** Carros movidos a etanol e à gasolina comercializados entre 1980 e 1994



Fonte: Única, 1994.

Com a efetivação desse acordo, segundo Natale Netto (2005, p. 225), as metas iniciais de produção de carros movidos apenas a etanol foram: “250 mil carros [a álcool] já em 1980, 300 mil em 1981 e 350 mil em 1982”. Assim, os acordos realizados entre Estado, Anfavea e o setor usineiro em 18 de setembro de 1983 marcam o montante de um (1) milhão de veículos movidos a etanol produzidos no país (Figura 2).

**Figura 2:** Fiat 147, o primeiro veículo movido a etanol produzido em série no Brasil - 1979



Fonte: Brasilagro, 2019.

Para que a venda de veículos 100% a etanol tivesse êxito, o Governo adotou medidas, como a redução do imposto sobre produtos industrializados - IPI, “além dos incentivos fiscais, o carro a álcool possuía a vantagem de poder ser reabastecido aos finais de semana, quando a venda de gasolina em postos era proibida” (Rodríguez, 2019, s/p). De acordo com Vilela e Losekann (2003), em 1986, os carros movidos unicamente a álcool já representavam 92% das vendas, com um pico de venda de 621, 7 mil unidades.

Por sua vez, foi durante a segunda fase do Proálcool que se efetivou o maior número de projetos enquadrados no programa. Até o ano de 1980, tinha-se 295 projetos; em 1985, atingiu-se o montante de 537 projetos. Dentre esses projetos, estão incluídas as destilarias anexas e autônomas (Tabela 2).

**Tabela 2:** Proálcool: número de projetos enquadrados, montante de investimentos, capacidade de produção e produção real de álcool – 1980 a 1985.

ANOS	N.º. DE PROJETOS		INVESTIMENTOS (US\$ milhões)	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO (milhões lts.)	PRODUÇÃO DE ÁLCOOL (milhões lts.)
	NO ANO	ATÉ O ANO			
1980	87	295	883,6	7.738,6	3.676,1
1981	55	350	1.636,4	9.238,0	4.206,7
1982	37	387	886,7	10.323,3	5.617,9
1983	67	454	868,0	11.904,4	7.950,3
1984	69	523	1.131,3	13.306,0	9.201,0
1985	14	537	153,9	13.594,0	11.772,9
1980-85	55	-	927,0	11.017,4	7.070,8

Fonte: Cenal, 1988.

De acordo com Sampaio (2014), a maioria desses projetos referia-se a destilarias autônomas, o que contribuiu para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar a novas áreas agricultadas com tal gramínea. Assim, a segunda fase do Proálcool ficou caracterizada como de expansão acelerada (Shikida, 1998), proveniente dos subsídios do Estado, que incentivou a produção e a venda de carros movidos apenas a etanol hidratado, como já mencionado, o que contribuiu também para que as indústrias automobilísticas, naquele momento, superfaturassem.

Também é necessário mencionar que o Governo ampliou as linhas de crédito com a efetivação do Decreto nº 84.575, de 18 de março de 1980, o qual modificou o Decreto nº 83.700, de 5 de julho de 1979, incluindo os bancos comerciais privados, as caixas econômicas e os bancos de investimento entre os agentes financeiros da linha de crédito industrial do Proálcool.

Art. 1º. O item I do artigo 12 do Decreto nº 83.700, de 5 de julho de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. Os investimentos e dispêndios relacionados com o PROÁLCOOL serão financiados:

I - no caso de instalação, modernização ou ampliação de destilarias e instalações de unidades armazenadoras, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, pelo Banco do Brasil S.A., pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., pelo Banco da Amazônia S.A., pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A., pelas caixas econômicas, pelos bancos estaduais de desenvolvimento, pelos bancos de investimento privados e pelos bancos comerciais oficiais e privados" (Brasil, 1980, s/p).

Dessa maneira, os bancos comerciais privados também se tornaram financiadores por meio da linha de crédito do Proálcool. Esses financiamentos não eram direcionados somente para a construção de destilarias anexas ou autônomas, ou simplesmente utilizados para o aumento das áreas agricultáveis, mas também foram direcionados para a modernização dos parques sucroenergéticos e para os investimentos no melhoramento genético da cana-de-açúcar.

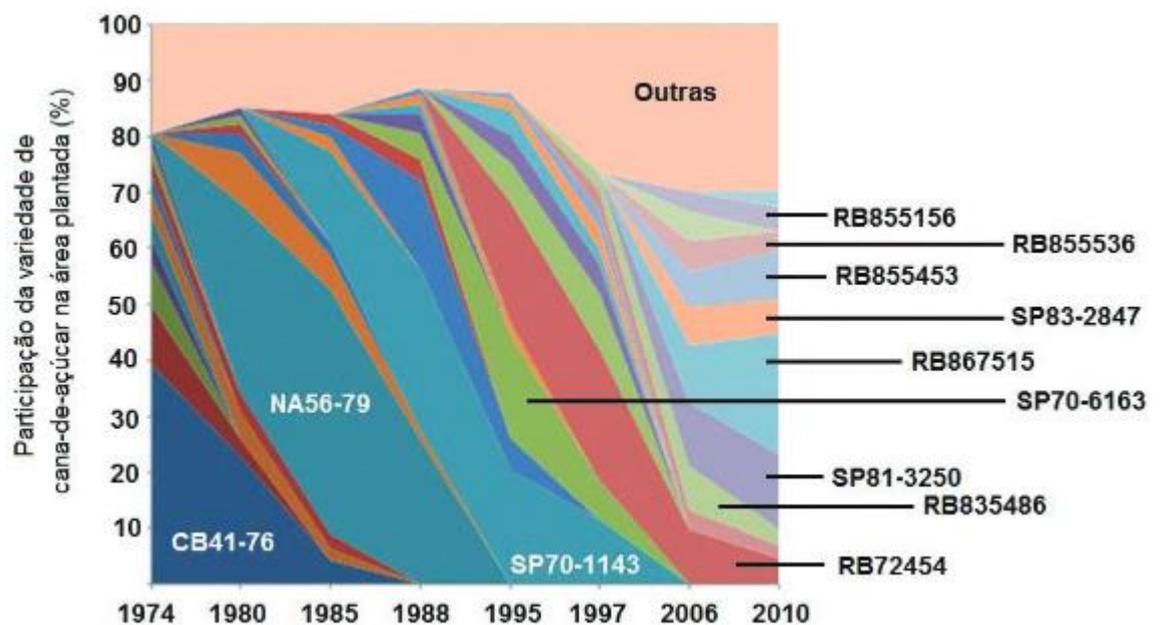
De acordo com Cortez *et al.* (2016), até 1975 existiam poucas variedades de cana-de-açúcar no Brasil, dentre as quais, destacou-se a NA 567916, que predominava na região centro-sul. Ainda conforme esse autor menciona: “novos grupos de pesquisa em solos, herbicidas, controle biológico de pragas da cana e doenças foram constituídos” (Cortez *et al.*, 2016, p. 31).

Esse melhoramento genético foi desenvolvido pelo Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar – PLANALSUCAR, criado em 1971 pelo IAA, tendo como objetivo o acréscimo do rendimento da cultura, mas foi no contexto do Proálcool que este programa teve seu amplo desenvolvimento.

O PLANALSUCAR orientou seus esforços no sentido de levar ao produtor de cana-de-açúcar conhecimentos, produtos e serviços gerados pela pesquisa, que resultaram em considerável aumento da produtividade agroindustrial. Este órgão de pesquisa se desenvolveu também em função do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), cujas metas somente puderam ser alcançadas, ou pela incorporação de novas áreas de plantio da cana-de-açúcar em locais propícios ao cultivo, ou pelo aumento da produtividade nas áreas já tradicionalmente produtoras. A ideia foi dar apoio indispensável a todas as regiões potenciais ao desenvolvimento do PROÁLCOOL. Com isso, foram obtidas respostas rápidas em termos de produção de álcool, levando em conta as características regionais (Ridesa, 2015, s/p).

Por intervenção desses investimentos para o melhoramento genético da gramínea, algumas variedades foram desenvolvidas (Figura 3).

**Figura 3:** Variedades de cana-de-açúcar 1974- 2010



Fonte: Cruz; Cortez; Souza, 2014.

Dessa forma, os subsídios destinados pelo Proálcool a juros baixos ou até mesmo juros negativos, aliados à tecnologia e ao melhoramento genético, possibilitaram que o parque sucroenergético efetivasse sua expansão nas regiões centro-sul do Brasil. No entanto, um dos objetivos do Proálcool era reduzir as desigualdades regionais no Brasil; para isso, os estímulos para a produção da cana no nordeste eram maiores do que para região sudeste, conforme estabelecido no art. 5º, § 2º:

I) Destilarias anexas ou autônomas: juros 17% ao ano, podendo atingir 15% ao ano para o Norte e Nordeste; prazo máximo: 12 anos, inclusive carência de 3 anos.

II) Cana-de-Açúcar e outras matérias-primas: Juros :7% ao ano, Prazo máximo: 5 anos, inclusive carência de até 2 ano (Brasil, 1975, s/p).

Mesmo assim, a maioria dos projetos realizados pelo Proálcool foram consolidados na região centro-sul. Aliados à racionalização, à modernização da produção e à busca por mercado externo, a região centro-sul passou a ser a maior produtora de açúcar e álcool do país (Bray, Ferreira, Ruas, 2000). Desde 1950, intensificaram-se o crescimento e a transferência da agroindústria canavieira nessas regiões.

De 1950 a 1959: fase de intenso crescimento do subsetor, e também da economia nacional; crescimento voltado para dentro e caracterizado pela definitiva transferência do eixo da agroindústria canavieira do país para a região centro-sul (Szmrecsányi, 1978, p. 33-34).

Assim, a produção do estado de São Paulo ultrapassou a de Pernambuco e, posteriormente, a de toda a região nordeste, o que possibilitou o avanço da cana-de-açúcar por várias regiões brasileiras. Essa ampliação do setor sucroenergético pelo país decorreu de vários fatores como: condições edafoclimáticas, mão de obra barata e disponível, oferta de créditos e incentivos do Estado.

Ainda na segunda fase do Proálcool, o Governo criou o decreto nº 85.698, de 4 de fevereiro de 1981 que autorizou o registro de usinas produtoras de etanol hidratado de pequeno porte (com produção de até 5.000 litros/dia), junto ao IAA, situação que, anteriormente ao decreto, era vetada. Para a efetivação desse registro, alguns critérios teriam que ser levados em consideração.

Art. 1º. As unidades privadas produtoras de álcool hidratado, com capacidade de produção de até 5.000 litros/dia, não financiadas com recursos do PROÁLCOOL, poderão obter registro sumário junto ao Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), observadas as seguintes condições:

I - O álcool produzido deverá ser, basicamente, destinado a consumo próprio, assim entendido o álcool utilizado na propriedade ou conjunto de propriedades do titular do projeto e pelos cooperados ou associados, quando se tratar de Cooperativa Rural ou Associação de Produtores Rurais;

II - Eventuais excedentes de produção só poderão ser comercializados dentro da sistemática de controle de qualidade e de comercialização definida pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) ou IAA, em função da localização da unidade produtora e do uso do álcool produzido;

III - O fornecimento de matéria prima a essas unidades produtoras não poderá interferir com o fornecimento vinculado a unidades de produção de açúcar ou álcool;

IV - No que se refere a tratamento de efluentes industriais (vinhoto, água de lavagem de cana), deverão ser observadas as normas regulamentares vigentes, emanadas do Ministério do Interior (Secretaria Especial do Meio Ambiente) (Brasil, Câmara dos Deputados, 1981, s/p).

Tal decreto permitia que as pequenas unidades pudessem produzir o etanol para consumo local, porém, para a comercialização do seu excedente, somente seria possível após a aprovação do controle de qualidade fiscalizado pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Por conseguinte, a segunda fase do Proálcool foi marcada pelo intenso incentivo do Estado por intermédio de recursos advindos desse programa e do avanço das usinas e destilarias pelo território brasileiro. Como aponta Silva (1982), o avanço do setor canavieiro é fruto da modernização conservadora que privilegiou apenas algumas culturas e regiões, além de alguns tipos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Vejamos no próximo subtítulo a terceira fase do Proálcool conhecida como fase de desregulamentação do setor sucroenergético.

### **1.5 A terceira fase do Proálcool (1986 e 1995)**

A terceira fase do Proálcool entre os anos de 1986 e 1995 ficou marcada pelo corte de financiamentos, pois o preço do petróleo estava em queda, e o preço do açúcar estava em ascensão, o que inviabilizou a continuidade do Proálcool. O desabastecimento do etanol hidratado no mercado interno ocasionou a redução de vendas de automóvel que utilizava esse combustível. Tal desabastecimento aconteceu devido à insatisfação da Petrobras que estava tendo prejuízos com a chamada “conta do álcool”. Acerca desse fato, Sampaio (2014) menciona:

A situação culminou numa crise de abastecimento interno, quando faltou álcool hidratado nos postos de abastecimento. Como se disse à época, os proprietários desses modelos de carros se viram diante de duas possibilidades: “ficar a pé ou ficar na mão”. A Petrobras acusava os usineiros de não fornecerem álcool para esta redistribuir no varejo; os usineiros retrucavam que a estatal estava boicotando o produto que lhe forneciam regularmente, desgastando-se ainda mais a relação entre ambos (Sampaio, 2014, p. 679).

O questionamento entre a Petrobras e os usineiros deveu-se ao fato de que, por meio do Decreto nº 94.541, de 1º julho de 1987, o Conselho Nacional do Petróleo passou a ser o responsável pela estocagem de álcool para fins combustíveis, conforme mencionado no art. 1º e, concomitante no art. 4º:

Art. 1º. O Conselho Nacional do Petróleo - CNP, em consonância com o Decreto nº 83.700, de 5 de julho de 1979, estabelecerá e informará à Comissão Executiva Nacional do Álcool - Cenal, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, a demanda total de álcool para fins combustíveis e para matéria-prima da indústria alcoolquímica, em cada safra.

Art. 4º [...] § 2º Será de responsabilidade da Petrobrás a aquisição dos volumes de álcool destinados à formação dos estoques de segurança, nos volumes correspondentes à diferença entre a produção adquirida na forma a que se referem os parágrafos 1º e 2º do artigo 3º do presente decreto e a demanda mensal, e nos volumes necessários ao atendimento da demanda, quando a movimentação se realizar pelo seu sistema de tancagem e de transporte (Brasil, Câmara dos Deputados, 1987, s/p).

Assim, de acordo com Sampaio (2014), ocorreu um boicote realizado pela Petrobrás, que alegava que a compra e estocagem do etanol combustível estava saindo caro e colocando em risco as finanças da empresa. Outro fato que também marcou a redução dos investimentos direcionados para o Proálcool foi o desinteresse das montadoras de veículos que viam um empecilho na não uniformidade das peças brasileiras com relação ao mercado de peças mundial. Ainda Sampaio (2014) relata que:

Para as montadoras de veículos, a produção de carros a álcool no país continha dois empecilhos básicos: a perda de confiança por parte dos consumidores, que temiam nova situação de desabastecimento, e a não uniformidade das peças brasileiras em relação ao resto do mundo. Conforme acirrava a competição pelo mercado mundial de automóveis, baseada em conceitos de acumulação flexível, as montadoras de carros tornaram prioritário o estabelecimento de certa padronização em seu processo produtivo. Assim, partes ou peças dos carros eram fabricadas no país onde melhor conviesse às empresas, e exportadas para qualquer outra localidade do mundo, devido ao padrão universal de suas componentes (Sampaio, 2014, p. 679).

Esses fatores, aliados ao afastamento do Governo na intervenção sobre o ciclo econômico do etanol e do açúcar, marcam uma nova fase para o setor sucroenergético. Através do Decreto-Lei nº 2.401, de 21 de dezembro de 1987, em seu art. 1º, afirma-se que:

Art. 1º A partir de 1º de junho de 1989 fica vedada a utilização de recursos do Tesouro Nacional nas operações de compra e venda de açúcar de produção nacional, para fins de exportação, que a partir daquela data passarão a ser realizadas, exclusivamente, por pessoas naturais e jurídicas de direito privado (Brasil, Câmara dos Deputados, 1987, s/p).

Por meio desse decreto, transferiu-se as responsabilidades sobre a exportação do açúcar para o setor privado, deixando o Governo de ser o agente responsável por comprar e estocar o açúcar com recursos do Tesouro Nacional que seriam destinados para a exportação. Outra medida tomada pelo Governo foi à efetivação da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispôs sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e trouxe outras providências.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a extinguir ou a transformar as seguintes entidades da Administração Pública Federal:

I - Autarquias:

- a) Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO;
- b) Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL;
- c) Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS;
- d) Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA;
- e) Instituto Brasileiro do Café - IBC. (Brasil, 1990, s/p).

Assim, órgãos como o IAA, que era o responsável pela liberação de todos os projetos de destilarias anexas ou autônomas, como também regulação dos preços e produção de etanol e açúcar, foram extintos mediante a essas medidas. Isto posto, Moraes (1999) corrobora dizendo que:

[...] foi extinta uma entidade que por quase 60 anos participou ativamente do processo de intervenção estatal na economia sucroalcooleira, e apesar do protesto de alguns produtores e fornecedores de cana, não mais seria possível recompor o IAA, não só devido à tendência de liberação econômica do Governo Collor, mas também porque a Constituição de 1988 não permitia outro caminho (Moraes, 1999, p. 95).

As atribuições antes conferidas ao IAA foram transferidas para a Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República por meio do Decreto nº 99.288, de 6 de junho de 1990. Tal reforma administrativa ocasionou uma estrutura decisória fragmentada, mediante ao Decreto nº 99.503, de 3 de setembro de 1990 que constituiu uma comissão para reexaminar a matriz energética nacional, sobretudo o papel do álcool combustível (Brasil, 1990, s/p). Essa comissão envolvia representantes dos ministérios da economia, das secretarias de ciência e tecnologia, da agricultura e infraestrutura, do departamento de assuntos alcooleiros, fornecedores de cana-de-açúcar, trabalhadores do setor e representantes das usinas.

Em 1993, criou-se a Comissão Interministerial do Alcool por meio do Decreto de 27 de outubro de 1993, cujo objetivo, em seu art. 1º, era “I - compatibilizar a atuação dos diversos órgãos governamentais, que detêm responsabilidades relativas ao Setor Sucroalcooleiro, e colaborar na formulação das políticas de desenvolvimento do Setor”

(Brasil, 1993, s/p). Esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 3.546, de 17 de julho de 2.000, que criou o Conselho Interministerial de Açúcar e do Álcool – CIMA, o qual tinha como objetivo deliberar políticas relacionadas às atividades do setor sucroalcooleiro.

Com vistas a estabelecer políticas nacionais para o aproveitamento das fontes de energia, criou-se a Agência Nacional do Petróleo – ANP, por intermédio do Decreto nº 9478, de 06 de agosto de 1997. Em seu primeiro artigo, visou-se “XII - incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional” (Brasil, 1997, s/p), cujo etanol encontrava-se na categoria dos biocombustíveis. Nesse decreto, mencionou-se o incentivo ao uso de biocombustíveis em razão do seu caráter limpo, viés muito discutido na atualidade. A implementação da ANP ocorreu um ano após sua criação por meio do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, que aprovou seu regimento.

Visando promover o biocombustível brasileiro no mercado internacional, criou-se a Resolução ANP nº 9, de 1º de abril de 2009, que trocou a nomenclatura “álcool” por “etanol” por conta do padrão internacional (Figura 4).

**Figura 4:** Imagem da troca da nomenclatura álcool por etanol nos postos de combustível



Fonte: Folha de Naviraí, 2019; Quatro Rodas, 2019.

Algumas resoluções foram criadas pela ANP, como a Resolução nº 36, de 6 de dezembro de 2005, na qual se estabeleceu as especificações do álcool etílico anidro combustível (AEAC) e do álcool etílico hidratado combustível (AEHC) comercializados pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional que vigorou até a efetivação da Resolução ANP nº 7, de 9 de fevereiro de 2011, que está vigente até os dias atuais (ANP, 2005). Nessa resolução, estabeleceu-se as especificações do AEAC e AEHC e as obrigações quanto ao controle de qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto no país (ANP, 2011).

Em 2006, a ANP estabeleceu regras para o cadastramento de distribuidores, fornecedores e importadores de álcool combustível por meio da Resolução ANP n° 5, de 13 de fevereiro de 2006: “Art. 1º Ficam estabelecidos, pela presente Resolução, os requisitos para cadastramento de fornecedor, comercialização e envio de dados de álcool etílico combustível para fins automotivos” (ANP, 2006, s/p).

A ANP, em 2012, lançou a Resolução ANP n° 26, na qual a construção, ampliação, modificação e operação da Planta Produtora de Etanol somente poderiam ser realizadas sob a autorização dessa agência.

Art. 9º Antes do início das obras, a Requerente deverá comunicar à ANP, de acordo com o Anexo G, a ampliação de capacidade pretendida encaminhando o Projeto Básico, em conformidade com as normas e os padrões técnicos aplicáveis à atividade, destacando as alterações a serem realizadas (ANEP, 2015, p. 4).

Sendo assim, a ANP, órgão de regime autárquico, foi criada pelo Governo para ser um órgão regulador da indústria do petróleo, gás natural seus derivados e biocombustíveis. Tal agência implementa políticas; organiza, regula e autoriza as atividades de produção e comercialização dos combustíveis, como também fiscaliza as práticas das indústrias e a qualidade dos combustíveis, através do estímulo a pesquisa e o uso racional dos recursos.

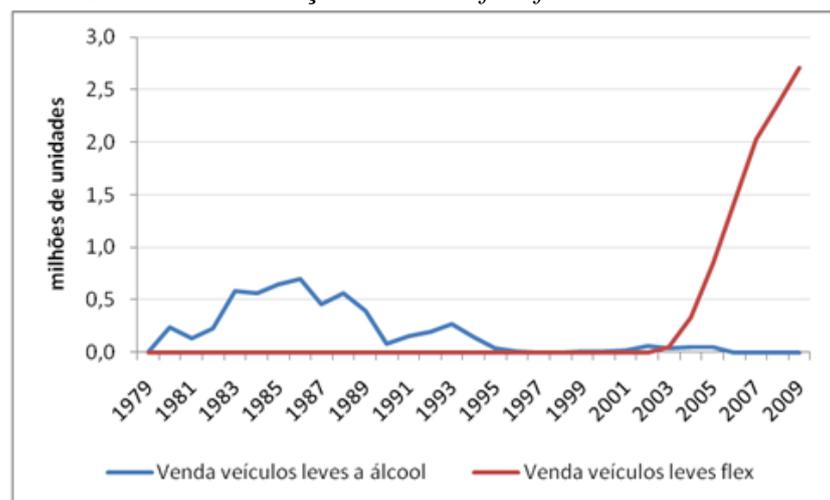
Dessa forma, compreendemos que o setor sucroenergético em sua trajetória econômica exibe uma fase de regulamentação governamental que perdurou até a década de 1990, e, após a década de 2.000, ocorreu à fase da desregulamentação do setor. A desregulamentação do setor possibilitou a inserção de novas estratégias, como também novas estruturas competitivas. Assim, os investimentos vindos do exterior contribuíram para o avanço da fronteira da cana-de-açúcar para a região centro-oeste brasileira (Vian; Belik, 2003).

De acordo com Maranhão (2019), novas linhas de financiamento foram estabelecidas pelo Estado direcionadas para a produção de etanol e açúcar. Conforme as necessidades do setor sucroenergético, o Governo criou algumas políticas, e outras foram extintas. Órgãos, como o IAA, que regulava o setor, foram suprimidos para dar lugar às regras neoliberais. A extinção desse órgão beneficiou os produtores mais eficientes que viam vantagens nas regras de livre comércio sobre os produtores menos eficientes que ainda necessitavam de apoio governamental.

Sendo assim, de acordo com Moraes (1999), após o ano de 2.000, essa fase do Proálcool ficou marcada pela transição entre a intervenção direta do Estado e a desregulamentação do setor. Naquele momento, o país vivenciava o contexto de liberação econômica.

Outro fator relevante para o setor sucroenergético foi à criação, em 2003, dos veículos *flex fuel*, que possibilitou a utilização dos combustíveis gasolina e etanol em um único veículo. Ainda naquele período, a propaganda dissipada mencionava o etanol de combustível “ecologicamente correto”, viés muito discutido. Thomaz Júnior (2011) relata que tal discurso foi uma artimanha do capital para tornar o capitalismo mais verde e respeitoso ao meio ambiente. De acordo com Losekann e Vilela (2010), a produção e venda de carros *flex fuel* aumentou em demasia a partir de 2003 (Gráfico 5).

**Gráfico 5:** Produção de carros *flex fuel* – 1979 - 2009



Fonte: Losekann; Vilela, 2010 (dados elaborados pela ANFAVEA).

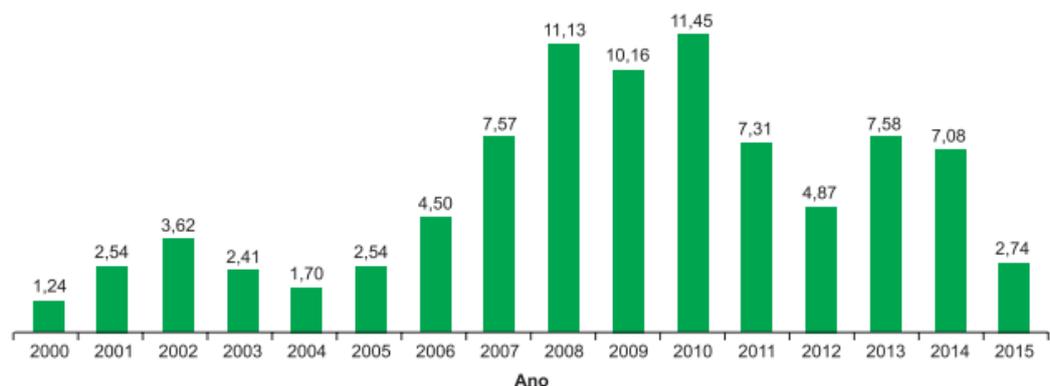
Devido ao aumento da produção destes veículos, visando atender a demanda por etanol anidro e hidratado, aumentou-se a produção de cana-de-açúcar, em que, de acordo com Maranhão (2019), em 2005, o governo brasileiro, por intervenção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, forneceu uma forte linha de financiamento para a produção de cana-de-açúcar.

Essa expansão produtiva, conseqüentemente, implicou incremento da demanda por recursos para investimento, e o BNDS, por ser a principal fonte de empréstimo de longo prazo, teve papel relevante como financiador desse processo, conforme evidenciado pelo aumento dos desembolsos do Banco para projetos sucroalcooleiros (BNDS, 2008, p 7).

O BNDES foi criado a partir da Lei nº 1628, de 20 de junho de 1952. Esse banco é público e utiliza recursos parafiscais e próprios. Os fundos são oriundos do Fundo da Marinha Mercante; do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND; do Fundo de Investimentos e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FI e FGTS respectivamente; do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS e PASEP respectivamente e do Fundo de Integração econômica (Fonseca, 2017).

Em 2010, devido ao aumento do preço do açúcar no mercado exterior, oriundo da redução da produção na Índia, o setor voltou à retomada de projetos vinculados às usinas de açúcar utilizando recursos vindos do BNDES. Segundo Silva (2017, p. 54), “as usinas foram um dos principais itens de financiamento para o setor realizado pelo BNDES”. De acordo com o Boletim Mensal dos combustíveis renováveis (2015), de 2010 em 2015, desembolsou-se aproximadamente, pelo BNDES, cerca de R\$32,18 bilhões para o setor sucroenergético (Gráfico 6).

**Gráfico 6:** Desembolso do BNDES para o setor sucroenergético – 2.000 a 2.015



Fonte: Desembolsos BNDES, 2016; Milanez; Niko, 2015.

Além dos financiamentos ofertados pelo BNDES, criou-se alguns programas, utilizando os recursos desse banco, como: o Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais – Prorenova; o Programa BNDES de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro – BNDES PASS e o Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético – PAISS Agrícola.

O Prorenova, lançado em 9 de abril de 2012, teve como objetivo fornecer crédito para aumentar a produção de cana-de-açúcar a partir da renovação e implantação de novos canaviais. Houve oferta de financiamentos para os produtores rurais de cana-de-açúcar (pessoa física e jurídica) e suas cooperativas, com prazo de 7 anos para pagar, incluindo o prazo de carência de no máximo, 18 meses. Tal programa teve sua vigência até 30 de maio de 2021 (BNDES, 2021).

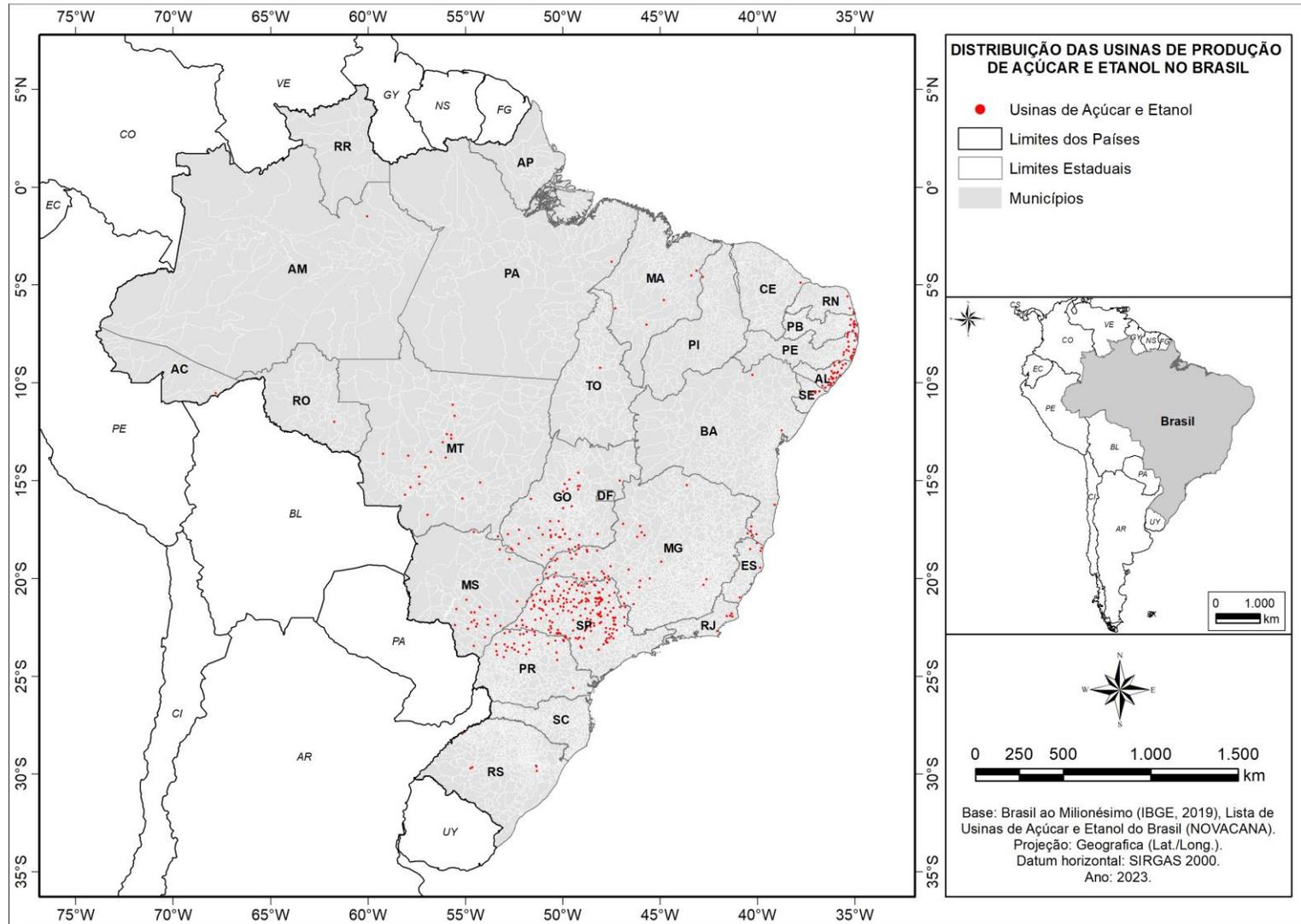
Em 2014, criou-se outro programa direcionado ao setor sucroenergético, denominado PAISS Agrícola, que tinha por finalidade “fomentar o desenvolvimento e a produção pioneira de tecnologias agrícolas, com a adaptação de sistemas industriais, desde que inseridos nas cadeias produtivas de cana-de-açúcar” (BNDES, 2018, s/p). Esse programa fomentava

projetos de desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais para usinas e destilarias.

Outro programa do BNDES foi o PASS, que fornecia financiamento ao capital de giro vinculado à atividade de estocagem de etanol combustível (BNDES, 2021). Ofertava prazo de 2 anos e teve vigência até setembro de 2020. Esse programa financiava a estocagem de álcool para garantir o abastecimento do país na entressafra. No entanto, conforme Ferracioli *et al.* (2016), mesmo que entre 2010 e 2015 tenha ocorrido um desembolso do BNDES de 32,18 bilhões de reais, não se foi capaz de atingir as metas oficiais de concessão, devido ao alto endividamento das usinas que inviabiliza a aquisição desses créditos fornecidos pelo banco.

Porém, o que identificamos é que, enquanto algumas usinas faliram pelo endividamento, grandes grupos foram-se territorializando pelo país. Novas empresas e investidores com capital estrangeiro, como a Raízen, a British Petroleum, a Louis Dreyfus Commodities, a ADM, a Bunge e a Cargill passaram a comandar etapas do processo produtivo do setor sucroenergético. Assim, a partir do capital estrangeiro e dos investimentos ofertados pelo Estado, o setor expandiu suas fronteiras e sua produção (Vencovsky, 2013 e Bernardes, 2013). A ampliação das áreas plantadas e a produção ocorreu, sobretudo, nas regiões sudeste, centro-oeste e sul do país (Mapa 1).

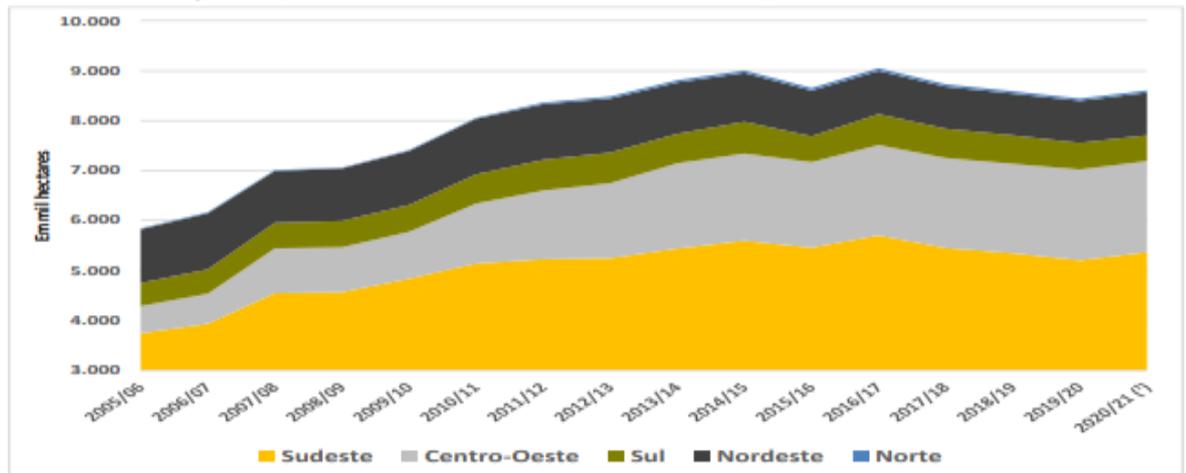
**Mapa 1: Localização das usinas no Brasil – 2021**



Fonte: Sampaio, 2023.

Como podemos observar no mapa 1, o complexo canavieiro tem-se expandido por várias regiões brasileiras com ênfase nas regiões sudeste, sul e centro-oeste. Por intermédio dos investimentos na ampliação e modernização de suas unidades produtivas, a área colhida também vem aumentando (Gráfico 7).

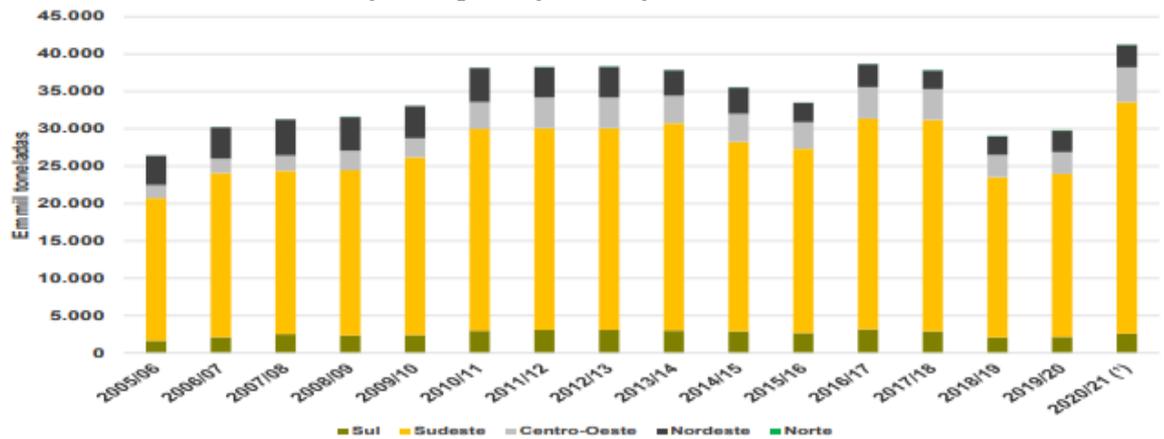
**Gráfico 7:** Evolução da área total colhida de cana-de-açúcar entre 2005 e 2021



Fonte: Conab, 2021.

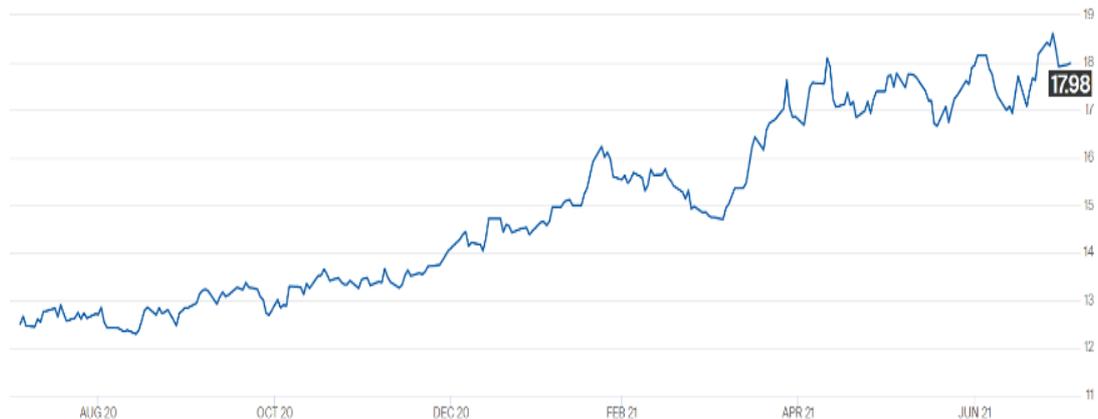
O destaque em área colhida é a região sudeste que destinou 5.378 mil hectares, sendo o estado de São Paulo o que se destaca em produção, com uma área de 83,3% do total regional. A região centro-oeste destina 1.823,3 mil hectares para a produção de gramínea. Já a região nordeste contribui com 849,7 mil hectares. Na região sul, destinou-se 518,8 mil hectares para a produção de cana-de-açúcar, sendo o Paraná que se destaca em produção e área plantada. Na região norte, há 45,7 mil hectares distribuídos no estado de Tocantins (Conab, 2021).

Mediante aos investimentos em área colhida, à modernização das usinas e destilarias mecanizando todo o processo, desde o plantio até o processamento da matéria prima, juntamente com os bilhões investidos pelo setor privado e público, o setor canavieiro continua aumentando a sua produção de açúcar e etanol (Gráfico 8).

**Gráfico 8:** Evolução da produção de açúcar entre 2005 e 2021

Fonte: Conab, 2021.

De acordo com a Conab (2021), o mercado de açúcar internacional encontra-se favorável, devido aos problemas climáticos que ocorreram nas lavouras da Tailândia, que é a segunda maior exportadora mundial de açúcar, perdendo apenas para o Brasil, o que contribuiu com cotação favorável do açúcar nas bolsas internacionais. Veja, no gráfico 9, a elevação do preço do açúcar no mercado internacional.

**Gráfico 9:** Evolução do preço do açúcar entre 2020 e 2021

Fonte: Nova Cana, 2021.

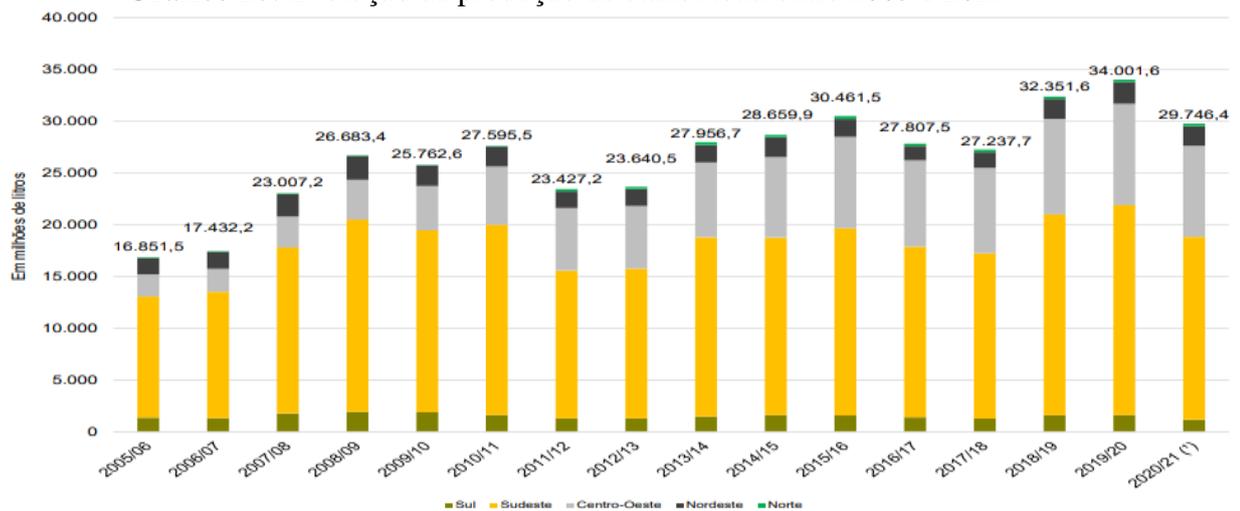
De acordo com a Nova Cana (2021, p. 1), o “açúcar bruto para outubro fechou em alta de 0,03 centavo de dólar, ou 0,2%, em 17,98 centavos de dólar por libra-peso”, reflexo não somente da redução da produção de açúcar na Tailândia, mas também das condições climáticas que não foram favoráveis no Brasil, em decorrência do tempo mais seco ao longo da safra 2020/2021.

Mesmo diante das adversidades climáticas reduzindo a safra da cana-de-açúcar entre 2020 e 2021 em 0,1% em relação à anterior, o Brasil continuou, por dois anos consecutivos,

na posição de maior produtor de açúcar do mundo, produzindo 39,3 milhões de toneladas de açúcar, contabilizando um acréscimo de 32% em relação à safra anterior (Conab, 2021).

Em contrapartida, ocorreu redução na produção do etanol, influenciado por fatores, como a forte redução do petróleo no mercado internacional, o aumento do preço do açúcar no mercado internacional e a redução pela demanda de etanol devido à diminuição da mobilidade da população em decorrência da pandemia COVID-19. Tal redução pode ser observada no gráfico 10.

**Gráfico 10:** Evolução da produção de etanol total entre 2005 e 2021



Fonte: Conab, 2021.

Devido à redução da matéria prima e por ser mais lucrativo, como já mencionado, o setor sucroenergético optou por produzir açúcar, e isso só foi possível devido à flexibilidade das usinas que tiveram um aparato tecnológico tanto para produzir açúcar, como etanol.

A produção de etanol total, proveniente da cana-de-açúcar e do milho apresentou redução de 8,2% em relação à safra passada, saindo de 35,6 bilhões de litros no exercício passado para 32,8 bilhões, nesta. Desse total, 10,3 bilhões de litros correspondem à produção do etanol anidro e 22,5 bilhões do etanol hidratado (Conab, 2021, p. 19).

Sobre tal aparato tecnológico, Junqueira (2016, p. 6) menciona que o “direcionamento da política de crédito subsidiado pelo Estado aos grandes proprietários e sua amarração técnica e financeira ao pacote tecnológico da Revolução Verde viabilizou o denominado Complexo Agroindustrial”. Empresas, como a Bunge Alimentos<sup>2</sup>, Cargill<sup>3</sup>,

<sup>2</sup> A Bunge é uma multinacional de origem holandesa, sendo a principal empresa do ramo agroalimentar e a maior exportadora do Brasil.

Copersucar S.A<sup>4</sup>, Glencore<sup>5</sup>, Biosev<sup>6</sup>, Raízen<sup>7</sup>, Usina São Martinho<sup>8</sup> e Tereos<sup>9</sup> estão no *ranking* das oito (8) maiores sucroenergéticas do Brasil e entre as empresas do agronegócio brasileiro (Jornal Cana, 2018). Veja a distribuição das usinas pelo país (Figura 5).

---

<sup>3</sup> A Cargill é uma empresa multinacional privada com sede em Minnesota (EUA). Sua atividade consiste na produção e no processamento de alimentos; trata-se da segunda maior empresa do mundo de capital fechado.

<sup>4</sup> Foi criada em 1959 por produtores de cana-de-açúcar, dando origem à Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Copersucar, 2021).

<sup>5</sup> A multinacional GLENCORE, de origem suíça, é uma das maiores comercializadoras de *commodities* do mundo, atuando na importação e exportação de produtos em diversos países (Glencore, 2021).

<sup>6</sup> A empresa nasceu em 2009, a partir da fusão da LDC Bioenergia, do grupo Louis Dreyfus *Commodities*, com a Santelisa Vale, uma das maiores companhias nacionais na produção e processamento de cana-de-açúcar (Única, 2021).

<sup>7</sup> Nossa origem está no solo brasileiro; também atuamos na Argentina e temos ambição de ganhar o mundo. Impulsionamos a sociedade com soluções em energia. E, se energia é o nosso negócio, ela está no nosso nome (Raízen, 2021).

<sup>8</sup> Empresa brasileira com diversas certificações, dentre elas, vencedora no setor de açúcar e álcool (São Martinho, 2021).

<sup>9</sup> O ponto de partida da Tereos foi a criação de uma cooperativa de destilarias por um grupo de agricultores em Origny, na região de Aisne, no norte da França. A fábrica processava 400 toneladas de beterraba-açucareira por dia e, 87 anos depois, o Grupo tornou-se o terceiro maior produtor mundial de açúcar (Tereos, 2021).

**Figura 5:** Usinas do Brasil - 2021



Fonte: Nova Cana, 2021.

Atualmente, no Brasil, encontram-se 422 usinas; destas, 228 estão localizadas na região sudeste; 81 na região centro-oeste; 74 na região nordeste; 34 usinas, na região sul e 5 usinas, na região norte. Essas usinas estão utilizando sua capacidade de moagem de 83%. Destas 422 unidades, 100% produzem etanol e 150 usinas produzem açúcar e etanol (Nova Cana, 2021).

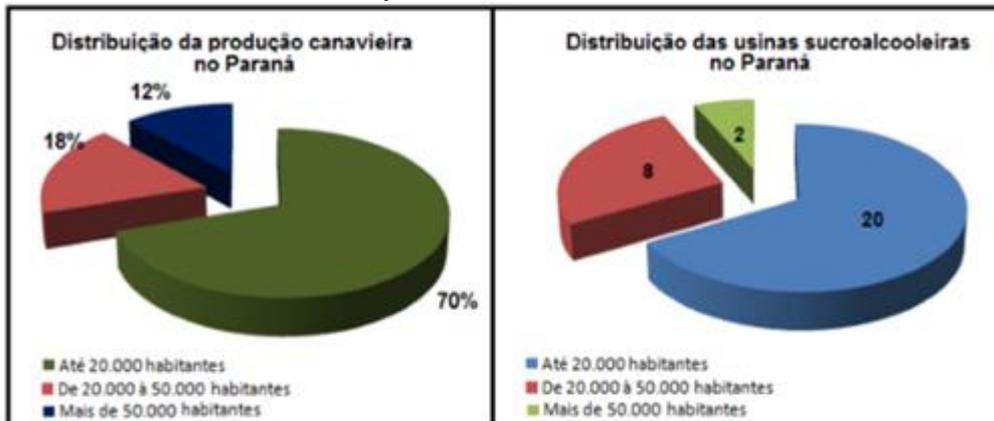
Desta maneira, podemos evidenciar que o setor sucroenergético, ao longo de sua consolidação, tem sido beneficiado pelo Estado a partir dos inúmeros projetos e políticas para a sua consolidação e expansão, aliado a grandes companhias internacionais o que o torna importante setor que alavanca o PIB brasileiro.

### **1.6 A Implantação do Setor Sucroenergético no Estado do Paraná**

No estado do Paraná, a implantação das indústrias sucroenergéticas ocorreu, principalmente, a partir da década de 1970, utilizando, sobretudo, subsídios ofertados pelo Estado, como o Proálcool. A instalação dessas indústrias ocorreu na região norte e noroeste do Paraná, sob influência da proximidade com São Paulo, estado que vinha expandindo suas fronteiras de produção de cana-de-açúcar, como também encontrou condições favoráveis para seu desenvolvimento, como: clima, solo, terras baratas, mão de obra abundante e infraestrutura adequada.

O setor sucroenergético, de acordo com Souza (2017), territorializou-se expandindo sua área de atuação, principalmente nos municípios de pequeno porte que se tornaram dependentes economicamente por serem a única ou principal fonte de renda para sua população (Gráfico 11).

**Gráfico 11:** Distribuição do setor sucroenergético no Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2015



Fonte: Iparides, 2015; Souza, 2017.

Tal territorialização expressa-se no poder e apropriação do espaço (Raffestin, 1993), onde usinas delimitam sua área de atuação. A dinâmica da região e do município é condicionada a se organizar conforme as necessidades dessas indústrias. Casas são construídas, armazéns são abastecidos e estradas rurais são conservadas para que o fluxo dos caminhões e ônibus não seja comprometido. Há uma gama de envolvidos no processo: banqueiros, indústrias de máquinas agrícolas, empresas que ofertam os insumos entre outros. Toda a dinâmica desse espaço é controlada pelas necessidades do setor canvieiro. Acerca disso, Silva (2017) menciona:

As atividades sucroenergéticas, por possuírem a peculiaridade de necessitar que a unidade produtiva seja próxima da área de cultivos (em média em um raio de 40 km), tendem a criar situações de especialização que, no território, acabam por polarizar áreas para atender aos imperativos dessas produções. Nesse sentido, criam-se situações em que vários municípios se tornaram muito dependentes das atividades das usinas, dos cultivos e de serviços decorrentes das atividades (Silva, 2017, p. 57).

Ao observarmos as regiões onde as usinas se instalaram nos deparamos com um “mar de cana”. Praticamente toda a área ao entorno dessas indústrias é ocupada pelos canaviais, em detrimento das lavouras de subsistência. Com efeito, vários trabalhos científicos trazem

reflexões sobre a diminuição das áreas agricultáveis com este tipo de commodities, como Ribeiro (2011); Toniol (2017) entre outros.

Conseqüentemente, essa mão de obra utilizada na área rural vai, cada vez mais, sendo desapropriada e fica disponível para o setor canavieiro. No entanto, com o avanço da mecanização no plantio e colheita da cana-de-açúcar, os trabalhadores, mais uma vez, perdem seus empregos, e os que não procuram qualificação tornam-se alvos do trabalho informal. Assim, no próximo subtítulo, iremos abordar como as indústrias sucroenergéticas foram se territorializando no Paraná.

### 1.7 A contribuição do Proálcool para o avanço da agroindústria canavieira no Paraná

O cultivo da cana-de-açúcar no estado do Paraná em escala industrial ocorreu na década de 1940, quando as primeiras usinas de açúcar se instalaram na região norte do Paraná. Naquele momento, a sua participação na quantidade produzida de açúcar com relação a outras regiões do Brasil era pouco expressiva, como se mostra na tabela 3.

**Tabela 3:** Participação da área colhida e quantidade produzida de cana-de-açúcar no Paraná e Brasil (1970 – 1975).

ANO	PARANÁ		BRASIL		PARANÁ/BRASIL (%)	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
1970	30.035	1.686.252	1.695.258	67.759.180	1,77	2,49
1975	32.480	1.689.534	1.860.401	79.959.024	1,75	2,11

Fonte: Iparde, 1983, p. 39; IBGE, 1970 - 1975.

O cultivo mais expressivo até a década de 1970 no Paraná era o de café. Contudo, em nível nacional, tal cultivo já vinha recebendo desestímulo. Na década de 1960, realizou-se ações para erradicação dos cafezais: a saber, o Governo criou o programa de racionalização para erradicá-los por meio do Instituto Brasileiro de Café - IBC. Tal programa tinha o objetivo de diminuir a oferta do produto para que a produção caísse bruscamente. Andrade (2005, p. 46) menciona os principais fatores para eliminação da cafeicultura “pela concorrência com outros produtores, pelo crescimento dos estoques reguladores e o aumento da área plantada, o que pouco tempo mais tarde levaria a uma superprodução com conseqüente queda de preços”.

Dessa forma, após a queda da produção cafeeira no Paraná, era preciso implantar alternativas que a substituíssem. Algumas regiões foram ocupadas pelo plantio da soja,

principalmente onde o solo propiciou maior rendimento na colheita. As áreas de formação do Arenito Caiuá foram ocupadas pelo plantio da mandioca, pastagem e, sobretudo, pela cana-de-açúcar. De acordo com Ipardes (2004), os solos advindos dessa formação possuem baixo teor de argila e de metais pesados, gerando estrutura arenosa e solos com baixa fertilidade.

Essa baixa fertilidade não impediu que a região norte e noroeste do Estado fosse ocupada principalmente pelas lavouras de cana-de-açúcar. Isso ocorre porque, mesmo não sendo considerados férteis, esses solos se mostraram propícios para a produção da variedade de cana-de-açúcar RB867515, a qual apresentou “excelente desempenho em solos de textura arenosa” (Daros, 2015, p. 102).

Outro fator relevante é a característica do processo de colonização do Norte do Paraná realizado pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP, 1975) que dividiu e comercializou lotes de terra em pequenas propriedades, possibilitando a organização da infraestrutura da região Norte do Paraná. Assim como menciona Maranhão (2019, s/p), o norte paranaense é “[...] formado por um elevado número de pequenos municípios, interligado por rodovias de pequenas distâncias, envolvidos por municípios de médio e grande porte, facilitando a circulação de mercadorias e de pessoas”.

Entretanto, o que alavancou o aumento da produção de cana-de-açúcar no Paraná foi à efetivação do Proálcool que, em 1975, tinha uma área colhida de 45.503 ha, passando para 57.990 ha em 1980 (Tabela 4). Esse aumento da área colhida concentrou-se na região tradicional, o que elevou o grau de concentração preexistente (IBGE, 1975 - 1980).

**Tabela 4:** Área colhida, produção e rendimento de cana-de-açúcar no Paraná – 1975 – 1980.

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (t/ha)
1975	45 503	2 280 000	50,1
1976	52 000	2 605 564	50,1
1977	42 760	2 998 331	70,1
1978	47 570	2 988 860	62,8
1979	51 425	3 191 353	62,0
1980	57 990	4 451 480	76,7

FONTE: IBGE, Produção agrícola municipal, 1975 – 1980.

Tal aumento na área plantada ocorreu devido à ampliação e modernização de usinas existentes, bem como à instalação de destilarias autônomas por intermédio dos recursos

oriundos do Proálcool. A tabela 5 nos mostra as usinas e destilarias fundadas entre 1942 e 2009 levando em conta as fases do Proálcool.

**Tabela 5.** Nome das usinas, utilização do Proálcool e grupo pertencente – 1942 – 2009

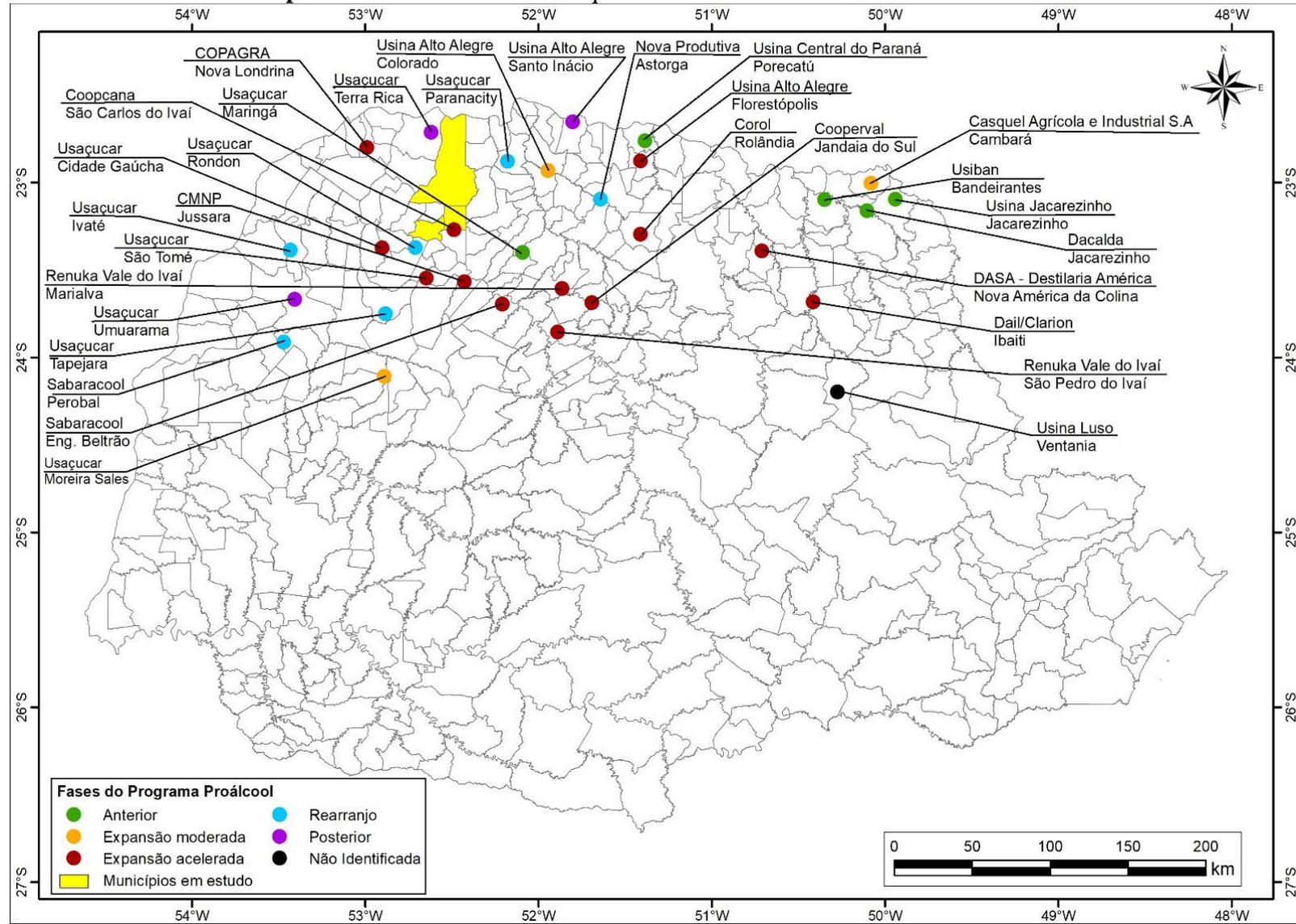
<b>Usinas</b>	<b>Tipo</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Período</b>
USIBAN	Usina	1942	Antes do Proálcool
Usina Central do Paraná S.A	Usina	1945	Antes do Proálcool
Usina Jacarezinho	Usina	1946	Antes do Proálcool
USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha	Usina	1963	Antes do Proálcool
DACALDA	Usina	1973	Antes do Proálcool
Casquel Agrícola e Industrial S.A	Usina	1978	Fase de expansão moderada do Proálcool
Usina Alto Alegre/ Colorado	Usina	1978	Fase de expansão moderada do Proálcool
Usina de açúcar e álcool Goioerê Ltda.	Usina	1978	Fase de expansão moderada do Proálcool
Usina Alto Alegre/ Florestópolis	Usina	1980	Fase da expansão acelerada
COOPerval	Usina	1980	Fase da expansão acelerada
USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha/ Cidade Gaúcha	Usina	1980	Fase da expansão acelerada
COPAGRA	Destilaria	1980	Fase da expansão acelerada
Destilaria Melhoramentos S.A	Destilaria	1981	Fase da expansão acelerada
DASA – Destilaria Americana	Destilaria	1981	Fase da expansão acelerada
Renuka Vale do Ivaí S.A/São Pedro do Ivaí	Usina	1981	Fase da expansão acelerada
COROL – Agroenergia Usina de Açúcar e Álcool S.A	Usina	1982	Fase da expansão acelerada
Sabarálcool – Açúcar e Álcool	Usina	1982	Fase da expansão acelerada
COOPCANA – Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana Ltda	Usina	1982	Fase da expansão acelerada
Renuka Vale do Ivaí S.A/ Marialva	Destilaria	1983	Fase da expansão acelerada
CLARION S.A Agroindustrial	Destilaria	1985	Fase da expansão acelerada
USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha/ São Tomé	Destilaria	1986	Fase da expansão acelerada
USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha/ Paranacity	Usina	1987	Fase de Rearranjo
USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha/ Tapejara	Usina	1989	Fase de Rearranjo
USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha/ Rondon	Usina	1990	Fase de Rearranjo
USAÇÚCAR/	Usina	1993	Fase de Rearranjo

Usina Santa Terezinha/ Ivaté			
SABARÁLCOOL/ Perobal	Usina	1995	Fase de Rearranjo
Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva	Destilaria	1999	Fase de Rearranjo
USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha/ Terra Rica	Usina	2003	Pós-Proálcool
Usina Alto Alegre S.A Açúcar e Álcool	Usina	2007	Pós Proálcool
Costa Bioenergia Ltda. Santa Terezinha	Usina	2009	Pós Proálcool

Fonte: Nova Cana, 2015.

Como podemos observar na tabela 5, das 30 indústrias mencionadas, cinco são usinas fundadas antes do programa Proálcool; 19 fábricas, instaladas no contexto do Proálcool (das quais 7 são destilarias) e 3 usinas, fundadas após o Proálcool. Assim, 65% das usinas e destilarias foram instaladas no Paraná utilizando partes dos recursos oriundos desse programa. Veja no mapa 2, as fases do Proálcool, em que foram sendo instaladas usinas e destilarias.

**Mapa 2: Fases do Proálcool em que foram sendo instaladas usinas e destilarias**



Fonte: Sampaio, 2021.

Como podemos observar no mapa 2, o crescimento do setor sucroenergético no Paraná foi impulsionado por políticas agrícolas direcionadas ao setor, sobretudo, sob influência do Proálcool. Como já mencionado durante a vigência desse programa foi o momento de maior expansão do setor sucroenergético no Paraná. Shikida *et al.* mencionam que (2005):

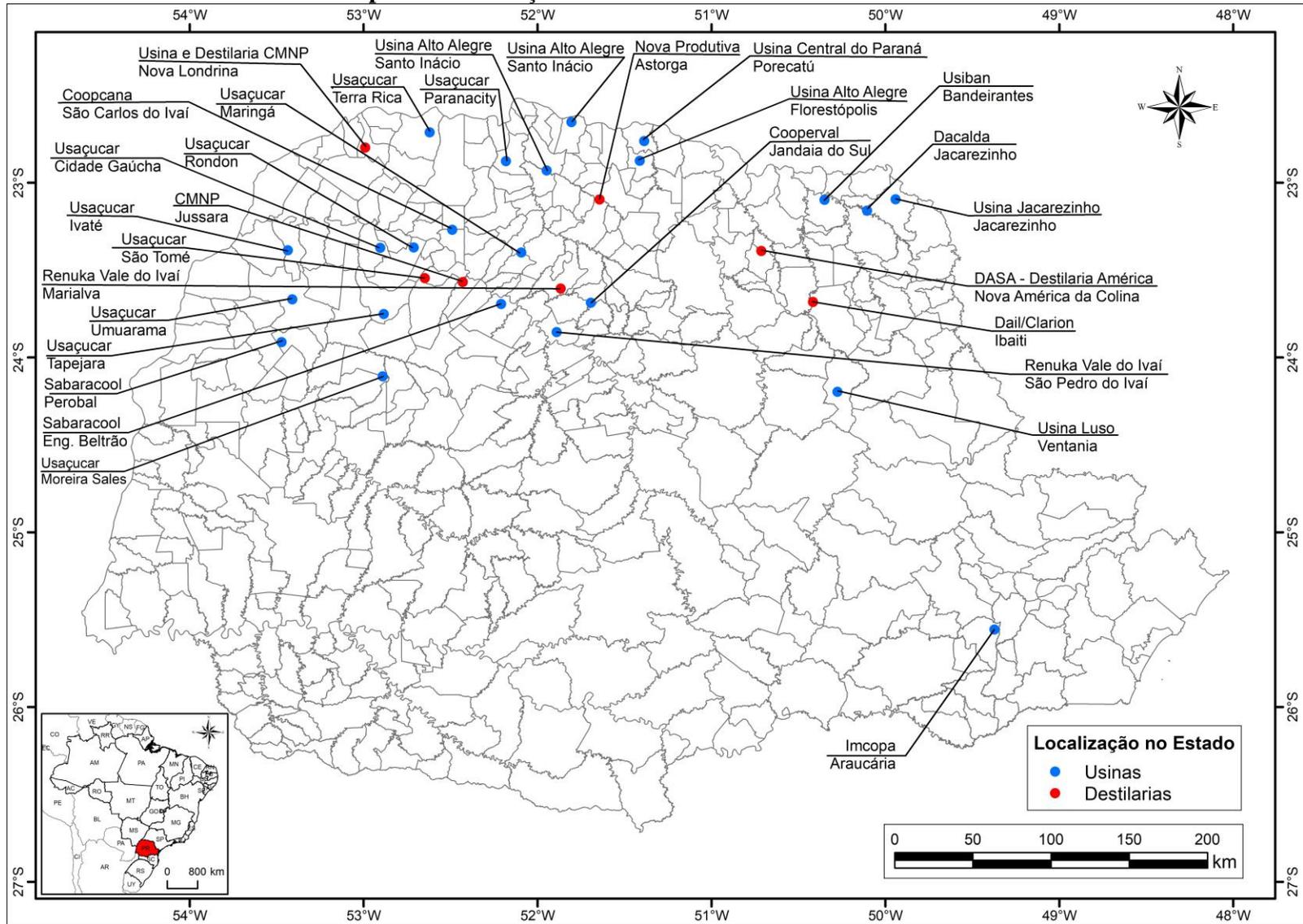
Este programa impulsionou o crescimento das unidades produtivas, com grande apoio governamental, [...] o Paraná dava importantes passos para conquistar seu espaço neste setor: se em 1937 detinha 0,1% da quantidade de cana produzida no Brasil, em 1977 este número já representava 2,5% (Shikida *et al.*, 2005, p. 49).

Como elencado no mapa 3, das 30 unidades existentes, 22 indústrias foram instaladas durante a vigência do programa, o que contabilizou que 76% dessas indústrias foram instaladas no contexto do Proálcool. Nos anos de 1980 e 1986, durante a fase de expansão acelerada desse programa, ocorreu o maior número de instalação dessas usinas, sendo efetivadas 13 unidades. Por conseguinte, como Maranhão menciona (2019, p. 145) “a maior parte da indústria sucroalcooleira em funcionamento se instalou no estado a partir dos anos 1970, quando da implantação do Proálcool”.

Além do Proálcool, outros fatores também contribuíram para a instalação das indústrias no Paraná, como a influência da proximidade com São Paulo, que precisava expandir suas fronteiras agrícolas e também a abundância da mão de obra barata disponível ocasionada pelo fim dos cafezais e da modernização agrícola que vinha reorganizando o espaço agrícola brasileiro.

O Governo contribuiu com a mecanização agrícola por intervenção das políticas agrícolas que forneciam subsídios para plantar soja, milho e a cana-de-açúcar. Essa gramínea ocupou os espaços onde os grãos não tinham produtividade favorável e passou a ocupar a mão de obra ociosa em virtude do fim dos cafezais. Para Silva, “a expropriação é necessária, pois esses pequenos proprietários, parceiros, posseiros, arrendatários são os pequenos produtores expropriados de ontem que são os bóias-frias de hoje” (Silva, 1982, p. 106). Desse modo, muitos desses laboriosos foram trabalhar no plantio e colheita da cana-de-açúcar. Atualmente, no estado do Paraná, das 30 unidades existentes de açúcar e álcool, apenas 27 estão ativas (Mapa 3).

**Mapa 3: Localização de usinas e destilarias no Paraná – 2021**



Fonte: Sampaio, 2021.

Das 30 unidades produtoras de açúcar e álcool contidas no mapa 3, 23 são usinas e 7, destilarias. Contudo, como já mencionado, estão atuando no momento apenas 27 unidades. Dessas 27, a unidade Imcopa<sup>10</sup> produz etanol derivado da soja. As duas usinas pertencentes à Sabarálcool estão paralisadas, e a usina Central do Paraná encontra-se desativada (GOEBEL *et al.*, 2020)

Conforme Souza (2017) menciona, as usinas e destilarias no Paraná, podem ser classificadas em 3 categorias quanto à origem de capital investido:

A unidades agroindustriais compostas por capital privado nacional, controladas por empresas geralmente subordinadas a uma família ou a um grupo econômico, (Usina Alto Alegre, Usaçucar/Santa Teresinha, Usina Central do Paraná, Sabarálcool, etc).

As unidades pertencentes às cooperativas agropecuárias/agroindustriais (Nova Produtiva, COOPerval, COOPcana, etc).

As unidades controladas total ou parcialmente por grupos estrangeiros, como é o caso da Usina Shree Renuka Sugars e a Dail Clarion (Souza, 2017, p. 165).

Tais empresas estão assentadas em capital regional, nacional e internacional. Dentre elas, seis unidades possuem sedes administrativas em São Paulo, como também há grupos internacionais, a exemplo da Raízen, considerada a maior empresa mundial no ramo açucareiro, o que demonstra a integração do setor no mercado globalizado (Maranho, 2019). Na tabela 6, podemos observar as unidades sucroenergéticas do Paraná e a qual grupo elas pertencem.

**Tabela 6.** Nome das usinas, localização e grupo a que pertencem - 2021

Número	Usina	Localidade	Grupo
1	Coopcana	São Carlos do Ivaí	Coopcana
2	Cooperval	Jandaia do Sul	Cooperval
3	Usina Dacalda	Jacarezinho	Dacalda
4	Usina Dail / Clarion	Ibaiti	Clarion S/A Agroindustrial
5	Destilaria Americana	Nova América da Colina	DASA
6	Unidade Florestópolis	Florestópolis	Alto Alegre
7	Unidade Junqueira	Colorado	Alto Alegre
8	Unidade Santo Inácio	Santo Inácio	Alto Alegre

<sup>10</sup> A IMCOPA é pioneira na fabricação deste álcool derivado de soja - IMCOSoy ALC, produto utilizado nas indústrias de cosméticos, sanitizantes, bebidas alcoólicas e de combustível renovável (IMCOPA, 2021).

9	Unidade Jacarezinho	Jacarezinho	Grupo Maringá
10	Unidade Jussara	Jussara	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
11	Unidade Nova Londrina	Nova Londrina	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
12	Usina IMCOPA	Araucária	IMCOPA
13	Usina Luso	Ventania	LUSO
14	Nova Produtiva	Astorga	Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva
15	Unidade Cambuí	Marialva	Renuka do Brasil/SA
16	Unidade São Pedro do Ivaí	São Pedro do Ivaí	Renuka do Brasil/SA
17	Filial Cedro	Perobal	SABARÁLCOOL
18	Matriz	Engenheiro Beltrão	SABARÁLCOOL
19	Unidade Serra dos Dourados	Umuarama	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
20	Usina Goioerê	Moreira Sales	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
21	Unidade Paranacity	Paranacity	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
22	Unidade Iguatemi	Iguatemi/Maringá	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
23	Unidade Ivaté	Ivaté	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
24	Unidade Rondon	Rondon	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
25	Unidade Tapejara	Tapejara	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
26	Unidade Terra Rica	Terra Rica	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
27	Unidade Cidade Gaúcha	Cidade Gaúcha	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
28	Unidade São Tomé	São Tomé	USAÇÚCAR/ Usina Santa Terezinha
29	Usiban	Bandeirantes	Usina Bandeirantes
30	Central Paraná	Porecatu	Usina Central Paraná

Fonte: Nova Cana, 2021; Souza, 2017.

Dessas 27 unidades sucroenergéticas elencadas na tabela 6 em funcionamento no estado, quatro destacam-se em nível nacional: a usina Santa Terezinha, localizada em Paranacity; a usina Santa Terezinha efetivada em Tapejara; a Agrocana, em São Carlos do Ívaí, e a Usina Alto Alegre, localizada em Colorado. No quadro 1, está elencado informações gerais sobre essas indústrias como: o histórico da instalação, a dimensão atual da produção, os número de trabalhadores e os cursos de qualificação ofertado pelas usinas/destilarias.

**Quadro 1: Informações gerais das unidades sucroenergéticas do Paraná- 2023**

<b>Usina /Destilaria</b>	<b>Breve histórico</b>	<b>Dimensão atual da produção</b>	<b>Número total de trabalhadores</b>	<b>Cursos de qualificação ofertado pelas usinas/destilarias</b>
Coopcana	Sua instalação ocorreu em 1979, e, em outubro de 1982, iniciou o processo de moagem da cana-de-açúcar	3 milhões e 600 mil toneladas, e produziu 192 milhões de litros de etanol, 165 mil toneladas de açúcar	- <sup>11</sup>	Programa Jovem Aprendiz qualificou 137 Jovens, sendo que 45 foram efetivados como funcionários da empresa.
Cooperval	Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí Ltda. foi fundada em 1980, na cidade de Jandaia do Sul, utilizando recursos do Proálcool	41 milhões de litros de etanol e de cana	973 funcionários	Em 2020, o grupo realizou o Projeto Bolsa Qualificação Profissional, no qual ocorreu o treinamento de diversas áreas ministradas pelo Senai e teve duração de 3 meses, totalizando 188 horas/aula
Usina Dacalda	Fundada em 1970 por Homero, utilizou recursos oferecidos pelo Proálcool para sua transformação em destilaria	13 mil sacas de açúcar por dia	-	A gestão de seus funcionários recebe treinamento para seu desenvolvimento organizacional, porém não mencionam quais.
Usina Dail / Clarion	O Grupo Dail Clarion foi fundado em 1964, mas, somente em 2008 adquiriram uma unidade industrial produtora de etanol no município de Ibaiti –Paraná	-	-	-
Destilaria Americana	A Destilaria Americana foi fundada em 1981, no município de Nova América da Colina. Em 1996, o grupo Dasa constitui a Destilaria Agrícola Nova América	Atividades paralisadas	-	-
Grupo Alto Alegre- Unidade Florestópolis	Incorporada em setembro de 2010 pela usina Usina Alto Alegre	Processa cerca de 1 milhão toneladas de cana de açúcar por safra, o que gera 1,1 milhões de sacas de açúcar cristal e 36 milhões de litros de	2.500 empregos diretos.	Realizam programa anualmente, em parceria com o SENAI, oferecendo cursos de formação profissional para jovens. Cursos de

<sup>11</sup> - não obtivemos dados

		álcool hidratado e álcool anidro carburante		Caldeireiro, Mecânica Automotiva Pesada, Processos Químicos, Eletroeletrônica Industrial, Manutenção Mecânica Industrial.
Grupo Alto Alegre- Unidade Junqueira	A Destilaria Vale do Ivaí S/A teve sua instalação em 1981, liderada, naquela época, pelas famílias de Jayme Watt Longo e Cícero Junqueira Franco, quando o Proálcool estava em vigência.	Processa cerca de 3,5 milhões de toneladas de cana, o que gera 7 milhões de sacas de açúcar cristal, 5 milhões de sacas de açúcar refinado amorfo, e 100 milhões de litros de álcool anidro carburante e álcool hidratado	Gera 5.500 empregos diretos	Realizam programa anualmente, em parceria com o SENAI, oferecendo cursos de formação profissional para jovens. Cursos de Caldeireiro, Mecânica Automotiva Pesada, Processos Químicos, Eletroeletrônica Industrial, Manutenção Mecânica Industrial.
Grupo Alto Alegre- Unidade Santo Inácio	É a mais nova unidade da Usina Alto Alegre. Inaugurada em junho de 2007.	Processa cerca de 2,6 milhões toneladas de cana de açúcar por safra, o que gera 6 milhões de sacas de açúcar cristal e 52 milhões de litros de álcool hidratado e álcool anidro carburante	2.800 empregos diretos	Realizam programa anualmente, em parceria com o SENAI, oferecendo cursos de formação profissional para jovens. Cursos de Caldeireiro, Mecânica Automotiva Pesada, Processos Químicos, Eletroeletrônica Industrial, Manutenção Mecânica Industrial.
Grupo Maringá- Unidade Jacarezinho	Em 1946, oriunda da Companhia de Terras Norte do Paraná, fundou-se a Usina Jacarezinho. Em 1968, a usina passou a integrar o Sistema Copersucar	Processa cerca de 93.466 toneladas de açúcar; 38.926 toneladas de açúcar branco; 68.726 m <sup>3</sup> de etanol anidro e 61.295 m <sup>3</sup> de etanol hidratado	1.800 funcionários	No site menciona a capacitação de seus colaboradores, mas não especifica o programa.
Cia.Melhoramentos Norte do Paraná- Unidade Jussara	Na cidade de Jussara em 1981, mediante aos recursos oriundos do Proálcool, fundou-se a Destilaria Melhoramentos S/A, que iniciou suas atividades em 1983	Produziu 2.222.384 toneladas de cana-de-açúcar e 171.882 m <sup>3</sup> de etanol.	-	-

Cia. Melhoramentos Norte do Paraná- Unidade Nova Londrina	Outra unidade que faz parte deste grupo é a Unidade de Nova Londrina, adquirida em 2012	-	-	-
Usina IMCOPA	Iniciou suas atividades em 1967, como uma fábrica de processamento de soja na cidade de Ponta Grossa	Unidade Imcopa produz etanol derivado da soja, não obtivemos dados da quantidade produzida.	-	Realiza programa de Educação e Desenvolvimento - Qualificação profissional
Usina Luso	-	Atividades paralisadas	-	-
Nova Produtiva	Foi efetivada em 23 de julho de 1999 onde 36 agricultores assinaram a ata de sua constituição.	Tem capacidade de produção para processar 1.200.000 toneladas de cana-de-açúcar gerando 90.000.000 de litros de etanol.	-	Aderiu ao Programa de Bolsa Qualificação Profissional. Com apoio do SESCOOP/PR, implantou o programa para capacitação de 190 colaboradores.
RENUKA Vale do Ivaí S/A- Unidade São Pedro do Ivaí	Fundada em 1981 por Jayme Watt Longo e Cícero Junqueira Franco em São Pedro do Ivaí-PR	Capacidade total de 35.000 toneladas de cana por dia	2.600 colaboradores	
RENUKA Vale do Ivaí S/A - Unidade Cambuí	Em 2008 adquiriu a unidade de Cambuí Marialva-Pr	-	-	Treinamento quanto à correta utilização dos equipamentos de proteção individual e realização de trabalho preventivo de saúde ocupacional, através de palestras, distribuição de informativos.
SABARÁL COOL  Filial Cedro / Matriz	A unidade foi criada em 1º de outubro de 1982, mas entrou em funcionamento apenas em junho de 1985 através de recursos do Proálcool	Paralisada desde 2015	-	-
Usiban	Foi fundada em 1941 pela família Meneghel e sua produção inicial ocorreu em 1943, é a usina mais antiga em funcionamento no Paraná	Capacidade para produzir até 2,9 mil toneladas de açúcar e 144 mil m³ de etanol hidratado	-	Disponibilizou o Programa Bolsa Qualificação. Foram realizados cursos no período de 1º de dezembro de 2016 a 24 de abril de 2017, proporcionando

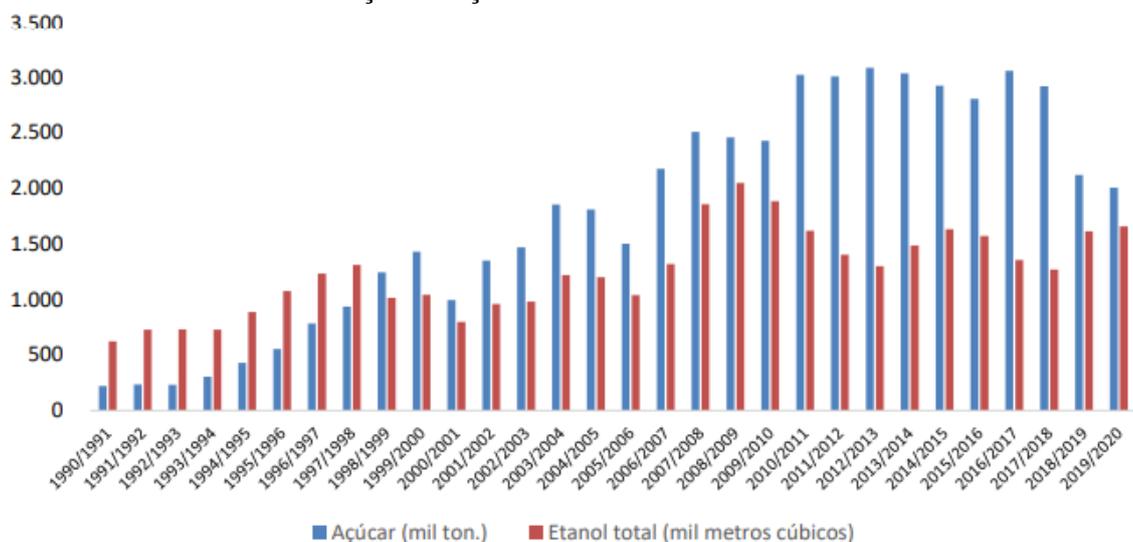
				qualificação profissional a cerca de 400 participantes.
Usina Central Paraná	Fundada em 1984 em Porecatu e pertencia ao grupo Atalla	Desativada desde 2014	–	–

Fonte: Informações obtidas nos sites das empresas. Elaborado pela Autora, 2023.

Como podemos observar no quadro 1, o setor sucroenergético no Paraná está consolidado e conta com grandes empresas que estão liderando no ranking nacional como o Grupo Santa Terezinha. Também podemos observar que algumas unidades estão paralisadas e outras foram desativadas, reflexo da entrada do capital estrangeiro e da desregulação do setor, no qual o Estado deixou de ser a mão reguladora. O que refletiu principalmente nas usinas e destilarias menores que tinham o Estado como agente regulador e financiador. Não é que o Estado tenha deixado por completo de financiar esse setor.

Já mencionamos que através do BNDES ainda ocorre um suporte para manutenção e crescimento do setor sucroenergético. Contudo, o que comprometeu principalmente as pequenas unidades foi a concorrência com grandes empresas que aliou capital privado, capital público e capital estrangeiro fortalecendo e expandindo a ação de grandes multinacionais. Conseqüentemente, devido ao crescimento do complexo sucroenergético no Paraná, esse estado tem ocupado a posição de quinto lugar em nível nacional na produção de cana (Nova Cana, 2019). Veja no gráfico 12 a evolução da produção de açúcar e etanol de 1991 a 2020.

Gráfico 12: Produção de açúcar e etanol no Paraná – 1991 a 2020.



Fonte: Única (2021); Clein (2021).

Como podemos observar no gráfico 12, tem ocorrido um crescimento tanto na produção de açúcar como na produção de etanol. Este aumento é reflexo tanto na ampliação das áreas cultivadas como também nos investimentos para aumento da produção, como a inserção de insumos, defensivos e a mecanização, tanto no plantio como na colheita. Como Sant'ana (2015) menciona, além de todo este aparato tecnológico para avanço do setor sucroenergético, as políticas ofertadas pelo Estado, sobretudo o Proálcool, consolidaram esse setor no País, o que tem ocasionado uma dinâmica em todo espaço agrário e alterado as relações sociais no campo.

Nesse contexto, discorreremos sobre o histórico da instalação da usina Coopcana na microrregião de Paranaíba e sua influência na dinâmica do território com ênfase nos <sup>12</sup>municípios de Paranaíba, Tamboara e Paraíso do Norte.

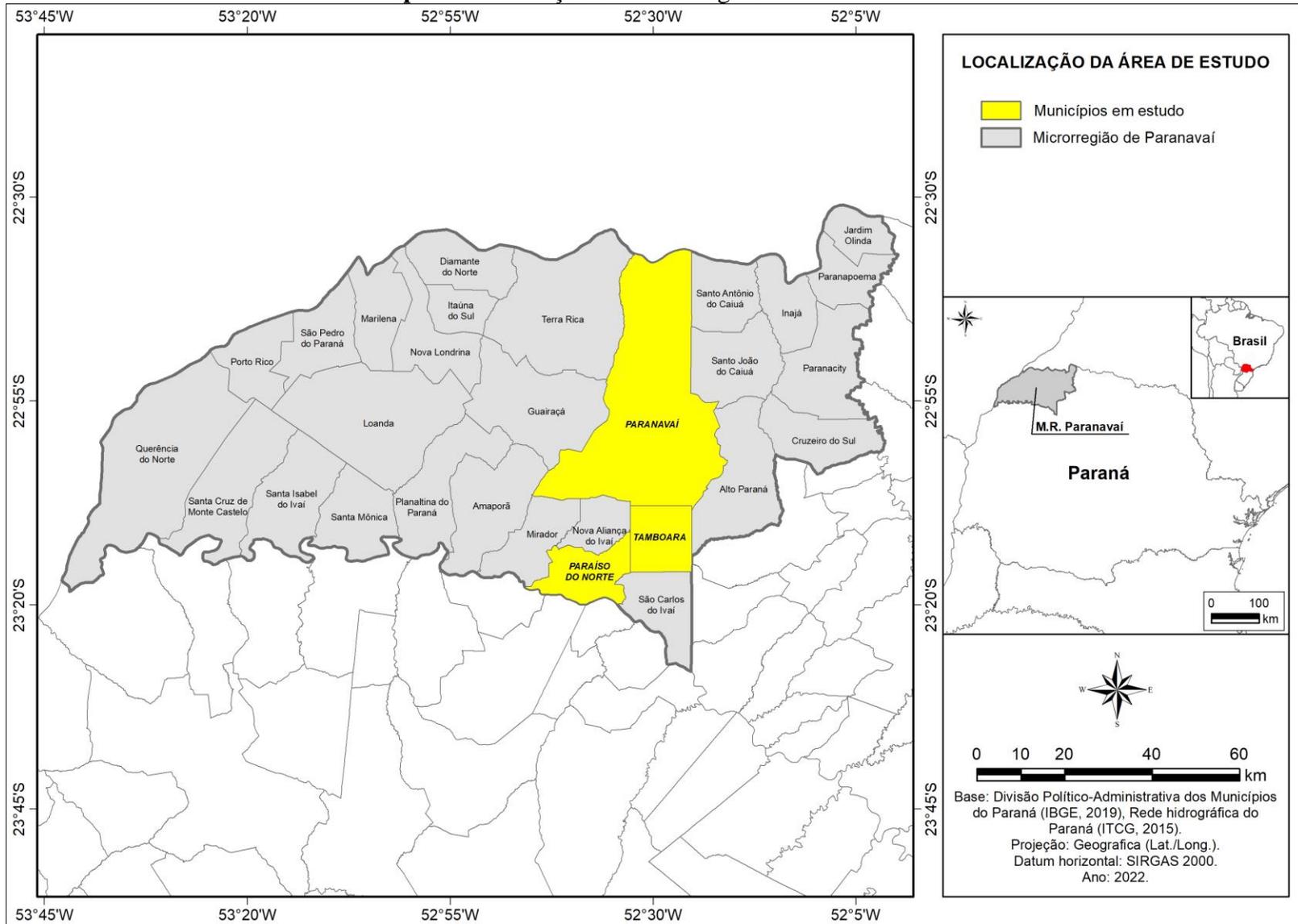
### **1.8 Caracterização da Área de Estudo: A implantação do Setor Sucroenergético nos municípios de Paranaíba, Tamboara e Paraíso do norte.**

Na caracterização da área de estudo elencamos três municípios nesta tese: Paranaíba, Tamboara e Paraíso do Norte que estão localizados na microrregião de Paranaíba. A microrregião de Paranaíba, representada no mapa 4, é composta por 29 municípios e compreende uma área territorial de 11.156,84 km<sup>2</sup> de extensão e conta com uma população de 289.801 habitantes (Deral, 2022).

---

<sup>12</sup> Os municípios de Paranaíba, Tamboara e Paraíso do Norte foram selecionados para esta pesquisa por fazerem parte dos municípios de atuação da Coopcana, para podermos analisar como a política do Proálcool e as políticas de qualificação têm sido efetivadas nestas localidades.

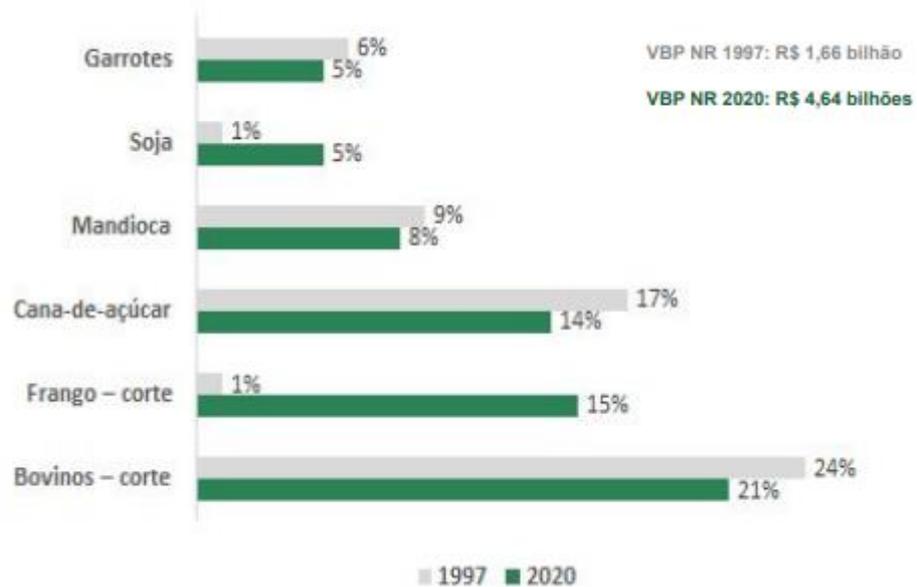
**Mapa 4:** Localização da Microrregião de Paranaíba - Pr



Fonte: Sampaio, 2023.

A produção agrícola que se destaca na microrregião de Paranavaí é a produção da mandioca, cana-de-açúcar, bovinocultura e a produção de laranja (Gráfico 13).

**Gráfico 13:** Principais atividades agropecuárias MR Paranavaí - 2020



Fonte: SEAB/DERAL, 2020

A produção de cana-de-açúcar ocupa a terceira posição de destaque nas atividades agropecuárias dessa microrregião, sendo que o processo de territorialização desse setor tem sua colaboração com a construção de várias usinas e destilarias. Nessa tese, daremos ênfase à construção da Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana – Coopcana, pois os três municípios elencados nessa pesquisa tem ligação direta com essa usina.

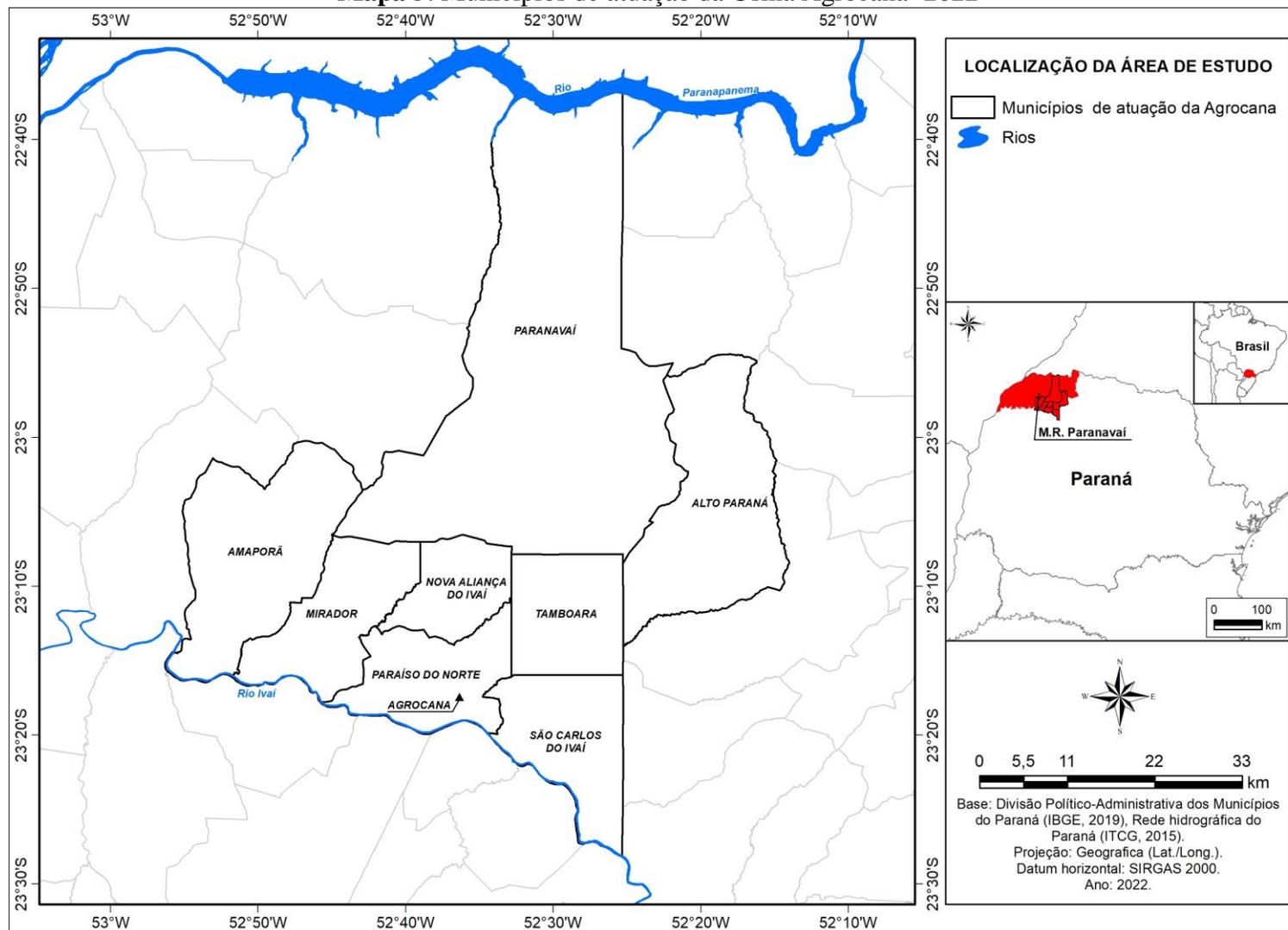
A Coopcana foi fundada em 1979 no município de São Carlos do Ivaí, a sua sede administrativa está situada no município de Paraíso do Norte. Essa cooperativa surgiu da junção de alguns agricultores que passaram a ser cooperados e fornecedores de cana-de-açúcar que obtiveram o direito sobre o lucro líquido das safras anteriores (Sant’ana, 2015).

De acordo com Souza (2017) a usina Coopcana começou a ser construída em 1979 na segunda fase do Proálcool utilizando partes dos recursos financeiros obtidos através desse programa. Em 1982 começou o processo de moagem da cana-de-açúcar com produção inicial de 3,0 milhões de litros de etanol. Esta destilaria iniciou suas atividades na chamada fase acelerada do Proálcool.

Essa indústria iniciou suas atividades como destilaria evidenciando o que estava ocorrendo em nível nacional. Naquele momento, o Governo incentivava a produção de etanol, através do Proálcool, subsidiando a instalação de novas destilarias. Somente em 2005 essa indústria passa a produzir açúcar, se adequando às novas exigências do mercado.

De acordo com Coopcana (2018), em 2018 foi fundado o Condomínio Agrário de Produtores Rurais – Agrocana, que ficou responsável pela produção de cana-de-açúcar. Assim, em 2018 a Coopcana passou a ser denominada de Agrocana e produziram 192 milhões de litros de etanol e 165 mil toneladas de açúcar. Para esta produção de etanol, açúcar e energia elétrica a usina Agrocana ocupa áreas plantadas com cana-de-açúcar em 8 municípios que fazem parte da microrregião de Paranavaí (Mapa 5).

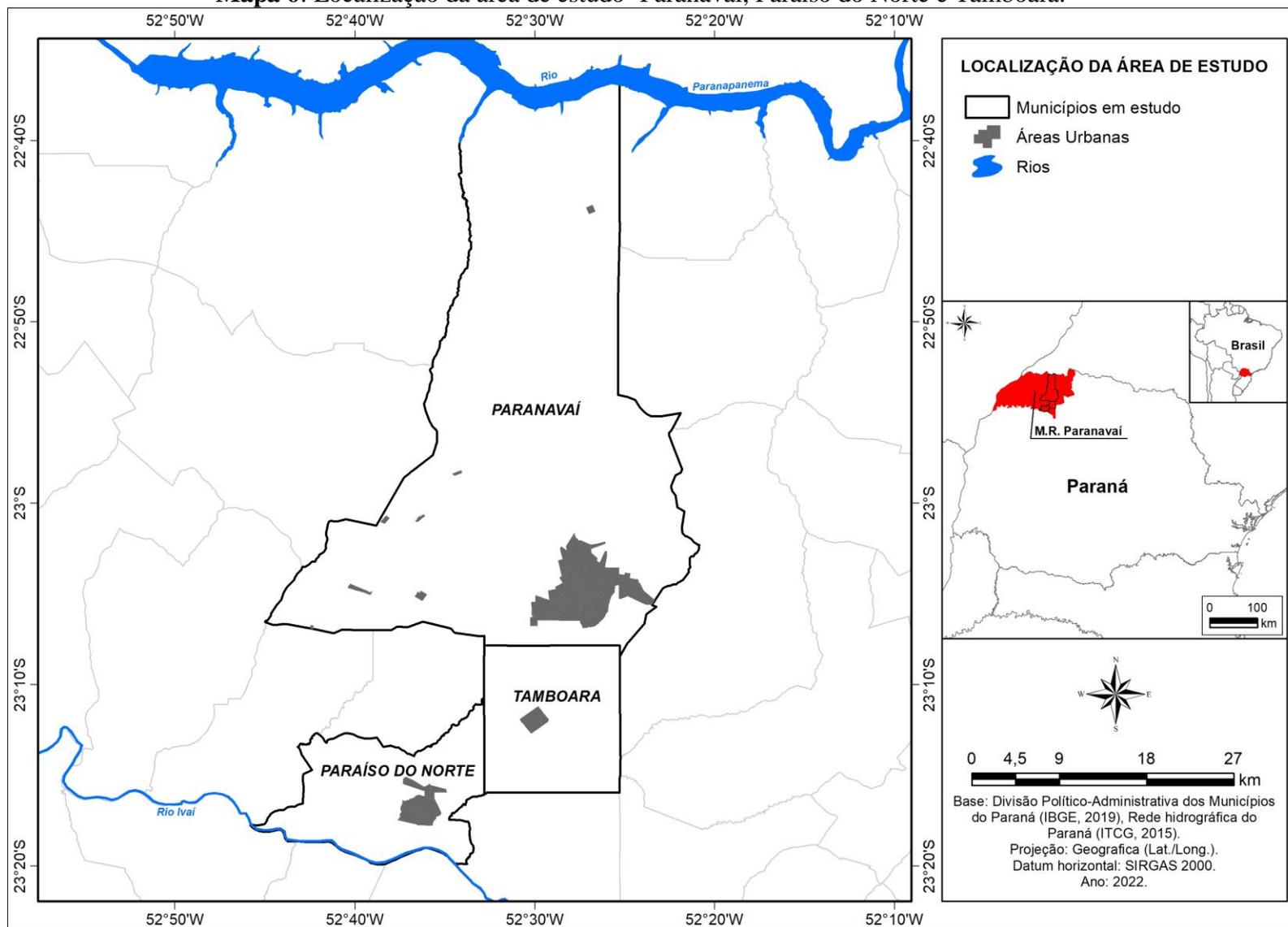
**Mapa 5: Municípios de atuação da Usina Agrocana- 2022**



Os 8 municípios elencados no mapa 5, possui áreas agricultáveis plantadas com cana-de-açúcar. Esta lógica de aproximação da indústria com a matéria prima é evidenciada por Seratto (2010), que relata que a usina utiliza áreas agricultáveis para implantação da cana-de-açúcar em um raio de aproximadamente 30 km a partir da unidade de moagem, o que torna estas áreas um “mar de cana”.

Dentre estes municípios elencados no mapa 5 iremos abordar somente os municípios selecionados nesta tese: Tamboara, Paranaíba e Paraíso do Norte para realizar o levantamento e consequências socioeconômicas ocasionadas devido à expansão do setor sucroenergético nestes municípios (Mapa 6).

**Mapa 6:** Localização da área de estudo- Paranaíba, Paraíso do Norte e Tamboara.



Fonte: Sampaio, 2022.

A microrregião de Paranavaí é considerada propícia para o cultivo da cana-de-açúcar, devido ser uma área coberta por solos provenientes da Formação Arenito Caiuá. Estes solos possuem baixo teor de argila e de metais pesados, o que gera uma estrutura arenosa e solos com baixa fertilidade (Ipardes, 2004). No entanto, mesmo estes solos tendo baixa fertilidade, são propícios para a produção da variedade de cana-de-açúcar mais cultivada no Paraná, a RB867515 (Daros, 2015).

Em conformidade com o censo do Instituto Agrônomo-IAC (2017) no Paraná, a variedade de cana RB867515<sup>13</sup> está concentrada em 44,3% do total de 554 mil hectares, e a segunda variedade mais plantada é a RB966928<sup>14</sup> (Canal, 2016). No entanto, estas variedades não são as únicas plantadas no Paraná e sim as mais cultivadas.

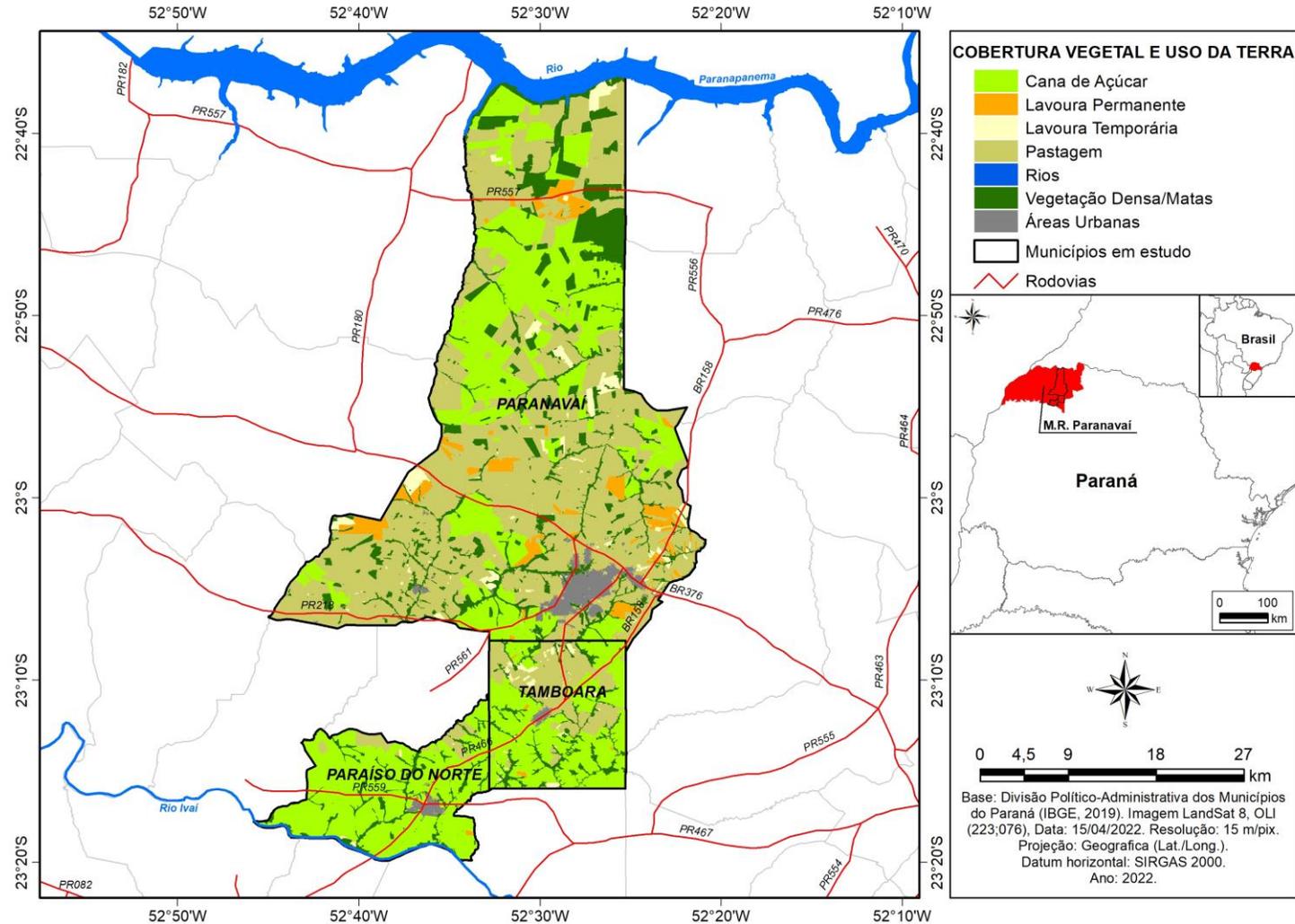
Com a instalação da Coopcana na microrregião de Paranavaí, os municípios ao seu entorno foram sendo territorializados pelo setor sucroenergético. Anterior à instalação desta destilaria, o espaço agrário, nesta microrregião, estava sendo ocupado principalmente por pastagem e mandioca. Motivo pelo qual, pequenos municípios foram tendo seu espaço agrário em grande parte ocupado pela cana-de-açúcar, como por exemplo: Tamboara, Paranavaí e Paraíso do Norte (Mapa 7).

---

<sup>13</sup> A variedade de cana RB867515 possui alta velocidade de crescimento, porte alto, hábito de crescimento ereto, alta densidade de colmo, de cor verde arroxeado que se acentua quando exposto e fácil despalha (EMBRAPA, 2008, p. 27)

<sup>14</sup> A variedade RB966928 “apresenta excelente germinação em cana planta, brotação em soqueira muito boa, alto perfilhamento em cana planta e em cana soca. Esta variedade apresenta elevada produtividade agrícola” (Silva, 2012, p.117)

**Mapa 7: Uso do solo nos municípios de Tamboara, Paranaíba e Paraíso do Norte – 2022**



Elaboração: Sampaio, 2022.

Como podemos observar, no mapa 7 de uso do solo, os municípios de Tamboara, Paraíso do Norte e Paranavaí, têm parte de suas terras ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar. A instalação dessa usina tem ocasionado mudanças na paisagem, como menciona Silva (2001)

[...] uma usina de açúcar, quando adquire um sítio em suas proximidades, derruba as cercas e árvores frutíferas, casa do morador, etc., convertendo todas as terras em canaviais, de modo que dificilmente depois de alguns anos se poderá identificar qualquer vestígio da outra unidade de produção que ali existiu (Silva, 2001, p.34).

Assim, a instalação dessa indústria na região começou a mudar as paisagens do seu entorno, logo, os solos próximos a usina foram sendo cultivados com cana-açúcar. Áreas que eram ocupadas com pastagem foram dando espaço para os canaviais, como podemos observar nesta figura concedida por um morador da cidade de Tamboara (Figura 6).

**Figura 6:** Mudanças na paisagem ocasionadas pela usina Coopcana no Município de Tamboara – 1990 – 2018, Pr.



Fonte: Sampaio, 2020.

A figura 6 representa as mudanças que foram ocorrendo na paisagem após a instalação da Coopcana. Fazendas que eram ocupadas por pastagem e cafezais passaram a dar espaço para o cultivo da cana. Assim, conforme ocorreram mudanças nos modos de produção, novos espaços foram sendo territorializados conforme suas especificidades.

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada deste ponto de vista as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção daí na sua determinação geográfica

serem eles seletivos reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (Santos 2012, p. 28).

Este avanço da cana-de-açúcar não ocorreu somente sobre áreas de pastagem, mas também sobre os solos cultivados com gêneros alimentícios como mandioca milho e feijão (Ribeiro, *et al*, 2013). Este crescimento sobre a área plantada não gera apenas impactos sobre o cultivo destes grãos como também amplia a degradação ambiental ocasionando a degradação do solo e reduz a biodiversidade (Sant'ana, 2015).

O aumento do cultivo desta gramínea também pode ser constatado nos municípios pesquisados. Atualmente nos três municípios elencados nesta tese, no quesito cultura temporária, a cana-de-açúcar vem ocupando a primeira colocação, seguida de outras lavouras como mandioca, milho e soja. Observe na tabela a cultura temporária que predomina no município de Paranavaí (Tabela 7).

**Tabela 7:** Área Colhida e Produção pelo tipo de Cultura Temporária, Paranavaí - 2020

<b>Cultura Temporária</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>
Cana-de-açúcar	15.184	716.184
Mandioca	1.960	46.830
Soja (em grão)	400	800
Milho (em grão)	320	944
Amendoim em casca	314	1.070
Algodão Herbáceo (em caroço)	73	163
Abacaxi (mil frutos)	1	30

Fonte: Ipar-des, 2020. IBGE – Produção agrícola Municipal, 2020. Adaptado pela autora.

Como podemos avaliar na tabela 7, no município de Paranavaí, comparando os tipos de cultura temporária, a área colhida de cana-de-açúcar ocupa maior área, o que contabiliza 15.184 ha, em seguida, temos a mandioca com 1.960 ha de área colhida (Ipar-des, 2020). Porém, com relação ao cultivo de lavouras permanentes o cultivo da laranja se destaca ocupando 3.611 ha.

Já no município de Tamboara observa-se que a maior parte da sua área está ocupada pelo cultivo da cana-de-açúcar, seguido em menor proporção pelo cultivo da mandioca (Tabela 8).

**Tabela 8:** Área Colhida e Produção pelo tipo de Cultura Temporária, Tamboara - 2020

<b>Cultura Temporária</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>
Cana-de-açúcar	5.607	431.996
Mandioca	785	18.735
Soja (em grão)	300	900
Milho (em grão)	250	906
Abacaxi (mil frutos)	1	32

Fonte: Ipar-des, 2020. IBGE – Produção agrícola Municipal, 2020. Adaptado pela autora

Na tabela 8 podemos observar que o cultivo da cana-de-açúcar em Tamboara também é maior em relação a outros cultivos, com uma extensão de 5.607 ha de área colhida, seguido da mandioca com 786 ha cultivados. O predomínio do cultivo da cana-de-açúcar, como lavoura temporária, também ocorre no município de Paraíso do Norte (Tabela 9).

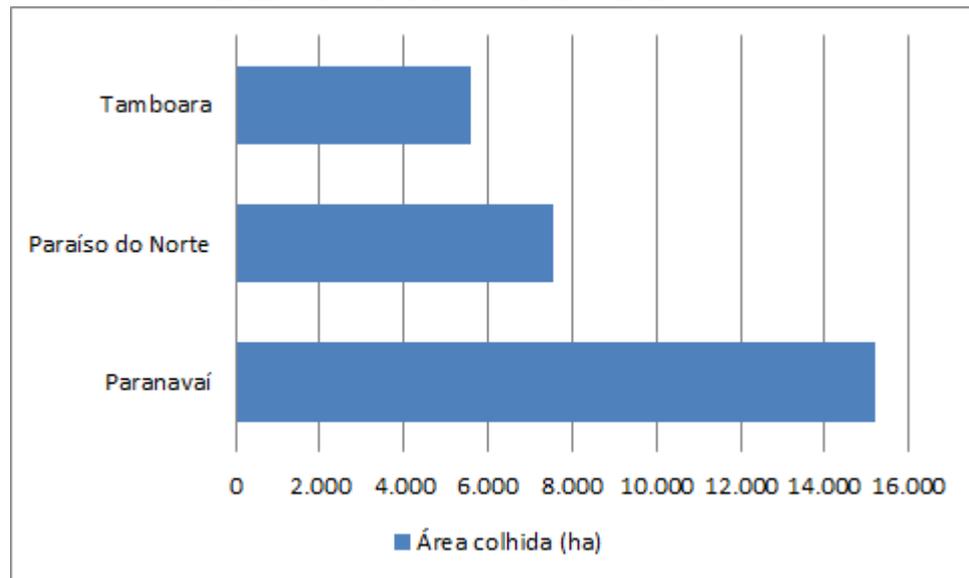
**Tabela 9:** Área Colhida e Produção Agrícola pelo Tipo de Cultura Temporária em Paraíso do Norte – 2020

<b>Cultura temporária</b>	<b>Área colhida (t)</b>	<b>Produção (t)</b>
Cana-de-açúcar	7.551	534.854
Soja (em grão)	4.630	16.529
Milho em grão	2.100	10.290
Mandioca	291	7.302
Abacaxi (mil frutos)	7	245
Amendoim (em casca)	3	8
Feijão (em grão)	2	1
Melancia	2	40

Fonte: Ipar-des; IBGE, 2020

Na tabela 9 identificamos que a cana-de-açúcar como cultivo de lavoura temporária continua tendo maior produção em Paraíso do Norte, que possui 7.551 ha de área colhida. Dos três municípios analisados o de Paranavaí é o que possui maior área no cultivo da cana-de-açúcar, seguido de Paraíso do Norte e Tamboara (Gráfico 14).

**Gráfico 14:** Área colhida (ha) com cana-de-açúcar nos municípios de Paranavaí, Tamboara e Paraíso do Norte - 2020



Fonte: Iparades; IBGE, 2020

Como podemos observar no gráfico 14 em questão de hectares no município de Paranavaí o cultivo da cana-de-açúcar ocupa maior área, porém é necessário mencionar que a área da unidade territorial de Paranavaí é maior que a de Paraíso do Norte e de Tamboara juntos (Tabela 10).

**Tabela 10:** Área da unidade territorial Paranavaí, Paraíso do Norte e Tamboara - 2022

Município	Área da unidade territorial (Km <sup>2</sup> )
Paranavaí	1.202,266 km <sup>2</sup>
Paraíso do Norte	204,564 km <sup>2</sup>
Tamboara	193,346 Km <sup>2</sup>

Fonte: IBGE, 2017

Em comparação com os municípios de Paraíso do Norte e Tamboara, onde a produção de cana-de-açúcar é predominante, Paranavaí não apenas tem um território maior, como também apresenta uma produção agropecuária mais diversificada (Quadro 2).

**Quadro 2:** Valor Bruto da Produção agropecuária nos municípios de Paranavaí, Tamboara e Paraíso do Norte - 2020

<p>Detailed description: A pie chart for Paranavaí showing the following segments: Carne Bovina (23%, red), Frango-Corte (20%, yellow), Laranja (12%, orange), Cana-de-açúcar (10%, green), Garrotes/novilhas (9%, blue), and Outros (26%, grey).</p>	<p style="text-align: center;"><b>PARANAVAÍ</b></p> <p style="text-align: center;">VALOR BRUTO PRODUÇÃO (R\$): 562.580.280,63</p>
<p>Detailed description: A pie chart for Tamboara showing the following segments: Frango-Corte (37%, yellow), Cana-de-açúcar (31%, green), Mandioca (9%, brown), Carne Bovina (8%, red), Leite Bovino (4%, light green), and Outros (11%, grey).</p>	<p style="text-align: center;"><b>TAMBOARA</b></p> <p style="text-align: center;">VALOR BRUTO PRODUÇÃO (R\$): 105.064.890,46</p>
<p>Detailed description: A pie chart for Paraíso do Norte showing the following segments: Cana-de-açúcar (45%, green), Soja (26%, brown), Milho (10%, light green), Mandioca (4%, dark brown), Carne Bovina (6%, red), and Outros (9%, grey).</p>	<p style="text-align: center;"><b>PARAÍSO DO NORTE</b></p> <p style="text-align: center;">VALOR BRUTO PRODUÇÃO (R\$): 89.277.821,33</p>

Fonte: SEAB; DERAL, 2020.

Como elencado no quadro 2, em Paranavaí o cultivo da cana-de-açúcar contribui apenas 10% no valor bruto da produção agropecuária, não sendo a atividade econômica predominante, destacando a produção de carne bovina, frango de corte e a laranja. Em Tamboara a produção que se destaca é a do frango de corte, seguido da cana-de-açúcar e mandioca. Já o município de Paraíso do norte a produção da cana é predominante contribuindo com 45 % da produção seguido da de soja e milho.

Sendo assim, compreendemos que, devido a contribuição da produção da cana-de-açúcar no valor bruto da produção agropecuária em Tamboara e Paraíso do Norte, ambos os municípios tornam-se mais dependentes do setor sucroenergético, sobretudo, com relação aos postos de trabalho. No entanto, é importante mencionar que atualmente tem diminuído o número de mão de obra ocupada pelo setor sucroenergético, especialmente no cultivo e colheita da cana-de-açúcar. Com a mecanização do cultivo e a colheita desta gramínea, vários postos de trabalho foram sendo substituídos pelas máquinas.

Por conseguinte, vários foram os fatores que contribuíram para essa mecanização, como exemplos podemos mencionar: o cumprimento da Norma Reguladora 31 (2013) que procura melhorar a saúde e a segurança no trabalho; as ações judiciais contra a emissão de gases procedentes das queimadas da cana-de-açúcar; como também a crescente demanda de álcool e açúcar para a exportação e a redução dos custos de produção, colaboraram para a inserção dessas máquinas no cultivo e colheita da cana-de-açúcar.

Essa mecanização, principalmente em municípios pequenos e de economia dependente do setor sucroenergético, como Tamboara e Paraíso do Norte, gerou vários postos de trabalho desocupados. Em pesquisa realizada por Sampaio (2020) o município de Tamboara já teve cinco ônibus com lotação máxima destinada para realizar o corte e plantio da cana, contabilizando 287 trabalhadores. De acordo com o Sindicato de trabalhadores rurais de Tamboara, em 2022 trabalhava no corte de cana somente 37 laboriosos.

Na usina Coopcana, usina de influência dos três municípios pesquisados nesta tese, em 2008 trabalhavam em torno de 3.600 cortadores de cana, moradores da microrregião de Paranavaí e migrantes de várias cidades da região nordeste do Brasil (Ribeiro, 2016). De acordo com o Sindicato dos trabalhadores rurais de Tamboara (2023) atualmente no corte e colheita da cana trabalham aproximadamente 450 laboriosos.

Esse processo de mecanização do corte e colheita da cana, que ocasionou o desemprego de muitos trabalhadores, ocorreu de maneira gradativa a partir de 1970. Vejamos de maneira sintetizada esta cronologia:

- Em 1970 a mecanização surge como alternativa caso faltasse força de trabalho disponível. Porém, a dinâmica populacional resolveu o problema da falta da força de trabalho e a máquina passou ser apenas máquina de vitrine usada para ameaçar os trabalhadores;
- Em 1980 após inúmeras greves dos cortadores de cana e a conquista de direitos trabalhistas e salariais, a mecanização surgiu como alternativa de diminuição de gastos para os patronais;

- Em 1990 a pressão realizada por ambientalistas para o fim da queima da cana estipulou prazos para o término dessa atividade que causava problemas de saúde para os trabalhadores como também para toda a população, além de poluir o meio ambiente.
- Em 2000 a mecanização tanto do plantio como da colheita ganhou força para atender os interesses dos usineiros e do mercado externo visando à ampliação da produção (Alves, 2009).

Deste modo, temos entendido que, enquanto de um lado o setor sucroenergético avança e se consolida como um setor forte e responsável por contribuir com o aumento do PIB brasileiro, por outro lado, notamos uma população em condições precárias, ocasionada pelo desemprego estrutural, oriundo da modernização e mecanização do setor sucroenergético, evidenciando que o Estado não tem realizado ações efetivas para minimizar os impactos ocasionados por essa vulnerabilidade social.

[...] quando se analisa as condições dos trabalhadores do setor canavieiro, ao longo do processo de modernização do setor, observa-se que não se teve, por parte do governo e dos empresários, o mesmo investimento financeiro na promoção social desses trabalhadores. Assim, desde sempre as condições sociais do trabalhador cortador de cana estiveram associadas a precárias condições de vida e trabalho (Silva, 2021, p. 196).

Assim, esta tese demonstra que o Estado, enquanto agente do território, tem efetivado as políticas agrícolas para o setor sucroenergético com maior eficácia do que as políticas públicas realizadas para a qualificação da população. A qualificação dos trabalhadores tem sido realizada em sua grande maioria para atender o empresariado e voltada principalmente para os trabalhadores urbanos.

Para confirmar esta tese, no próximo capítulo iremos fazer o levantamento histórico da efetivação das políticas de qualificação da população brasileira, com ênfase nos municípios elencados nesta pesquisa, para compreendermos como essas políticas foram e estão sendo realizadas, e se as mesmas têm sido eficazes na qualificação dos trabalhadores.

## **CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL**

Neste capítulo, iremos abordar as principais políticas públicas sociais realizadas para a qualificação da população brasileira. Várias bibliografias foram consultadas em busca de identificar e compreender como se aplica a política de qualificação no nosso país.

Compreendemos que, a cada governo que se estabelece, novas políticas são criadas ou são adaptadas conforme suas ideologias: “estilos específicos de política são influenciados por uma variedade de fatores como as tradições nacionais e regionais, as estruturas políticas, o grau de desenvolvimento econômico, as ideologias, o treinamento cívico” (Rennó Júnior, 1997, p. 240).

Ainda acerca disso, Frei (2000, p. 2019) corrobora dizendo que “as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados”. Ainda Hofling (2001, p. 30) aponta que o entendimento e a explicação para tantas atuações distintas ou mesmo coadunando de governo a governo, seja ele a nível nacional ou internacional, mediante os acordos políticos: "Visões diferentes de sociedade, Estado e política educacional, geram projetos diferentes de intervenção nesta área".

Assim, é necessário compreendermos que as categorias de Estado e Governo não são similares. Não temos a pretensão neste capítulo de realizar uma revisão conceitual sobre o que é Estado e o que é Governo, mas procuraremos explicar de maneira que preveja a sua diferenciação, para, assim, abordarmos as principais políticas realizadas em diferentes governos a fim de qualificar a população.

Para Battini e Costa (2007, p. 22), o Estado garante “[...] organização política à sociedade”. Já o Governo é um corpo intermediário entre Estado e cidadão. Tendo como função realizar o exercício do poder político conforme pactuado na constituição do Estado. Por sua vez, Pereira (2009):

O Estado representa mais do que um conjunto de instituições com autoridade para tomar decisões, e com poder coercitivo, pois se configura também como uma relação de dominação, que deve ser controlada pela sociedade. Da mesma forma, o Estado é mais do que o governo, pois se por um lado, seus sistemas administrativos, legais e coercitivos (policiais) diferenciam da sociedade estabelecem formas particulares de relações com ela, por um lado, esses mesmos sistemas penetram na sociedade influenciando a formação de relações no interior dessa. É por isso que se diz que o Estado é o mesmo tempo uma relação de dominação, ou a expressão política da dominação do bloco de poder, e um conjunto de instituições mediadoras reguladoras dessa dominação (Pereira, 2009, p. 293).

Ainda Battini e Costa (2007, p. 21 - 22) mencionam que [...] “o Estado não é um campo neutro em que impera o interesse geral; constitui-se como uma arena de lutas em que se colocam em disputa os diferentes interesses que revelam a divisão da sociedade em classes e um sistema de dominação política”. Endossando com a conceituação de Estado e Governo, Rodriguez (2010) explica que o

[...] Estado não é uma entidade monolítica, pois é estruturado por diferentes instituições do governo (Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público) que fazem intermediação dos interesses diferentes dos diversos grupos sociais [...]. Por governo entendemos o conjunto de indivíduos que orientam os rumos da sociedade, pois ocupam posições na cúpula do Estado. Quem está no governo exerce o poder político [...]. (Rodriguez, 2010, p. 17 – 19).

Ainda sobre o conceito de Estado, em sua tese, Fleury (1994) apresenta diferentes posições teóricas: o Estado como instrumento; como derivação; como seletividade estrutural; o Estado ampliado; como relação e o Estado consensual.

Acerca do Estado como instrumento: “esta vertente interpretativa, fundamentada na concepção leninista na qual o Estado se acha reduzido a um instrumento da classe dominante na consolidação de sua dominação política e exploração econômica.” (Fleury, 1994, p. 14).

Quanto ao Estado como derivação: “Estado surgir como garantia da liberdade individual, com aparência de neutralidade de classe - que é a forma particular de mistificação do capital, mas que deve se transformar no uso aberto da força quando a reprodução está ameaçada.” (Fleury, 1994, p. 18).

Sobre o Estado como seletividade estrutural: “à dupla função do Estado de garantir os mecanismos de acumulação, ao mesmo tempo em que busca alcançar a legitimação do exercício do poder político.” (Fleury, 1994, p.21).

Agora, com relação ao Estado ampliado: “O exercício do poder político nas sociedades complexas, a reprodução da dominação de classe, não estaria restrito às funções coercitivas, mas envolveria ademais o alcance do consentimento ativo e voluntário dos dominados, ou seja, a hegemonia.” (Fleury, 1994, p. 24).

Quanto ao Estado como relação, ele “é capaz de percebê-lo, para além de um conjunto de aparelhos e instituições, como um campo e processos estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo articulam-se e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros.” (Fleury, 1994, p. 32).

No Estado Consensual, por sua vez: “[...] o próprio Estado - agora aparecem como uma expressão de um compromisso, uma coalizão de classes que inclui tanto capitalistas como trabalhadores organizados.” (Fleury, 1994, p.32).

Concordamos com a concepção de *Estado como relação* abordada por Poulantzas (1980).

O Estado baliza desde então o campo das lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio do político e instaura a classe politicamente dominante; marca e codifica todas as formas de divisão do trabalho, todo o real no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes. (Poulantzas, 1980, p. 45).

Isso posto, Fleury (1994, p. 33) menciona que “o Estado funciona como um verdadeiro partido de classe, constituindo a burguesia em classe dominante”. Assim Orth, Cantóia e Torres (2017) enfatizam que, em uma arena contraditória e tensa, é por meio das políticas públicas que se estabelecem relações de acordo entre Estado e as lutas sociais com o propósito de garantir seus direitos sociais. Ou seja, para Fleury (1994):

[...] em outras palavras, a política social seria a resultante possível e necessária das relações que historicamente se estabeleceram no desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, mediadas pela intervenção do Estado, e envolvendo pelo menos três atores principais: a burocracia estatal, a burguesia industrial e os trabalhadores urbanos. (Fleury, 1994, p. 43).

Assim, o Estado funciona como um mediador entre a hegemonia capitalista e os interesses gerais da sociedade, em que seu poder é legitimado a partir da cidadania que garante um conjunto de direitos e deveres frente ao Estado (Fleury, 1994). Dentre esses direitos adquiridos, as políticas sociais estão inclusas, pois são reflexos de lutas de classes em busca da conquista do direito de ter saúde, educação entre outros.

Logo, como é o governo que exerce o poder político, a cada governo que se instituiu, realizam-se novas políticas públicas sociais de acordo com as lutas de classe ou até mesmo conforme seus próprios interesses. Nesse sentido, acerca das políticas de qualificação no Brasil, a partir da década de 1990, tem-se apresentado duas frentes de atuação: uma como mecanismo para reduzir a extrema pobreza e outra frente para atender a demanda por uma força de trabalho mais qualificada (Silva, 2014).

Autores como Silva (2014); Azeredo e Ramos (1995), Alves (1995) relatam a importância do Estado em investir em qualificação. Para esses autores a qualificação é de extrema importância para inserção do trabalhador no mercado de trabalho, a qualificação é vista como estratégia de inclusão social. Por outro lado, temos autores como Harvey (2001); Martins (2002); Matoso (2000); Albert (2017); Meszáros (2008) e Silva (2001) enfatizam que

a qualificação tem-se colocado como um processo de doutrinação para atender os ditames do capital, onde tem ocorrido a mercantilização da qualificação sendo transferido para o trabalhador a responsabilidade pela situação de desemprego.

Contudo, compreendemos que a qualificação sozinha não pode mudar a situação de desemprego no Brasil, mas diante das mudanças que estão ocorrendo e diante dos avanços tecnológicos, a qualificação tem-se colocado como fundamental para se manter no mercado de trabalho. Assim, evidenciaremos como as políticas de qualificação vêm sendo efetivadas no país.

No Brasil as políticas de qualificação começaram com maior ênfase a serem realizadas a partir da década de 1990, em um contexto neoliberal onde o Estado brasileiro se aliou a instituições privadas para realizar políticas de qualificação para os trabalhadores, e assim atender a demanda por mão de obra qualificada que o empresariado necessitava diante das mudanças tecnológicas.

Assim, foi criado o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso então presidente na época. Posteriormente, outros programas foram sendo efetivados por outras lideranças governamentais como: Plano Nacional de Qualificação - PNQ; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec; Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil e o Programa Emprega Mais.

Essas políticas de qualificação surgiram com o propósito de qualificar os trabalhadores em tempo coerente para atender as mudanças organizacionais decorridas da modernização produtiva. No entanto, Alves e Vieira (1995) mencionam que para qualificar é necessário superar alguns pontos de estrangulamento:

- 1 - os baixos níveis de escolaridade dos trabalhadores;
- 2 - o grande número de jovens egressos, a cada ano, do sistema educacional, com preparo inadequado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho;
- 3 - a desatualização e ineficiência do sistema de formação profissional para atender com rapidez as mudanças tecnológicas e gerenciais;
- 4 - a inexistência de metodologias de ensino (já testadas) adequadas às novas necessidades do setor produtivo e ao perfil educacional desejado do trabalhador;
- 5 - a inexistência do componente de qualificação profissional na política pública de combate ao desemprego. (Alves; Vieira, 1995, p. 119 – 120).

Assim, ocorre a necessidade do Estado de efetivar políticas de qualificação capazes de atender as exigências do mercado de trabalho que, cada vez mais, precisa acatar as mudanças ocasionadas pelo avanço do meio técnico-científico-informacional (Santos 2006).

Atualmente, a qualificação tem-se tornado requisito fundamental para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. Devido ao avanço das tecnologias e ao aumento do desemprego estrutural, cada vez mais, o mercado produtivo exige qualificação. Azeredo e Ramos (1995) corroboram mencionando a importância da formação e qualificação que democratiza as chances do trabalhador conseguir um emprego.

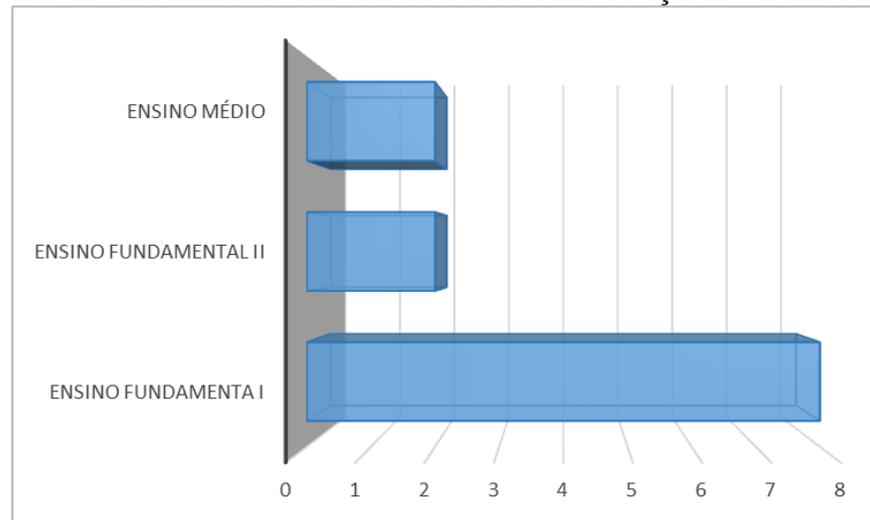
A crescente importância da formação e qualificação surge da revolução tecnológica em curso, que requer um trabalhador mais qualificado e polivalente, se comparado com o demandado no paradigma taylorista-fordista, e uma formação contínua, dada a rapidez das mudanças tecnológicas [...]. Os sistemas públicos de emprego, ao associar assistência ao desempregado com formação e reciclagem, elevam a probabilidade de o empregado ocupar uma vaga ou, em outros termos, tornam o desempregado "empregável". Por outra parte, devido à rapidez nas inovações tecnológicas, o desempregado vai perdendo sua "empregabilidade" à medida que permanece nessa situação. Desta forma, a reciclagem deve ser contínua durante todo o tempo de desemprego [...] Uma política de formação e reciclagem dos desempregados democratiza as chances de encontrar um emprego e, segundo a qualidade da formação e reciclagem, abre a possibilidade do trabalhador ser empregado em postos de trabalho de qualidade. (Azeredo; Ramos, 1995, p. 97 - 98).

Sendo assim, compreendemos a importância do Estado em promover uma política educacional e de qualificação tão necessária para atender os avanços tecnológicos nos meios de produção.

A disponibilidade de trabalhadores com grau de conhecimento condizente com as necessidades desse modelo assegura a rapidez com que se dará a aprendizagem e a capacitação — peças fundamentais para o sucesso da modernização e a garantia de um emprego de qualidade. (Alves; Vieira, 1995, p. 122 - 123).

A falta de qualificação aprisiona muitos trabalhadores em alguns trabalhos devido ao baixo nível de instrução. Como diz Silva (2014, p.59) para evitar que “trabalhadores sem qualificações sejam expostos ao constrangimento de apresentar conhecimentos que historicamente lhes foram negados”, respectivamente, Costa e Müller (2014, p. 1) mencionam que a inserção da população no mundo do trabalho “[...] em geral é precária com renda baixa e instável. Em larga medida, isso se deve ao fato de não terem tido acesso à educação e a bons cursos de qualificação profissional”.

Como exemplo, podemos mencionar os/as cortadores (as) de cana-de-açúcar que estão em situação de desemprego devido à mecanização do corte e colheita da cana. Na pesquisa realizada anteriormente (Sampaio, 2020), identificamos que 67% das cortadoras de cana-de-açúcar do município de Tamboara – Pr, tinham apenas o ensino fundamental incompleto, o que dificulta a procura por outro trabalho (Gráfico 15)

**Gráfico 15:** Escolaridade das Cortadoras de cana-de-açúcar – Tamboara/Pr.

Fonte: Sampaio, 2019.

Contudo, mesmo essas laboriosas tendo uma escolaridade baixa e o corte de cana ser um trabalho precário que ocasiona sérios problemas de saúde, podendo até mesmo levar a morte (Alves, 2006), essas mulheres preocupam-se com o desemprego que as ronda ocasionado pela modernização agrícola. Essa situação de baixa escolaridade se repete com os ex cortadores (as) de cana-de-açúcar dos municípios de Tamboara, Paranavaí e Paraíso do Norte, no qual poucos laboriosos possuem o ensino médio.

Assim, uma eficaz realização das políticas de qualificação poderiam reduzir os impactos socioeconômicos ocasionados pela modernização agrícola. Para Silva (1982, p. 40), tal “modernização conservadora” foi subsidiada pelo Estado em prol das grandes propriedades, privilegiando algumas culturas e regiões, o que gerou desemprego estrutural. Alves e Vieira (1995) relatam o papel fundamental do Estado no combate as consequências perversas da modernização tecnológica, pois, sem educação e qualificação profissional, inviabiliza-se que os trabalhadores consigam ocupação. Nesse mesmo pensamento Azeredo e Ramos (1995) enfatizam que:

A baixa escolaridade do trabalhador brasileiro, que não impediu no passado a sua integração ao mercado de trabalho, configura hoje um sério obstáculo para o aumento da competitividade e produtividade do sistema produtivo. A educação geral representa, hoje, um requisito essencial para a qualificação profissional exigida pelas mudanças na base produtiva. (Azeredo; Ramos, 1995, p. 115).

Igualmente, a qualificação profissional tem sido colocada como requisito fundamental para a inserção e a permanência no mercado de trabalho e, com efeito, o homem e a mulher precisam investir em capital humano para não ficarem fora do mercado.

As políticas sociais voltadas à qualificação profissional focalizada nos trabalhadores mais pobres, propõem a transformação de uma força de trabalho “supérflua” em uma força de trabalho “empregável”. Em tese, tais trabalhadores estariam aptos para a inserção no mercado de trabalho atendendo aos requisitos do processo produtivo. Nesse sentido, a qualificação profissional passa a figurar como estratégia de “inclusão social”. (Silva, 2014, p. 24 - 25).

Desse modo, compreendemos que, com a baixa escolaridade e a falta de qualificação, os trabalhadores (as) ficam excluídos do mercado de trabalho, restando-lhes apenas a informalidade ou trabalhos ainda mais precários. No entanto, Harvey (2011, p. 193) traz-nos a reflexão de que essa exclusão não pode ser eliminada com qualificação profissional, pois ela é intrínseca ao capitalismo “um capitalismo ético, sem exploração e socialmente justo que beneficia a todos é impossível”. Ainda Oliveira (2002, p. 10) menciona que “a exclusão está incluída na lógica do capital, ou melhor, dizendo de outra maneira, que o círculo entre exclusão e inclusão subordinada é condição do processo do capital”. Ou seja, ao mesmo tempo em que o capital exclui, ele também inclui, porque precisa transformar cada ser humano em membro da sociedade capitalista (Martins, 2002). Igualmente, Silva (2014) menciona que

a ampliação de novas qualificações, por meio da extensão massiva da formação profissional, ao invés de garantir emprego a todos e a todas, cria, por um lado, a possibilidade do capital afirmar (e perpetuar) a existência de homens e mulheres como instrumentalidades para si (como é o caso da lógica do treinamento profissional). (Silva, 2014, p. 64).

Este cenário confirma que a qualificação profissional isolada não é a solução para os desafios da exclusão e do desemprego. No entanto, a realidade atual, como já foi destacado, frequentemente transfere a responsabilidade para o trabalhador desqualificado, imputando-lhe a culpa por sua própria situação de desemprego.

A empregabilidade passou a ser expressão dessa responsabilização do indivíduo por seu emprego e desemprego. Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder”. (Matosso, 2000, p. 20).

Diante dessa realidade, o trabalhador que almeja estar inserido no mercado de trabalho precisa investir em si próprio, e a educação passa a ser o principal capital humano do

indivíduo, ou seja, a qualificação tem-se apresentado como um requisito para sua entrada e permanência no mercado produtivo. Reflexo de uma produção flexível e informatizada que substitui trabalhadores por computadores, excluindo aqueles pouco qualificados. Para Coriat (1988, p. 33), “a integração e a flexibilidade estão interligadas às novas exigências da acumulação de capital, e repousam sobre uma base inédita aberta pelas novas tecnologias de informação aplicadas a produção.”

Nesse mesmo sentido, Albert (2017, p. 17) menciona que “ainda que a prática da educação profissional entendida aqui a partir da qualificação profissional seja um bem, ela não é um bem em si mesmo”. A educação do trabalhador tem sido utilizada como uma parte necessária para sua inserção no posto de trabalho, tornando o proletariado com ou sem qualificação excluído do processo. Ainda Albert (2017), enfatiza que a formação do trabalhador tem-se apresentado como um processo de doutrinação da força de trabalho conforme os ditames do modo capitalista de produção. Em um contexto neoliberal, em que “tudo se vende, tudo se compra, tudo tem preço o que tem ocorrido é a mercantilização da educação” (Meszáros 2008, p. 16).

Assim, compreendemos que os Governos têm criado políticas de qualificação para atender as exigências da classe dominante, pois essa qualificação oferecida não garante a emancipação. Para Souza (2008, p. 320) a qualificação tem se apresentado “muito mais um mecanismo de mediação de conflito de classe no campo da luta pelo acesso ao conhecimento científico e tecnológico, do que uma oportunidade de acesso a este conhecimento.

De tal modo, Silva (2011), em sua tese, enfatiza que somente a realização de políticas públicas de qualificação não é capaz de mudar a situação do desemprego no país; é necessário um conjunto de ações que qualifique os trabalhadores, mas também possibilite a empregabilidade e a sua inserção no mercado. Nesse sentido, Cova (2003, p. 49) relata que

Ao atender às demandas por qualificação, o governo e os empresários oferecem cursos de qualificação e não oportunidades de emprego após essa qualificação. O resultado desse processo é que ambos se isentam da responsabilidade pelo desemprego e a repassam para o trabalhador. Entretanto, não podemos nos esquecer das responsabilidades de governos e empresários sobre a ampliação das oportunidades de empregos. (Cova, 2003, p. 49).

Contudo, aliado à ofensiva neoliberal, o que tem ocorrido é a retração do Estado com relação às suas responsabilidades na prestação dos serviços sociais, o que gerou o aumento do “desemprego, do trabalho parcial, do trabalho temporário, do trabalho terceirizado e do trabalho informal” (Serra, 2007, p. 2). Assim, “o avanço tecnológico combinado com as

características do processo produtivo implicará, no Brasil, em formas particulares de precariedade da força de trabalho” (Silva, 2014, p. 36).

Com relação à qualificação profissional no Brasil, os Governos têm se aliado as instituições privadas para qualificar a sua população. Assim, a qualificação dos trabalhadores é realizada por várias instituições, entre elas, destacam-se os centros de formação tecnológica, o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- SENAR entre outros. Além dessas agências, institutos, fundações e ONGs também realizam cursos de qualificação profissional (Alvez; Vieira, 1995).

O Serviço Social Autônomo conhecido como Sistema “S” é composto pelo SENAI, SENAC, SESI, SENAR, SESC, entre outros e atua em programas de formação profissional. Cada entidade possui metodologia própria de atuação. O SESC, SESI, SENAC e SENAI, são entidades paraestatais de direito privado, atuando sem submissão à Administração Pública. Essas entidades atuam em cooperação com o Estado, exercendo atividades de interesse coletivo. Para sua manutenção, auferem subvenções por meio de recolhimento parafiscal de um adicional às alíquotas das contribuições sociais (Linhares, 2012).

O SESI/SENAI foi instituído em 1946 e 1942, e o SESC/SENAC, em 1946, no governo do Presidente Dutra. Naquele momento, a Confederação Nacional da Indústria estava preocupada com a formação de mão de obra para a indústria do país. Assim, o SENAI foi criado por meio do Decreto Lei nº 4.048/1942 com o objetivo de “organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para os industriários” (Brasil, 1942, s/p).

O SENAC foi criado a partir do Decreto Lei nº 8.621/1946, que, em seu artigo 1º, menciona o objetivo de “organizar e administrar, no território nacional, escolas de aprendizagem comercial” (Brasil, 1946, s/p).

O SESC foi fundado por meio do Decreto Lei nº 9.853/1946 e seu art. 1º têm por finalidade em “planejar executar direta ou indiretamente medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias” (Brasil, 1946, s/p).

Outra entidade ligada ao Sistema “S” é o SENAR, instituído por intermédio do Decreto Lei nº 8.315/1991 que, em seu art. 1º, menciona o objeto de “organizar, administrar executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural” (Brasil, 1991, s/p).

As entidades do Sistema “S” são entidades paraestatais que são autorizadas a prestar serviços e realizar atividades de interesse público ou coletivo e que não sejam exclusivos do

Estado (Meirelles, 2006). Ou seja, tais entidades beneficiam, principalmente, os filhos dos industriários e a população de classe média que pode pagar uma mensalidade para seus filhos, não atendendo a necessidade de toda a população.

Essas instituições atuam com recursos parafiscais e não têm uma política global que atenda ao conjunto de trabalhadores, sobretudo, aos trabalhadores desempregados; beneficiam, principalmente, as firmas do setor moderno. Acerca disso, Azeredo e Ramos (1995) elucidam:

No Brasil, a educação profissional até a década de 1980 não tinha merecido a atenção dos setores públicos, permanecendo durante mais de quarenta anos sob a responsabilidade, quase que unicamente, iniciativa privada, com o Sistema “S”, as entidades privadas de ensino profissional livre e das próprias empresas, todas voltadas, exclusivamente, para a preparação do trabalhador em atividades específicas requeridas pelas necessidades do mercado de trabalho da época. (Silva, 2011, p. 130 - 131).

Outras medidas foram realizadas pelo Governo para atender os desempregados, como o Sistema Nacional de Emprego – SINE por meio do Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975, cujas principais ações são a intermediação de mão de obra e a habilitação do seguro desemprego (Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2016, p. 1). Esse órgão visa colocar os trabalhadores em postos de trabalho e promove a intermediação entre oferta e demanda de trabalho. O trabalhador que procura a agência passa pelas seguintes etapas:

Inscrição do trabalhador; registro do empregador; captação e registro de vagas de trabalho; cruzamento de perfil dos trabalhadores cadastrados com o perfil das vagas captadas; convocação de trabalhadores conforme pesquisa de perfil e encaminhamento para entrevista de emprego; e registro do resultado do encaminhamento. Ainda, o serviço de intermediação de mão-de-obra pressupõe a administração das vagas, do momento de sua captação até seu preenchimento – ou, eventualmente, até a extinção do prazo definido pelo empregador para a seleção. (Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2016, p. 1).

Além dessas etapas, orientam sobre o perfil exigido atualmente pelas empresas e também sobre a necessidade e importância do desenvolvimento pessoal e profissional por meio da qualificação. De acordo com Azeredo e Ramos (1995, p. 103), o SINE existe de fato “só em alguns estados e atua de forma muito precária”. Nesse sentido, Souza (2002) menciona que o Brasil tem grandes obstáculos a enfrentar em relação à formação profissional:

(a) baixos níveis de escolaridade; (b) grande número de jovens egressos dos sistemas educacionais brasileiros, sem preparação mínima para o mercado de trabalho; (c) sistema de formação

profissional desatualizado e ineficiente; (d) e o mais importante, ausência de metodologias de ensino/aprendizagem voltadas para as necessidades do mercado (empresas) e para o perfil profissional desse trabalhador. (Souza, 2002, p. 54).

É necessário aliar uma educação pública de qualidade às políticas públicas de qualificação, contemplando a todos os envolvidos, os trabalhadores brasileiros. E, para isso, é importante levar em conta as peculiaridades de cada região que podem ser analisadas a partir de dados de órgãos, como o IBGE e PNAD dentre outros.

[...] uma combinação de políticas ativas e passivas é indispensável para, dadas às restrições macroeconômicas e tecnológicas, maximizar as oportunidades de empregos de qualidade e democratizar as possibilidades de acesso a essas vagas. Por outra parte, o Brasil, apesar da consciência generalizada da necessidade de uma política de emprego para reduzir a precariedade da inserção no mercado de trabalho e enfrentar os desafios do novo paradigma tecnológico e a globalização da economia, não conta com uma estratégia definida nessa matéria. (Azeredo; Ramos, 1995, p. 113).

Ainda, Souza (2002) enfatiza que o maior desafio é qualificar massivamente os trabalhadores por intermédio de uma política que rompa com os padrões tradicionais de qualificação profissional, pois o que vemos hoje é a monopolização da oferta de cursos profissionalizantes que não articula educação formal e treinamento profissional. Para isso, é preciso que o Estado, mediante as linhas de financiamento, elabore políticas de qualificação profissional, nas quais o próprio Estado seja o responsável pela oferta e execução dos projetos, pois, como elucida Silva (2011, p. 236): “O Estado [...] tem se constituído como um dos principais mecanismos, capaz de garantir e viabilizar as políticas de qualificação profissional dos trabalhadores”.

Na atual conjuntura, a qualificação tem sido um requisito exigido no mercado de trabalho, e o Estado tem desenvolvido algumas ações, principalmente, a partir da década de 1990. Contudo, o que nos chama atenção é a transferência das responsabilidades de qualificar sua população transferida para o Sistema “S”, ocorrendo, deste modo, a mercantilização da qualificação da população (Grabowski, 2013).

Sendo assim, no próximo item, iremos abordar as principais políticas nacionais de qualificação realizadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Roussef (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019 – 2022) para compreendermos como as políticas estão sendo realizadas e sua contribuição para a qualificação da população brasileira.

## 2.1 Políticas sociais para qualificação realizadas durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso - 1995 a 1998 (1º mandato) e 1999 a 2003 (2º mandato)

Durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, foram desenvolvidas algumas políticas sociais para o emprego e a proteção ao desemprego. No primeiro mandato, promoveu-se o alargamento da elegibilidade para os empregados domésticos; a ampliação do seguro desemprego de quatro para cinco meses, podendo ser ampliado para sete meses e também a criação da Bolsa Qualificação. Também se realizou o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor e o Programa Expansão da Educação Profissional – Proep.

A Bolsa Qualificação foi instituída a partir da Medida Provisória nº 1.726, de 3 de novembro 1998, que: “Insere dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, para facultar a suspensão do contrato de trabalho para a participação do trabalhador em curso ou programa de qualificação profissional” (Brasil, 1998, p. 1).

Art. 1º Acrescente-se o seguinte art. 476-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943: "Art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação.

[...] Art. 4º Acrescente-se o seguinte § ao art. 2º da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976:

"§ 3º As pessoas jurídicas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador PAT poderão estender o benefício previsto nesse programa aos empregados que estejam com contrato suspenso para participação em curso ou programa de qualificação profissional, limitada essa extensão ao período de cinco meses." (NR)

Art. 6º Cabe ao Ministério do Trabalho a adoção das providências administrativas necessárias à implementação da bolsa de qualificação profissional, disponibilizando o acesso ao benefício a partir de 1º de janeiro de 1999.

Art. 7º O § 1º do art. 1º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Os alunos a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar frequentando cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional ou escolas de educação especial." (NR) (Brasil, 1998, p. 1).

Para que o trabalhador fosse beneficiado com esse programa, era preciso que, após a suspensão do contrato de trabalho, ele estivesse matriculado em algum curso ofertado pelo

empregador; caso o colaborador cumprisse a carga horária de 75%, receberia o benefício que era calculado conforme os três últimos salários. Para efetivação desse programa, o governo FHC destinou mais de R\$ 20 milhões para sua realização (Gráfico 16).

**Gráfico 16:** Investimento anual destinado ao programa Bolsa Qualificação 1998-2003



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2003.

No gráfico 16, podemos observar que os anos que mais foram direcionados investimentos para o Programa Bolsa Qualificação foram os anos 1998 a 2000. Nesse período, por meio desse programa, beneficiou-se milhares de trabalhadores (Gráfico 17).

**Gráfico 17:** Trabalhadores beneficiados pelo Programa Bolsa Qualificação entre 1998-2003



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2003.

Assim, como os investimentos em capital foram maiores entre 1998 e 2000, o número de trabalhadores qualificados também se destacou nesse período, sendo qualificados 19.943 laboriosos. Entre 1998 a 2003 foram qualificados no governo de Fernando Henrique através do bolsa qualificação 32.795 trabalhadores.

De acordo com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, o programa ainda encontra-se vigente e já beneficiou milhares de trabalhadores (Quadro 3).

**Quadro 3:** Evolução do número de trabalhadores beneficiados com o Programa Bolsa Qualificação 1999-2016

[ A ]	[ B ]	[ C ]	[ D ]	[ E ]	[ F ]	[ I ]	
ANO	TOTAL DE REQUERENTES	TOTAL DE SEGURADOS	TAXA DE HABILITAÇÃO (B:A)x100	VALOR EMITIDO DO BENEFÍCIO (Moeda Corrente)	( US\$ )	QUANTIDADE DE CHEQUES EMITIDOS	VALOR MÉDIO DO BENEFÍCIO EM S.M.R. F:(HxA)
1999	11.016	10.274	93,26%	7.717.222,65	4.322.920,37	36.465	1,54
2000	10.366	9.669	93,28%	7.699.109,10	4.284.484,83	39.090	1,33
2001	3.465	3.282	94,72%	1.784.304,72	789.511,24	7.565	1,39
2002	9.762	7.634	78,20%	7.481.373,78	2.757.268,99	31.353	1,29
2003	2.367	1.964	82,97%	2.386.596,83	754.990,36	7.727	1,40
2004	3.225	3.059	98,60%	3.781.528,35	173.051,70	11.422	1,29
2005	4.111	4.092	99,54%	5.234.646,37	2.149.747,80	15.266	1,21
2006	3.838	3.742	97,50%	5.922.938,16	2.719.642,48	14.289	1,30
2007	2.874	2.849	99,13%	5.284.551,00	2.633.582,06	10.656	1,32
2008	7.808	7.758	99,36%	12.056.408,93	6.868.807,39	24.598	1,24
2009	20.722	20.480	98,83%	50.603.209,46	24.834.446,76	73.346	1,48
2010	4.988	4.957	99,38%	8.664.054,69	4.857.893,99	13.151	1,35
2011	9.128	8.808	96,49%	16.562.067,82	9.953.263,38	20.691	1,66
2012	13.919	13.444	96,59%	44.402.146,55	22.832.208,32	48.243	1,51
2013	8.618	8.412	97,61%	35.247.492,06	16.936.665,68	36.323	1,46
2014	19.246	18.731	97,32%	63.341.030,88	26.924.670,25	54.825	1,60
2015	33.221	32.147	96,77%	147.724.877,94	45.135.189	119.435	1,58
2016	8.082	7.813	96,67%	27.928.258,44	6.923.874,46	19.470	1,63
<b>TOTAL</b>	<b>176.756</b>	<b>169.115</b>	<b>95,68%</b>	<b>453.821.817,73</b>	<b>185.852.219,42</b>	<b>583.915</b>	<b>1,42</b>

Fonte: Fundo de Amparo ao Trabalhador, 2016.

Contudo, do governo federal não veio iniciativa para a efetivação desses cursos por órgãos públicos, ficaram responsáveis pela qualificação desses trabalhadores outros órgãos, sobretudo o Sistema “S”. Foi ideia de FHC articular-se com entidades privadas, a fim de consolidar seu plano “Articular as ações do Senai, Senac, Senar, Sebrae e dos órgãos de extensão rural com as universidades, centros de pesquisa e governos estaduais e municipais, a fim de promover a profissionalização do trabalhador [...]” (Cardoso, 2008, p. 62)

Também no Governo do FHC, criou-se o Planfor por meio do Decreto nº 2.208/1997, que tinha como objetivo oferecer cursos profissionais de nível básico aberto a alunos da rede pública e privada da educação básica, e para os trabalhadores com qualquer nível de escolarização que, ao fim do curso, receberiam um certificado de qualificação profissional. O programa durou até 2003 e foi financiado pelo Banco Mundial.

O Planfor foi criado para qualificar e requalificar por ano uma média de 20% da População Economicamente Ativa – PEA e tinha por objetivo três premissas: a redução dos níveis de desemprego e subemprego; a diminuição dos riscos de demissão e o aumento da

permanência no mercado de trabalho; e que esse programa pudesse contribuir para o aumento da produtividade e da renda (CODEFAT, 1998).

No entanto, para Kuenzer (2006), esse programa tinha uma formação acelerada de curta duração, não oferecendo qualidade à educação, mas estava pautado na formação de um trabalhador polivalente capaz de atuar nos moldes da lógica neoliberal que o patrocinou, o que confirma a tese de Silva (2011).

Assim como elucidar a tese de que a institucionalidade das políticas de qualificação profissional, ainda que apresentem estratégias, contornos, arcabouços e discursos diferenciados (PLANFOR e PNQ), não deixam de se submeter, como política de Estado, ao modelo de acumulação capitalista flexível; modelo que exige uma forma específica de qualificação profissional, e que demanda um perfil de força de trabalho para esse modo de acumulação. [...] Isto quer dizer que as mudanças institucionais promovidas pelo PLANFOR e, porque não, pelo PNQ, têm se revelado limitadas e impotentes para equacionar o problema do desemprego, em contextos neoliberais (Silva, 2011, p. 124).

No mesmo sentido, Silva (2011) menciona que a qualificação profissional não tem se materializado como um projeto voltado à autonomia dos indivíduos. Em vez disso, ela se configura como uma preparação destinada apenas a adequar os profissionais a um mercado de trabalho competitivo e restrito. Em outras palavras, trata-se de uma qualificação voltada exclusivamente para atender às demandas do capital.

Após sua execução o Planfor foi avaliado em 2002 pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE em âmbito local e nacional. A avaliação foi realizada através dos seguintes indicadores:

**Eficiência:** entendida como cumprimento das metas relativas a treinandos, carga horária, abrangência espacial e setorial, público-alvo, conteúdos, investimentos, etc., nos prazos hábeis, a custos otimizados, de acordo com as diretrizes do FAT/PLANFOR e legislação aplicável à matéria;

**Eficácia:** expressa pelo benefício das ações de EP para os treinandos, traduzido em melhoria de chances de obtenção ou manutenção do trabalho, geração ou aumento de renda, elevação da produtividade e melhoria da qualidade de produtos e serviços, integração ou reintegração social, rompimento do círculo vicioso da pobreza e exclusão – entre outros aspectos;

**Efetividade social:** processo e impactos do PLANFOR como política pública, voltada para a construção democrática e do desenvolvimento sustentado; ou seja, efeitos mais amplos e duradouros que os benefícios individuais obtidos pelos treinandos (MTE, 2002, p. 13).

A obtenção dos dados se estendeu por todo o período de vigência do programa. De acordo com o MTE

[...] durante o período 1995-2000, o PlanFor teve um saldo de 11,4 milhões de trabalhadores qualificados, com investimentos totais de R\$ 1,75 bilhões

do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em 2001, foram 2,9 milhões de trabalhadores nos cursos. Mas, em 2002, foram 645 mil. O número de trabalhadores qualificados vem se reduzindo, seja pelo corte nos recursos, seja pelas mudanças nos indicadores considerados (MTE, 2002, s/p).

Conforme observado nos dados do MTE (2002), durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2000, 11,4 milhões de trabalhadores foram qualificados. No entanto, entre 2001 e 2002, esse número caiu para 3,545 milhões. Essa redução está atrelada tanto ao corte de recursos quanto ao término do segundo mandato do presidente. De acordo com o CODEFAT (2003a, p. 18), os investimentos no programa passaram de aproximadamente R\$ 493 milhões em 2001 para R\$ 186 milhões em 2003. Essas mudanças nos investimentos em políticas públicas ao final de cada mandato presidencial evidenciam a necessidade de políticas de Estado, e não meramente de Governos, uma vez que a finalização de um governo frequentemente resulta no encerramento de algumas políticas. Como ponto negativo do Planfor, Antoniazzi (2005, p. 53) relata que

[...] as Instituições Executoras oferecem cursos que, na sua maioria, têm carga horária pequena e estão desvinculados das tendências do mercado de trabalho local. Assinalam ainda que a formatação dos cursos é rígida e as exigências burocrático administrativas são excessivas. Do ponto de vista metodológico, ressaltam que nem sempre há articulação entre as habilidades (básicas, específicas e de gestão), o que acarreta a fragmentação dos conteúdos.

Desse modo, fica claro que focar apenas na quantidade em termos de qualificação profissional não garante uma formação de qualidade, capaz de equipar o trabalhador com as competências necessárias para desempenhar suas funções laborais. Nesse contexto, não é suficiente simplesmente aumentar o número de trabalhadores qualificados para minimizar as demandas de sindicatos e trabalhadores. É fundamental priorizar a qualidade da formação para realmente possibilitar a empregabilidade desta mão de obra desocupada.

Outros pontos negativos também foram relatados pelo CODEFAT (2003) como: pouca integração entre a política pública de qualificação profissional e as demais políticas de trabalho e renda; a curta duração dos cursos comprometendo uma educação formativa de caráter integral; deficiência no sistema de planejamento monitoramento e avaliação do programa; desarticulação com relação às políticas pública de educação e a fragilidade das comissões estaduais e municipais de trabalho que poderiam possibilitar maior participação da sociedade civil na elaboração, condução e fiscalização das políticas públicas de qualificação.

Assim, diante dessas fragilidades ao término do mandato do presidente Fernando Henrique em 2002 se encerrou o Planfor e foi instituída uma nova política de qualificação: o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que será elencada no próximo subtítulo.

## **2.2 Políticas sociais para qualificação realizadas durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2006 (1º mandato) e 2007 a 2011 (2º mandato)**

Em 2003 após o encerramento do Planfor, no governo de Luís Inácio da Silva foi criado o Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Este programa surgiu apoiado em estratégias que visava à articulação entre qualificação profissional e políticas de geração de trabalho e renda, tendo em vista um projeto amplo de formação e construção social (Cova, 2013). Este programa foi instituído mediante a Resolução nº 333, de 07 de agosto de 2003. O projeto tinha por objetivo

Art. 2º O PNQ deve contribuir para promover a integração das políticas e para à articulação das ações de qualificação profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, trabalho, renda e educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação (BRASIL, 2003, p. 5).

O Plano Nacional de Qualificação implicava em ultrapassar as políticas anteriores que eram voltadas tão-somente para as demandas do mercado de trabalho. Assim, a qualificação profissional passou a ser entendida como uma política de inclusão social

[...] baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável ao desenvolvimento sustentável; a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento (CODEFAT, 2003a, p. 25).

Para atender aos seus objetivos, o PNQ se estruturou em Projetos Especiais de Qualificação e Planos Territoriais de Qualificação, que incluem os PlanteQs, PlanSeQs e ProEsQs. Os PlanteQs, por sua vez, são realizados em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos.

Os Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs) foram desenvolvidos em colaboração com empresas, organizações do terceiro setor, sindicatos, movimentos sociais, além de governos estaduais e municipais, visando atender às demandas específicas de qualificação em diferentes setores.

Os Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) são implementados em colaboração com organizações não governamentais e entidades de movimentos sociais. O objetivo desses projetos é fomentar o desenvolvimento de metodologias para qualificação profissional e social.

Os recursos para a efetivação do plano nacional de qualificação são oriundos do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, como também as secretarias estaduais e municipais devem complementar os recursos com outras fontes. Os objetivos deste plano são:

Art. 2º O PNQ deve contribuir para promover a integração, das políticas e para à articulação das ações de qualificação profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, trabalho, renda e educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para:

I – a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as;

II – aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;

III – elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a educação de jovens e adultos;

IV – inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;

V – aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo;

VI – elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda;

VII – efetiva contribuição para articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação (Brasília, 2003, p. 6).

Para Silva (2001), o PNQ apresenta-se como uma nova política nacional de qualificação, porém, para a autora, esse plano tem aprimorado o Planfor (plano anterior de qualificação), mas não implementou algo novo. Uma das críticas realizadas a esse programa foi à redução da carga horária média dos PlanteQs, de 160 horas para 120 horas (CODEFAT, 2003b). Ainda sobre a redução na carga horária Cova (2013) menciona que

Essa alteração foi contraditória e discordante em relação a todos os discursos que fundamentaram a substituição do PLANFOR, que relacionavam a carga horária dos cursos com padrões de qualidade das ações e que foram as principais justificativas para a implantação de um novo plano. As críticas feitas ao PLANFOR pautavam-se basicamente pela baixa qualidade dos cursos em função da carga horária reduzida. O procedimento esperado seria uma imediata elevação da carga horária dos cursos do PNQ, quando, na realidade, ocorreu o contrário (Cova, 2013, p. 75,76).

Assim, os dois planos que apareceram com o viés “novo” contido em seu texto perpetuam uma qualificação de baixa qualidade e devido à redução da carga horária a cada governo que passa, compromete a realização de um programa de qualificação eficiente que faça da qualificação social uma alternativa eficaz para a inclusão social.

Contudo, é necessário compreendermos que a exclusão social “é inerente ao desenvolvimento do capitalismo e das suas forças produtivas bem como a criação de uma superpopulação excluída socialmente” (Silva, 2011, p. 153). Para Marx (1996, p. 273), os excluídos “são inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva [...] constituem uma condição de existência da produção capitalista”. Nesse contexto, Silva (2011) menciona que essas políticas criam uma falsa impressão que os excluídos podem integrar os aparatos de proteção do Estado, quando, na verdade, apaziguam, despolitizam, assim como suavizam o caráter perverso da exclusão.

Assim, compreendemos que as políticas de qualificação que estão sendo realizadas não amenizam o problema do desemprego, na verdade, transferem para a população a responsabilidade pelas suas condições de miserabilidade, quando, na verdade, essas políticas estão mais relacionadas à elevação da produtividade e ao aumento da competitividade (Silva, 2011).

Além da redução na carga horária, um outro ponto de preocupação é o corte de 5% no repasse de recursos voltados para as ações de qualificação social e profissional nos estados, municípios e no Distrito Federal. Conforme aponta Cova (2013, p. 78), “a diminuição de recursos direcionados às ações de qualificação profissional se apresenta em contradição com as propostas apresentadas pelo PNQ de valorização das ações nos estados, municípios e no Distrito Federal”.

Paralelamente à implementação do PNQ, o projeto que se sobressaiu foi o PlanSeQ, tido como o mais eficaz entre as iniciativas de assistência social. Este plano foi o que mais efetuou a qualificação de trabalhadores; apenas na área civil, aproximadamente 185.000 pessoas foram qualificadas. Essa ação foi intensificada para suprir a demanda de mão de obra de outros projetos governamentais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o programa Minha Casa Minha Vida, e também iniciativas na área de turismo (Filgueiras, 2011). Conforme o MT (2009) indica, em 2008 foi aprovada uma emenda parlamentar que destinou 150 milhões para a execução do PlanSeQ.

No entanto, o PlanseQ/BF<sup>15</sup> recebeu críticas no sentido de que foi excludente ao definir que apenas quem tivesse a quarta (4ª) série do ensino fundamental completo poderia ingressar nos cursos de qualificação.

Ao se definir que só os trabalhadores com a 4ª série do ensino fundamental completo poderiam ingressar nos cursos de qualificação profissional do Planseq/BF, o governo Lula embora sinalizasse a tendência presente no mundo do trabalho de reduzir as exigências de escolaridade em razão da demanda por força de trabalho com maior qualificação, acabou por frustrar aqueles trabalhadores analfabetos e com escolaridade abaixo da que foi requisitada (Silva, 2014, p. 132).

Dessa forma, trabalhadores com baixa escolaridade se tornam particularmente vulneráveis ao desemprego, já que a falta de qualificação dificulta ainda mais sua entrada no mercado de trabalho. O caráter da qualificação, nesse contexto, tem sido predominantemente compensatório, voltado somente para atender às demandas do mercado. Além disso, a qualificação profissional tornou-se um campo lucrativo para empresas privadas, especialmente porque a contratação desses serviços ocorre frequentemente sem a necessidade de licitação, o que traz maior flexibilidade no processo de seleção. Assim, os governos têm optado majoritariamente por contratar entidades ligadas ao Sistema “S”.

O orçamento realizado para a efetivação do PNQ entre os anos de 2004 e 2007 está exposto no Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007 (Tabela 11).

**Tabela 11:** Orçamento autorizado e utilizado para realização do PNQ- 2004-2007

<b>Autorizado (LOA + Créditos):</b> R\$ 120.609.509,00	Empenho Liquidado:	R\$ 86.156.818,00
	Pago Estatais:	-
	<b>Total:</b>	<b>R\$ 86.156.818,00</b>
<b>Previsto não-orçamentário</b>	<b>Realizado não-orçamentário</b>	
-	-	

Fonte: RAPP, 2004-2007

Como podemos observar na tabela 11 foi autorizado através da Lei Orçamentária Anual- LOA<sup>16</sup> um montante de R\$ 120.609.509.00 para realização das ações previstas no

<sup>15</sup> Plano Setorial de Qualificação Profissional para os Beneficiários do Programa Bolsa Família

<sup>16</sup> A Lei Orçamentária Anual, ou LOA, é um instrumento de regulação do orçamento do governo federal. Basicamente, é o que estabelece os limites de receitas e despesas da União, bem como o encaminhamento de verbas e ajuste de impostos. O Poder Executivo encaminha um Projeto de Lei para o Congresso, que poderá aprovar ou rejeitar a proposta. Caso aprovada, o Presidente da República deverá sancionar a lei, autorizando, de fato, o repasse dos recursos (RECATO, s/p., 2022).

PNQ. No entanto, foi utilizado uma quantia menor de R\$ 86.156.818,00. Este orçamento foi utilizado nos seguintes indicadores (Tabela 12)

**Tabela 12:** Orçamento utilizado em cada indicador para realização do PNQ- 2004-2007

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICES APURADOS				ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA	PORCENTAGEM DE ALCANCE DO ÍNDICE
	2004	2005	2006	2007		
1. Carga Horária Média por Pessoa Qualificada – Hora	-	130.94	192.33	197.54	200.00	98,77%
2. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade – Número-índice	-	94.00	95.00	92.31	95.00	97,17%
3. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) – Número-índice	-	214.00	200.00	219.38	200.00	109,69%
4. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres – Número-índice	-	126.00	147.00	140.86	135.00	104,34%
5. Número-Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos – Número-índice	-	131.00	116.00	104.30	165.00	63,21%
6. Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho - Porcentagem	-	87.50	93.74	88.50	85.00	104,12%
7. Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social - Porcentagem	-	-	64.00	64.42	80.00	80,53%

Fonte: RAPP, 2004-2007

Conforme demonstrado na Tabela 12, o grupo que mais se beneficiou em termos de cobertura foi o de jovens entre 16 e 24 anos, com um índice de 109,69%. Em seguida, vêm as mulheres, cuja cobertura de qualificação social e profissional atingiu 104,34%. Por outro lado, a menor taxa de cobertura foi registrada entre a população não branca, alcançando apenas 63,21%. Isso indica que a população negra teve o menor índice de alcance no programa.

Assim, as análises realizadas por meio da pesquisa feita pela UNB, comparando com os resultados elencados nos relatórios oficiais demonstraram alguns pontos que não tiveram o êxito esperado: a redução das desigualdades e a inclusão social, objetivos do PNQ, não foram efetivamente alcançadas por estas políticas de qualificação; ocorreu uma ruptura entre qualificação e educação básica; a carga horária praticada nos cursos são consideradas insuficientes; assim como a falta de equipamentos adequados para a realização destes cursos. Sobre a falta desses equipamentos Cova (2013, p. 124) relata que “fica evidente a insatisfação dos egressos quanto à insuficiência de equipamentos para as aulas práticas e quanto ao seu estado de manutenção, precisando de uma cobrança maior para que as executoras solucionem esse problema”.

Nesse contexto, fica claro que tanto o Planfor quanto o PNQ não representaram uma ruptura, mas sim uma continuidade em relação às políticas anteriores de qualificação de trabalhadores no Brasil. Essa continuidade reforçou um modelo hegemônico que não só inseriu o país no mercado mundial, mas também privatizou parcialmente a política de qualificação. Isso ocorreu por meio da participação do terceiro setor, que acabou assumindo responsabilidades tradicionalmente atribuídas ao Estado.

Outro fator relevante é de que os cursos proporcionados pelo Sistema Nacional de Emprego-SINE não condiziam com as vagas de trabalho disponíveis e os cursos de qualificação ofertados para os trabalhadores rurais eram insuficientes, não tendo um atendimento igualitário. Segundo Cova (2013),

Se observarmos o percentual relativo aos trabalhadores rurais, podemos perceber que ele é expressivamente menor que o percentual dos trabalhadores do sistema público de Emprego e Renda, ou do autoemprego e da inclusão social. Se levarmos em consideração que, exceto a categoria dos trabalhadores rurais, as demais categorias são destinadas aos trabalhadores urbanos, o distanciamento dos percentuais aumenta desproporcionalmente. Nesse caso, fica evidente que a categorização de trabalhadores rurais para representar os trabalhadores da área rural faz com que eles também sejam desprestigiados pelo PNQ. Essa categorização deveria ser diferenciada tal qual é realizada para a área urbana. Poderíamos ter então: trabalhadores do agronegócio, trabalhadores do turismo rural, trabalhadores da agricultura familiar dentre outros que poderiam garantir um rateio mais proporcional entre as áreas urbana e rural. As primeiras tentativas de envolvimento da população rural evidenciaram que existe uma demanda reprimida e que precisa ser atendida também pelas ações de qualificação do PNQ (Cova, 2013, p. 125).

Conforme destacado por Cova (2013), essa situação é evidenciada pelos dados referentes aos participantes que concluíram os cursos do PNQ. Nestes dados, observa-se que os trabalhadores rurais representam uma parcela reduzida dos concluintes, como ilustrado na Tabela 13.

**Tabela 13:** Evolução da distribuição dos educandos concluintes dos cursos do PNQ por público prioritário – Brasil – 2003 a 2007 (em%)

<b>Público Prioritário</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Trabalhadores do Sistema Público de Emprego e Economia Solidária	57,4	56,3	49,7	54,0	52,2
Trabalhadores rurais	6,6	6,6	7,5	5,6	6,7
Trabalhadores ocupados – auto emprego	10,6	10,0	13,3	19,3	19,1
Trabalhadores domésticos	0,9	1,0	1,4	1,3	1,0
Trabalhadores – reestruturação produtiva	0,6	1,0	0,7	0,0	0,0
Trabalhadores – inclusão social	11,1	10,5	12,1	11,3	11,4
Trabalhadores em situação especial	2,2	1,6	1,6	1,3	1,9
Trabalhadores de setores de utilidade pública	2,4	1,2	0,8	0,6	0,3
Trabalhadores – desenvolvimento e geração de emprego e renda	5,7	9,2	8,4	3,0	6,1
Gestores de Políticas Públicas	1,7	0,5	0,4	0,5	0,5
Outros Públicos	0,9	2,2	4,0	3,0	0,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE, 2007a; 2007b; 2008.

Esse baixo índice médio em 2003/2004 de 6,6% de trabalhadores rurais que concluíram os cursos de qualificação do PNQ pode ser atribuído à ação insuficiente do governo na qualificação dessa classe trabalhadora. Entre os fatores que contribuem para essa situação estão a escassa oferta de cursos voltados para a área rural e a burocratização do processo, agravada pelo fato de muitos desses trabalhadores terem baixo nível de escolaridade.

Desse modo, fica evidente que a necessidade de qualificação profissional não se restringe apenas aos trabalhadores da área urbana. É crucial também para os trabalhadores rurais, muitos dos quais foram desapropriados de seus meios de produção. Conforme evidenciado em nossa pesquisa de campo, esses indivíduos têm uma ligação afetiva com o campo e, se tivessem as oportunidades adequadas, optariam por continuar trabalhando na área rural.

Em seguida, examinaremos uma iniciativa de qualificação promovida pelo PNQ direcionada aos trabalhadores rurais, com o objetivo de atender às necessidades do setor sucroenergético.

### **2.3 Políticas Públicas de Qualificação para o setor sucroalcooleiro: o PlanSeq Sucroalcooleiro**

O campo brasileiro não está dissociado das dinâmicas capitalistas e de seu desenvolvimento; é necessário enxergá-lo como parte de um sistema maior. As transformações organizacionais que têm sido observadas no campo são reflexos diretos da revolução técnico-científico-informacional. Santos (2006) argumenta que essa revolução contínua está remodelando o espaço geográfico como uma totalidade, em consonância com as relações capitalistas de produção.

Essa nova fase de reestruturação produtiva, especialmente no que se refere à automação e robotização dos processos, tem desencadeado transformações significativas tanto nas relações laborais quanto na qualificação profissional dos trabalhadores. Consequentemente, o sistema educacional também passou por mudanças substanciais, visando adaptar-se às novas demandas do setor produtivo. Isso se manifestou por meio de reformas educacionais e da implementação de novos cursos de formação voltados para o mercado de trabalho.

Em face das recentes transformações no mundo do trabalho, procuramos identificar as alternativas de qualificação disponíveis por meio de políticas públicas para amenizar os impactos socioeconômicos resultantes da mecanização crescente no setor sucroenergético, um fenômeno que tem levado ao desemprego de um grande número de cortadores de cana-de-açúcar.

Durante a coleta de dados por meio de entrevistas, foi identificado que a maioria desses trabalhadores reside em áreas urbanas, mas mantém uma forte ligação emocional com o trabalho rural. Alguns eram pequenos proprietários rurais que se viram obrigados a vender suas terras devido a dívidas, especialmente em decorrência da crise do café. Outros trabalhadores provinham de diferentes contextos rurais: alguns eram meeiros, outros posseiros e ainda havia aqueles que trabalhavam em fazendas de gado de corte. Uma minoria já residia nas cidades, mas optou pelo trabalho no corte da cana por conta de sua baixa escolaridade. Diante desse cenário, estamos considerando programas de qualificação que possam contribuir para a manutenção desses trabalhadores no setor agrícola.

Muitos destes trabalhadores não possuem propriedades rurais, como sítios ou chácaras, onde possam desenvolver técnicas de produção como a agricultura familiar. No entanto, a qualificação profissional pode servir como um meio de capacitá-los para continuar trabalhando no setor rural. É importante ressaltar que a baixa escolaridade pode representar

uma barreira para o entendimento e execução de atividades laborais, especialmente as que envolvem tecnologia. Entretanto, nada impede que aqueles que não querem retornar para a escola para concluir o ensino fundamental e médio, sejam impelidos de realizar cursos de qualificação de acordo com sua escolaridade, que os capacite para realizar as atividades necessárias.

Na tese de Cova (2013) a autora menciona a necessidade da qualificação de trabalhadores para trabalhar nas atividades laborais realizadas em sua propriedade

Apesar de todos os investimentos visando alternativas que pudessem incrementar a produção, no decorrer dos oito anos em que participei da gestão me deparei com um problema de fundamental importância: onde encontrar trabalhadores qualificados para trabalhar nas atividades desenvolvidas na fazenda. Ao procurar trabalhadores, na área rural de Itaguaí, que estivessem aptos a trabalhar no laticínio como queijeiro, ou como ajudante de queijeiro, e na produção do leite, ou que estivessem capacitados para utilizar a ordenhadeira mecânica, ou para fazer a inseminação artificial, ou para operar o trator, etc. encontrávamos somente pessoas dispostas a aprender, mas nenhuma com o domínio suficiente para trabalhar nessas atividades (Cova, 2013, 13).

Portanto, conforme destaca Cova (2013), a ausência de qualificação profissional representa um obstáculo ao desenvolvimento de iniciativas agrícolas, seja para pequenos proprietários de terra ou mesmo para o setor do agronegócio, que está em constante processo de modernização produtiva.

Desta forma, a qualificação profissional torna-se crucial para a permanência do trabalhador rural no campo. Isso se deve ao fato de que a mecanização está assumindo tarefas que anteriormente eram manuais e não requeriam escolaridade ou treinamento especializado, como a carpa, a colheita de milho e o corte e plantio de cana-de-açúcar. Contudo, a abordagem à qualificação profissional em ambientes rurais ainda é considerada obsoleta, em grande parte baseada em conhecimentos transmitidos de geração para geração.

Grande parte da qualificação profissional praticada na sociedade rural não passa de um treinamento repassado entre as gerações, onde os filhos aprendem com seus pais o que eles aprenderam também com seus pais, e assim sucessivamente, reproduzindo processos produtivos arcaicos e ultrapassados. Em função disso, a modernização do processo de produção fica restrita a uma parcela de agricultores familiares, que possuem uma percepção de mercado diferente e que já perceberam que precisam se modernizar para adquirir competitividade. (Cova, 2013, p. 120).

Esses saberes empíricos têm seu valor, mas com o advento das novas tecnologias, torna-se imperativo adquirir novas habilidades e conhecimentos. Isso possibilita que o produtor rural não apenas se adapte às mudanças, mas também se torne competitivo no mercado atual. Dentro do contexto das políticas públicas voltadas para a qualificação de

trabalhadores rurais, destaca-se a contribuição do Plano Nacional de Educação por meio do PlanSeQ Sucroalcooleiro. Este programa foi especificamente criado para atender demandas emergenciais no setor sucroenergético, visando qualificar tanto trabalhadores ativos quanto desempregados. Para serem elegíveis aos cursos oferecidos, os trabalhadores precisavam estar registrados no Sistema Nacional de Emprego (SINE). Através desta iniciativa, 12.600 trabalhadores do setor sucroalcooleiro foram qualificados, conforme indicado no Quadro 4.

**Quadro 4:** Trabalhadores Qualificados pelo Planseq Sucroalcooleiro - 2010

<b>Unidade Federativa</b>	<b>Total de Trabalhadores Qualificados</b>
São Paulo	2.833
Pernambuco	1.794
Goiás	1.774
Minas Gerais	1.390
Paraná	1.058
Mato Grosso	1.022
Alagoas	1.005
Mato Grosso do Sul	897
Paraíba	527
Rondônia	200
Rio Grande do Norte	100
<b>TOTAL</b>	<b>12.600</b>

Fonte: Planseq (2010)

Como podemos observar no quadro 4, os estados de São Paulo, Pernambuco e Goiás foram os que mais tiveram trabalhadores qualificados através desse programa. Alguns dos cursos de qualificação ofertados através do Planseq Sucroalcooleiro direcionados para a agricultura foram:

- Instrutor de plantação de mudas; mecânico de trator e de colhedora; motorista canavieiro; operador de colhedora automotriz de cana e eletricitista de trator e de colhedora.

Os cursos realizados para a indústria foram:

- Operador de empilhadeira; instalações industriais (manutenção), torneiro mecânico; mecânico de automóveis em geral, soldador, caldeireiro; eletricitista de instalações comerciais e residenciais, eletricitista de instalações de veículos automotores e auxiliar de manutenção.

Esses cursos foram ministrados com uma carga horária média de 200 horas por aluno e salas com máximo de lotação 30 alunos. Essa carga horária estava dividida em:

- Módulo Básico, carga horária total de 40 horas;

- Módulo Específico, carga horária mínimo de 160 horas (Planseq, 2010)

Durante a realização desses cursos foram ofertados kit aluno, materiais didáticos, apostilas e equipamentos para aulas práticas e de segurança. Cada aluno foi beneficiado com lanche nos locais das aulas e vale transporte. Para a realização desses cursos o orçamento foi de R\$ 10.987.200,00, valor referente ao cálculo feito sobre o custo aluno/hora de R\$ 4,36, estabelecido pelo FAT. Desses recursos utilizados 95% são oriundos do MTE e FAT e 5% por entidades conveniadas. Observe no quadro abaixo como foi distribuído o orçamento por unidade federativa (Quadro 5).

**Quadro 5:** Matriz de financiamento por unidade federativa

<b>Ente Federativo</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor do Convênio</b>	<b>Valor da contrapartida</b>	<b>Valor do repasse do Ministério</b>
Alagoas	1005	R\$ 876.360	R\$ 43.818	R\$ 832.542
Goiás	1.774	R\$ 1.546.928	R\$ 77.346	R\$ 1.469.582
Mato Grosso	1022	R\$ 891.184	R\$ 44.559	R\$ 846.625
Mato Grosso do Sul	897	R\$ 782.184	R\$ 39.109	R\$ 743.075
Minas Gerais	1.390	R\$ 1.212.080	R\$ 60.604	R\$ 1.151.476
Paraíba	527	R\$ 459.544	R\$ 22.977	R\$ 436.567
Paraná	1.058	R\$ 922.576	R\$ 46.129	R\$ 876.447
Pernambuco	1.794	R\$ 1.564.368	R\$ 78.218	R\$ 1.486.150
Rio Grande do Norte	100	R\$ 87.200	R\$ 4.360	R\$ 82.840
Rondônia	200	R\$ 174.400	R\$ 8.720	R\$ 165.680
São Paulo	2.833	R\$ 2.470.376	R\$ 123.519	R\$ 2.346.857
<b>TOTAL</b>	<b>12.600</b>	<b>10.987.200</b>	<b>549.360</b>	<b>10.437.840</b>

Fonte: Planseq (2010)

Como podemos notar no quadro 5, São Paulo, Pernambuco e Goiás foram os estados contemplados com um montante maior de recursos e, como já mencionado, com maior número de trabalhadores qualificados. No Paraná estão localizados os municípios estudados nesta tese, que receberam R\$ 922.576 de recursos, onde também foram qualificados 1.058 laboriosos. A escolha desses estados não foi aleatória, no próprio edital Planseq (2010) estão elencados os fatores levados em conta para a efetivação desses cursos (Quadro 6).

**Quadro 6:** Descrição da demanda de qualificação por Unidade Federativa - 2010

<b>Estado Federativo</b>	<b>Descrição da Demanda</b>
ALAGOAS	A imigração de trabalhadores buscando melhores salários nas regiões sul, sudeste e centro oeste; A mecanização que já é uma realidade em diversas usinas do Setor.
GOIAS	A necessidade de evitar uma situação de desemprego dos trabalhadores oriundos da cadeia sucroalcooleira e, em especial, da colheita manual da cana-de-açúcar devido à modernização.
MATO GROSSO	Devido uma demanda crescente de mão de obra para o setor sucroenergético em razão da expansão acelerada deste setor.
MATO GROSSO DO SUL	Resultante de uma necessidade crescente de mão de obra para o setor sucroenergético em razão da expansão acelerada deste setor.
MINAS GERAIS	Fato gerador de demanda de cursos de qualificação de mão de obra são os projetos industriais do setor sucroalcooleiro em implantação no Estado de Minas Gerais, principalmente em regiões com baixa oferta de trabalhadores qualificados.
PARAÍBA	A demanda por qualificação nasce da busca da superação pela indústria de um paradigma, deixar para trás os hábitos e práticas dos antigos engenhos, usinas de açúcar e da indústria de alimentos e incorporar os valores, práticas e normas da indústria de energia e da indústria química.
PARANÁ	Qualificação de trabalhadores, preparando-os tanto para o ingresso, quanto para a permanência na cadeia produtiva de cana-de-açúcar. Requalificação de trabalhadores de empresas em processo de modernização tecnológica e qualificação de trabalhadores em situação de desemprego
PERNAMBUCO	Busca de atualização de seus trabalhadores diante de novos processos produtivos assegurando sua permanência e também a qualificação de trabalhadores desempregados na entressafra.
RIO GRANDE DO NORTE	Requalificação para trabalhadores devido empresas estarem em processo de modernização tecnológica, bem como qualificação para trabalhadores em situação de desemprego.
RONDÔNIA	Esta demanda é fruto de uma discussão com os representantes da Usina Boa Esperança, seus funcionários e representantes do Sindicato Rural de Rolim de Moura, Fetagro e Contag.
SÃO PAULO	Interesse manifestado pelas usinas e consolidado pela UNICA; Necessidade das comunidades de trabalhadores no corte de cana e de suas famílias representadas pela FERAESP.

(MTE, EDITAL DO PLANSEQ SUCROALCOOLEIRO NACIONAL, nº 24, 2010, p. 47-59).

Conforme indicado no Quadro 6, as necessidades de qualificação variam consideravelmente entre diferentes regiões. Em áreas como Nordeste, Sudeste e Sul, onde o setor sucroenergético já está estabelecido há muitos anos, a demanda se concentra na qualificação e requalificação de trabalhadores para acompanhar as mudanças tecnológicas, especialmente a mecanização dos processos de plantio e colheita da cana-de-açúcar. Em contrapartida, nas novas fronteiras desse setor, como as regiões Centro-Oeste e Norte, observa-se uma crescente necessidade de mão de obra qualificada devido à rápida expansão da indústria sucroenergética.

Assim, as demandas atendidas por essa política de qualificação executada pelo Governo são as dos empresários e não as dos trabalhadores, o Estado paga a conta, mas transfere a responsabilidade para o setor privado realizar os cursos de qualificação. De tal modo, essa política de qualificação Planseq Sucroalcooleiro não é uma política de cunho social e sim formal, visando apenas obter força de trabalho qualificada diante dos avanços tecnológicos que vem ocorrendo no setor canavieiro. Vejamos as submodalidades desse programa:

§ 1º São submodalidades de PlanSeQ: (Redação dada pela Resolução nº 638/2010)

I. Formal: voltado ao atendimento de trabalhadores assalariados do setor produtivo; (Redação dada pela Resolução nº 638/2010)

II. Social: destinados a qualificação de autônomos, empreendedores, agricultores familiares, integrantes da economia solidária, trabalhadores rurais, ou trabalhadores em situação de vulnerabilidade social; e (Redação dada pela Resolução nº 638/2010)

III. Emergencial: quando atendem às vítimas do desemprego em massa causado por fatores ecológicos, econômicos, tecnológicos e/ou sociais relevantes. (Redação dada pela Resolução nº 638/2010). (MTE, Edital do Planseq Sucroalcooleiro Nacional, nº 24, 2010, p. 20).

O Planseq Sucroalcooleiro de cunho formal foi realizado para atender os assalariados do setor produtivo, mediante as mudanças organizacionais, oriundas da mecanização dos processos produtivos, também elencado nesse edital:

A proposta de PLANSEQ nacional ora apresentada, tem por escopo a qualificação dos empregados das empresas do setor sucroenergético, e das comunidades diretamente atingidas por estes empreendimentos, preparando-os não somente para a modernização dos meios de produção, mas também para a realidade que se implementará após a completa mecanização das atividades de plantio de corte da cana de açúcar, realidade contemplada na resolução 575/2008 do CODEFAT. (MTE, Edital do Planseq Sucroalcooleiro Nacional, nº 24, 2010, p. 62).

Nesse sentido, o principal objetivo do Planseq Sucroalcooleiro foi qualificar trabalhadores para este setor em face da modernização dos processos produtivos. No entanto, o número de trabalhadores treinados por esse programa no estado do Paraná, e particularmente na região foco deste estudo, tem se mostrado insuficiente para mitigar o impacto social resultante dessa modernização. Como demonstra no Quadro 7 o número de trabalhadores que receberam qualificação através deste programa, assim como os cursos oferecidos, indicam que ainda há muito a ser feito para atender às necessidades da força de trabalho.

**Quadro 7:** Cursos realizados nos municípios do Paraná-2010

Ações de Qualificação Social e Profissional	CBO	Meta por Município do Paraná																	Meta Total
		Astorga	Bandeirantes	Cambará	Cidade Gaúcha	Engenheiro Beltrão	Florestópolis	Ibaiti	Ivaté	Jacarezinho	Jandaia do Sul	Londrina	Marialva	Maringá	Nova América da Colina	Nova Londrina	Paraisópolis	Paranacity	
Aplicador Manual Costal e Pressurizado Costal - Manual e Motorizado	6220-20					20			20		20								<b>60</b>
Mecânico de Autos e Máquinas Agrícolas	9144-05																20		<b>20</b>
Operador e Mantenedor de Colhedoras Automotrizes de Cana	6410-05		20		20							20		20					<b>80</b>
Operador e Mantenedor de Tratores Agrícolas	6410-15	20	20	20	20		25	20	23	20	20	20	20		20	20	20	20	<b>308</b>
<b>TOTAL</b>		<b>20</b>	<b>40</b>	<b>20</b>	<b>40</b>	<b>20</b>	<b>25</b>	<b>20</b>	<b>43</b>	<b>20</b>	<b>40</b>	<b>40</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>40</b>	<b>20</b>	<b>468</b>

Fonte: MTE, 2010.

Como elencado no Quadro 7 foram ofertados dois cursos na cidade de Paraíso do Norte: Mecânico de Autos e Máquinas Agrícolas (20 vagas) e Operador e Mantenedor de Tratores (20 vagas). As entidades responsáveis pela realização desses cursos no Paraná foram Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná – ALCOPAR, o Sindicato da Indústria do açúcar no Estado do Paraná - SIAPAR e o Sindicato da Indústria de Fabricação de álcool do Estado do Paraná – SIALPAR. Estes órgãos estão diretamente ligados ao setor sucroenergético.

A ligação que essas entidades têm com o setor canavieiro confirma a submodalidade formal do Planseq Sucroalcooleiro, cujo objetivo dessa qualificação estava voltado somente para qualificar 40 trabalhadores que iriam suprir as necessidades do setor produtivo. No entanto, também é necessário mencionar que a meta desse programa não é empregar todos os trabalhadores que fizeram o curso, mas sim apenas 30% desses laboriosos.

Portanto, fica evidente que o Planseq Sucroalcooleiro foi concebido principalmente para atender às necessidades do setor canavieiro, focando em qualificar trabalhadores especificamente para essa indústria. Não se trata de um programa projetado para oferecer uma formação mais abrangente que permita aos trabalhadores a transição para outros setores ou indústrias. O número limitado de vagas e a escassa diversidade de cursos oferecidos ilustram a insuficiência das políticas públicas em mitigar os impactos sociais decorrentes do desemprego massivo no setor canavieiro, que por sua vez, é resultado da modernização e reestruturação produtiva.

Embora alguns autores argumentem que a qualificação profissional serve principalmente como um instrumento do sistema capitalista para capacitar o proletariado em funções específicas, intensificando assim a competição e a exploração da mais-valia, a realidade é que, para a classe trabalhadora, a qualificação muitas vezes representa uma via crucial para manter o emprego em um mercado de trabalho em constante transformação. Dessa forma, a necessidade de políticas de qualificação inclusivas e abrangentes, que atendam a diferentes segmentos de trabalhadores, torna-se ainda mais premente. No próximo item, analisaremos as políticas de qualificação implementadas durante o governo de Dilma Rousseff, destacando seus aspectos positivos e negativos.

#### **2.4 Políticas sociais para qualificação realizadas durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff entre 2011 e 2014 e o segundo, entre 2015 e 2016**

O Governo de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, ocorreu entre os anos de 2011 e 2016. Seu governo foi pautado em políticas sociais para manter os resultados obtidos desde

2003. Ainda em seu governo, criou-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec - com o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional e qualificação. Esse programa foi instituído por meio do Decreto-Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, cujos principais objetivos eram:

Art. 1º É instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Parágrafo único. São objetivos do Pronatec:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013). (Brasil, 2011, s/p)

Como podemos perceber, o Pronatec visava expandir a oferta de cursos de educação profissional, bem como programas de formação ou qualificação profissional, ampliando as oportunidades educacionais para os trabalhadores. Diante de um contexto de crise de desemprego, o programa apresentou-se como possibilidade de retorno ao mundo do trabalho. Para sua realização, o programa foi efetivado da seguinte forma:

Regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei (Brasil, 2011, s/p).

Nesse sentido, ofertou sessenta e quatro (64) modalidades de cursos com carga horária média de duzentas horas (200) horas, custeados pelo MEC em parceria com Institutos Federais de Educação, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades federais, Instituições do Sistema “S” (SENAC, SENAI, SENAR e SENAT) e Instituições de Educação Profissional da

rede estadual, distrital e municipal (Montagner; Miller 2015). Vejamos, no quadro 8, a distribuição dos recursos e iniciativas do Pronatec.

**Quadro 8:** Distribuição dos recursos e iniciativas do Pronatec

<b>Iniciativas Pronatec</b>	<b>Definição da iniciativa</b>
Bolsa Formação	Por meio da Bolsa Formação são ofertados cursos utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. Ela ocorre em duas modalidades: Trabalhador e Estudante. A primeira refere-se a cursos de formação inicial e continuada - FIC (de no mínimo 160 horas-aula), preferencialmente para beneficiários do seguro-desemprego e de programas de inclusão produtiva do Governo Federal. A segunda modalidade oferece cursos técnicos de nível médio (de pelo menos 800 horas-aula) para estudantes da rede pública e privada. Em ambas as modalidades os alunos estão isentos de quaisquer custos como taxa de matrícula e material didático, entre outros possíveis gastos de custeio.
Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem	Aplica recursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – “Sistema S”, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC), em vagas gratuitas destinadas a estudantes e trabalhadores.
Programa Brasil Profissionalizado	Repasse de recursos do governo federal para construção reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais, instalação de laboratórios, aquisição de mobiliário, acervo bibliográfico e equipamentos e capacitação de docentes e gestores escolares, visando à ampliação da oferta e o fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais.
Expansão da Rede Federal	Amplia a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que oferece cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação. De 2011 a 2014, foram criadas 208 novas unidades, totalizando 562 unidades em funcionamento.

Fonte: Montagner; Miller, 2015. Adaptado pelo autor.

Como elencado no Quadro 8, o Pronatec ofertou cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de no mínimo cento e sessenta (160) horas-aula para beneficiários do seguro-desemprego e de programas de inclusão produtiva do Governo Federal, como também ofereceu cursos técnicos de nível médio de pelo menos oitocentas (800) horas-aula para estudantes da rede pública e privada.

Visando promover a oportunidade de participação do público-alvo, criou-se, por intervenção do Pronatec, o Bolsa-Formação. Essa bolsa custou a abertura de vagas em instituições de nível médio e técnico e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Por meio dos recursos transferidos para as instituições conveniadas com esse programa, o Governo arcou com todas as despesas de custeio das vagas, como: materiais didáticos, encargos educacionais, mensalidades, como também podendo ser incluído a alimentação e o transporte aos estudantes.

Para estimular o acesso de pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema a programas de curso de qualificação profissional, criou-se o Pronatec Brasil Sem Miséria. O programa ofertava cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) ou qualificação profissional a partir da Bolsa-Formação Trabalhador para pessoas inscritas no CadÚnico, sobretudo, os beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (Pronatec / BSM 2012).

Para participar do programa, era necessário ter a partir de 16 anos de idade e estar cadastrado no CadÚnico ou em processo de inclusão; todos da família que estavam inscritos no CadÚnico podiam realizar a inscrição. Porém, se o candidato interessado não estivesse cadastrado no CadÚnico, ele poderia participar do Pronatec/BSM, desde que fosse instruído a procurar o órgão municipal responsável pelo cadastro de famílias no CadÚnico.

Esse é um ponto relevante dentro do programa, pois como menciona Silva (2014), o Planseq/BF tem caráter excludente com relação ao Pronatec/BSM, pois no Planseq/BF o inscrito deveria ter a quarta (4ª) série do ensino fundamental completo e apenas um integrante de cada família poderia realizar a inscrição.

Esse aspecto, o Pronatec/BSM se diferencia do Planseq/BF por, exigir a inscrição da população no CadÚnico como critério para que a população frequente os cursos de qualificação profissional. Com isso, 'qualquer membro da família inscrita no CadÚnico poderá participar do Pronatec/BSM, não havendo limite quanto ao número de membros do domicílio' (Brasil, 2013c, p. 06). Outra diferença entre o Pronatec/BSM e o Planseq/BF é que 'os cursos a serem ofertados no âmbito do Pronatec/BSM, especificados no Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, devem ser adequados a pessoas com baixa escolaridade' (Brasil, 2013c, p. 07). De acordo com as orientações técnicas do Pronatec/BSM 'a escolaridade é informada pelo beneficiário (autodeclarada), não podendo a instituição ofertante exigir comprovante de escolaridade' (Ibid., p.07). (Silva, 2014, p. 133).

Assim, o Pronatec/BSM abriu a oportunidade para trabalhadores pobres e para o subproletariado com baixa escolaridade realizarem um curso de qualificação. Os cursos foram realizados e organizados de acordo com suas características científicas e tecnológicas

dispostas em doze (12) eixos tecnológicos, contabilizando quinhentas e onze (511) possibilidades de cursos a serem ofertados (Quadro 9).

**Quadro 9:** Eixos temáticos dos cursos ofertados pelo Pronatec/BSM – 2012.

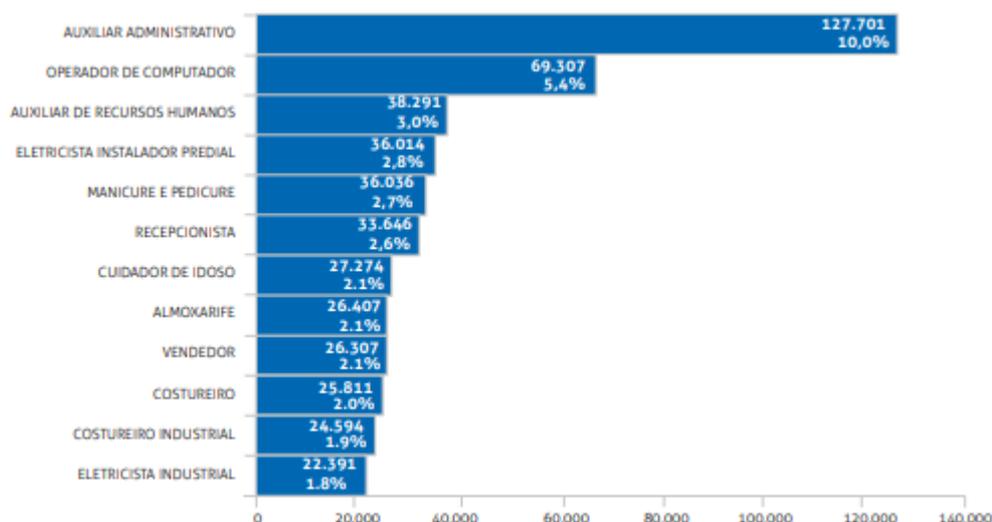
<b>Eixos temáticos</b>	<b>Quantidade de cursos ofertados</b>	<b>Carga Horária/horas</b>
Ambiente e Saúde	38	160-400
Controle e Processos Industriais	101	160-400
Desenvolvimento Educacional e Social	29	160-240
Gestão e Negócios	24	160-200
Informação e Comunicação	19	160-240
Infraestrutura	76	160-280
Produção alimentícia	3	160 a 200
Produção Cultural e <i>Design</i>	53	160-300
Produção Industrial	63	160-260
Recursos Naturais	51	160-240
Segurança	2	210-240
Turismo, Hospitalidade e Lazer	28	160-360

Fonte: Pronatec, 2012.

No Quadro 9, o eixo temático com maior número de cursos ofertados é o de controle e processos industriais, no qual foram ofertados cursos de ajustador mecânico; caldeireiro; eletricitista industrial; instalador de tubulações industriais; mecânico de máquinas agrícolas; montador de painéis elétricos; operador de máquinas de corte de roupas; tratorista agrícola e muitos outros. Esses cursos eram realizados para atender as demandas das indústrias.

Com relação ao maior número de matrículas efetuadas no âmbito do Pronatec/BSM, são os de auxiliar administrativo, operador de computador, auxiliar de recursos humanos, eletricitista instalador predial, manicure e pedicure, recepcionista entre outros. Veja a relação dos cursos no gráfico 18.

**Gráfico 18:** Distribuição das matrículas entre os 12 cursos com maior quantidade de matrículas no âmbito do Pronatec BSM – 2011 a 2014



Fonte: MEC, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Elaboração: DM/SAGI.

O gráfico 18 mostra que os cursos com maior quantidade de matrícula efetuada foram cursos que apresentaram maior geração de vínculos entre as pessoas que não têm formação técnica. Para a realização do Pronatec, era necessário serem efetivadas oito etapas (Guia Pronatec, 2012)

1. Habilitação das prefeituras;
2. Negociação de cursos;
3. Mobilização dos beneficiários;
4. Pré-matrícula;
5. Matrícula;
6. Aula inaugural;
7. Acompanhamento dos beneficiários;
8. Articulação com políticas públicas de trabalho emprego.

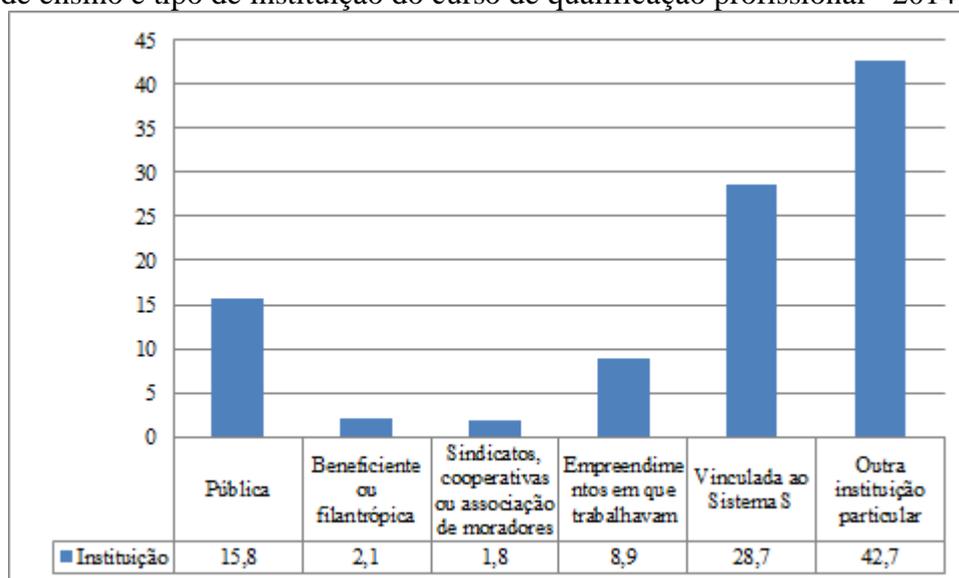
O programa foi efetuado em parceria com os Governos estaduais e prefeituras municipais. A gestão do Pronatec/BSM foi realizada por meio do Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, onde as prefeituras foram habilitadas para efetivação dos cursos; as ofertas destes cursos são negociadas; em seguida, é realizada a pré-matrícula e a matrícula, assim as informações de frequência são disponibilizadas.

Para habilitação do programa, o secretário (a) responsável pela política de assistência social no município precisava acessar o site do “Brasil Sem Miséria” e fazer o cadastro por meio do formulário eletrônico de adesão ao Pronatec com seu *login* do Sistema nacional de informação do sistema único de assistência social – CadSuas -, além de ser também o responsável pela negociação de cursos e vaga.

O órgão municipal gestor do Pronatec/BSM será responsável pela negociação de cursos e vagas junto às instituições ofertantes (Sistema “S” - SENAI, SENAC, SENAR -, Rede Federal - institutos federais, escolas vinculadas as universidades, CEFET e Colégio Pedro II - e Redes Estaduais de Educação Profissional e Tecnológica), e pela estratégia de mobilização do beneficiário e articulação com os governos federal, estadual e com os demais órgãos da Prefeitura (Pronatec, 2012, p. 7).

Esse regime de colaboração acaba beneficiando setores privados; dentre eles, o que se destacou em recursos utilizados é o Sistema “S” (Gráfico 19).

**Gráfico 19:** Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade que frequentaram anteriormente curso de qualificação profissional iniciado a partir de 2011 por rede de ensino e tipo de instituição do curso de qualificação profissional - 2014



Fonte: IBGE; PNAD, 2014.

De acordo com o gráfico 19, empresas vinculadas ao Sistema “S” e instituições particulares somam um montante de 71,4% das instituições que realizam cursos de qualificação e as instituições públicas contam com apenas 15,8%. Assim, o governo tem delegado a essas instituições a realização dos cursos de qualificação profissional. Para Grabowski (2013):

[...] o governo federal resolveu delegar, quase majoritariamente, seja pela urgência dada ao programa, seja pela premência dessas questões, ao Sistema

S. Como ele tem estrutura instalada, faz mais rápido, é verdade. Mas, aí, ele se torna um braço da execução da política pública. Assim, o Pronatec está fortalecendo o Sistema S, delegando gradativamente a formação profissional para eles, que são qualificados, mas é empresarial, com visão e ideologia empresarial, para formar e suprir a demanda emergencial do mercado. Não basta só isso. A educação tem de pensar para além do mercado, e não apenas responder a demandas de hoje (Grabowski, 2013, s/p).

Nesse sentido, entendemos que entidades privadas e paraestatais como o Sistema “S” estão ficando a cargo da realização de cursos de qualificação, é política pública beneficiando setor privado. É qualificar para atender as demandas do empresariado, o que burocratiza e compromete a formação de trabalhadores, pois a preocupação consiste apenas em preparar para o mercado de trabalho e não para uma formação integradora.

Estes artigos da lei 12.513/2011 que regulamentam o Pronatec no Brasil nos auxiliam a perceber a sobreposição da esfera privada sob a pública, representando um processo mais amplo da educação nacional, do investimento que o poder público tem para com a política voltada ao capital privado, e não à formação da classe trabalhadora como principal ente do programa (Albert, 2017, p. 54 - 55).

Essa questão da política pública estar voltada para o capital privado e não para a formação da classe trabalhadora como principal ente do programa, reflete as dificuldades que alguns alunos têm em atender às exigências da estrutura organizacional daquelas instituições, como: horário, metodologia, entre outros, pois alguns desses discentes estão há anos fora da escola e encontram dificuldade em acompanhar o processo pedagógico disponibilizado por tais instituições; alguns desistem e não continuam o processo para se qualificar (Albert, 2017). Sagi (2014) esclarece a situação:

Colocando-se como atores indispensáveis e insubstituíveis para a implementação do programa, as unidades ofertantes criam barreiras institucionais de entrada, por meio da exigência de documentação rígida e extensa – que não corresponde aos parâmetros nacionais do programa – e de fluxo, por meio da inflexibilidade de horários e procedimentos. Essas barreiras, que reproduzem uma lógica de exclusão das populações em situação de pobreza dos espaços educacionais, são causas centrais tanto da dificuldade de acesso ao programa quanto da evasão, constituindo-se como uma das principais razões de disputa e de desacordos entre gestores e ofertantes nos municípios (Sagi, 2014, p. 114).

No entanto, é preciso mencionar que a cartilha do Pronatec (2012) visa contemplar às especificidades do público-alvo, adequando horário e local para melhor atender os beneficiários.

Demandará às Instituições Ofertantes cursos que estejam adequados às características do mercado de trabalho local e às especificidades dos inscritos no CadÚnico e dos beneficiários dos programas federais de

transferência de renda. Atenção especial deve ser atribuída ao horário e local de realização dos cursos, que devem ser adequados aos beneficiários (Pronatec, 2012, p. 7).

Contudo, percebemos que o Pronatec/BSM, programa voltado para atendimento da classe trabalhadora mais vulnerável, não tem atendido de forma efetiva às especificidades desse público, relato exposto na avaliação técnica sobre o programa.

A pesquisa permitiu vislumbrar ainda o que levava alguns desses alunos a desistir dos cursos, mostrando que os desistentes geralmente eram, naquele período inicial, pessoas mais velhas e com menor escolaridade, com inserções bastante precárias no mundo do trabalho, o que os levava a abandonar o programa à primeira oportunidade de emprego. Outro aspecto importante era a distância do local de moradia dos desistentes. Por vezes, a precariedade da mobilidade urbana<sup>17</sup> também prejudica a sua frequência nos cursos e, combinada com a baixa flexibilidade das unidades ofertantes dos cursos, pode levar à desistência. No caso de mulheres, a dificuldade de onde deixar filhos pequenos ou de cuidar de algum membro adoecido da família aparece com grande frequência. Os pesquisadores foram enfáticos, que as Unidades ofertantes mais sensíveis e abertas aos problemas dos alunos têm menor evasão; unidades mais rígidas e menos acolhedoras afastam principalmente as mulheres mais velhas. Por vezes, foi verificado também que, quando não havia acompanhamento dos gestores municipais, os alunos evadem motivados por problemas que poderiam ser negociados e resolvidos (Montagner; Muller, 2015, p. 12).

Nesse contexto, é crucial que as agências responsáveis por estabelecer parcerias entre o Governo e instituições privadas adotem uma abordagem mais sensível e centrada no público-alvo. Isso implica entender as dificuldades e necessidades específicas desses indivíduos, bem como adequar o material didático à sua escolaridade e realidade vivida. Uma equipe bem preparada e acolhedora é essencial para abordar essas complexidades de forma eficaz. Afinal, a maioria das pessoas que busca qualificação está, de uma forma ou outra, aspirando a melhorar sua situação socioeconômica.

Sobre a implementação do Pronatec, até 2014 estima-se que 64,7 dos municípios brasileiros tiveram participação na realização de matrículas efetivadas; o número representa cerca de 3.606 municípios. Realizou-se 1,73 milhão de matrículas no Pronatec/BSM, o que ultrapassou a meta fixada, em 2011, de um milhão de indivíduos. Embora essas matrículas tenham sido efetuadas, não significa que todos esses alunos concluíram o curso. No relatório sobre o Pronatec (2015), relata-se que os desistentes, geralmente, foram pessoas mais velhas e com menor escolaridade com inserções bastante precárias no mundo do trabalho, o que as levou a abandonar o programa e não concluir os cursos. Sobre os resultados, sabemos que:

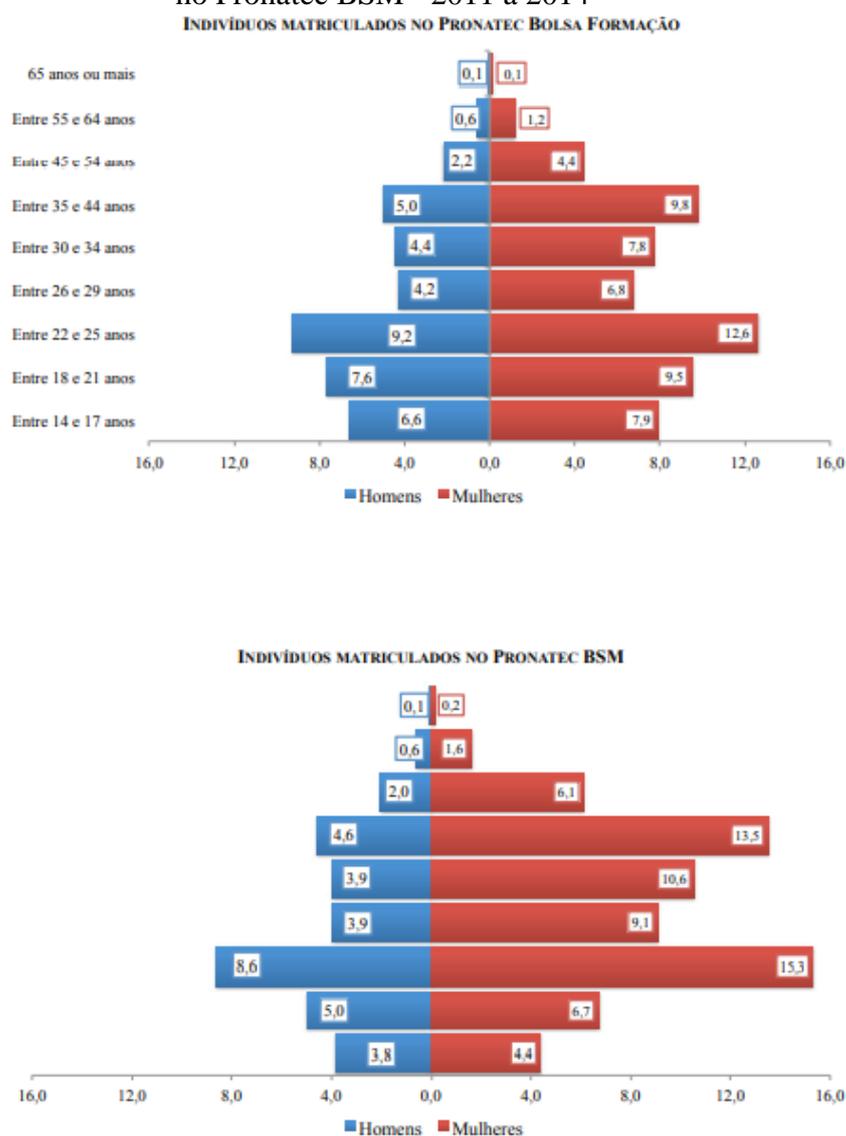
---

<sup>17</sup> “A dificuldade na mobilidade urbana ocorre sobretudo nas grandes metrópoles” ((MONTAGNER; MULLER, p. 15).

Ao final do processo de integração de dados dispôs-se de uma base de dados de 2.490.119 indivíduos matriculados no Pronatec Bolsa Formação (não incluídos os estudantes de cursos técnicos), entre janeiro de 2012 e maio de 2014, sendo 1.359.377 (54,6%) concluintes de pelo menos um curso, 794.042 (31,9%) ainda frequentando o curso em junho de 2014 e 336.700 (13,5%) que abandonaram o curso (Montagner; Muller, 2015, p. 16).

Embora 13,5% não seja uma porcentagem expressiva de desistência, representa 336.700 mil pessoas que poderiam ter concluído cursos se suas dificuldades fossem percebidas e sanadas no decorrer do processo. No gráfico 20, estão elencados os resultados obtidos do público matriculado no Protanec Bolsa Formação e no Pronatec BSM.

**Gráfico 20:** Pirâmides etárias do público matriculado no Pronatec Bolsa Formação e no Pronatec BSM - 2011 a 2014



Fonte: Montagner; Muller, p. 139.

O público feminino é o que apresentou maior presença no Pronatec Bolsa Formação e no Pronatec BSM o que representou 60,1% dos indivíduos. Também podemos observar que a maior participação no Pronatec BSM foi de jovens de até 25 anos, representando 53,4% do público matriculado. Acerca da escolaridade dos sujeitos matriculados utilizando este benefício, 55% ainda não haviam concluído o ensino médio (Montagner; Muller, 2015).

Embora o Pronatec tenha sido projetado com o intuito de qualificar trabalhadores em situações de vulnerabilidade, ele não está isento de críticas por parte de alguns pesquisadores e especialistas,

A rapidez e o tecnicismo que marcam a oferta dos cursos do Pronatec vão na contramão de um processo formativo que objetiva a formação humana integral em que o trabalho e não emprego tenha centralidade e seja tomado como princípio educativo integrado as dimensões da cultura da ciência e da tecnologia (Sinasefe, 2014 p. 2).

Concordamos que a formação humana precisa ser integral e não apenas qualificar para se tornar competitiva no mercado de trabalho. No entanto, a qualificação profissional tem sido vista apenas como mercadoria e fonte de recursos públicos destinada à realização dos cursos de qualificação, do qual o Sistema “S” tem-se apropriado e beneficiado.

Outra ação realizada pelo governo de Dilma visando a qualificação voltada para o trabalhador rural foi o Decreto nº 7.943, de 5 de março de 2013, que instituiu a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados – Pnatre, com o propósito de garantir os direitos sociais e a proteção social dos trabalhadores rurais empregados, conforme o preâmbulo da referida legislação. Dentre suas responsabilidades, estava a promoção de qualificação e requalificação dos trabalhadores rurais que possuíssem emprego.

O decreto considerou como trabalhador empregado da área rural “a pessoa física prestadora de serviços remunerados e de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste, contratada por prazo indeterminado, determinado e de curta duração.” (Ipea, 2012, p. 10).

Outrossim, fazia parte das diretrizes do Pnatre “fortalecer as políticas destinadas à educação formal e à capacitação dos trabalhadores rurais empregados, para possibilitar a conciliação entre trabalho e estudo”, tal como pressuposto no inciso VIII, artigo 4º. (Ipea, 2012, p. 10)

Ainda no governo de Dilma, em 2014, lançou-se o Plano Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (Planatre) por meio da Portaria Interministerial nº 2. Esse programa visava à redução da informalidade do trabalhador rural e à sua qualificação ao promover o acesso a políticas educacionais. Porém, o plano tornou-se efetivo apenas no ano seguinte, já

que necessitava de revisão devido à elaboração do Plano Plurianual sob gestão da comissão nacional dos trabalhadores rurais empregados.

Além disso, o governo de Dilma Rousseff manteve a continuidade de programas anteriormente estabelecidos pelo presidente Lula. No entanto, um dos aspectos problemáticos talvez resida na falta de efetiva articulação dessas leis, que acaba por comprometer sua eficácia. Esses governos, apesar de formularem e promulgarem legislações, muitas vezes não realizam um acompanhamento eficiente de sua implementação por órgãos públicos. Isso resulta na terceirização da responsabilidade para entidades privadas, que acabam executando esses cursos com recursos provenientes de políticas públicas, sem o devido acompanhamento ou fiscalização estatal.

## **2.5 Políticas sociais para qualificação realizadas durante o mandato de Michel Temer – 2016 a 2018**

O mandato de Michel Temer como presidente se iniciou em 2016, após sua antecessora Dilma Rousseff ter sido retirada da presidência através de *impeachment*. Para área da qualificação profissional, o então presidente, por intermédio da Resolução nº 783, de 26 de abril de 2017: “Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que passou a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional” (Brasil, 2017, s/p). Os objetivos desse programa visavam, conforme o art. 3º: “promover a empregabilidade do trabalhador; incrementar a produtividade e a renda do trabalhador e contribuir para o desenvolvimento econômico e social” (Brasil, 2017, s/p).

Os envolvidos na execução do programa eram os estados, o Distrito Federal, os municípios, as organizações governamentais e intergovernamentais e as pessoas jurídicas com e sem fins lucrativos. O art. 6º menciona que as ações são destinadas aos seguintes públicos:

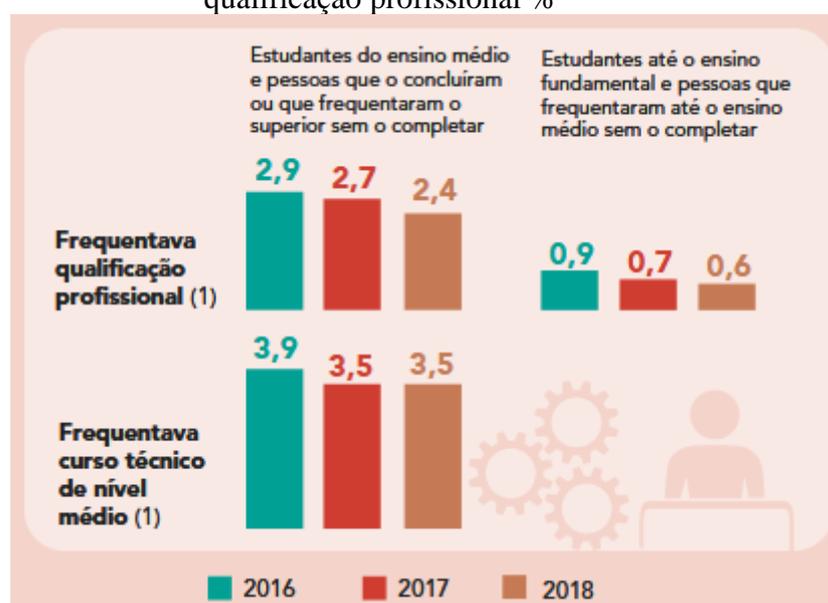
- I - beneficiários do seguro-desemprego;
- II - trabalhadores desempregados cadastrados no banco de dados do SINE;
- III - trabalhadores empregados e desempregados afetados por processo de modernização tecnológica, choques comerciais e /ou outras formas de reestruturação econômica produtiva. (Redação dada pela Resolução n.º 820/2018).
- IV - beneficiários de políticas de inclusão social e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local;
- V - internos e egressos do sistema prisional e de medidas socioeducativas;
- VI - trabalhadores resgatados de regime de trabalho forçado ou reduzido à condição análoga de escravo;
- VII - familiares de egressos do trabalho infantil;

- VIII - trabalhadores de setores considerados estratégicos da economia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de trabalho, emprego e renda;
- IX - trabalhadores cooperativados, em condição associativa ou autogestionada, e empreendedores individuais;
- X - trabalhadores rurais;
- XI - pescadores artesanais;
- XII - aprendizes;
- XIII - estagiários;
- XIV - pessoas com deficiências; e
- XV – idosos. (Brasil, 2017, s/p)

Esse público-alvo pode realizar cursos nas áreas de comunicação oral e escrita; leitura e compreensão de textos; raciocínio lógico-matemático; saúde e segurança no trabalho; direitos humanos, sociais e trabalhistas; relações interpessoais no trabalho; orientação profissional e responsabilidade socioambiental por meio de cursos ministrados com carga horária mínima de 40 horas. No entanto, o mínimo da carga horária foi reduzido para 20 horas (redação dada pela Resolução nº 820/2018).

De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad (IBGE, 2019), entre os anos de 2016 a 2018, ocorreu uma diminuição na quantidade de estudantes que frequentava cursos de qualificação profissional (Gráfico 21)

**Gráfico 21:** Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentavam cursos de qualificação profissional %

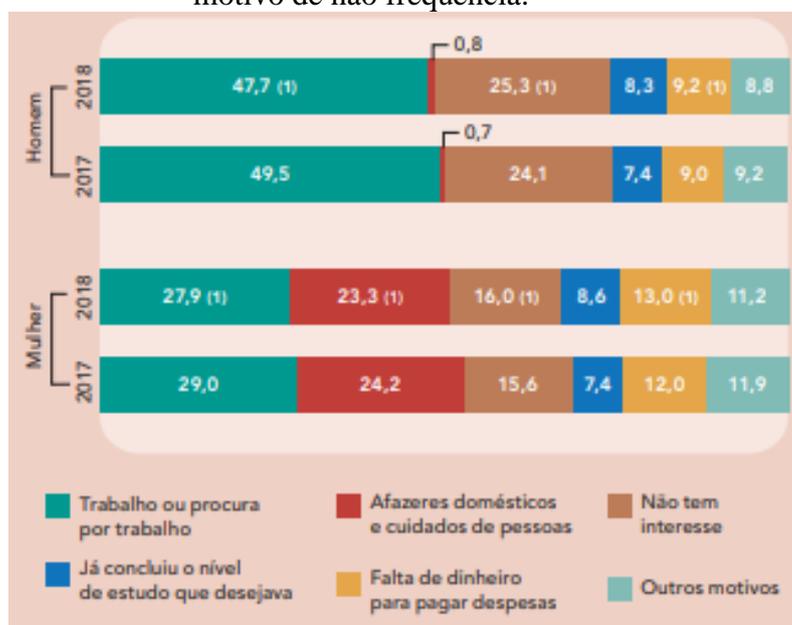


Fonte: IBGE, 2019.

Podemos notar, no gráfico 21, que o número de estudantes no ensino médio e técnico de nível médio foram os que mais procuram por qualificação profissional. Porém, percebemos que o percentual de pessoas que frequentavam cursos de qualificação em 2016, sofreu uma

redução em 2018. De acordo com o IBGE (2019) de 68% que frequentavam cursos de qualificação em 2016, caiu-se para 59% em 2018, o que marca um déficit na qualificação da população. Os motivos que levaram as pessoas a desistirem da qualificação profissional foram vários; evidenciados no gráfico 22.

**Gráfico 22:** Pessoas de 15 a 29 anos de idade que não frequentavam escola ou curso da educação profissional ou de pré-vestibular, nem haviam concluído o ensino superior por motivo de não frequência.



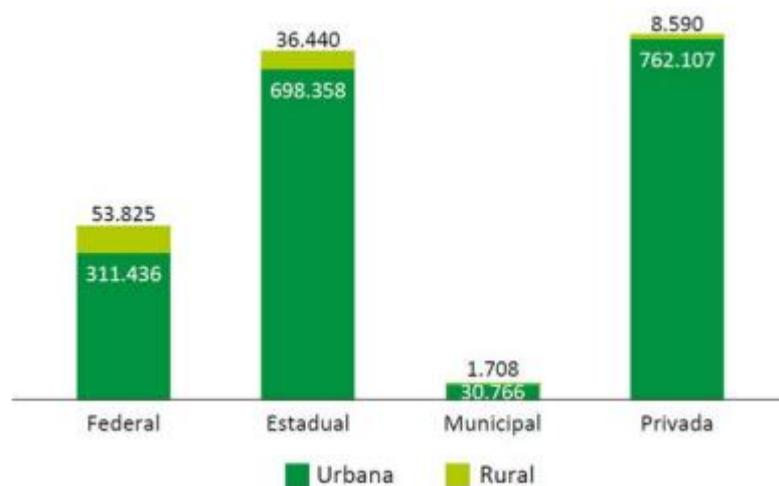
Fonte: PNAD, 2018.

No grupo de jovens de 15 a 29 anos, 47,7% dos homens mencionaram que os motivos para não seguir estudando ou ampliando a qualificação foi o próprio trabalho ou a procura por ele. Para as mulheres, 23,3% mencionaram que a realização de afazeres domésticos interferiu na continuidade do estudo e qualificação. Outro fator responsável pela queda do número de pessoas que buscavam qualificação foi o não interesse em estudar ou em se qualificar, no qual 25,3% de homens relataram esse desinteresse, e 16,0% foram de mulheres que perderam essa motivação (IBGE, 2019).

De acordo com IBGE (2019), com relação às instituições que realizaram esses cursos foram: 44,1% em instituições privadas, 27,0% em instituições do Sistema “S”, 14,8% em instituições públicas e 14,0% em instituições em que trabalhavam. Dessa forma, no governo de Temer também as instituições privadas, juntamente com as empresas do Sistema “S”, foram as que mais realizaram cursos de qualificação, reafirmando a tese de Silva (2011) sobre a mercantilização da educação. Esta mercantilização da educação também é evidenciada na

educação profissional que tem tido os maiores índices na realização das matrículas efetuidas por instituições privadas (Gráfico 23).

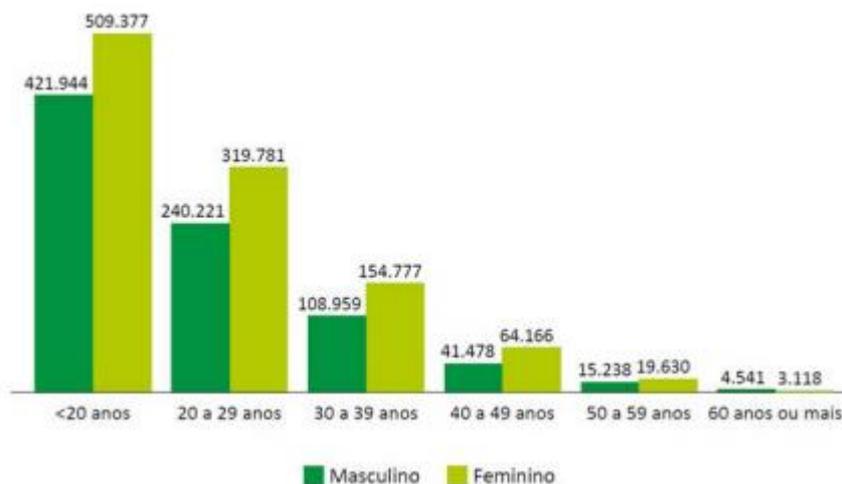
**Gráfico 23:** Número de instituições por nível de educação profissional de acordo com a dependência administrativa



Fonte: Silva, 2011; MEC/INEP, 2018.

No gráfico 23, como podemos observar, 40,5% das matrículas foram realizadas na rede privada; 38,6%, na rede estadual e 19,2%, na rede federal, se destacando a rede privada na oferta de educação profissional. Assim, outro dado relevante do Inep (2018) é que, em questão de gênero, o feminino é o que se destacou em número de matrículas efetuidas e que a educação profissional foi composta, majoritariamente, por alunos com menos de 30 anos, contabilizando 78,4% das matrículas (Gráfico 24).

**Gráfico 24:** Número de matrículas na educação profissional segundo faixa etária e sexo - 2018



Fonte: Inep, 2018.

Nesse contexto, a educação profissional no Brasil tem sido majoritariamente conduzida pela iniciativa privada, à medida que o Estado delega funções e recursos para essas entidades. Vale destacar que organizações do terceiro setor também se envolvem na oferta de cursos de qualificação. No entanto, dado que a qualificação profissional não é o foco central dessas organizações, a qualidade pedagógica frequentemente fica comprometida. As entidades executoras, nesses casos, não conseguem assegurar a eficácia das atividades de formação, conforme apontado por Silva (2011).

Com relação à qualificação do trabalhador rural o governo de Temer não trouxe avanços aos programas de qualificação para os trabalhadores rurais, mas exigiu deles formação para que tomassem posse de assentamentos até então sem controle e sujeitos à ocupação.

A Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, trouxe a seguinte redação acerca do Programa Nacional de Reforma Agrária: “integrarão a clientela de trabalhadores rurais, para fins de assentamento em projetos de reforma agrária, somente aqueles que satisfizerem os requisitos fixados para seleção e classificação previstos nesta Lei” (Brasil, 2017, s/p).

Logo, com a referida lei, corroborou critérios para a escolha dos trabalhadores com direito a terra, e, para isso, exigiu deles qualificação. Segundo o artigo 19, havia uma organização na distribuição dos lotes daqueles que fossem beneficiários do programa. Dentre a ordem expressa na legislação, os trabalhadores rurais eram mencionados três vezes nos incisos III, IV e V, além de suas famílias no inciso VI, tendo em mesma hierarquia poder de preferência quanto aos lotes disponibilizados:

Art. 19. O processo de seleção de indivíduos e famílias candidatos a beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária será realizado por projeto de assentamento, observada a seguinte ordem de preferência na distribuição de lotes:

III - aos trabalhadores rurais desintrusados de outras áreas, em virtude de demarcação de terra indígena, criação de unidades de conservação, titulação de comunidade quilombola ou de outras ações de interesse público;

IV - ao **trabalhador rural em situação de vulnerabilidade social** que não se enquadre nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III deste artigo;

V - ao **trabalhador rural vítima de trabalho** em condição análoga à de **escravo**.

VI - **famílias de trabalhadores rurais** que residam em área objeto de projeto de assentamento na condição de agregados (Brasil, 2017, s/p, grifo nosso).

Além disso, a lei referiu-se de modo superficial a essa forma de qualificação prescrita pelo programa.

Art. 17. Na Reurb-S promovida sobre bem público, o registro do projeto de regularização fundiária e a constituição de direito real em nome dos beneficiários poderão ser feitos em ato único, a critério do ente público promovente.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deste artigo, serão encaminhados ao cartório o instrumento indicativo do direito real constituído, **a listagem dos ocupantes que serão beneficiados pela Reurb e respectivas qualificações**, com indicação das respectivas unidades, ficando dispensadas a apresentação de título cartorial individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação de cada beneficiário.

Art. 23 § 5º (...) a listagem dos ocupantes e sua devida qualificação e a identificação das áreas que ocupam.

Parágrafo único. As cópias da documentação referente à qualificação de cada beneficiário (Brasil, 2017, s/p, grifo nosso).

Como podemos identificar na referida lei a qualificação passou a ser tema critério para a seleção dos beneficiários, contudo não ocorreram políticas efetivas para a qualificação específica para o trabalhador rural. Ou seja, os cursos específicos para esses trabalhadores permanecerem no campo são insuficientes e ser critério para escolha dos trabalhadores ao direito à terra parece ser incoerente.

Com relação ao orçamento disponibilizado para as políticas de qualificação dos trabalhadores, o programa contou com um orçamento de quarenta R\$ 40.000.000 milhões de reais, durante os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém, Michel Temer reduziu para sete milhões R\$ 7.000.000 o investimento no projeto. Com isso, sessenta cursos foram paralisados por falta de recursos. Outros noventa cursos que estavam aprovados não foram contratados.

Essa redução dos investimentos nos cursos de qualificação deixa claro a falta de políticas de Estado com continuidade, políticas que visem uma adequação e melhoria para uma efetiva execução, contudo o que acontece é um corte de investimentos e posterior término da política após cada governo iniciado. Vejamos agora as políticas sociais de qualificação realizadas pelo governo de Jair Bolsonaro entre os anos de 2019-2022.

## **2.6 Políticas sociais para qualificação realizadas durante o mandato de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)**

No Governo de Jair Messias Bolsonaro, algumas ações foram realizadas para qualificar os brasileiros e, por ser um governo com término recente, não obtivemos algumas informações sobre como as ações foram realizadas, pois ainda são poucos os resultados divulgados. Assim, iremos mencionar os programas que foram implantados.

Em 2021, criou-se o Programa Emprega Mais por meio do Ministério da Economia. O programa foi voltado para promover qualificação e inserção profissional: “o programa buscou alinhar as necessidades das empresas por profissionais qualificados com oportunidades de qualificação e intermediação de mão de obra para jovens e trabalhadores em geral” (Emprega Mais, 2021, s/p). As ações estão divididas em três frentes elencadas no quadro 10.

**Quadro 10:** Frentes de atuação do Programa Qualifica Mais

<b>Emprega Mais qualificação</b>	<b>Emprega Mais aprendiz</b>	<b>Emprega Mais SINE</b>
Oferta de cursos de qualificação profissional de acordo com as demandas do mercado de trabalho. A iniciativa visa qualificar e aumentar a produtividade de trabalhadores empregados e acelerar o ingresso qualificado de jovens e de desempregados no mercado de trabalho.	O Emprega Mais Aprendiz é uma ação voltada para a qualificação profissional teórica e prática de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência de qualquer idade por meio de programa de aprendizagem profissional de até 2 anos. Os adolescentes ou jovens que se tornam aprendizes passam por uma formação teórica em curso de qualificação profissional ao mesmo tempo em que adquirem experiência prática nas empresas participantes do programa.	O programa busca modernizar a atuação do SINE, aumentando a efetividade na colocação do trabalhador no mercado de trabalho. Para isso, todo o sistema de intermediação de mão de obra está sendo aperfeiçoado, com inclusão de inteligência artificial e de parcerias com entidades privadas de intermediação, o que gerará maior reinserção de trabalhadores e melhor atendimento das demandas das empresas por profissionais com perfis adequados às suas necessidades.

Fonte: Emprega Mais, 2021. Org. do autor.

No site do Programa Emprega Mais, existem as oportunidades abertas para qualificação de trabalhadores e aprendizes, nas quais a matrícula e os cursos podiam ser realizados por meio do site (Figura 7).

**Figura 7:** Página inicial do site do Programa Emprega Mais

The image shows the homepage of the Emprega Mais website, divided into three vertical panels. Each panel features a logo at the top, a title, and a brief description of the program.

- Left Panel:**
  - Logo: ESCOLA DO TRABALHADOR 4.0 em parceria Microsoft
  - Title: Escola do Trabalhador 4.0
  - Description: Parceria entre Ministério da Economia e Microsoft que pretende capacitar até 5.5 milhões de pessoas em habilidades digitais para reinserção no mercado de trabalho.
- Middle Panel:**
  - Logo: Qualifica Emprega+
  - Title: Qualifica Mais
  - Description: Parceria com o Ministério da Educação para a oferta de cursos de qualificação profissional, à distância, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Right Panel:**
  - Logo: Aprendizagem 4.0 (with an illustration of people interacting with a large screen)
  - Title: Aprendizagem 4.0
  - Description: Parceria com o SENAI para a oferta de programas de aprendizagem profissional para jovens e adolescentes alinhados à necessidade da Indústria 4.0

Fonte: Emprega Mais, 2021.

O programa Escola do Trabalhador 4.0 ofereceu mais de 50 cursos gratuitos sobre temas como produtividade e tecnologia, dividido em 5 trilhas: letramento digital, produtividade, introdução à programação, profissionalizante e avançado em TI. Dentre os cursos ofertados, destacam-se “produtividade *Office 365*”, “introdução à programação”, “administrador de TI”, “analista de dados”, “desenvolvedor e programador de *software*”, “analista e segurança de dados” e “inteligência artificial” (Qualifica Mais, 2021).

O programa Aprendizagem 4.0 foi direcionado aos jovens de 14 a 24 anos. Os alunos tinham aulas teóricas e práticas, as quais podiam ser realizadas nas modalidades EAD e presencial. Os cursos eram são ofertados pelo Senai em duas áreas tecnológicas: tecnologia da informação<sup>18</sup> e metalmeccânica.

Por meio da Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e do emprego (ação do Programa Qualifica Mais), buscou-se qualificar dois milhões de trabalhadores em parceria com o sistema privado. A ação funcionou sobre três pilares: desenvolvimento de um sistema de *vouchers* para qualificação profissional; incentivo à utilização na rede pública de educação profissional de mecanismos de mapeamento da real demanda do setor produtivo por qualificação profissional e contratação por performance (Brasil, 2019). O público-alvo desse programa foi:

Jovens que buscam a inserção no mercado de trabalho ou o primeiro emprego;  
 Trabalhadores desempregados que estejam cadastrados no banco de dados do Sistema Nacional de Emprego (Sine);  
 Trabalhadores empregados em ocupações afetadas por processos de modernização tecnológica e outras formas de reestruturação produtiva, que buscam a requalificação ou a recolocação no mercado de trabalho;  
 Trabalhadores empregados que atuem em setores considerados estratégicos da economia, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de trabalho, emprego e renda;  
 Pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Governo Federal, 2019, s/p).

Com esse programa, o Governo mencionou que era preciso a educação estar alinhada com o mercado, pois o investimento em capital humano é o fator mais importante em um ambiente de negócios e de investimentos. O que nos chama atenção é a fala do Secretário do Ministério da Economia Carlos da Costa que disse: “Nos últimos dez anos foram R\$ 18 bilhões em programas de qualificação cuja avaliação foi totalmente inútil. Esses recursos

---

<sup>18</sup> O aluno que concluiu o curso 4.0 poderia se formar em técnico em sistemas; técnico em internet das coisas; desenvolvedor *Black-End* ou desenvolvedor *Front-End* (SENAI, 2021).

foram totalmente desperdiçados. Não houve qualquer aumento de empregabilidade” (Governo Federal, 2019, s/p).

Para o secretário, todo o investimento e cursos realizados pelos governos anteriores foram desperdiçados, não ocorrendo aumento de empregabilidade. Esperamos que os programas vigentes possam melhorar os dados de empregabilidade, contudo sabemos que somente os cursos de qualificação isolados não são capazes de mudar a realidade do desemprego (Silva, 2011).

Por intermédio do Programa Emprega Mais e Brasil Mais, as instituições do Sistema “S” realizaram cursos de qualificação. O Senai Paraná (2021) ofertou vagas gratuitas em cursos de Formação Inicial e Continuada, prioritariamente, para trabalhadores (empregados e desempregados) que foram indicados por empresas participantes desses programas. Vejamos no quadro 11, os cursos ofertados:

**Quadro 11: Senai-Pr - Vagas de gratuidade regimental - 2021**

<b>Educação Profissional e Tecnológica</b>					
<b>Gratuidade Regimental</b>				<b>Exceto Gratuidade Regimental</b>	<b>Total</b>
<b>Programa e modalidade</b>	<b>Vagas planejadas Anual</b>	<b>Matrículas Realizadas (Jan – Jun)</b>	<b>Hora - aluno Realizado (Jan – Jun)</b>	<b>Hora - aluno Realizado (Jan – Jun)</b>	<b>Hora - aluno Realizado (Jan – Jun)</b>
Formação inicial e continuada	25.400	16.347	1,214,612	1,065,840	2,280,452
Aprendizagem Industrial Básica (carga horária mínima de 400 horas)	15.144	9.809	892,091	29,862	921,953
Qualificação Profissional (carga horária mínima de 160 horas)	9.623	3.371	233,078	421,329	644,407
Aperfeiçoamento/Especialização profissional (não há carga horária mínima definida)	633	3.167	99,443	614,649	714,092

Fonte: Senai-PR, 2021. Elaborado pela Autora

Como listado no quadro 11, o número de vagas planejadas foi superior ao número de matrículas realizadas. O curso com maior número de matrículas foi o de aprendizagem industrial básica: das 15.144 matrículas planejadas, 9.809 foram efetivadas. Com relação ao curso de Qualificação Profissional, das 9.623 ofertadas, apenas 3.371 foram realizadas. Em contrapartida, com relação aos cursos de Aperfeiçoamento/Especialização Profissional (não havia carga horária mínima definida), esses ultrapassam as 633 vagas planejadas, e 3.167

matrículas foram efetuadas. Tal fato mostra a procura por cursos aligeirados com menor carga horária, ou seja, cursos de curta duração.

No site do Senai-Pr (2021), é possível pesquisar por cidade e ver quais cursos foram ofertados (Quadro 12).

**Quadro 12:** Informações acerca do curso Assistente Administrativo realizado na cidade de Paranavaí – 2021

<b>Curso</b>	Assistente Administrativo
<b>Carga Horária</b>	160 h
<b>Quantidade de vagas</b>	60
<b>Período de Inscrições</b>	17/08/2021 a 11/10/2021
<b>Turno</b>	Noturno
<b>Local</b>	SENAI – Paranavaí, Rua Virgílio Fernandes, s/n – Jardim Guanabara.
<b>Tipo de curso</b>	Semipresencial
<b>Modalidade</b>	Qualificação Profissional
<b>Período Previsto de Realização do Curso</b>	18/10/2021 a 17/12/2021
<b>Pré Requisitos</b>	Idade mínima 14 anos e Ensino Fundamental II Incompleto

Fonte: Senai-PR, 2021. Elaborado pela Autora

O curso de assistente administrativo foi realizado no município de Paranavaí com oferta de 60 vagas, contendo carga horária de 160 horas. As vagas gratuitas foram destinadas a pessoas de baixa renda, trabalhadores, empregados ou desempregados. Como pré-requisito, o aluno precisava ter idade mínima de 14 anos e ensino fundamental II incompleto. Contudo, era preciso que estivesse matriculado ou que tivesse concluído a educação básica. Esse pré-requisito mínimo de ter concluído a educação básica ou estar matriculado acabou excluindo o público que não tem tal escolaridade.

O governo de Jair Bolsonaro também criou o Programa Progredir, cujos cursos de qualificação profissional de modo gratuito foram ofertados a jovens beneficiários do Auxílio Brasil para formação de microempreendedores individuais. Com isso, 23,5 mil vagas foram abertas para a realização do programa: “O Progredir foi um plano que teve por objetivo a promoção da cidadania e a geração de emprego e renda para as pessoas inscritas no Cad-Único e aos beneficiários do Programa Bolsa Família” (BRASIL, 2021, s/p.). A partir desse programa, foram ofertados os seguintes serviços:

Quero um emprego: Elaboração gratuita de currículo profissional e cruzamento dos perfis dos candidatos e das vagas de emprego oferecidas por empresas parceiras.

Quero me qualificar: Cursos gratuitos de qualificação, presenciais e à distância.

Quero empreender: Possibilidade de acesso a microcrédito (abertura ou ampliação de um pequeno negócio).

Quero empreender em grupo: Incentivo para que os beneficiários possam criar empreendimentos em grupo, produzindo e gerando renda com dignidade (Brasil, 2021, s/p.).

Os cursos gratuitos foram ofertados para os jovens de 16 a 25 anos. Durante a realização desses cursos, os jovens aprenderam sobre: como elaborar um plano de vida; construção de currículo; planejamento financeiro e como se preparar para uma entrevista de trabalho. Após a realização do curso, receberam certificado e podiam se candidatar a processos seletivos de uma rede de mais de 400 parceiros e empregadores (Brasil, 2021).

Com relação aos programas de qualificação para o trabalhador rural no governo de Bolsonaro não teve nenhuma ação específica para esses laboriosos. Ademais, com a extinção do Ministério do Trabalho, Bolsonaro levou à precarização das relações de trabalho, ampliando o trabalho escravo ocorrido na área rural. Outrossim, ao legalizar a posse de armas em toda a extensão rural, ele deixou o trabalhador do campo desprotegido e à mercê de latifundiários, pois, na concepção de Conceição, do MST (2019): “Não existe massacre de latifundiário, existe massacre do povo trabalhador”. Em vez de realizar a reforma agrária, Bolsonaro deixou o campo vulnerável, junto de seus cidadãos de bem.

Destaca-se que, na tentativa de reeleição, Bolsonaro não foi claro em seus programas de governo e também não citou taxativamente a população rural. Ao não atender suas especificidades, mais uma vez, deixou explícita a sua falta de atenção com a qualificação e a vida do trabalhador rural e de toda a população camponesa.

## **2.7 Breves reflexões sobre as políticas públicas de qualificação realizadas no Brasil**

No decorrer desta pesquisa, elencamos que várias políticas de qualificação foram realizadas ao longo dos anos. A cada Governo, novos programas foram criados, outros vetados em busca de adequar às políticas para o momento vigente. Políticas, como o Planfor, PNQ e Pronatec tinham por objetivo qualificar a população para atender o mercado de trabalho. Assim, durante essa pesquisa, compreendemos que o que tem sido realizado é a efetivação de uma política de qualificação aligeirada, cujo objetivo central é a inclusão no mercado de trabalho, em que a precariedade e a precarização estão vigentes na atualidade. A

qualificação não tem sido efetivada em conjunto com a educação básica. No entanto, o que existe é a dicotomia entre educação e qualificação, comprometendo a inclusão social.

Até mesmo a educação básica não tem tido bons resultados. De acordo com os dados do relatório da OCDE (2021), revelou-se que o investimento público por aluno nas instituições públicas de ensino do Brasil é um dos mais baixos dos países analisados. Enquanto o gasto anual por aluno no fundamental e médio no Brasil é de US\$3.866, o investimento médio dos países analisados por aquela organização é de US\$9.300 anuais por aluno. Outro fator relevante é que os profissionais de educação no Brasil são os que recebem os menores salários entre os países avaliados: enquanto a média da OCDE com relação aos professores do ensino fundamental é de US\$ 36.500, no Brasil é de US\$ 22.500 anuais. E, no ensino médio, essa diferença é ainda maior: US\$ 23.900 é o que recebem os professores brasileiros, enquanto US\$ 45.800 anuais correspondem à média de salário de profissionais da educação dos outros países.

Tais dados refletem na qualidade da educação brasileira. De acordo com o Relatório Brasil, do Instituto PISA (2018), o desempenho escolar do Brasil é considerado ruim. Essa prova avalia três áreas do ensino: Matemática, Ciência e Leitura. Dos 79 países analisados em 2018 mediante a essa avaliação, o Brasil ficou na colocação 71º em matemática, 58º em Leitura e 67º em ciências.

Paralelamente, assim como a educação básica apresenta lacunas significativas, a qualificação profissional não foge à regra e também enfrenta defasagens.

A formação técnica é uma complementação da básica. O que ocorre é que nunca teremos um profissional tecnicamente bem formado ou qualificado se ele não tiver uma boa base de formação geral. Busca-se hoje um aluno com domínio das formas de comunicação e expressão. Onde ele vai aprender isso? Na aula de português, na de literatura, no Ensino Básico, não é no curso técnico. Tem de ter formação sólida em outras áreas também. Ele tem de dominar esses fundamentos mais gerais para depois a formação técnica ser complementar. (Grabowski, 2013, s/p).

Assim, entendemos que, para ter um profissional qualificado capaz de tomar decisões e resolver problemas, a dualidade entre educação básica e educação profissional não pode existir. É necessário investir na educação desde a sua base, e o que temos visto é a segmentação da educação brasileira. Frigotto (2014) ressalta que, nos últimos 50 anos, a maioria dos jovens só atinge o ensino fundamental, e as políticas de formação profissional para jovens e adultos estão baseadas na improvisação, no adestramento e na precarização. Ainda segundo Silva (2014):

A qualificação profissional ainda está profundamente marcada pela ideologia empregabilidade, que desde a década de 1990, tem sido um traço característico da intervenção do Estado brasileiro sobre as sequelas da ‘questão social’, especialmente no que se refere à relação emprego/desemprego. (Silva, 2014, p. 132, grifo do autor).

Nesse sentido, entendemos que não tem ocorrido falta de políticas para qualificação da população, e, sim, uma massificação da qualificação de maneira precária, na qual o objetivo apenas é a ideologia da empregabilidade, visando atender às necessidades do capital e transferindo para o trabalhador a sua responsabilidade pelo acesso ao emprego. Dessa forma, a qualificação profissional no Brasil tem sido terceirizada, e grande parte dos cursos são realizados pelo Sistema “S”, que têm visão e ideologia empresarial, como nos relata Grabowski:

[...] o modelo adotado pelo Estado brasileiro na educação profissional está, propositadamente, estruturado e voltado, para atender os interesses do setor privado que atua e hegemoniza a oferta desta modalidade no país. As formas que o Estado disponibiliza fundos públicos a serviço da reprodução do capital é diversificada, ora através repasses diretos por meio de programas, ora através de repasses indiretos por meio de isenções fiscais e previdenciárias, ou mesmo financiando e qualificando a força de trabalho para o capital e/ou instrumentalizando a formação técnico-profissional aos interesses do mercado. (Grabowski, 2010, p. 09).

Deste modo, o que se observa é uma monopolização da oferta de cursos de qualificação. Os recursos públicos destinados para a implementação de políticas de formação profissional têm favorecido predominantemente o setor privado, em especial, o Sistema "S". Percebe-se uma ênfase na massificação da qualificação no Brasil com o objetivo de preparar indivíduos para o mercado de trabalho, negligenciando a importância da formação integral. Esse enfoque marginaliza os trabalhadores que não tiveram a oportunidade de investir em seu próprio desenvolvimento humano. Silva (2014, p. 151) evidencia que “[...] não é possível negligenciar a necessidade de que os investimentos direcionados ao Sistema “S” possam tomar outro rumo, tendo como prioridade uma formação mais ampla, via escolas públicas”.

No entanto, o Estado tem transferido a função de promover uma formação integradora e de qualidade para as empresas do Sistema “S”. Essas empresas realizam cursos aligeirados, com cargas horárias reduzidas e, em muitos casos, sem a efetivação da atividade prática durante o curso, o que revela a fragilidade e a ineficiência na implementação dessas políticas. Observem no Quadro 13 as instituições ofertantes dos cursos de qualificação.

**Quadro 13:** Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentaram curso de qualificação profissional por instituição de realização do curso – 2019

<b>Variável: Pessoas de 14 anos ou mais de idade que frequentaram curso de qualificação profissional (Mil pessoas)</b>	
Instituição de Realização do curso	2019
Total	26.690
Instituição Pública	4.553

Fonte: IBGE / Pnad, 2019.

Das 26.690 pessoas que realizaram curso de qualificação, somente 4.553 fizeram cursos em instituições públicas, o que evidencia a mercantilização da qualificação. Nesse sentido, as políticas de qualificação não têm proporcionado uma redução nas taxas de desocupação, o que atesta a tese de Silva (2011) de que é necessário investir em educação, mas também na oferta de vagas de trabalho para que a qualificação desempenhe sua função de oportunizar acesso ao trabalho. Observe no gráfico 25, a taxa de desocupação da população brasileira de 2012 a 2021.

**Gráfico 25:** Taxa de desocupação da população brasileira entre 2012 e 2021



Fonte: IBGE / Pnad, 2021.

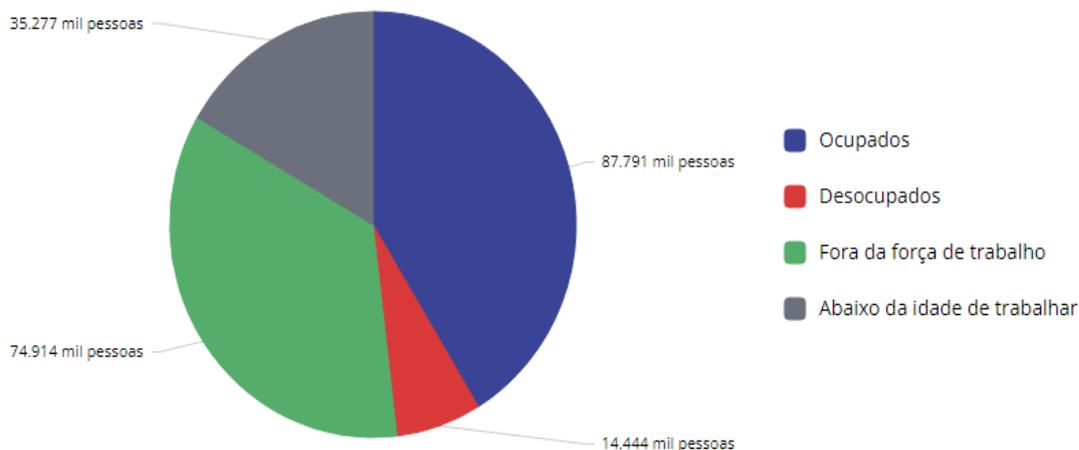
Da população desocupada, 14,4 milhões estão desempregados, 5,6 milhões estão na faixa dos desalentados<sup>19</sup> e fora da força de trabalho<sup>20</sup>, o que representa 42,7% da população

<sup>19</sup> “Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação” (IBGE, 202, s/p.)

<sup>20</sup> As pessoas fora da força de trabalho se dividem em força de trabalho potencial e fora da força de trabalho potencial: Força de trabalho potencial corresponde a: “Pessoas que não estão na força de trabalho, mas possuem

brasileira. Além de fatores como a dificuldade de encontrar trabalho, não conseguir trabalho adequado e até devido não ter experiência profissional ou qualificação coloca os desalentados, trabalhadores que poderiam estar trabalhando, nos índices dos desempregados no Brasil (Gráfico 26).

**Gráfico 26:** População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho - 2021



Fonte: IBGE / Pnad, 2021.

Como elencado no gráfico 26, cerca de 42,7% da população brasileira estão fora do mercado de trabalho, seja por não conseguirem trabalho, por não ter a escolaridade exigida, por não encontrarem trabalho na localidade em que moram, por terem escolhido não trabalhar, por serem jovens e não terem idade ou por serem idosos e estarem fora do mercado de trabalho. Ou seja, vários são os fatores que levam a essa porcentagem de quase metade da população brasileira que está às margens do mercado de trabalho.

Com base nos dados e análises apresentadas, fica evidente que, embora o Estado tenha implementado políticas de qualificação profissional, essas medidas não têm se mostrado eficazes na redução do desemprego. Tais políticas parecem ser concebidas primariamente para atender aos interesses do setor empresarial, sem considerar adequadamente as necessidades e características específicas do público-alvo. Além disso, essas políticas sofrem com a falta de continuidade; a cada novo governo que assume o poder, ocorre uma descontinuidade nas iniciativas anteriores, com cada administração buscando destacar a eficácia de suas próprias medidas.

---

um potencial para serem integradas a esta força, formam a força de trabalho potencial” [...] Dentre as pessoas que estão fora da força de trabalho, fazem parte as donas de casa que não trabalham fora, adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar. Sendo assim, essas pessoas estão fora da força de trabalho potencial. (IBGE, 2021, s/p)

Contudo, percebemos que, para melhorar esses dados, somente a aplicação dessas políticas não irá amenizar e reparar os dados do desemprego. A educação precisa ser pensada desde a base consoante a investimentos, incentivos e ações para uma educação de qualidade. Fonseca e Lobo Neto (2006) mostram que é possível ter qualidade na educação:

[..] uma proposta de qualidade significa: a) assumir o trabalho como categoria explicativa mais ampla contribuindo para a superação das desigualdades de classe; b) constituir a escola como espaço de apropriação dos princípios teórico-metodológicos em que, a partir do saber adquirido na prática do trabalho, se promove o acesso ao saber científico e tecnológico sistematizado. (Fonseca; Lobo Neto, 2006, p. 175)

Deste modo, fica claro que a qualificação não deve visar apenas o preparo para o mercado de trabalho; é fundamental que a educação também se comprometa com a emancipação do indivíduo e o desenvolvimento de suas potencialidades. Conforme aponta, Paulo Freire (2000, p. 31) "se a educação sozinha não pode transformar uma sociedade, sem ela tão pouco uma sociedade muda". Essa visão é corroborada com experiências internacionais onde investimentos robustos em educação se traduziram no desenvolvimento nacional, capacitação da força de trabalho e ampliação das oportunidades para a população, indo além de mera preparação para tarefas laborais.

Prestes e Vêras (2009) mencionam que, após os anos de 1970, com maior visibilidade da crise internacional, a qualificação do trabalhador tornou-se em vários países da Europa, uma das poucas possibilidades para o trabalho e uma das *prioridades educativas* dos governos nacionais articulados de *forma globalizada e cooperativa*<sup>21</sup>. Já na América Latina, especialmente nos países pobres, as políticas de qualificação do trabalhador criadas para harmonizar simultaneamente os interesses dos empregadores e dos trabalhadores continuam sendo insuficientes para romper com os macroproblemas estruturais provocadores da pobreza e da desigualdade (Prestes; Veras, 2009).

Ainda, Silva (2017, s/p) relata que somente “gastar em educação não é suficiente para trazer desenvolvimento, é preciso fazê-lo com critério, planejamento e qualidade de gestão”, pois o aumento de capital investido em educação, sozinho, acaba não gerando resultados positivos, o que tem sido demonstrado no relatório da OCDE sobre a educação brasileira.

Portanto, nossa análise não sugere que a qualificação profissional seja a "salvadora" para os desafios enfrentados pela classe trabalhadora. No entanto, é inegável que no contexto

---

<sup>21</sup> Grifo nosso

atual, caracterizado pela rápida evolução do meio técnico-científico-informacional, a falta de qualificação pode representar um obstáculo ainda maior para a inserção no mercado de trabalho. Vale ressaltar que a qualificação não é, por si só, uma garantia de empregabilidade ou de direitos trabalhistas. Na realidade contemporânea, estamos testemunhando uma crescente precarização das relações de trabalho, muitas vezes exacerbada por práticas como a terceirização, que contribuem ainda mais para essa precarização.

De modo efetivo, a ampliação da terceirização para as atividades-fim abre ainda mais espaço para a precarização, na medida em que possibilita que as empresas possam dispor de força de trabalho terceirizada a um custo inferior do que aquele da força de trabalho contratada com vínculos empregatícios (Silva, 2014, p. 140).

Assim sendo, podemos compreender que, em um contexto de acumulação capitalista flexível, a variabilidade nas relações de emprego permite vínculos trabalhistas cada vez mais flexíveis e instáveis (Alves, 2014). Isso nos leva a entender que o problema do desemprego no Brasil transcende a simples questão da falta de qualificação da força de trabalho. Estamos lidando com um problema estrutural, uma questão que envolve falhas na atuação do Estado e na condução das políticas públicas.

Entretanto, Mészáros (2008, p. 3) faz um alerta de que a educação não pode ser vista como uma mercadoria “a educação não deve educar para o trabalho, mas para a vida”. A educação no Brasil, nas últimas décadas, tem sido tratada dessa maneira, como uma mercadoria, sendo apropriada por instituições privadas com a finalidade de oferecer uma qualificação aligeirada para atender às exigências do mercado. A educação está sendo colocada a serviço do capital, como menciona Schultz (1973), isto é, o investimento em capital humano, a decisão de investir na capacitação do trabalhador para aumentar a produtividade torna a educação um serviço em prol do capital, o que esbarra no objetivo principal da educação que, a nosso ver, consiste em criar possibilidades criativas e emancipatórias para a humanidade.

Ainda Mészáros (2008) menciona que, embora tenham ocorrido mudanças organizacionais na educação, ela ainda continua a serviço do capital.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (Mészáros, 2008, p. 35).

Nesse sentido, concordamos com o que Mészáros (2008) afirma ao dizer que a educação reflete os interesses do capital, sendo voltada primordialmente para preparar indivíduos para o mercado de trabalho. O autor argumenta que a educação tem o potencial emancipatório de libertar o indivíduo da alienação. No entanto, a ideia de que a educação por si só possa transformar o sistema capitalista existente soa excessivamente utópica, considerando que a lógica do capitalismo está profundamente enraizada e aceita pela maioria das pessoas que nele vivem.

Por isso, o que pretendemos com essa tese não é acabar com os problemas socioeconômicos do nosso país com o fim do capitalismo por meio de uma “revolução” e nem ter a fórmula mágica para acabar com a desigualdade social, mas defendemos a ideia de que o Estado precisa investir em qualificação de forma efetiva. Outrossim, é preciso investir na educação básica desde os anos iniciais até os finais e possibilitar a qualificação de maneira integradora que possibilite o crescimento intelectual e a emancipação humana, como alude Mészáros (2008, p. 47): “conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal de emancipação humana, em conjunto com uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar de maneira bem-sucedida auto emancipação da humanidade”.

Assim, entendemos que o Estado não tem realizado políticas de Estado para a qualificação dos trabalhadores, tem sido oferecido apenas políticas de governo compensatórias, políticas que oferecem cursos repetidos e com baixa carga horária. Essas políticas não tem sido consideradas eficazes, elas esbarram em uma política aligeirada que a cada governo muda seu nome, mas estão perpetuando as mesmas falácias. O Estado não é atuante no acompanhamento dessas políticas. Ele tem se aliado ao Sistema S e a instituições privadas e tem terceirizado sua função, a de garantir o bem estar de sua população.

O trabalhador é colocado como o responsável por sua situação de desemprego e miserabilidade, se ele não consegue trabalho é porque não se especializa, quando na verdade é a mão oculta do Estado fazendo políticas compensatórias para diminuir a insatisfação da população e assim transferir suas responsabilidades. É o Estado a serviço do Capital perpetuando as desigualdades sociais existentes. O Estado beneficiando alguns setores da sociedade em detrimento da cidadania e emancipação de sua população.

### **CAPÍTULO III. QUALIFICAR PARA QUÊ? A QUALIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PERMANÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL NO CAMPO**

Ao longo desta tese, realizamos uma análise abrangente das principais políticas de qualificação profissional implementadas desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o presente momento. Observamos que tais políticas transcendem orientações políticas, ocorrendo tanto em governos de direita quanto de esquerda. Essas políticas variam em enfoque, algumas voltadas para atender às necessidades do empresariado e outras visando facilitar a permanência do trabalhador no mercado de trabalho. No entanto, a ausência de um banco de dados robusto limitou nossa capacidade de fazer comparações significativas entre as políticas de diferentes governos. Esta limitação não se restringe apenas à quantidade de indivíduos que passaram por programas de qualificação, mas também abrange aspectos qualitativos, como a eficácia desses programas em termos de inserção real desses indivíduos no mercado de trabalho.

Assim, devido à falta de informações, fomos a campo entrevistar os ex cortadores de cana-de-açúcar para obtermos dados sobre a efetividades dessas políticas nos municípios de Paranavaí, Paraíso do Norte e Tamboara. Identificamos um baixo percentual do público alvo na realização de cursos de qualificação. Alguns fatores foram citados como empecilhos para a realização destes cursos como: à falta de informações sobre os cursos, quando e onde seriam realizados estes cursos; como também a falta de interesse nos cursos oferecidos devido, sobretudo, não ter ligação com a área rural.

Os trabalhadores entrevistados nessa tese são laboriosos do campo, ex cortadores de cana-de-açúcar, cujo 90% cursaram somente o ensino fundamental incompleto. O grau de escolaridade e a experiência profissional não os habilitam a exercer sem o estudo adequado cursos que vão prepará-los para trabalhar em escritórios, empresas, entre outros. O que temos observado é um estranhamento entre a atividade que faziam no campo e os cursos oferecidos para capacitá-los a trabalhar nas cidades. Muitos desses trabalhadores mencionaram que gostavam de trabalhar no campo e que se tivessem oportunidades buscariam qualificação para permanecer no campo.

Assim, também identificamos a baixa oferta de cursos ligados à área rural ofertados pelo Estado, a grande maioria dos cursos são realizados para trabalhadores que vão trabalhar no meio urbano. Por isso, entendemos que as políticas públicas precisam ser universais e atender a toda sociedade. Assim, algumas indagações surgiram durante o processo de desenvolvimento desta tese como: *Qualificar para quê? Para tirá-los do campo e tornar mão*

*de obra capacitada para o empresariado? Ou proporcionar a estes trabalhadores exercer atividades que eles tenham afetividade em realizar?* Neste sentido, buscamos identificar quais foram às políticas de qualificação realizadas nos municípios de Paranavaí, Paraíso do Norte e Tamboara e também após esse levantamento, elencamos exemplos de cursos de qualificação específicos para os trabalhadores rurais, no qual seriam basilares a sua implementação e realização para permanência daqueles trabalhadores que almejem continuar trabalhando no campo.

### **3.1 Políticas de qualificação realizada para os trabalhadores nos municípios de Paranavaí, Paraíso do Norte e Tamboara.**

Para levantamento dos dados acerca dos cursos de qualificação realizados nos municípios de Paranavaí, Paraíso do Norte e Tamboara utilizamos questionários com questões semiestruturadas adaptados de Lima (2011) e entrevistamos as lideranças realizadas de forma presencial, de diversos órgãos ligados à realização de cursos de qualificação como a Secretaria Municipal de Assistência Social – Smas; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- Emater; Sine; Sindicato Patronal e o Sindicato dos trabalhadores rurais.

### **3.2 Ações de qualificação realizada no município de Tamboara-Pr**

No município de Tamboara realizamos entrevistas utilizando questionário contendo questões semiestruturadas com os representantes do Sindicato dos trabalhadores Rurais, com a Secretaria Municipal de Assistência Social e com o técnico da Emater para obtermos dados sobre a realização de cursos de qualificação.

A primeira entrevista realizada foi com a Secretária da Assistência Social, fomos informados que para os trabalhadores realizarem cursos de qualificação precisam estar cadastrados no CadÚnico. Os cursos de qualificação oferecidos para os trabalhadores são realizados através de contratos efetivados com o Senai, utilizando recursos oriundos da prefeitura. No entanto, a entrevistada não soube explicar quais são as políticas de qualificação que ofertam o recurso para o desenvolvimento desses cursos.

De acordo com a mesma entre os anos de 2019 e 2022 foram realizados alguns cursos como: o curso de panificação, manicure, pedicure, maquiagem e culinária entre outros. Segundo a secretária para os trabalhadores rurais não foram ofertados nenhum curso de qualificação. Vejamos no quadro 14 os cursos realizados pela SMAS.

**Quadro 14:** Cursos de Qualificação oferecidos pelo SMAS em parceria com o Senac. Tamboara 2019 e 2021

<b>Cursos ofertados em 2019</b>	<b>Número de vagas dos cursos ofertados em 2019</b>	<b>Cursos ofertados em 2022</b>	<b>Número de vagas dos cursos ofertados em 2022</b>
Ovo de Páscoa colher	18	Preparo de pizza	15
Modelagem e Henna para sobrancelhas	20	Modelagem e Henna para sobrancelhas	14
Preparo de tortas doces e salgados	15	Corte de cabelo – técnicas e tendências	14
Básico em corte de cabelo masculino	18	Técnica de preparo de salgados para festas	15
Serviços de depilação	18	Técnicas de patchwork	15
Preparo e decoração de bolos	15	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como podemos relatar os dados obtidos nessa entrevista evidenciam a baixa oferta de cursos de qualificação. Os cursos ofertados são direcionados para trabalhar no setor terciário devido à baixa oferta de trabalho no setor secundário, pois nesse município tem somente algumas indústrias como: duas indústrias de confecção, um laticínio e a Podium Alimentos. Além de que, esses cursos também não levam em conta a diversidade de gênero, são cursos direcionados principalmente para o gênero feminino, sendo predominantemente realizados por mulheres.

Segundo a entrevistada, já foram realizadas ações para a busca de outros cursos, por exemplo: cursos para qualificar os trabalhadores para as indústrias de confecção, no entanto, o valor cobrado pelo Senai não possibilitou até o momento a efetivação desses cursos.

Quando perguntamos sobre o acompanhamento após o término do curso para a inserção no mercado de trabalho a resposta foi a de que não ocorre nenhum tipo de acompanhamento, que esporadicamente algum aluno retorna na secretaria para agradecer e dizer que conseguiu trabalho através daquele curso realizado.

Outro dado que nos chama atenção é a não efetivação de cursos realizados para os trabalhadores rurais, pois na caracterização da área de estudo, identificamos que a economia do município é, sobretudo, baseada no setor primário se destacando o cultivo da cana-de-açúcar e a mandioca, o que ocasiona uma desqualificação desses trabalhadores, deixando-os a mercê da própria sorte. O trabalhador que quiser se qualificar para se manter trabalhando no campo terá que se deslocar para cidades vizinhas que ofereçam esses cursos.

Como já mencionado, outros órgãos também são alvos desta tese para identificar quais ações de qualificação foram realizadas, assim, procuramos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamboara e fizemos entrevista com o presidente do Sindicato Rural de Tamboara.

Essa entrevista foi realizada por meio de questionário contendo questões semiestruturadas na sede do sindicato para obtermos informações sobre as ações realizadas pelo Sindicato para qualificar, sobretudo, os trabalhadores rurais.

De acordo com o presidente do Sindicato, não é realizado nenhum curso de qualificação para os trabalhadores rurais de Tamboara. As ações realizadas por esse órgão para 150 produtores rurais sindicalizados consistem em prestar atendimento sobre: informações e realização de documentos para obtenção de crédito; arrendamento; previdência social e atendimento odontológico.

Para os trabalhadores rurais sindicalizados, as ofertas se limitam a orientações sobre previdência social e atendimento odontológico. O sindicato também organiza eventos anuais, como o Encontro de Mulheres do Território Noroeste, onde temas como seguridade social e direitos da mulher são discutidos. Ao indagarmos sobre a falta de programas de qualificação profissional, a justificativa do sindicato foi a ausência de uma estrutura física adequada para tal. Essa explicação levanta preocupações, uma vez que outros sindicatos em diferentes regiões do Brasil têm sido capazes de promover ações de qualificação, conforme observado em declarações de Silva (2022).

No que se refere às políticas públicas e programas de qualificação para os trabalhadores da cana-de-açúcar, a Vice-presidente do sindicato citou o programa de capacitação executado através de parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER), além de uma empresa de cursos profissionalizantes Imperium - Escola de Operadores. [...] a Secretaria de Ação Social da Prefeitura, assim como o Sindicato, também desenvolve programas sazonais de qualificação profissional que atende aos trabalhadores na cana-de-açúcar. São programas executados também através de parcerias, mas na prefeitura a parceria é com o SESI e SENAI. (Silva, 2022, p. 22).

Silva (2022) em sua pesquisa aborda a atuação da Secretaria de Ação Social, assim como o Sindicato dos Trabalhadores na efetivação de programas de qualificação direcionados para os trabalhadores na cana-de-açúcar. Neste sentido, essas ações de qualificação são possíveis quando ocorre empenho para sua efetivação. Assim, identificamos que no município de Tamboara nem a Secretaria de Assistência Social e nem o Sindicato dos trabalhadores rurais realizam qualificação destinada aos trabalhadores rurais.

De tal modo, visando identificar as ações de qualificação desenvolvidas em Tamboara, também foi realizada entrevista com o Técnico em Agropecuária do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural- Emater. Perguntamos se na Emater são ofertados cursos de qualificação para o trabalhador rural e a resposta também foi negativa. Ele mencionou que já

tentou efetivar o curso de tratorista por meio do Senar, no entanto, a data disponibilizada por esse órgão dificultava os trabalhadores rurais participarem, pois o plantio da mandioca (maio a julho) coincidia com os meses que o Senar tinha disponibilidade para efetuar o curso e, que neste período, o público-alvo estaria comprometido com o preparo da terra e plantio da mandioca, o que não possibilitava a ausência do trabalho para realização de cursos.

Concomitante, perguntamos como corre a atuação da Emater na área rural do município. De acordo com ele, consiste em acompanhamento e treinamento. O treinamento realizado consiste em abordar temas que estão sendo trabalhados como: Planejamento forrageiro; Planejamento alimentar; Planejamento sanidade animal.

Também são realizadas ações como realização de projetos, avaliação de solo e eventos como o Encontro de Mulheres, o mesmo considerado pelo Sanitá. Os treinamentos são conduzidos através de visitas periódicas às propriedades cadastradas, onde são oferecidas orientações e capacitações tanto para proprietários quanto para trabalhadores rurais. O objetivo dessas intervenções é aprimorar a qualidade e incrementar a produtividade dos estabelecimentos rurais.

Para o técnico da Emater os treinamentos são fundamentais e tem contribuído para melhorar a qualidade e aumentar a produção de leite, pecuária, mandioca entre outras culturas. As ações realizadas pela Emater têm sido aceitas em grande maioria pelos proprietários, no entanto, alguns ainda realizam o cultivo de acordo com o conhecimento passado de seus antepassados. Para esse técnico as ações desse órgão poderiam ser intensificadas se o quadro de funcionários fosse maior, o que beneficiaria com ampliação do atendimento de suas ações de acompanhamento e treinamento.

Assim, identificamos que a qualificação dos trabalhadores do município de Tamboara tem sido realizada de maneira reduzida, não atingindo grandes parcelas da população e que as ações de qualificação são predominantes para os trabalhadores do meio urbano e que as ações de qualificação não têm alcançado os trabalhadores rurais. Como relatado nas entrevistas, o único órgão responsável que vem realizando cursos de qualificação é a Secretaria Municipal de Assistência Social, no entanto, cursos direcionados para o setor terciário, sobretudo trabalhadores da área urbana.

A qualificação dos trabalhadores rurais tem sido realizada apenas como dias de treinamento pela Emater o que não possibilita a aquisição de um certificado que permita aos mesmos conseguir os trabalhos almejados. Compreendemos que enquanto o gestor do município não realizar ações de qualificação e, sobretudo, ações de geração de trabalho e renda, esses laboriosos estarão submetidos a trabalharem muitas vezes de maneira informal

nesses estabelecimentos, apenas em troca de uma diária, o que não garante os seus direitos trabalhistas.

### **3.3 Ações de qualificação realizadas no município de Paraíso do Norte**

Na cidade de Paraíso do Norte, para obtermos informações sobre as ações de qualificação, entrevistamos através de questionário contendo questões semiestruturadas os gestores da SMAS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural Patronal, Emater e a Agência do trabalhador.

Inicialmente entrevistamos a diretora da Secretaria Municipal de Assistência Social em busca de informações sobre os cursos de qualificação realizados no município. De acordo com a mesma, as ações desenvolvidas para qualificar os laboriosos cadastrados no Cad-Único não são realizadas pela SMAS. A diretora menciona que as ações desenvolvidas pela Secretaria estão relacionadas à realização de reuniões e palestras sobre temas como: combate ao trabalho infantil, violência contra a mulher entre outros. Também são realizados grupos de mulheres onde ocorre debate e diálogo sobre assuntos ligados a saúde, direitos da mulher e etc. Segundo a diretora as ações de qualificação em Paraíso do Norte estão centralizadas na Agência do Trabalhador e que os usuários do Cad-Único que buscam por qualificação e trabalho, são encaminhados para essa agência.

Paralelamente, entramos em contato com a Agência do Trabalhador e conduzimos entrevistas com o diretor e o gerente da instituição. Utilizando um questionário, indagamos sobre como a agência gerencia o processo de qualificação profissional. Ficamos sabendo que quando o trabalhador procura a agência, é necessário preencher uma ficha de cadastro com informações pessoais. Após o preenchimento dessa ficha, o indivíduo é submetido a uma seleção para determinar se seu perfil se alinha com os requisitos do curso em questão.

A seleção para escolha do público que irá realizar os cursos de qualificação prioriza os trabalhadores que participam do <sup>22</sup>Projeto Emancipa, os cadastrados no Bolsa Paraíso<sup>23</sup>, Bolsa

---

<sup>22</sup> Projeto Emancipa realizado pela Agência do Trabalhador tem por objetivo ajudar mulheres que passaram por violência doméstica, as qualificando e encaminhando para conseguir um trabalho e ter sua emancipação (MARGONAR, 2022).

<sup>23</sup> Bolsa Paraíso é um programa municipal que visa garantir aqueles em situação de vulnerabilidade social o direito à renda, para suprir suas necessidades básicas e manutenção familiar. O projeto “Bolsa Paraíso” foi autorizado pela Lei Complementar 41 em 17 de agosto de 2021, autorizando um auxílio de caráter financeiro no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais, limitado o seu recebimento a uma pessoa por núcleo familiar.

Família e os desempregados e se ainda tiver vaga ociosa, os cursos são ofertados para outros trabalhadores cadastrados.

Todos os cursos são ofertados de forma gratuita por essa agência e os recursos financiadores são oriundos do próprio município. Perguntamos se a agência tem um banco de dados sobre os cursos que já foram efetivados e a resposta foi negativa. Segundo o gestor, sua administração se iniciou em 2019 e logo após deu início a pandemia da Covid 19, não sendo possível a realização de cursos. Obtivemos informações sobre os cursos que foram realizados somente em 2022 e os que já foram aprovados para serem realizados em 2023. Vejamos no quadro 15 os cursos realizados através dessa agência em 2022.

**Quadro 15:** Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paraíso do Norte - 2022

<b>Curso</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Concluintes</b>
Designe de sobancelhas	15 horas	15	-
Unhas de gel	15 horas	15	-
Bolos Confeitados	15 horas	15	-
Salgados em geral	15 horas	15	-
Pães e Bolachas	15 horas	15	-
Cuidador de idosos	160 horas	23	22
Mecânico industrial	160 horas	38	37
Costura Industrial em máquinas eletrônicas	160 horas	30	16

Fonte: Agência do Trabalhador – Paraíso do Norte, 2022.

Como elencado no Quadro 15 os cursos realizados pela Agência do trabalhador em 2022 estão relacionados ao setor secundário e terciário, prevalecendo à oferta de cursos para o setor terciário sendo eles: designe de sobancelhas; unhas de gel, bolos confeitados, salgados em geral, pães e bolachas e cuidador de idosos e somente dois cursos para o setor da indústria: mecânico industrial e costura Industrial em máquinas eletrônicas. Para 2023 alguns cursos já foram aprovados para sua realização como: pedicure e manicure, confecção de ovos de Páscoa, informática básica e manutenção e instalação de ar condicionado, todos terão 15 vagas cada.

Perguntamos para o diretor da Agência do Trabalhador se a escolha dos cursos por esse órgão tem relação direta com os postos de trabalho ofertados pelo município e a resposta foi positiva. Para realizar os cursos observa-se a demanda que as empresas parceiras estão precisando de mão de obra qualificada, e através da contratação dos serviços do Senai e Senac realizam os cursos.

Os cursos realizados por esse órgão no setor industrial são efetivados pelo Senai e os cursos realizados para o setor de serviços são executados pelo Senac. A Agência do Trabalhador possui estrutura física para realização dos cursos, e os professores e materiais são de incumbência do Sistema “S”.

Indagamos também se ocorre um acompanhamento e inserção desses trabalhadores em vagas de emprego após o término dos cursos e o diretor mencionou que sim. A agência faz parceria com indústrias de Paraíso do Norte e seu entorno como a Coopcana, a Agrocana, a Gt Foods, a Kolan e a Total Mix. Os trabalhadores qualificados são direcionados para essas empresas e conforme a oferta de postos de trabalho os laboriosos vão sendo inseridos no mercado de trabalho.

Assim, identificamos que as ações realizadas para qualificar os trabalhadores no município de Paraíso do Norte estão centralizadas na Agência do Trabalhador e que através da parceria com empresas da região esta agência qualifica e disponibiliza trabalhadores qualificados para essas empresas, sobretudo a Coopcana/Agrocana. Embora essa indústria sucroalcooleira esteja instalada no município de São Carlos do Ivaí, o seu escritório e toda parte administrativa é gerida no município de Paraíso do Norte, o que beneficia os trabalhadores residentes desse município.

Outra questão também levantada durante a entrevista com o gerente da agência do trabalhador é se este órgão realiza cursos específicos para os trabalhadores rurais que querem permanecer trabalhando no campo, e a resposta foi negativa. A agência efetiva cursos de qualificação para trabalhar no setor urbano e quando se trata de área rural os cursos são efetivados para obter mão de obra qualificada para trabalhar em empresas como Coopcana/Agrocana Gt Foods, a Kolan e a Total Mix, sobretudo na área industrial.

Assim, procuramos órgãos que tinham relação direta com os trabalhadores rurais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Emater. Ao realizarmos entrevistas com a secretária do Sindicato também indagamos se é realizado curso de qualificação para os trabalhadores rurais, e a resposta foi negativa. O sindicato não realiza nenhum tipo de curso de qualificação, nem para os produtores segurados e nem para os trabalhadores sindicalizados, como exemplo os cortadores de cana-de-açúcar. De acordo com a secretaria, as ações do Sindicato visam prestar atendimento sobre assuntos relacionados à previdência social e uma vez por ano realizam reuniões com os sindicalizados para passar informações como desconto em folha de pagamento, entre outros assuntos ligados a previdência social.

Concomitante, também realizamos entrevista com o técnico da Emater e perguntamos se a agência realiza algum curso de qualificação para os laboriosos rurais. O mesmo

mencionou que atualmente não é realizado nenhum curso de qualificação para os trabalhadores rurais e que esses cursos não são realizados devido à baixa procura na realização dos cursos.

Esse técnico explica que há dez anos atrás eram realizados cursos disponibilizados pela Emater para os produtores e trabalhadores rurais, como por exemplo: curso de tratorista, panificado, embutidos, picles entre outros. E que atualmente não ocorre a procura pela realização de cursos pelos proprietários e trabalhadores rurais, devido ao êxodo rural intensificado na região na década de 1970 a 1990 que reduziu drasticamente o número da população residente na área rural. O mesmo menciona que a instalação de usinas na região intensificou o êxodo rural e que a maioria dos proprietários que possuíam terras próximas às usinas ou vendeu suas propriedades ou alugou para elas.

Como relata Silva (2001), aonde instala uma usina, além da expulsão do homem do campo, ela modifica toda a paisagem.

[...] uma usina de açúcar, quando adquire um sítio em suas proximidades, derruba as cercas e árvores frutíferas, casa do morador, etc., convertendo todas as terras em canaviais, de modo que dificilmente depois de alguns anos se poderá identificar qualquer vestígio da outra unidade de produção que ali existiu (Silva, 2001, p.34).

Assim, compreendemos que a instalação de usinas no noroeste do Paraná é oriunda de políticas direcionadas para o setor sucroenergético, como o já citado Proálcool, que propiciou a instalação da maioria das destilarias e usinas no estado. Contudo, o Estado pouco tem se preocupado com o êxodo rural e o desemprego estrutural que vem ocorrendo com a instalação e modernização do setor canavieiro, o que tem reduzido drasticamente a mão de obra utilizada para plantar e cortar cana. A solução para o desemprego desses trabalhadores tem sido colocada em suas mãos, e a qualificação tem sido uma das soluções para amenizar o desemprego.

Apesar disso, quando analisamos os dados sobre os cursos de qualificação realizados pelos ex cortadores de cana, mesmo com a adesão de poucos, percebe-se que os trabalhadores de Paraíso do Norte realizaram mais cursos do que os de Tamboara. Através dessa pesquisa, identificamos que em Tamboara as ações de qualificação estão aquém, sendo ações reduzidas e ineficientes, o que dificulta a inserção dos ex cortadores de cana no mercado de trabalho.

### 3.4 Ações de qualificação realizadas no município de Paranavaí

Na cidade de Paranavaí realizamos entrevistas com os gestores da Secretaria do Desenvolvimento, com o Sine, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Patronal, Emater e o Senar para obtermos informações sobre a qualificação dos trabalhadores. Inicialmente entrevistamos o secretário responsável pela Secretaria do Desenvolvimento que nos relatou que os cursos de qualificação no município de Paranavaí são ofertados através de parceria entre Sine, prefeitura e o Senac e que o público alvo são, sobretudo os desempregados.

Realizamos também entrevistas com a gerente do Sine e a mesma nos informou que os cursos de qualificação realizados pelo Sine em parceria com a prefeitura começaram a ser efetivados somente a partir de 2019, através de recursos oriundos das políticas sociais de qualificação. Assim, obtivemos informações dos cursos realizados em 2019, 2021, 2022 e 2023, no ano de 2020 não foram realizados cursos de qualificação pelo Sine, devido à ocorrência da pandemia Covid-19, que por orientações do Ministério da Saúde, neste período, não deveria ocorrer aglomerações em ambiente fechado. Os cursos realizados estão elencados no quadro 16 a 19.

**Quadro 16:** Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paranavaí -2019

<b>Cursos</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Vagas Ofertadas</b>	<b>Concluintes</b>	<b>Ano</b>
Comunicação e atendimento	15 horas	30	28	2019
Qualidade no atendimento ao cliente	15 horas	30	18	2019
Atendimento com qualidade e vendas	15 horas	30	25	2019
Preparo de massas	15 horas	20	15	2019
Preparo de Pizzas	15 horas	20	19	2019
Preparo de pães e bolachas	15 horas	20	20	2019
Preparo e decoração de bolos	15 horas	20	19	2019
Boas Práticas na manipulação de alimentos	15 horas	20	15	2019
Salgados para confeitaria	15 horas	20	15	2019
Empregabilidade e o mercado de trabalho	15 horas	30	20	2019

Fonte: Agência do Trabalhador – Paranavaí, 2023

Como podemos notar no quadro 16, dos dez cursos realizados em 2019 seis foram voltados para a área da alimentação e 4 direcionados para qualificar em comunicação e vendas. Esses cursos tiveram em média de 20 a 30 vagas ofertadas. Como requisitos, os alunos deveriam ter o ensino fundamental e a idade mínima entre 16 e 18 anos, variando conforme o curso. Para realizar esses cursos ocorreu um investimento do município de R\$ 38.500,00. Todos os cursos elencados no Quadro 15 foram realizados pela agência do trabalhador em parceria com o Senac. Vejamos os cursos realizados em 2021 no quadro 17.

**Quadro 17:** Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paranavaí -2021

<b>Cursos</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Vagas Ofertadas</b>	<b>Concluintes</b>	<b>Ano</b>
Preparo de pizzas	15 horas	15	15	2021
Preparo e decoração de bolos	15 horas	15	15	2021
Preparo de tortas doces e salgadas	15 horas	15	15	2021
Hambúrguer Gourmet	15 horas	15	13	2021
Salgados para confeitaria	15 horas	15	14	2021
Básico em manicure e pedicure	15 horas	15	12	2021
Modelagem e Henna para sobrelhas	15 horas	15	15	2021
Alongamento de cílios	15 horas	15	13	2021
Técnica de vendas	15 horas	30	21	2021

Fonte: Agência do Trabalhador – Paranavaí, 2023.

Em 2020 não obtivemos informações sobre os cursos realizados, pois neste ano não teve a efetivação de cursos devido à pandemia Covid-19 (como já mencionado). No quadro 17 em 2021 podemos observar que foram realizados 9 cursos, sendo 5 cursos destinados para a área da alimentação, 3 cursos para área da beleza e 1 curso para a área de vendas. Para a realização desses cursos foram investidos R\$ 48.170,00. Todos com uma carga horária de 15 horas/aula e 15 vagas ofertadas, somente no de técnica de vendas foram ofertadas 30 vagas. Os requisitos mínimos para realização dos cursos variam de uma idade mínima de 16 anos e 18 anos e terem o ensino fundamental para participar do curso. Vejamos no quadro 18 os cursos realizados em 2022.

**Quadro 18:** Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paranavaí -2022

<b>Cursos</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Vagas Ofertadas</b>	<b>Concluintes</b>	<b>Ano</b>
Mecânica de automóveis	80 horas	16	06	2022
Eletricidade predial básica	120 horas	16	10	2022
Operador de empilhadeira de pequeno porte	12 horas	16	15	2022
Sistema de refrigeração e ar condicionado	40 horas	13	11	2022
Aplicação de revestimento cerâmico e porcelanato	120 horas	16	11	2022
Instalação de geradores de energia solar	16 horas	16	16	2022

Fonte: Agência do Trabalhador – Paranavaí, 2023

No Quadro 18, observa-se um aumento na carga horária dos cursos oferecidos, o que se deve à especialização necessária para a área industrial. Entretanto, um padrão interessante surge: quanto maior a carga horária do curso, menor é o número de alunos que o concluem. Por exemplo, no curso de Eletricidade Predial Básica, de 16 inscritos, apenas 10 chegaram ao final. Um padrão similar foi notado no curso de Aplicação de Revestimento Cerâmico e Porcelanato, que teve apenas 11 concluintes.

Os critérios básicos para a admissão nos cursos variaram, com a faixa etária requerida situando-se entre 14 e 18 anos e o nível de escolaridade exigido sendo, no mínimo, o ensino fundamental incompleto embora isso pudesse variar de acordo com o curso. Excepcionalmente, o curso de Instalação de Geradores de Energia Solar demandava o ensino fundamental completo, além de experiência profissional prévia em eletricidade. Quanto ao investimento, foram despendidos R\$ 71.500,00 para a implementação desses cursos. O Quadro 19 detalha os cursos planejados para o ano de 2023.

**Quadro 19:** Cursos realizados pela Agência do Trabalhador em Paranavaí -2023

<b>Cursos</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Vagas Ofertadas</b>	<b>Concluintes</b>	<b>Ano</b>
Comida de Boteco	15 horas	15	-	2023
Bolo de pote	15 horas	15	-	2023
Preparo de verrines e cupcakes	15 horas	15	-	2023
Hambúrguer Gourmet	15 horas	15	-	2023
Doces Finos	15 horas	15	-	2023
Ovo de páscoa de colher	15 horas	15	-	2023
Preparo e decoração de bolos	15 horas	15	-	2023
Alongamento de cílios	15 horas	15	-	2023
Unhas de Gel	15 horas	15	-	2023
Básico em depilação	21 horas	15	-	2023

Fonte: Agência do Trabalhador – Paranavaí, 2023

No quadro 19 em 2023 podemos observar que foram realizados 10 cursos, sendo 7 cursos destinados para a área da alimentação e 3 cursos para área da beleza, todos tendo uma carga horária de 15 horas/aula, exceto o Básico em depilação que terá 21 horas/aula. Para a realização desses cursos foram investidos R\$ 49.400,00 reais. Os requisitos mínimos para realizam dos cursos também variam de uma idade mínima de 16 e 18 anos e terem o ensino fundamental incompleto. Os dados sobre os concluintes não foram obtidos pois os cursos estavam em andamento.

Assim, podemos relatar que entre 2019 e 2023 todos os cursos realizados pela Agência do Trabalhador de Paranavaí foram realizados para os trabalhadores do espaço urbano, não sendo ofertado nenhum curso direcionado para os trabalhadores rurais. Neste sentido, para identificarmos ações de qualificação para os trabalhadores rurais realizamos entrevistas com os gestores e secretários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranavaí, Sindicato Rural Patronal de Paranavaí e a Emater.

No Sindicato dos trabalhadores rurais realizamos entrevista com a secretaria e perguntamos sobre a realização de cursos para a qualificação dos trabalhadores rurais e a resposta foi negativa. O Sindicato não oferta nenhum curso de qualificação, e suas atividades giram em torno de informações e realização de documentos para obtenção de crédito; arrendamento e previdência social.

Visando ainda encontrar algum órgão que ofertasse cursos gratuitos para qualificar os trabalhadores rurais, fomos entrevistar o secretário administrativo do Sindicato Rural Patronal de Paranavaí. Perguntamos se o Sindicato realizou ou tem efetivado cursos de qualificação para os trabalhadores rurais e a resposta foi positiva. De acordo com o secretário são realizados de um a dois cursos mensais de qualificação, tanto para os associados

empregadores, quanto para os trabalhadores. Os cursos são realizados em parceria com o Senar, esse órgão fica responsável pela realização dos cursos fornecendo o espaço, professores e materiais para a efetivação dos cursos.

De acordo com o secretário, o Senar tem disponível 230 módulos de cursos. Para a realização de um curso é necessário ter a demanda. O número de alunos varia entre 6 e 15 pessoas, alterando conforme o curso que vai ser realizado. São ministrados cursos como tratorista, derivados de leite entre outros (Quadro 20).

**Quadro 20:** Cursos realizados pelo Sindicato Rural Patronal de Paranavaí – 2020 a 2023

<b>CURSOS REALIZADOS</b>	<b>INSCRITOS</b>	<b>CONCLUINTES</b>	<b>ANO</b>
Trabalhador na Bovinocultura de Leite - manejo e ordenha - instituições de ensino	12	12	2020
Trabalhador volante da agricultura - AP - Agricultura de Precisão - operação de drones	6	4	2020
Trabalhador volante da agricultura - AP - Agricultura de Precisão - operação de drones	8	8	2020
Trabalhador na operação e na manutenção de pá carregadora - pá carregadora - NR 31.12	6	6	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2021
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	14	2021
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	14	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	10	10	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2021
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	15	2021
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	14	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	7	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	8	8	2021

Trabalhador na operação e na manutenção de pá carregadora - pá carregadora - NR 31.12	7	7	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	6	4	2021
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	8	7	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	8	8	2021
Produtor de bovino de leite - manejo e ordenha	7	6	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	8	8	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	7	7	2021
Produtor agrícola - agricultura orgânica - básico	8	7	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	10	10	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	10	10	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	8	8	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2021
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	15	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	13	13	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	15	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	13	13	2022
Soldador - arco elétrico com eletrodo revestido – agroindústria	9	9	2022
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	10	10	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	11	11	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	15	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	15	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de	14	14	2022

agrotóxicos - NR 31			
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	13	13	2022
Produtor de bovino de leite - manejo e ordenha	13	13	2022
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2022
Trabalhador na Bovinocultura de Leite - casqueamento de bovinos de leite	15	15	2022
Produtor de bovino de leite - manejo e ordenha	14	14	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	15	15	2022
Trabalhador na Bovinocultura de Leite - casqueamento de bovinos de leite	11	11	2022
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	10	10	2022
Produtor de bovino de leite - manejo e ordenha	9	9	2022
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	8	7	2022
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	9	9	2022
Soldador - arco elétrico com eletrodo revestido – agroindústria	7	7	2022
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	14	14	2023
Trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos - NR 31	11	11	2023
Produção artesanal de alimentos - panificação	12	12	2023
Produção artesanal de alimentos - derivados de leite	12	12	2023
Tratorista agrícola - operação de tratores e implementos - NR 31.12	0	0	2023
Produção artesanal de alimentos - conservação de frutas e hortaliças - conservas, molhos e temperos	0	0	2023

Fonte: Sindicato Patronal de Paranavaí, 2023.

Conforme ilustrado no Quadro 20, diversos cursos são oferecidos com a finalidade de qualificar o trabalhador rural. Os cursos mais frequentemente realizados incluem Tratorista Agrícola, efetivado 23 vezes, e Trabalhador Volante da Agricultura - Aplicação de Agrotóxicos, oferecido 16 vezes. Estes cursos estão diretamente relacionados à modernização da agricultura, onde o uso de maquinário para plantio e colheita, bem como a aplicação de fertilizantes e pesticidas, são imperativos para maximizar a produção. São, portanto, cursos destinados principalmente a atender às demandas do agronegócio. Além disso, cursos que incorporam tecnologias emergentes, como a Operação de Drones, também foram oferecidos, embora em menor escala, sendo realizados apenas duas vezes.

Paralelamente, foram oferecidos cursos de cunho mais artesanal, como Conservação de Frutas e Hortaliças (Conservas, Molhos e Temperos), Panificação e Derivados de Leite. Estes cursos têm relevância tanto para a economia doméstica quanto para a geração de renda complementar. Conforme Campos (2007, p. 89) enfatiza, esses são “módulos de cursos mais flexíveis que não estabelecem uma distinção rígida entre lazer e trabalho, fazendo parte de um ‘modo de vida rural’. São exemplos técnicas e formas de organização comunitária, resgate das tradições culturais no meio rural, entre outros”. Dessa forma, esses cursos são especialmente direcionados para pequenos produtores ou trabalhadores de pequenas propriedades rurais. Podemos observar um exemplo disso no Curso de Derivados de Leite, apresentado na Figura 8.

**Figura 8:** Produção artesanal de alimentos - derivados de leite, Paranavaí – 2022



Fonte: Sindicato Rural Patronal de Paranavaí, 2023.

Na Figura 8, vemos as participantes que completaram o curso de derivados de leite, adquirindo habilidades em fazer queijos e doces. Notavelmente, a taxa de conclusão para esses cursos foi de 100%. Segundo o secretário do Sindicato Patronal, algumas alunas relataram que os cursos têm contribuído para o aumento de sua renda, graças à comercialização dos produtos que puderam confeccionar a partir do conhecimento adquirido nesses cursos de qualificação.

Assim, compreendemos que embora esses cursos sejam realizados por órgãos da iniciativa privada e paraestatal e não por órgão público através de política pública, são importantes para a qualificação do trabalhador rural. Porém, o que nos chama a atenção é que nos municípios pesquisados somente na cidade de Paranavaí são realizados cursos de qualificação para o trabalhador rural e esses cursos foram realizados pelo Sindicato Rural

Patronal em parceria com o Senar. No entanto, com relação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais desses municípios até o momento atual não realizaram nenhum curso de qualificação para o trabalhador rural.

De tal modo, ao examinar as políticas de qualificação para os trabalhadores sob a ótica do tripé: Estado, Capital e Trabalho, identificamos uma lacuna importante. Os sindicatos de trabalhadores rurais também precisam entrar em ação, oferecendo cursos de qualificação para essa categoria laboral. Campos (2007) destaca essa necessidade em sua tese.

Dado o histórico trabalhista brasileiro, os sindicatos aparecem como órgão privilegiado na representação de interesses referentes às relações de trabalho. Era, portanto, quase automático, quando as políticas de Estado propagavam que a qualificação profissional seria a principal solução para o desemprego, passar para os sindicatos a execução de tais políticas (Campos, 2007, p. 27-28).

Contudo, o que temos visto é a falta de ações dos sindicatos dos trabalhadores rurais desses três municípios na realização de cursos de qualificação para os trabalhadores rurais. Esse fato também é abordado por Campos (2002, p. 60) que explica que os objetivos principais desses sindicatos “se ocupam das pautas de “luta salarial”, [...] luta pela terra e as políticas de reforma agrária”. Para esses sindicatos a qualificação é vista como uma aceitação do modelo de trabalho baseado na exploração, na extração da mais valia, quando o objetivo seria a emancipação. A qualificação não deveria ser pensada na lógica da funcionalidade e adaptabilidade, mas na lógica da ruptura.

Contudo, essa "opção ideológica" de não promover cursos de qualificação, que são vistos como uma forma de conformismo com o sistema capitalista, tem consequências diretas nos baixos níveis de qualificação entre os trabalhadores rurais analisados nesta tese. Tal postura impacta negativamente na capacitação desses trabalhadores, limitando suas oportunidades e perpetuando ciclos de desigualdade e exploração.

### **3.5 Cursos de qualificação realizados pelos ex-cortadores (as) de cana-de-açúcar nos municípios de Tamboara, Paranavaí e Paraíso do Norte.**

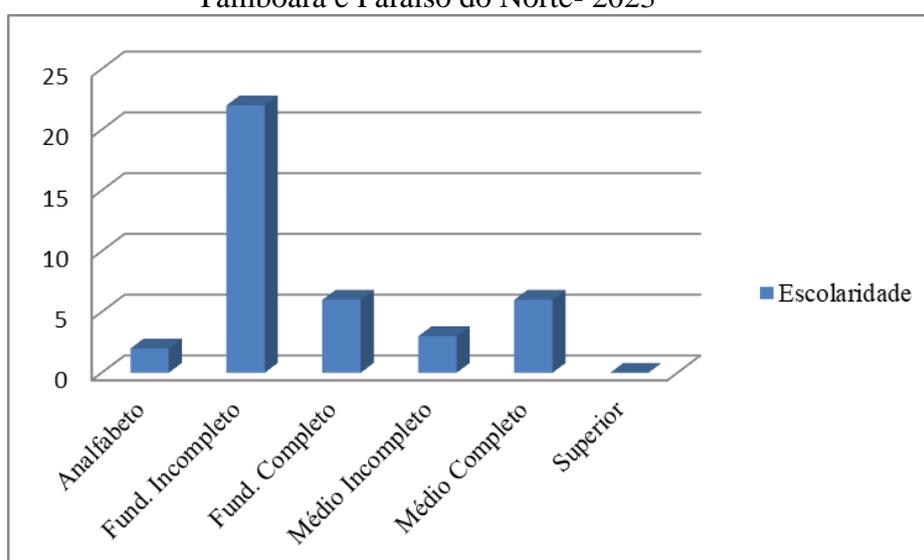
Neste estudo, conduzimos uma análise comparativa entre as políticas públicas voltadas para o setor sucroenergético e aquelas destinadas à qualificação dos trabalhadores. O objetivo foi corroborar a tese de que as políticas direcionadas ao setor sucroenergético têm mostrado

maior eficácia em comparação com as medidas voltadas para a capacitação da força de trabalho. Os resultados da nossa investigação confirmam essa hipótese.

Nos três municípios pesquisados Paranaíba, Paraíso do Norte e Tamboara identificamos que cada cidade tem uma dinâmica diferente na realização dos cursos de qualificação, mas o que as três têm em comum é a baixa oferta de cursos para os trabalhadores, sobretudo para os laboriosos rurais. E isto reflete na vida dos trabalhadores que diante da mecanização do plantio e colheita da cana, tem tido dificuldades para serem inseridos no mercado de trabalho.

Assim, fomos a campo para identificar se esses laboriosos realizaram cursos de qualificação e se esses cursos proporcionaram resultados positivos sobre a sua empregabilidade e renda. Foram entrevistados 39 ex trabalhadores do setor canavieiro e a entrevista foi realizada em suas residências através de questionário contendo questões semiestruturadas para obter informações sobre escolaridade, renda, trabalho e se esses laboriosos realizaram algum curso de qualificação. Dos 39 entrevistados 13 são residentes no município de Paranaíba, 13 moradores do município de Tamboara e 13 no município de Paraíso do Norte. Assim, discorreremos sobre os principais dados obtidos nessa pesquisa (Gráfico 27).

**Gráfico 27:** Escolaridade dos ex cortadores de cana dos municípios de Paranaíba, Tamboara e Paraíso do Norte- 2023

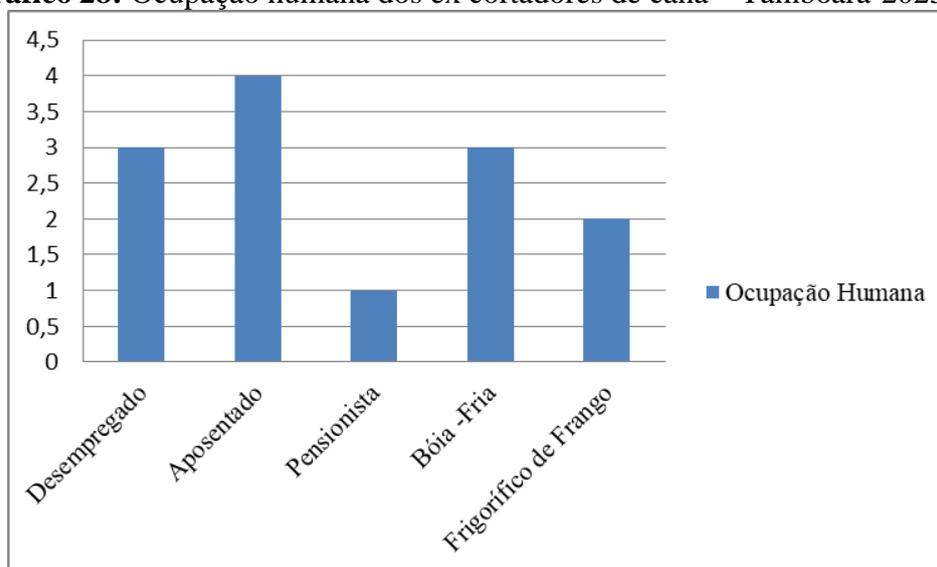


Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Como podemos observar no gráfico 27, dos 39 entrevistados, 22 trabalhadores possuem somente o ensino fundamental incompleto, e apenas 6 possuíam o ensino médio

concluído. Essa baixa escolaridade interfere na dificuldade de conseguir trabalho ou até mesmo, trabalho com condições melhores. Nos gráficos 28, 29 e 30 estão elencadas as ocupações que atualmente os ex cortadores de cana estão trabalhando. No gráfico 28, obtemos informações sobre os laboriosos de Tamboara.

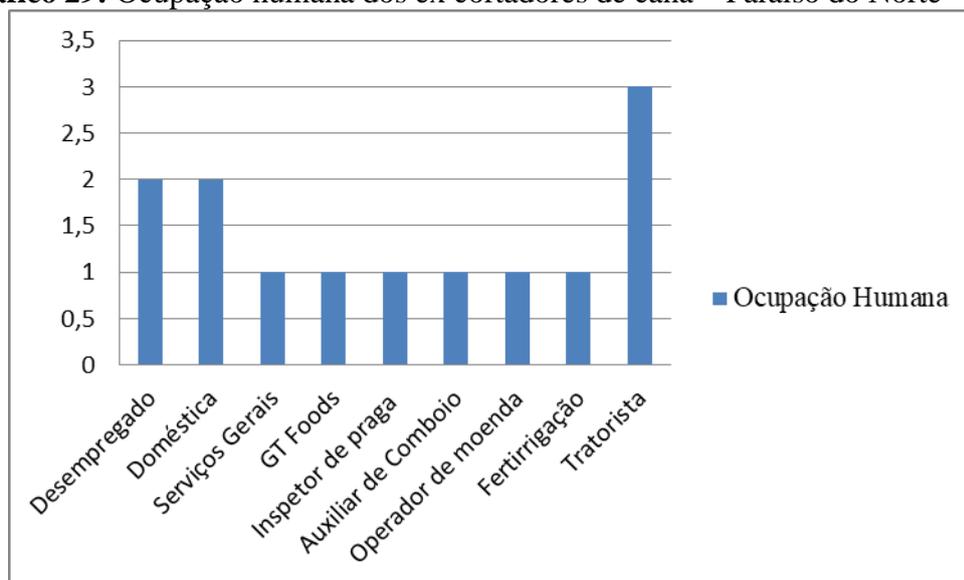
**Gráfico 28:** Ocupação humana dos ex cortadores de cana – Tamboara-2023



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Como elencado no gráfico 28, as ocupações mencionadas pelos laboriosos foram: 3 trabalhadores trabalham como boia fria (Diaristas) e 2 laboriosos trabalham no frigorífico de frango. Os demais mencionaram que estão desempregados (3), aposentados (4) e 1 pensionista. Esses dados refletem a pouca oportunidade de trabalho no município de Tamboara sendo dos 8 que estão aptos para o trabalho somente dois estão empregados e tem seus direitos garantidos, mesmo que seja em um trabalho que causa muitos problemas de saúde devido aos movimentos repetidos realizados nos frigoríficos de frango.

Os dados da ocupação no município de Paraíso do Norte apresentam mais oportunidades para esses trabalhadores, isto reflete no posto de qualificação instalado no município, como também maiores oportunidades de trabalho comparado ao município de Tamboara. Vejamos no gráfico 29 as ocupações dos ex-laboriosos do plantio e colheita da cana-de-açúcar.

**Gráfico 29:** Ocupação humana dos ex cortadores de cana – Paraíso do Norte - 2023

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

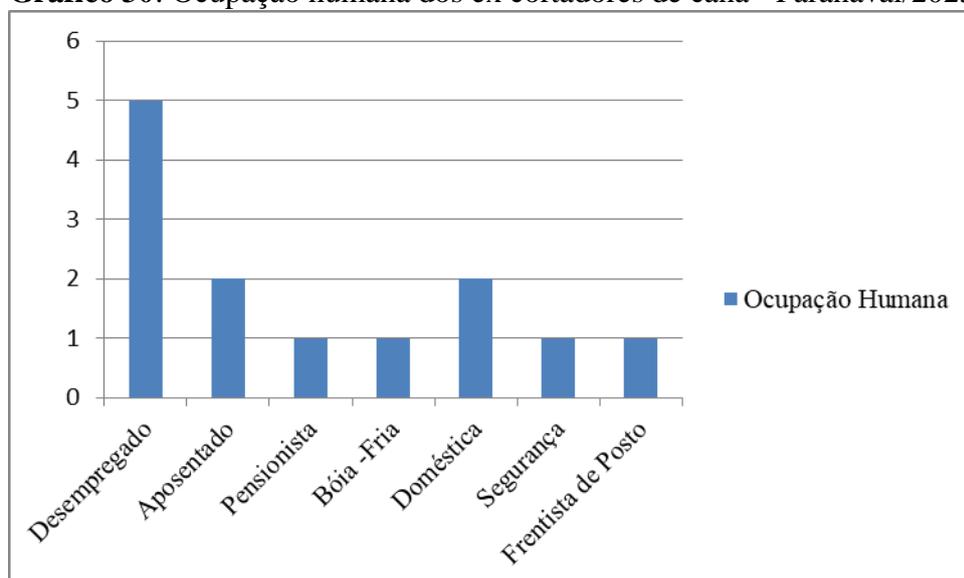
No gráfico 29 onde estão elencadas as ocupações dos ex cortadores de cana de Paraíso do Norte podemos observar que ocorreu uma diversidade maior nos postos de trabalho ofertados no município de Paraíso do Norte com relação a Tamboara. As ocupações mencionadas foram: doméstica (2), serviços Gerais (1), GT Foods (1), Inspetor de praga (1), Auxiliar de Comboio (1), Operador de moenda (1), Fertirrigação (1) e Tratorista (3).

Dessas ocupações mencionadas, algumas fazem parte da empresa Agrocana/Coopcana como Inspetor de praga, Auxiliar de Comboio, Operador de moenda, Fertirrigação e Tratorista. Dos treze trabalhadores entrevistados, sete ainda trabalham para a mesma empresa de quando eram cortadores de cana. Eles mencionaram que após passar por qualificação ofertada pela Agência do trabalhador, como também pela própria empresa, foram remanejados e continuaram a trabalhar na mesma empresa.

O que nos chama atenção é que os ex cortadores de cana residentes do município de Tamboara e Paranaíba não foram inseridos em outros postos de trabalho na usina após a mecanização da colheita e plantio da cana, assim como os laboriosos de Paraíso do Norte foram inseridos. Ao questionarmos o porquê desta seleção um ex-cortador de cana mencionou que devido à mecanização os trabalhadores de Paraíso do Norte foram os selecionados para permanecerem na empresa, uma vez que a sede da empresa e toda a parte administrativa está alocada no município de Paraíso do Norte. Ou seja, quando era necessária mão de obra para o serviço braçal de cortar e plantar cana, todos os moradores das cidades ao entorno da usina eram “bem-vindos”, após a mecanização são selecionados apenas trabalhadores de uma

cidade por estarem inseridos na dinâmica cidade sede da usina. Vejamos agora a ocupação atual dos ex-cortadores (as) de cana na cidade de Paranaíba (Gráfico 30).

**Gráfico 30:** Ocupação humana dos ex cortadores de cana - Paranaíba/2023



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No gráfico 30, percebemos que dos 13 entrevistados, a maioria encontra-se desempregados (5); doméstica (2) vigia (1), frentista de posto de gasolina (1), aposentado (2), pensionista (1) e (1) pessoa trabalhando informalmente, como “boia-fria” sem nenhuma garantia trabalhista. A situação de desemprego na vida do trabalhador não atinge somente questões de ordem econômica, mas de ordem social, familiar e pessoal, influenciando ainda em sua identidade profissional e psicológica (Cardoso 2004).

Na cidade de Paranaíba a economia é mais diversificada do que nos dois municípios antes mencionados. A oferta de trabalho é maior do que nos outros municípios elencados nesta tese. Contudo, o número de desempregados é maior e entendemos esta problemática quando analisamos os dados e identificamos que a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho está relacionado à baixa escolaridade e a falta de qualificação. Dos treze entrevistados, somente três possuem o ensino médio e apenas 5 fizeram curso de qualificação. E os dois que fizeram curso para vigia e empilhadeira estão empregados.

Assim, outro dado levantado nessa pesquisa foi sobre os cursos de qualificação que esses laboriosos realizaram. Perguntamos para eles se realizaram algum curso de qualificação para que pudessem ser inseridos no mercado de trabalho, frente ao desemprego estrutural ocasionado pela mecanização do plantio e colheita da cana-de-açúcar e o resultado obtido está elencado no quadro 21.

**Quadro 21:** Cursos de qualificação realizados pelos ex-cortadores (as) de cana nos municípios de Paraíso do Norte, Paranavaí e Tamboara – 2023

Cursos	Paraíso do Norte	Paranavaí	Tamboara
Artesanato	-	1	-
Corte de Cana	4	-	3
Confecção de Lingerie	-	1	-
Empilhadeira	-	1	-
Lubrificação de máquinas	1	-	-
Manipulação de alimentos	1	-	-
Mecânico de Tratores e colheitadeira	1	-	-
Montador de Móveis	-	1	-
Operador de Comando	1	-	-
Panificação	1	-	-
Porteiro e Vigia	-	1	1
Primeiros Socorros	1	-	-
Tratorista	1	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Na pesquisa que realizamos podemos observar que dos 39 entrevistados, somente 13 trabalhadores realizaram cursos de qualificação sendo eles: Artesanato, Confecção de Lingerie, Empilhadeira, Lubrificação de máquinas, Manipulação de alimentos, Mecânico de Tratores e Colheitadeira, Montador de Móveis, Operador de Comando, Panificação, Porteiro e Vigia, Primeiros Socorros e Tratorista. Outro curso que também foi realizado é o de cortar cana, mas que atualmente não possibilita a empregabilidade, pois já foram destituídos desse trabalho.

Dos três municípios analisados o de Paraíso do Norte foi o que mais qualificou os ex-cortadores (as) de cana, tendo onze trabalhadores participado de algum curso de qualificação, Paranavaí com cinco laboriosos e Tamboara apenas quatro fizeram curso de qualificação. Assim, identificamos que a falta de qualificação tem sido um empecilho para que esses laboriosos sejam novamente inseridos no mercado de trabalho, como também a falta de qualificação faz com que a renda desses trabalhadores fique entorno de 1 a 2 salários mensais. Vejamos a renda média mensal desses laboriosos (Quadro 22).

**Quadro 22:** Renda Média mensal dos ex cortadores (as) de cana nos municípios de Paraíso do Norte; Paranavaí e Tamboara - 2023

<b>Renda</b>	<b>Paraíso do Norte</b>	<b>Paranavaí</b>	<b>Tamboara</b>
Até R\$1.212,00	5	6	10
De R\$1.212,00 a R\$1.800,00	2	5	3
De R\$1.800,00 a R\$2.400,00	1	1	1
Acima de R\$ 2.400,00	5	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Como podemos observar no quadro 22, dos trinta e nove entrevistados, vinte e 1 laboriosos ganham até 1 salário mínimo, dez recebem de R\$1.212,00 a R\$1.800,00, três ganham R\$1.800,00 a R\$2.400,00 e cinco recebem acima de R\$ 2.400,00 reais. A maioria desses trabalhadores recebem somente um salário mínimo, sendo grande parte residentes do município de Tamboara. Já os de Paraíso do Norte são os que apresentaram os maiores salários mensais. Essa diferença de salários está relacionada a postos de trabalho ofertados pelos municípios como também a qualificação que esses laboriosos possuem.

Dessa forma, os resultados da nossa pesquisa corroboram a constatação de que a maioria desses trabalhadores não participou de cursos de qualificação, o que não apenas dificulta o acesso ao emprego, mas também a oportunidades de trabalho com melhor remuneração. Paralelamente, tendo em vista que o público-alvo deste estudo são os trabalhadores rurais, vamos explorar algumas iniciativas voltadas para a qualificação e retenção desses profissionais no campo.

### **3.6 Ações de qualificação para permanência do trabalhador rural no campo**

Conforme explorado ao longo desta tese, a qualificação de trabalhadores surge como uma estratégia para mitigar os efeitos do desemprego estrutural, intensificados pela evolução tecnológica nos processos produtivos. Tanto no contexto urbano quanto no rural, a demanda por mão de obra qualificada se faz cada vez mais presente para suprir os novos postos de trabalho emergentes. Embora alguns estudiosos se posicionem contra a qualificação, vendo-a como um mecanismo de domesticação do trabalhador, o fato permanece: aqueles que não se qualificam frequentemente enfrentam desemprego ou são relegados a posições menos favoráveis no mercado de trabalho.

As políticas de qualificação que vem sendo efetivadas até o momento têm recebido muitas rupturas de um governo para outro. O poder público tem se omitido e transferido para o empresariado o direcionamento da oferta de qualificação. Notamos a necessidade de

políticas de qualificação de Estado, as quais podem ser aprimoradas ao longo dos anos. Percebemos a necessidade de políticas de qualificação que não levem apenas o interesse em qualificar para postos exigidos pelo mercado de trabalho. A qualificação deve ser vista como capacidade de desenvolvimento das potencialidades humanas.

Neste sentido, verificamos que os cursos ofertados pelos municípios estudados são cursos aligeirados e que não leva em conta o perfil do trabalhador. No município de Tamboara e Paraíso do Norte, cuja economia tem forte influência do setor agrário, não oferta nenhum curso de qualificação para os trabalhadores rurais. No município de Paranaíba tem acontecido a oferta de cursos de qualificação para o trabalhador rural, contudo, o que tem ocorrido é uma intensificação de cursos específicos como tratorista agrícola e trabalhador volante da agricultura - aplicação de agrotóxicos, cursos voltados para atender os grandes produtores.

Nas entrevistas que realizamos com os cortadores de cana notamos a necessidade que esses laboriosos têm em se qualificar, porém, alguns responderam que gostariam de permanecer trabalhando no campo e que os cursos oferecidos até o momento só têm possibilitado trabalhar em trabalhos da cidade, assim, muitos deles não realizaram nenhum curso de qualificação por não ter afinidade com o tema proposto.

Dessa forma, compreendemos a importância de levar em conta o perfil do trabalhador, as suas preferências, pois qualificar apenas para atender o interesse e a necessidades do mercado, não possibilitará o desenvolvimento das potencialidades, sua capacidade criativa e muito menos a sua cidadania (Campos, 2007).

Vejamos alguns exemplos de cursos que podem ser realizados na área rural que necessitam de qualificação para serem executadas com eficácia (Quadro 23).

**Quadro 23:** Cursos para qualificar o trabalhador do campo

<b>Cursos</b>	<b>O que o aluno irá aprender</b>
Agricultura orgânica	Sistemas produtivos, adubação agroecológica e métodos caseiros de controle de pragas e doenças por meio de preparo de caldas naturais.
Produção artesanal de alimentos	Fazer alimentos que além de deliciosos são uma forma de aproveitar frutas excedentes na produção da época (safra).
Artesanato em madeira-básico de bambu	A técnica do rachamento e da amarração simples, que são utilizadas, por exemplo, na confecção de tochas. Além disso, o curso ensinará a fazer o acabamento das peças.
Artesanato em palha de milho- trançados	Trabalhar com a matéria-prima desde a sua colheita, passando pela seleção da palha, pela escolha das ferramentas que serão utilizadas, pela limpeza e corte correto na espiga, pelo

	beneficiamento e coloração da palha, até a confecção de um cesto e de uma bolsa.
Floricultura básica	Sobre viveiros de produção de mudas, tipos de substratos mais adequados para diferentes espécies de flores, técnicas de multiplicação, os principais tratamentos culturais para manter as flores e plantas ornamentais sempre bonitas e viçosas, além do controle das pragas e doenças que mais atacam essas plantas.
Morangueiro básico	O plantio de morangos e obter informações básicas sobre a cultura.
Maracujazeiro básico	Implantar um pomar de maracujá em suas propriedades ou, até mesmo, àqueles que já atuam na cadeia e querem profissionalizar sua produção.
Olericultura - processamento mínimo - princípios e práticas	O processamento mínimo de hortaliças, esta técnica se refere aos produtos vegetais que sofrem uma série de operações que os tornam prontos para o consumo e preparo.
Equideocultura	Casqueamento e doma de equinos
Prestação de serviços	Construir cercas - seja de arame farpado ou de arame liso
Roçadeira	Utilizar roçadeira em atividades agropecuárias
Turismo rural	O turismo e a hospitalidade no meio rural, os tipos de hospedagem, os serviços de alimentação e também como avaliar a satisfação do turista.

Fonte: Senar, 2023.

Todos estes cursos elencados no Quadro 23 são efetivados pelo Senar-Pr, são cursos voltados para os produtores rurais, bem como também para os trabalhadores rurais. Contudo, nenhum desses cursos são realizados nos municípios pesquisados nesta tese. Embora o Sistema “S” tem conduzido a qualificação de trabalhadores na região, pois todos os órgãos entrevistados terceirizam a qualificação dos trabalhadores para esses órgãos. Os órgãos públicos não têm se preocupado em diversificar a oferta de cursos e principalmente cursos que também contemplem as especificidades do trabalhador rural.

Outras habilidades importantes para o setor rural também são evidenciadas no site norte-americano chamado Zippia (2023) tais como: realizar a colheita, cortar a grama, manusear equipamentos agrícolas com destreza, fazer manutenções preventivas em equipamentos, lidar com bovinos de corte, bem como a manutenção de equipamentos e serviços de vermifugação, alimentação, pinagem e comercialização de insumos, além de ter destreza e habilidade de escuta e força física.

O papel da OIT, segundo (Zippia, 2023) é levar treinamento e habilidades às pessoas como forma de enfrentar os desafios da pobreza. Segundo a instituição:

*By promoting employability and enhancing income earning opportunities, skills training can lift women and men out of poverty and promote sustainable rural livelihood. The ILO's Training for Rural Economic Empowerment (TREE) Programme provides an example of a proven approach that assists those working in poor rural communities to build the relevant skills and abilities for employment and income generation. (OIT, 2023, s/p)*

Isto é, capacitando as pessoas que residem em áreas rurais, em que, segundo a organização, os índices de trabalho formal são particularmente baixos, a capacitação profissional pode tirar mulheres e homens da faixa da pobreza e corroborar formas mais sustentáveis de viver.

A instituição mostra-se atualmente na pauta de capacitação do trabalhador rural, fornecendo um manual básico de empregabilidade e economia rural, intitulado “*A Generic Manual on Training for Rural Economic Empowerment (TREE)*”.

*The TREE Generic Manual is not a blueprint for a project, but a guide developed specifically for planning, designing and implementing training and post-training support programmes to empower poor people and their communities. It is a comprehensive document illustrating systematic processes of setting up a skills development programme based on TREE methodology. It contains guidelines, implementing tools and materials to assist planners, project managers, implementing partners of skills development programmes as part of poverty reduction and empowerment strategies. (OIT, 2023, s/p)*

Esse documento, na verdade, conforme a própria instituição, serve de orientação e guia para outras organizações a fim de que grupos-alvos desfavorecidos, como mulheres pobres e pessoas com deficiência, tenham oportunidades de emprego e sejam, economicamente, emponderados.

Contudo, no Brasil o que tem sucedido é uma incipiente ação do Estado para qualificar o trabalhador rural o que também tem ocorrido em outros países. Conforme Martin (2020), ao analisar o mercado de trabalho americano, mexicano e de outros países, observa-se que as tentativas e ações dos sindicatos e do comércio a fim de proteger os trabalhadores rurais não dão conta de todos os trabalhadores, havendo muita exclusão e, conseqüentemente, ineficácia na sua habilitação para os postos de trabalho e demandas do mercado do agronegócio. Com isso, esses trabalhadores sofrem com o desemprego, devido à escassez de recursos que os assiste.

Nesse sentido, evidenciamos nesta tese a necessidade do Estado em fazer política pública e licenciar órgãos públicos para efetivação da qualificação de sua população. Tivemos dificuldades para obter dados referentes à qualificação do trabalhador rural, pois nos municípios de Tamboara e Paraíso do norte não têm ocorrido uma preocupação com esta classe de trabalhadores. Já em Paranavaí tem ocorrido a oferta de cursos para essa classe, contudo, só tem ofertado cursos que beneficiem o produtor rural, não abrindo um leque de opções para o trabalhador rural.

Dessa forma, a pesquisa valida nossa tese inicial: o Estado brasileiro tem priorizado consideravelmente mais as políticas públicas voltadas para o setor sucroenergético em detrimento das políticas voltadas para a qualificação da força de trabalho, especialmente a do trabalhador rural. Nesse cenário, enquanto o Estado investe em modernização e grandes empresas, a responsabilidade pelo desemprego recai cada vez mais sobre os ombros da população. Chegamos, então, às considerações de que um investimento focado em qualificação e formação da população poderia transformar a realidade de milhões de trabalhadores atualmente desempregados ou dependentes de trabalhos informais. Tal abordagem não apenas ampliaria as oportunidades de empregabilidade, mas também atuaria como um mecanismo para reduzir as persistentes desigualdades sociais no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estímulo inicial para esta pesquisa surgiu de nossa profunda ligação com o setor agrário e um crescente descontentamento com as medidas governamentais tomadas ao longo dos anos para mitigar os impactos socioeconômicos da modernização agrícola no Brasil. A princípio, acreditávamos que a qualificação profissional poderia ser uma solução viável para aliviar as consequências adversas dessa modernização. Contudo, à medida que a pesquisa avançava, essa visão inicial foi sofrendo nuances e refinamentos.

Nosso estudo, amparado por diversas fontes acadêmicas, revelou que a qualificação profissional, embora crucial para o desenvolvimento nacional, não é suficiente para resolver os problemas de desemprego por si só. Ficou evidente que as estratégias de qualificação precisam estar aliadas a políticas eficazes de geração de emprego para verdadeiramente potencializar a empregabilidade. Neste sentido, a qualificação não é um fim em si, mas uma parte integrante de um conjunto mais amplo de medidas necessárias para o desenvolvimento sustentável e inclusivo de uma nação.

Desse modo, fica claro que, sem um planejamento estratégico que una qualificação e geração de empregos, corremos o risco de perpetuar um ciclo vicioso de desemprego e desigualdade, independentemente do nível de instrução da força de trabalho. Portanto, nossa pesquisa sugere que a ênfase deve ser colocada não apenas em qualificar trabalhadores, mas também em criar um ambiente que permita a absorção dessa mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

Neste estudo, realizamos um levantamento bibliográfico abrangente para compreender as políticas públicas implementadas em prol da qualificação da força de trabalho no Brasil. Esta análise nos permitiu chegar às seguintes considerações:

As políticas públicas voltadas para a qualificação profissional no Brasil demonstram uma falta de continuidade. A cada novo governo que assume o poder, frequentemente são formuladas novas políticas, tornando as anteriores obsoletas ou interrompidas. Isso tem feito com que essas políticas sejam percebidas majoritariamente como medidas compensatórias, e não como estratégias de longo prazo para o desenvolvimento do capital humano. A eficácia dessas políticas tem sido objeto de críticas por parte de diversos pesquisadores.

Na implementação dessas políticas públicas de qualificação, o foco predominante tem sido atender às demandas do mercado de trabalho. Assim, os cursos ofertados são estruturados com base na disponibilidade de vagas de emprego na região ou município em questão. No entanto, observou-se nos municípios estudados que há uma repetição desses cursos,

independentemente das necessidades locais. Notavelmente, em municípios onde a economia é fortemente influenciada pelo setor agrícola, como é o caso de Tamboara, não foram oferecidos cursos específicos de qualificação para trabalhadores rurais.

Outro aspecto notável que nossa tese ressalta é que a grande maioria dos cursos de qualificação é oferecida por instituições privadas e entidades vinculadas ao Sistema “S”, ambas financiadas com recursos públicos. Conforme dados do IBGE de 2019, cerca de 71,1% dos cursos foram promovidos por instituições privadas e entidades do Sistema “S”. Apenas 14,8% foram oferecidos por instituições públicas e 14,0% foram ministrados dentro das próprias empresas onde os alunos já estavam empregados. Este cenário se repete nos municípios de Paranavaí, Tamboara e Paraíso do Norte, onde todos os cursos disponibilizados são contratados por órgãos públicos e executados principalmente por instituições do Sistema “S”, como Senai e Senac.

O fato de o Estado terceirizar os cursos de qualificação adiciona uma camada de burocracia que pode dificultar o acesso para os grupos populacionais mais vulneráveis. As políticas de admissão mais rigorosas e o ambiente menos acolhedor dessas instituições frequentemente afastam indivíduos com menor escolaridade e mulheres mais velhas.

Adicionalmente, a distância entre o local de moradia e o local onde os cursos são oferecidos representa outra barreira significativa à participação. A falta de uma mobilidade urbana eficaz afeta a assiduidade dos participantes nos cursos e, quando combinada com a pouca flexibilidade nos horários oferecidos pelas instituições, pode resultar em taxas elevadas de desistência. Geralmente, os que abandonam esses programas são indivíduos mais velhos e com baixos níveis de escolaridade, que já enfrentam condições de trabalho precárias no mundo do trabalho, tornando mais provável o seu afastamento dos programas.

Outro aspecto preocupante que nossa pesquisa revelou é a negligência dos gestores municipais no acompanhamento dos alunos. A evasão frequentemente ocorre devido a desafios e obstáculos que, se abordados adequadamente, poderiam ser resolvidos ou mitigados. Esta lacuna no acompanhamento — desde a matrícula até a conclusão do curso e eventual inserção no mercado de trabalho — foi confirmada durante as entrevistas realizadas. Nenhuma das instituições envolvidas se responsabiliza por esse tipo de monitoramento.

Outro aspecto crítico que nossa pesquisa identificou é o déficit de informação disponível ao público sobre a oferta desses cursos de qualificação. A divulgação é frequentemente insuficiente e limitada a sites institucionais ou agências locais, tornando o acesso à informação um desafio. Esta lacuna comunicativa, somada à burocracia e rigidez do sistema, pode desestimular as pessoas até mesmo de buscar oportunidades de qualificação.

Durante as entrevistas, questionamos os trabalhadores sobre seu conhecimento acerca dos cursos ofertados em seus municípios. Dos 39 entrevistados, apenas 7 estavam cientes dessas oportunidades, ressaltando a deficiência na disseminação de informações sobre esses programas.

Por outro lado, observamos que algumas políticas governamentais têm demonstrado eficácia e eficiência, especialmente aquelas voltadas para o setor sucroenergético. O Estado brasileiro tem historicamente favorecido esse setor com programas robustos e medidas de incentivo. Um exemplo ilustrativo é o Proálcool, implementado entre 1975 e 1979 como uma resposta à crise do petróleo e mantido através de subsídios governamentais. Durante a vigência do Proálcool, houve uma proliferação de destilarias anexas às usinas já em operação para acelerar a produção.

Entre 1980 a 1985, o Governo ampliou as linhas de crédito, incluindo os bancos comerciais privados, as caixas econômicas e os bancos de investimento entre os agentes financeiros da linha de crédito, o que proporcionou a instalação da maioria das destilarias autônomas.

Entre os anos de 1986 e 1995, o Estado brasileiro reduziu seu envolvimento direto com o Proálcool, criando espaço para investimentos estrangeiros no setor. Essa absorção de capital externo teve um papel crucial na modernização e expansão do setor sucroenergético no Brasil, que hoje conta com um total de 422 usinas. É importante destacar que, ao longo de sua consolidação, este setor tem recebido um apoio contínuo do Estado por meio de diversas iniciativas e políticas públicas. Além disso, tem-se estabelecido em parcerias estratégicas com grandes corporações internacionais, como Cargill, Bunge e ADM, para citar alguns exemplos.

Dessa forma, nossa tese destaca um foco maior do Estado brasileiro em políticas voltadas para o setor sucroenergético, em detrimento da qualificação da força de trabalho. Observamos que os investimentos destinados à indústria da cana-de-açúcar superam os subsídios direcionados à qualificação dos trabalhadores. Em outras palavras, enquanto um segmento experimenta modernização, expansão territorial e contribui significativamente para o PIB brasileiro, uma parcela da população permanece marginalizada. Esses indivíduos enfrentam desemprego e a responsabilidade pelo investimento em seu próprio desenvolvimento humano recai sobre eles mesmos. Isso gera um ciclo vicioso, já que muitos não conseguem emprego devido à falta de qualificação necessária.

Dada a importância do setor sucroenergético para a economia brasileira, não é surpreendente que o Estado invista nessa área. No entanto, esse investimento não deve ocorrer em detrimento das políticas sociais voltadas para a qualificação da força de trabalho,

especialmente em regiões como o Noroeste do Paraná, onde o setor agrícola tem um peso considerável na economia local. É crucial que o Estado equilibre suas prioridades e também invista em qualificação profissional que atenda às necessidades específicas da população desses municípios, incluindo os trabalhadores rurais.

O acesso à qualificação profissional não é apenas uma via para o emprego, mas também um caminho para a cidadania plena e o bem-estar social. Políticas públicas de formação profissional bem planejadas e eficazes podem atuar como um catalisador para o desenvolvimento regional, atraindo mais investimentos e, por sua vez, criando mais oportunidades de emprego qualificado.

Ao apontar as lacunas nas atuais políticas públicas e sugerir caminhos para políticas mais inclusivas e eficazes, esta tese espera contribuir para um debate mais amplo sobre como equilibrar as necessidades econômicas e sociais do Brasil, especialmente no contexto do Noroeste do Paraná.

Assim, defendemos que o Estado deve desempenhar um papel mais ativo e eficaz na qualificação da população brasileira. O foco não deve ser apenas em treinamento técnico, mas também em uma educação holística que fomente as habilidades emancipatórias fundamentais do indivíduo. Essas políticas de capacitação devem ser intrinsecamente ligadas a estratégias que garantam a empregabilidade. Afinal, investir no desenvolvimento humano não é apenas um ato de justiça social, mas também uma estratégia vital para o avanço socioeconômico do país como um todo.

Ressaltamos a urgência de implementar políticas públicas de qualificação contínuas, idealmente políticas de Estado, que possam ser refinadas ao longo do tempo para otimizar a qualificação da força de trabalho. Além disso, é fundamental que essas iniciativas sejam cuidadosamente acompanhadas pelos gestores, tanto na sua execução quanto na subsequente integração dos trabalhadores no mercado. Sugerimos também o investimento em agências públicas dedicadas à capacitação da força laboral, garantindo que os cursos oferecidos estejam em sintonia com as demandas e especificidades locais.

Conforme destacado nas entrevistas que embasam esta tese, o foco foi nos trabalhadores rurais, um grupo frequentemente negligenciado nas políticas atuais. Essa omissão é especialmente crítica dada a automação crescente e a consequente redução de postos de trabalho no setor agrícola, como, por exemplo, nos processos de corte e colheita da cana-de-açúcar.

Em resumo esta tese buscou comparar o contraste entre diferentes políticas públicas e o papel do Estado brasileiro na implementação dessas medidas. Concluímos que, enquanto o

Estado tem se empenhado em modernizar o setor sucroenergético para atender a demandas nacionais e internacionais, tem negligenciado sua responsabilidade em relação à força de trabalho. Esse descuido impede que muitos trabalhadores acessem plenamente seus direitos como cidadãos. Sem emprego e renda, essas pessoas acabam ficando à margem da sociedade, contribuindo para o aumento das taxas de desemprego e da desigualdade social no Brasil. Portanto, este estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados por esses trabalhadores e enfatiza a importância de estratégias de desenvolvimento e qualificação que garantam não apenas o crescimento econômico, mas também a justiça social e a dignidade para todos os envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco Alves. **Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto**, 2009. Disponível em:<

<https://scholar.archive.org/work/kbuezvrprnhv3o3m33iox3v6im/access/wayback/https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/download/687/554>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS.

Resolução ANP nº 5 de 13/02/2006. Disponível

em:<<https://atosoficiais.com.br/anp/resolucao-de-diretoria-rd-n-125-2006-edicao-de-resolucao-antecipa-o-prazo-para-atendimento-ao-estabelecido-no-inciso-ii-do-artigo-9%C2%BA-da-resolucao-anp-n%C2%BA-05-de-13-de-fevereiro-de-2006>>. Acesso em:10, jul. 2021.

\_\_\_\_\_ Resolução ANP nº 7, DE 9.2.2011. Disponível em:<

[https://www.udop.com.br/download/legislacao/comercializacao/institucional\\_site\\_juridico/res\\_anp\\_07\\_amplia\\_nomenclatura\\_alcool.pdf](https://www.udop.com.br/download/legislacao/comercializacao/institucional_site_juridico/res_anp_07_amplia_nomenclatura_alcool.pdf)>. Acesso em: 11, jul. 2021.

ALBERT, Laura Oliveira. **Política pública de educação profissional no governo de Dilma Rousseff (2011-2016): um estudo de caso PRONATEC/BSM**. (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, Campinas, 2017. Disponível em:<

[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322437/1/Alberti\\_LauraOliveira\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322437/1/Alberti_LauraOliveira_M.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2021.

ALCOPAR. Mapa de Localização das Unidades Produtoras de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.alcopar.org.br/associados/mapa.php>>. Acesso em:05, maio 2021.

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lucia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 111 – 121, 1997. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1368.pdf>> Acesso em: 20 maio 2021.

ALVEZ, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. Qualificação Profissional: uma proposta de Política Pública. **Planejamento e Políticas Públicas- IPEA**, nº 12, 1995. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/143/0>>. Acesso em: 05 maio 2021.

ALVES, Francisco. Porque morrem os cortadores de cana? **SciELO**, São Paulo, v. 15, n. 3, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-1290200600030008>>. Acesso em: 12 out. 2021.

ALVES, Giovanni. **Os limites do Neodesenvolvimentismo**. Boitempo, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/22/os-limites-do-neodesenvolvimentismo/> Acesso em 12 de jun. de 2021.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANTONIAZZI, Maria Regina F. **O Plano de Qualificação Profissional do Trabalhador – Planfor/BA – política pública de emprego?** 214 p. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização em uma ordem neoliberal. Buenos Aires: **CLACSO**, 2000, capítulo II. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 2, p. 55-72, 1999. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v2/v2a08.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2021.

ATVOS. Site traz informações sobre o açúcar VHP, 2021. Disponível em: <<https://www.atvos.com/produtos/acucar-vhp/#:~:text=O%20a%C3%A7%C3%BAcar%20VHP%20que%20significa,supermercados%20em%20todo%20o%20mundo>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. Políticas Públicas de Emprego: experiências e desafios. **Planejamento e Políticas Públicas- IPEA**, nº 12, 1995. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/142>>. Acesso em: 05 maio 2021.

BATTINI, Odária; COSTA, Lucia Cortes da. **Estado e Políticas Públicas: contexto sócio-histórico e assistência social**. In: BATTINI, Odária (org.) SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate. São Paulo: Veras Editora; Curitiba/Pr: CIPEC, 2007 (Série Núcleos de Pesquisa ;9).

BUNGE. Perfil da empresa. Disponível em: <<https://www.bunge.com.br/Bunge/Perfil.aspx>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASILAGRO. Site trás informações sobre o Proálcool, 2019. Disponível em: <<https://www.brasilagro.com.br/conteudo/carro-a-alcool-historia-brasileira-por-mario-garnero.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003. Institui o Plano Nacional de Qualificação – PNQ. (Diário Oficial da União, Brasília, 14 jul. 2003) Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego /SPPE. 2003a. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3BAA1B30013C1F8806546669/Res333.pdf>> Acesso em: 19 de jul. 2022.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. Dados. Brasília: dados.gov.br. 2018. Disponível em: <<http://dados.gov.br/>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 737, de 23 de setembro de 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-737-23-setembro-1938-350748-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07 maio 2021.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm)>. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8621.htm)>. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del9853.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.853%2C%20DE,Com%20C3%A9rcio%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del9853.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%209.853%2C%20DE,Com%20C3%A9rcio%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs)>. Acesso em: 07 maio 2021.

BRASIL. Decreto Lei nº 76.593 de 14 de novembro de 1975. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=76593&ano=1975&ato=baaUzaE10MnRVTe2e>>. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 84.575, de 18 de março de 1980. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84575-18-marco-1980-433956-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 85.698, de 4 de fevereiro de 1981. Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85698-4-fevereiro-1981-434991-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 94.541, de 1º de julho de 1987. Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94541-1-julho-1987-444419-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.401, de 21 de dezembro de 1987. Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2401-21-dezembro-1987-374716-normaatualizada-pe.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.943, de 5 de março de 2013. Disponível em:  
[https://www.udop.com.br/legislacao-arquivos/81/dec\\_7943\\_pnatre\\_trabalhador\\_rural.pdf](https://www.udop.com.br/legislacao-arquivos/81/dec_7943_pnatre_trabalhador_rural.pdf)>. Acesso em: 20 agos. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada - Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 - Publicação Original. Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8029-12-abril-1990-363688-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada - Decreto nº 99.288, de 6 de junho de 1990 - Publicação Original. Disponível em:<  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99288-6-junho-1990-334903-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jul. 2021

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18315.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.315%2C%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18315.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.315%2C%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do,Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias)>. Acesso em: 07 maio 2021.

BRASIL. Decreto n. 2.208/1997, de 17 abr. 1997. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394/1996. 1997. Disponível em:  
<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.actionid=146021&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>> Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7943, de 5 de março de 2013. Política Nacional para os Trabalhadores Rurais. Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados. Diário oficial da União, Brasília, 6 de março de 2013. Disponível em:  
<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/222549-politica-nacional->

paraostrabalhadores-rurais-institui-a-politica-nacional-para-os-trabalhadores-rurais-empregados.html. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019. Institui a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10110.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10110.htm). Acesso em: 18 jun. 2022

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis n os 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 , 13.001, de 20 de junho de 2014 , 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011 , 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis n ° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de julho de 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm). Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Pronatec. 2011. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Bolsa Formação. 2011. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/bolsa-formacao>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Qualifica Mais, 2021. Disponível em>. <https://www.gov.br/mec/pt-br/qualificamais/empregamais>>. Acesso em: 15 set. 2021

BRASIL. Ministério da Indústria Comércio, CENAL (1988). Relatório Anual 1987, Brasília.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Resolução nº 368, de 6 de novembro de 2003. Altera a Resolução nº 333, de 10 de julho de 2003 e dá outras providências. (Diário Oficial da União –

Eletrônico. Brasília, Seção I, p. 100, 10 nov. 2003). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego/SPPE, 2003b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/codefat/resolucao-n-368-de-06-11-2003.htm>> Acesso em: 22 maio 2021

BRASIL. MP cria programa para capacitar jovens e pessoas acima de 50 anos desempregados. Planatre amplia direitos dos trabalhadores rurais. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/noticias-e-conteudo/trabalho/repositorio-de-noticias-trabalho/trabalho/ultimas-noticias/planatre-amplia-direitos-dos-trabalhadores-rurais>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 99.503, de 3 de setembro de 1990. Disponível em:< [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d99503.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d99503.htm)>. Acesso em: 26 jul. 2021

BRASIL. Presidência da República. Decreto de 27 de outubro de 1993. Constitui, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, a Comissão Interministerial do Álcool (CINAL), e dá outras providências. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anterior%20a%202000/1993/Dnn1804.htm#art6](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1993/Dnn1804.htm#art6)> . Acesso em: 05 jul. 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Resolução nº 333 CODEFAT. – Brasília :MTE, SPPE, 2003. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/pnq/Resolucao\\_Pnq\\_2003\\_07.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/pnq/Resolucao_Pnq_2003_07.pdf)>. Acesso em: 06 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998. Implanta a Agência Nacional do Petróleo - ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2455.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2455.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 1.726, de 3 de novembro de 1998. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/antigas/1726.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1726.htm)>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Decreto no 3.546, de 17 de julho de 2000. Cria o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool - CIMA e dá outras providências.

Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3546.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3546.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2021.

BRASIL. Projeto de lei nº 5.665, de 2009. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PNATER), e dá outras providências. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=693943&filename=Tramitacao-PL%205665/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=693943&filename=Tramitacao-PL%205665/2009). Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Resolução nº 783, de 26 de abril de 2017. Reestrutura o Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n.-783-de-26-de-abril-de-2017.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Resolução nº 820, de 3 de dezembro de 2018. Altera a resolução Codefat n. 783, de 26 de abril de 2017, que reestrutura o Plano Nacional De Qualificação. Disponível em: < <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n.-820-de-03.12.2018.pdf>>. 05 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Resolução CNAL nº 5, 1976. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/portal-de-leis-decretos-e-portarias-1>>. 20 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. Resolução ANP nº 7, de 9 de fevereiro de 2011.

Disponível em:

<[https://www.udop.com.br/download/legislacao/comercializacao/institucional\\_site\\_juridico/res\\_anp\\_07\\_amplia\\_nomenclatura\\_alcool.pdf](https://www.udop.com.br/download/legislacao/comercializacao/institucional_site_juridico/res_anp_07_amplia_nomenclatura_alcool.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2020.

BRASIL. Progredir, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/progredir>>. Acesso em: 05 set. 2021

BRAY, Silvio Carlos; FERREIRA, Enéas Rente; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. Marília: Unesp-Marília Publicações, 2000.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento. **Evolução do desembolso do BNDES**, 2016. Disponível em: < <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/desembolsos/desembolsos-nos-anos-anteriores/desembolsos-2016>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento. **Evolução do desembolso do BNDES**, 2021. Disponível em:<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-prorenewa>>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento. **Evolução do desembolso do BNDES**, 2021. Disponível

em:<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/programa-bndes-de-apoio-ao-setor-sucroalcooleiro>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento - **Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-36, set. 2008. Disponível em:<

[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3242/1/BS%2028%20O%20perfil%20do%20apoio%20do%20BNDES\\_P\\_BD.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3242/1/BS%2028%20O%20perfil%20do%20apoio%20do%20BNDES_P_BD.pdf)>. Acesso em 13 abril 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Medida Provisória nº 151, de 15 de março de 1990 - Publicação Original. Disponível em:<

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-151-15-marco-1990-370446-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CAMPOS. Ricardo Luiz Sapia de. **Qualificação Profissional e Sindicatos. Entre Estado, Capital e Trabalho**: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras Unesp/Araraquara, 2007. Disponível em:<

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106304>>. Acesso em 20 fev. 2023

CANAL, Jornal da Bioenergia. **Censo do IAC identifica variedades de cana predominantes na região Centro-Sul do Brasil**. Disponível em:

<https://www.canalbioenergia.com.br/censo-do-iac-identifica-variedades-de-cana-predominantes-na-regiao-centro-sul-do-brasil/#:~:text=O%20resultado%20mostrou%20que%20a,de%20colheita%20e%20de%20platio..>

Acesso em: 02 jan. 2021.

CORIAT, Benjamin. O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: PIMENTEL, Duarte et alii (Orgs.). **Sociologia do trabalho** – organização do trabalho industrial. Lisboa: A Regra do Jogo, 1985.

COVA, Marcia Cristina Rodrigues. **Política Nacional de Qualificação**: os desafios da qualificação Profissional Rural em Itaguaí- Tese (Doutorado em Ciências) Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARGIL. **Site traz informações sobre a Cargill**. Disponível

em:<[https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/nossa-hist%C3%B3ria](https://www.cargill.com.br/pt_BR/nossa-hist%C3%B3ria)>. Acesso em: 04 ago. 2021.

CASTRO, Nivalde J. de; DANTAS, Guilherme de A. **Fusões e Aquisições no Setor Sucroenergético e a Importância da Escala de Geração**, 2009. Disponível em:<[http://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/13\\_TDSE14.pdf](http://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/13_TDSE14.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CAVALCANTI, Guilherme de Albuquerque. **A dinâmica econômica do Proálcool: acumulação e crise 1975 – 1989**. Revista Brasileira de Energia, Itajubá, v. 2, n. 1, 1992.

CENAL. **Relatório anual 1987**. Brasília: 1988. 30 p.

CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Site traz informações sobre a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**, 2015. Disponível em:<<http://www.cmpn.com.br/melhoramentos/cia-melhoramentos/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CIA. MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Site traz informações sobre a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**, 2017. Disponível em:<<http://www.cmpn.com.br/melhoramentos/cia-melhoramentos/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CONAB. Companhia Nacional de abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**, v. 7, n. 4, 2021, Brasília, p. 1-57. Disponível em:<<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

COPERSUCAR. **Site traz informações sobre esta comercializadora**. Disponível em:<<https://www.copersucar.com.br/copersucar/>> Acesso em: 07 fev. 2021.

COOPERVAL 40 ANOS. **Notícias e eventos, 2020**. Disponível em:<<https://www.cooperval.coop.br/site/noticias-e-eventos-detalhes/12/treinamento-vivencial>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CORRÊA, Roberto. Lobato. **O sudoeste paranaense antes da colonização**. Revista Brasileira de Geografia, v. 32, n. 1, 1976.

CORREA, Luis Gustavo Torrano; MIGLINO, Luis; PAINELI, Grazielli Angelucci. Perfil das novas regiões produtoras. **Mercado & Negócios**, 2013. Disponível em:<[fgv.br > index.php > article](http://fgv.br/index.php/article)>. Acesso em: 13 fev. 2021

CORIAT, Benjamin. O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: PIMENTAL, Duarte et al. **Sociologia do Trabalho: Organização do trabalho industrial: A regra do Jogo**, 1985, p. 79-107.

CORSEUIL, Carlos Henrique *et al.* **A rotatividade dos jovens no mercado de Trabalho formal brasileiro.** Nota Técnica IPEA, v. 55, 2013. Disponível em:< [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3798/1/bmt55\\_nt02\\_rotatividade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3798/1/bmt55_nt02_rotatividade.pdf)>. Acesso em:10 jun. 2021.

COVA, Marcia Cristina Rodrigues. **Política Nacional de Qualificação:** os desafios da qualificação Profissional Rural em Itaguaí- Tese (Doutorado em Ciências) Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CLEIN, Claudelir. **Motivos e consequências da falência de agroindústrias canavieiras no estado do Paraná.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná –UNIOESTE/Campus de Toledo

CRUZ, C. H. B.; CORTEZ, L. A. B.; SOUZA, G. M. **Biofuels for Transport.** In: LETCHER, T. M. (Ed.). *Future Energy: Improved, Sustainable and Clean Options for our Planet.* London: Elsevier, 2014. 716 p.

DACALDA AÇÚCAR E ETANOL. **Site traz informações sobre o grupo Dacalda,** 2018. Disponível em:< <http://www.dacalda.com.br/companhia.php>>. Acesso em 13 de junho de 2021.

DAROS, Edelclaiton; OLIVEIRA,Ricardo Augusto de; BARBOSA, Geraldo Veríssimode Souza. (Org.) **45 anos de variedades RB de cana-de-açúcar:** 25 anos de Ridesa. Curitiba: Graciosa, 2015. Disponível em: <<http://socicana.com.br/2.0/wp-content/uploads/45-anos-variedades.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

DE DAVID, Cesar; CORRÊA, Walquíria Krüger. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira: de 1960 aos dias atuais. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 23-44, jan. 2002. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13785/12655>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

DERAL. Departamento de Economia Rural. **Valor Bruto da Produção de 2020.** Curitiba, 2020. Disponível em:< [infografico\\_vbp\\_2020.pdf](http://infografico_vbp_2020.pdf) ([agricultura.pr.gov.br](http://agricultura.pr.gov.br))>. Acesso em 03 jun. 2022.

DIÁRIO DAS LEIS. Resolução nº 36 de 06/12/2005 / ANP - Agência Nacional do Petróleo (D.O.U. 07/12/2005). Disponível em:<

<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-6-34-2005-12-06-36>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Resolução nº 783, de 26 de abril de 2017. Disponível em:< [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20186046/do1-2017-04-28-resolucao-n-783-de-26-de-abril-de-2017-20185773](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20186046/do1-2017-04-28-resolucao-n-783-de-26-de-abril-de-2017-20185773)>. Acesso em: 21 set. 2021.

DRAIBE, Sônia. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social.**

Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/ts/a/GBKWMqJqgmbVQXMyYVGpQNh/?lang=pt#>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

EDITAL O PLANSEQ SUCROALCOOLEIRO NACIONAL, **Edital de Chamada Pública de Parceria SPPE/TEM n. 24/2010** Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria de Políticas Públicas de emprego SPPE, Departamento de Qualificação DEQ. Brasília 2010.

EMPREGA MAIS. **Site traz informações sobre o Programa Emprega Mais.** Disponível em:< <https://empregamais.abdi.com.br/#about-section>>. Acesso em: 28, set. 2021.

FERRACIOLI, Karina Guimarães; BACHA Carlos José Caetano, JACOMINI, Rafael Lopes. Linhas de crédito do BNDES para o setor sucroenergético brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 3, 2016. Disponível em:< <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1155/1013>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Atores locais na implementação da política de qualificação profissional.** Serviço Social e Sociedade [online]. São Paulo: Cortez, 2011, n. 107, p. 438-460. Disponível em: . Acesso em 20 de ago. de 2012.

FOLHA DE NAVIRAÍ. **Imagem que mostra a nomenclatura etanol na bomba de combustível.** Disponível em:< <http://www.folhadenavirai.com.br/index.php>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

FONSECA, Roberta de Oliveira. Os Aportes e Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Outras Instituições Financeiras Direcionadas ao Setor Sucroenergético. **Geofronter**, Campo Grande, n. 1, v. 2, 2017, p. 30-44.

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR. **Sistema Nacional de emprego – SINE**, 2016. Disponível em: <<https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-aco-es-2/sistema-nacional-de-emprego-sine/>>. Acesso em:10 maio 2021.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Plano nacional de desenvolvimento – PND**, 2009. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252 p. ISBN 85-85676-06-X. Available from SciELO Books, Disponível em:< <https://books.scielo.org/id/jm5wd>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas públicas**, nº 21, 2000. Disponível em:< [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4025/5/PPP\\_n21\\_Politicass.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4025/5/PPP_n21_Politicass.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GOEBEL, Marcio Alberto *et al.* Recuperação judicial e falência das agroindústrias canavieiras no estado do Paraná. **G & DR**. v. 16, n. 2, p. 36-47, maio-ago., 2020. Taubaté, SP, Brasil. Disponível em:< <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/5394/931>>. Acesso em: 11 maio 2021.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Educação. Governo lança Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego, 2019. Disponível em:< <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/11/governo-lanca-estrategia-nacional-de-qualificacao-para-a-produtividade-e-o-emprego>>. Acesso em: 10 set. 2021.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Educação. Progredir, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/progredir>>. Acesso em: 05 set. 2021.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Educação. Qualifica Mais, 2021. Disponível em:< <https://www.gov.br/mec/pt-br/qualificamais/empregamais>>. Acesso em: 15 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Norma Regulamentadora No. 31 (NR-31), 2020. Disponível em:< <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/normas->

regulamentadora/normas-regulamentadoras-vigentes/norma-regulamentadora-no-31-nr-31>. Acesso em 14 jun. 2020.

GLENCORE. **Informações sobre a empresa Glencore**. Disponível em:<  
<https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=https://www.glencore.com/&prev=search&pto=au>> Acesso em: 28, ago. 2021.

GRABOWSKI, Gabriel. Entrevista – **Um Pronatec a curto prazo**. In. Carta Capital. 2013. Disponível em:<<https://www.cartacapital.com.br/>>. Acesso em:18 out. 2021.

GRUPO MARINGÁ. **Demonstrações financeiras**, 2020. Disponível em: [https://4dadb414-0750-40ed-b679-a96ddd65c15a.filesusr.com/ugd/765851\\_75a4e53414384f33a51653462c042967.pdf](https://4dadb414-0750-40ed-b679-a96ddd65c15a.filesusr.com/ugd/765851_75a4e53414384f33a51653462c042967.pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

GRUPO MARINGÁ. **Site traz informações sobre a sua implantação**, 2021. Disponível em: <<https://www.grupomaringa.com.br/grupo-maringa>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GUEDES PINTO, Luís Carlos. **Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964 a 1994**. Reforma Agrária da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas, jan.-abr., 1995. 235 p.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HÖFLING Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, [online]. ano XXI, nº 55, p. 30-41, nov/2001. Disponível em:<  
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>>. Disponível em: 29 maio 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatório Brasil no PISA 2018**, versão preliminar. Disponível em:<<https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.htm>>. Acesso em: 18 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão territorial – Bases cartográficas**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em:<  
<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa219010>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.**

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991**

\_\_\_\_\_. **Informações sobre cidades**, 2017. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/tamboara/panorama>>. Acesso em 25 de maio 2022.

\_\_\_\_\_. **Desemprego, 2021**. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 06 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Educação e Qualificação Profissional**, 2014. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/ba70866b33529452cfed9ae6de0d6e41.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ba70866b33529452cfed9ae6de0d6e41.pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2019. Disponível em:< [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2019. Disponível:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=resultados>>. Acesso em: 10 set. 2021

\_\_\_\_\_. Séries históricas. Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 – 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: out. 2022.

**IPARDES. Impacto da expansão das culturas voltadas às alternativas energéticas e a exportação sobre a agricultura de alimentos**. Curitiba, 1983. Disponível em: [http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2020-04/RP\\_impacto\\_expans\\_culturas\\_05\\_1983\\_v2.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/RP_impacto_expans_culturas_05_1983_v2.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Caderno estatístico município de Tamboara**. Iparades, 2022. Disponível em:<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87760&btOk=ok>>. Acesso em: 25 maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Caderno estatístico município de Paranavaí**. Iparades, 2022. Disponível em:<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87700&btOk=ok>>. Acesso em: 25 maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense/Curitiba: IPARDES, 2004**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras\\_reg\\_meso\\_noroeste.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_noroeste.pdf) > acesso em: 20 maio 2022.

JORNAL CANA. **Site traz informações sobre a compra de usinas no Paraná pelo grupo indiano Shree Renuka**, 2009. Disponível em:< <https://jornalcana.com.br/indianos-compram-usinas-do-grupo-vale-do-ivai-no-pr/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

\_\_\_\_\_ **Conheça as 8 empresas do setor sucroenergético que estão entre as 50 maiores da Forbes, 2018**. Disponível em:< <https://jornalcana.com.br/conheca-as-8-empresas-do-setor-sucroenergetico-que-estao-entre-as-50-maiores-da-forbes/>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. O papel do Estado na expansão do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto – SP. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 19, n. 31, p 51 – 71, 2016. Disponível em:  
<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3630/3414>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

JUSBRASIL. **Site traz informações sobre o Diário Oficial da União (DOU)**, de 13 de abril de 1976. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3193726/pg-37-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-04-1976/pdfView>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

JUSBRASIL. **Site traz informações sobre o Grupo Clarion**, 2021. Disponível em:< <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=grupo+dail-clarion>>. Acesso em 12 julho de 2021.

KUENZER Acácia Z.; GRABOWSKI Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v.24, n. 1, p. 297-318, jan/jun. 2006 disponível  
em:<http://educa.fcc.org.br/pdf/rp/v24n01/v24n01a13.pdf> data de acesso: 25 jul. 2021

LINHARES, Humberto Vinicius Queiroz. **Regime jurídico dos contratos no sistema “S” (SENAI, SENAC, SESI e SESC)**. (Monografia em Direito Administrativo). Direito Administrativo do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, Brasília, 2012.

LIMA, Maria das Graças de. Contribuições aos procedimentos de pesquisa em geografia humana: questionários e entrevistas para levantamento de informações. In: FERREIRA, Maria Eugênia Costa; ROCHA, Marcio Mendes; ENDLICH, Ângela Maria. **Apontamentos geográficos I**. Maringá: UEM/ PGE,2011, 153 p.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. **Tempo da Constituinte**: a educação dos trabalhadores frente às mudanças e inovações tecnológicas. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em:< [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset\\_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974610](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974610)>. Acesso em: 19 out. 2021.

LOSEKANN, Luciano; VILELA, Thaís. **Estimação da frota brasileira de automóveis flex e a nova dinâmica do consumo de etanol no Brasil a partir de 2003**. 2010, Blog Infopetro. Disponível em: < <https://infopetro.wordpress.com/2010/07/26/estimacao-da-frota-brasileira-de-automoveis-flex-e-a-nova-dinamica-do-consumo-de-etanol-no-brasil-a-partir-de-2003/#:~:text=Economia%20da%20UFRJ-,Estima%C3%A7%C3%A3o%20da%20frota%20brasileira%20de%20autom%C3%B3veis%20flex%20e%20a%20nova,Brasil%20a%20partir%20de%202003&text=O%20Programa%20Nacional%20do%20C%81lcool,et%20al.%2C%202006>>. Acesso em: 08 maio 2021.

MACEDO, Ricardo Ferreira de. **Paranaense Santa Terezinha conclui compra da Usaciga**. Site traz informações sobre a usina Santa Terezinha, 2010. Disponível em: < <https://www.pnm.adv.br/paranaense-santa-terezinha-conclui-compra-da-usaciga/>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida, KUPERMAN, Nelson. MACHADO, Roberto Crivano. **Proálcool, uma avaliação global**. Rio de Janeiro: ASTEL, 1991.

MARANHO, Eron, José. **Territorialidades e o Complexo agroindustrial da cana-de-açúcar no Paraná-Brasil**. 1 ed. Jundiaí: Paco, 2019.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2º edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, K. **O capital**. Livro Primeiro o processo de produção de capital. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MELLO, Fernando Homem de.; FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Proálcool, energia e transporte**. Estudos econômicos. São Paulo, v. 11, n. 3, p. 82 - 94. 1981.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo**. - 14. ed. -. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MÉSZÁROS, Steven. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf/view>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MINERVA FOODS. **Vantagens e desvantagens no uso de DDG E WDG na alimentação animal.** Disponível em:<1 <https://www.minervafoods.com/posts-pecuaristas/vantagens-e-desvantagens-no-uso-de-ddg-e-wdg-na-alimentacao-animal/>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO. Observatório do mercado de trabalho. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/observatorio/bancopoliticasdetalhe.asp?IDPoliticaAcao=31>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relatório Anual de Avaliação - PPA 2000-2003. Disponível em:< [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2000-2003/ppa20002003/ppa\\_rel\\_aval/021\\_trabalho\\_e\\_emprego.PDF](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2000-2003/ppa20002003/ppa_rel_aval/021_trabalho_e_emprego.PDF)>. 18 maio 2022.

MILANEZ, Artur Yabe, Diego Nyko. **O futuro do setor sucroenergético e o papel do BNDES, 2015.** Biocombustíveis. Disponível em:< [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/7062/1/O%20futuro%20do%20setor%20sucroenerg%C3%A9tico%20e%20o%20papel%20do%20BNDES\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/7062/1/O%20futuro%20do%20setor%20sucroenerg%C3%A9tico%20e%20o%20papel%20do%20BNDES_P.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MORAES, Marcia Azanha Ferraz Dias de. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro Brasileiro.** 1999. Tese (Doutorado em economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-20200111-141031/publico/MoraesMarciaAzanhaFerrazDias.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MONTAGNER, Paula; MULLER Luiz Herberto. Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec / bolsa formação Entre 2011 e 2014. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 24. Brasília, Distrito Federal: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em:< <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2024%20-%20Inclus%C3%A3o%20Produtiva%20Urbana.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2021.

MDS, SAGI. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.** Nº 24, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. 180p.

PARAÍSO DO NORTE ATENDE NET. **Site traz informações sobre a Bolsa Paraíso.** Disponível em:< <https://paraisodonorte.atende.net/subportal/bolsa-paraíso>>. Acesso em 05 jan. 2023.

PEREIRA, Potyara. **Política Social:** temas e questões. São Paulo, Cortez, 2009.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo** - expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Corpo e Alma do Brasil, 1968.

NATALE NETTO, João. **A saga do álcool: Fatos e verdades sobre os 100 anos de história do álcool combustível em nosso país**. Osasco-SP: Novo Século, 2007.

NOVA CANA. **As usinas de Açúcar e Etanol do Brasil**, 2015. Disponível em:< [https://www.novacana.com/usinas\\_brasil](https://www.novacana.com/usinas_brasil)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **As usinas de Açúcar e Etanol do Paraná**, 2021. Disponível em:< [https://www.novacana.com/usinas\\_brasil](https://www.novacana.com/usinas_brasil)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Dossiê Paraná: Indústria Sucroenergética tem mais potencial que investimentos**. Site traz informações sobre o ranking de produção brasileira, 2019. Disponível em:< <https://www.novacana.com/noticias/dossie-parana-industria-sucroenergetica-potencial-investimentos-170918>>. Acesso em: ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Preço do açúcar sobe na ICE; contrato outubro é negociado a 17,98 cents por libra-peso**. Disponível em:< <https://www.novacana.com/n/acucar/mercado/preco-acucar-sobe-ice-contrato-outubro-negociado-17-98-cents-libra-peso-040821>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

NOVA PRODUTIVA. **Site traz informações sobre a Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva**, 2020. Disponível em:< <https://www.piracicabaengenharia.com.br/nova-produtiva/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

NOVA PRODUTIVA. **Site traz informações sobre a Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva**, 2022. Disponível em:< <https://www.piracicabaengenharia.com.br/nova-produtiva/>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

NOVAES, José Pereira Roberto; ALVES, Francisco. **Migrantes**. Vídeo Documentário. Rio de Janeiro: IE/UFRJ; São Carlos: DEP/UFSCar, 2007. 45 min. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=gbGGY4J8RFU>>. Acesso em: 19 maio 2021.

OIT. RURAL SKILLS TRAINING. **A Generic Manual on Training for Rural Economic Empowerment (TREE): Publication**. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/---ifp\\_skills/documents/publication/wcms\\_469456.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---ifp_skills/documents/publication/wcms_469456.pdf). Acesso em: 8 abr. 2023.

OIT. **Skills for rural employment**. Disponível em: [https://www.ilo.org/skills/areas/skills-for-youth-employment/WCMS\\_672167/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/skills/areas/skills-for-youth-employment/WCMS_672167/lang--en/index.htm). Acesso em: 8 abr. 2023.

OIT. **A Skilled Workforce for Strong, Sustainable and Balanced Growth: A G20 Training Strategy**. Genebra - Suíça: OIT, nov. 2010. Disponível em: <https://www.oecd.org/g20/summits/toronto/G20-Skills-Strategy.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2023.

PEREGRIN, Higuchi Cristiane Aparecida; Bueno, Osmar de Carvalho. **Perspectivas para a qualificação profissional no Setor sucroalcooleiro**. Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 07, n. 11, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/137369/ISSN1980-0827-2011-07-11-1373-1386.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PEREIRA, L. A. G.; BARRETO, J. B. Geografia das exportações de açúcar e de etanol no estado de Minas Gerais. **Revista Campo-Território**, v. 15, n. 36, jul., p. 230 - 258, 3 jul. 2020. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/52185>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: Temas e questões**. São Carlos, Cortez, 2009.

PRESTES, Emília; VÉRAS, Roberto de Oliveira. Educação, **Qualificação, Trabalho e Políticas Públicas**: campos em disputa. Revista Lusófona de Educação, v. 14, 2009, p. 45-59.

PRONATEC. **Guia Pronatec de Cursos FIC**, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=18068-guia-pronatec-de-cursos-fic-2edicao-portaria-mec1232-2012&category\\_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18068-guia-pronatec-de-cursos-fic-2edicao-portaria-mec1232-2012&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria**, 2012. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/cartilha-pronatec-bsm-v.2012.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha-pronatec-bsm-v.2012.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2021.

PORTAL DOCPLAYER. **Plano de Recuperação Judicial Conjunto de Destilaria Americanas S/A e A. N. A. - Agrícola Nova América Ltda**. 2019. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/12999896-Plano-de-recuperacao-judicial-conjunto-de-destilariaamericana-s-a-e-a-n-a-agricola-nova-america-ltda.html>> acesso em: 26 abril 2021.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, Poder, Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

QUATRO RODAS. RODRIGUÊS, Henrique. **Fiat 147: como foi criado e como anda o primeiro carro a álcool do mundo**, 2019. Disponível em: <<https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/fiat-147-como-foi-criado-e-como-anda-o-primeiro-carro-a-alcool-do-mundo/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Imagem ilustrativa da nomenclatura álcool utilizada nos postos de gasolina anterior à resolução da ANP que obrigou os postos de gasolina alterar o nome para etanol.** Disponível em: < <https://quatorrodas.abril.com.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

OIT. Rural skills training a Generic Manual on Training for Rural Economic Empowerment (TREE): **Publication.** Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/--ifp\\_skills/documents/publication/wcms\\_469456.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/--ifp_skills/documents/publication/wcms_469456.pdf). Acesso em: 8 abr. 2023.

OIT. **Skills for rural employment.** Disponível em: [https://www.ilo.org/skills/areas/skills-for-youth-employment/WCMS\\_672167/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/skills/areas/skills-for-youth-employment/WCMS_672167/lang--en/index.htm). Acesso em: 8 abr. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. Publicado originalmente pela OCDE em inglês sob o título: *Education in Brazil: an international perspective* © OECD 2021 (<https://doi.org/10.1787/60a667f7-en>). Traduzido por CRUZ, Priscila (org.). Disponível em: < [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil\\_uma-perspectiva-internacional.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2021.

OLIVEIRA Arão Davi. **Políticas públicas para educação profissional nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).**

Disponível em:

<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero3/1comunicacao/Capitulo01/AraoDaviOliveiraE1Com.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Educação e exclusão:** uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx. 2002. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

OLIVEIRA, Walter de. **Folha do Norte –Pr, Bandeirantes: fragmentos da nossa história,** 2021. Disponível em: < [PORTO-GONÇALVES, W.C. \*\*Outra verdade inconveniente\*\* – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. Universitas Humanística, Bogotá, n.º. 66 jul.-dez, p. 327-365, 2008. Disponível em <\[http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C\\\_Sociales/universitas/66/14porto.pdf\]\(http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C\_Sociales/universitas/66/14porto.pdf\)> Acesso em 03 de julho de 2021](https://folhadonortepr.com.br/bandeirantes-fragmentos-da-nossa-historia/#:~:text=USINA%20BANDEIRANTE%20(USIBAN)%20%E2%80%93%20A,sondagem%20e%20pesquisa%20%C3%A0%20regi%C3%A3o.> https://folhadonortepr.com.br/bandeirantes-fragmentos-da-nossa-historia/#:~:text=USINA%20BANDEIRANTE%20(USIBAN)%20%E2%80%93%20A,sondagem%20e%20pesquisa%20%C3%A0%20regi%C3%A3o.>. Acesso em: 03 de julho de 2021</p>
</div>
<div data-bbox=)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAÍZEN. **Sobre a Raízen**. Disponível em:< <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen>>. Acesso em: 12 ago. 2021

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec,1998

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2019/2020. **Este relatório traz informações sobre o grupo Usacúcar/Santa Terezinha**. Disponível em:< <https://www.usacucar.com.br/verPdf.php?arq=121>>. Acesso em: 26 fev, 2020.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE, 2017. **Este relatório traz informações sobre o Grupo Alto Alegre**. Disponível em:< <https://www.altoalegre.com.br/upload/sustpublicacoes/cb0ec120e38bcd2ed0343362b59a6fffe643ed7.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2021.

RELATÓRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. **Grupo Maringá**, 2020. Disponível em:< [https://www.grupomaringa.com.br/\\_files/ugd/765851\\_75a4e53414384f33a51653462c042967.pdf](https://www.grupomaringa.com.br/_files/ugd/765851_75a4e53414384f33a51653462c042967.pdf)>. Acesso em 05 de junho de 2021.

RENUKA VALE DO ÍVAI S/A. **Site traz informações sobre o grupo Renuka Vale do Ivaí**, 2021. Disponível em:< [http://www.valedoivai.com.br/site/?page\\_id=5125](http://www.valedoivai.com.br/site/?page_id=5125)>. Acesso em 30 maio de 2021.

RENNÓ Jr., Lúcio R. Revisitando a Corrente Dominante da Teoria da Cultura Política. In: Pós. **Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Ano I, v. I, n.1, p.235-271, 1997.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **Mobilidade forçada e exploração da força de trabalho: um Olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do noroeste Paranaense**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os “cassacos” migrantes de Tamboara-PR: a mobilidade forçada e as resistências no processo de produção do espaço geográfico de Jardim-CE**. (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2016. Disponível em:< <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2918/1/000223860.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2020.

RIDESA. PLANALSUCAR: **O início**, 2015. Disponível em:<<https://www.ridesa.com.br/historia>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. ROCHA, Marcio Mendes. **A mobilidade centrada no trabalho e os trabalhadores da cana da mesorregião Norte Central Paranaense: o caso de Porecatu e Astorga.** In Anais do IV Congresso de História. Maringá: 2009. Disponível em:<[http://www.nemo.uem/artigos/\\_mobilidade\\_centrada\\_no\\_trabalho\\_vitor\\_ribeiro.pdf](http://www.nemo.uem/artigos/_mobilidade_centrada_no_trabalho_vitor_ribeiro.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2020.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas.** São Paulo: Publifolha, 2010

ROSSINI, Rosa Ester. **O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada** – São Paulo – Brasil. Publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. Dez. 2006. Acesso em: 19 mar. 2016.

RPANEWS. Cana & Indústria. **Site traz informações sobre recuperação judicial do grupo Renuka Vale do Ivaí,** 2020. Disponível em:< <https://revistarpanews.com.br/plano-de-recuperacao-de-usina-e-anulado-e-agora-unidade-por-vir-a-falencia/>>. Acesso em:08 de mar. 2021.

SANITÁ, Paulo Roberto. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Tamboara. **Traz informações sobre os trabalhadores da usina Agrocana,** 2021.

SANT'ANA, Lucas César Frediani. **O uso do sensoriamento remoto na análise do papel dos agentes sucroalcooleiro no ordenamento da paisagem na microrregião de Paranavaí.** Disponível em:< <http://www.pge.uem.br/documentos-para-publicacao/teses/teses-2015-pdfs/LucasCesarSantana.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

SANTOS, Maria Helena de Castro. **Política e políticas de uma alternativa: o caso do Proálcool.** Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo. Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método.** In: SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005c. p. 21-42

SANTOS, Milton, Silveira, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** 10º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAMPAIO, Ariana Castilhos dos Santos Toss. **O trabalho das cortadoras de cana-de-açúcar no município de Tamboara - Pr: exploração da mão de obra feminina.** (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2020.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. **360° – O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil Volume II.** (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo – USP, 2014.

SÃO MARTINHO. **Premiações e certificações.** Disponível em:<  
<https://www.saomartinho.com.br/show.aspx?idMateria=0hwfivZVg50EVYtkMsl4ig==>>.  
 Acesso em: ago. 2021.

SEAB; DERAL. CADERNO REGIONAL AGROPECUÁRIO. **Análise do VBP de 1997 e 2020: um olhar sobre os produtos locais.** Disponível em:<  
[apresentacao\\_caderno\\_municipal4\\_2\\_0.pptx](apresentacao_caderno_municipal4_2_0.pptx) (agricultura.pr.gov.br)>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SENAI. Mundo SENAI. **Site traz informações sobre o curso Indústria 4.0.** Disponível em:<  
<https://mundosenai.com.br/aprendizagem40/para-voce/>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SENAR. **Site traz informações sobre cursos para o trabalhador rural.** Disponível em:  
<https://www.sistemafaep.org.br/cursos-busca/> Acesso em: 20 set. 2023.

SERATTO. C. D. **Viabilidade econômica de um projeto de produção de energia elétrica via biomassa florestal:** estudo de caso a partir da usina Santa Terezinha de Paranacy. 239 p. Dissertação (Mestrado em ciências econômicas. Área de Concentração: Teoria Econômica)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SERRA, Rose. **A Política Pública de Qualificação Profissional e a Noção de Competência,** 2007. Disponível em:<  
<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/roseserra.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2021.

SENADO FEDERAL. **Consultoria Legislativa. Lúcia Vânia.** Disponível em:<  
[http://www.senado.gov.br/comissoes/cas/es/ES\\_ProgTransf.pdf](http://www.senado.gov.br/comissoes/cas/es/ES_ProgTransf.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SENAI PARANÁ. **Transparência SENAI.** Disponível em:<  
<https://www.senaipr.org.br/transparencia/gratuidade-1-35259-392879.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2021

SENAR PARANÁ. **Site traz informações sobre cursos para produtores e trabalhadores rurais.** Disponível em:<  
<https://www.sistemafaep.org.br/cursos-busca/>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SILVA, Ângela Aparecida da, FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **A influência da crise de uma agroindústria no contexto socioeconômico de dependência de Nova**

**América da Colina (PR).** Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, v. 11, n. 2, p. 51-71, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/49441>> Acesso em: 26 abr. 2021.

SILVA, Jane Marinho da. **Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar:** ações implantadas para qualificar o trabalhador do setor canavieiro em Alagoas. (Mestrado em Educação Brasileira) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6598/1/Compromisso%20nacional%20para%20aperfei%20c3%a7oar%20as%20condi%20c3%a7%20c3%b5es%20de%20trabalho%20na%20cana-de-a%20c3%a7%20c3%b5es%20implantadas%20para%20qualificar%20o%20trabalhador%20do%20setor%20canavieiro%20em%20Alagoas.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro. Zahar editores, 1982.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SILVA, Jorge Alexandre da. **Basta qualificar? O Pronatec como Estratégia de inclusão produtiva do plano Brasil Sem Miséria.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio Grande do Sul, 2014.

SILVA, Laís Ribeiro. **O BNDES e a sustentação do setor sucroenergético no Brasil: implicações territoriais no contexto neoliberal e de financeirização.** (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Uberlândia, 2017.

SILVA, Lucas Vasconcelos. **Investir em educação aumenta a riqueza de um país?** Nobel de Economia responde. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/investir-em-educacao-aumenta-riqueza-de-um-pais-nobel-de-economia-responde.html>>. Acesso em: 01 de nov. 2021.

SILVA, Sandra Regina Paz da. **A “nova” política pública de qualificação profissional do Brasil - contribuições para uma análise crítica do PLANFOR e do PNQ.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, 2011.

SILVA, Tales Antônio da. **Políticas públicas: descrição de Programas de Qualificação Profissional dos trabalhadores rurais da Usina Miriri em Mamanguape/PB.** João Pessoa, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/25239/1/TAS24102022.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TAMBOARA. **Informações e dados sobre a Usina Agrocana**. Tamboara, 2018 e 2019.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SINASEFE. **Carta do SINASEFE**: repúdio ao Pronatec. Brasília, 27 de abril de 2014.

SISTEMA OCEPAR. NOVA PRODUTIVA: **Cooperativa implanta programa de gestão de eficiência e economia**, Curitiba, 2019. Disponível em:<  
<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/125610-nova-produtiva-cooperativa-implanta-programa-de-gestao-de-eficiencia-e-economia>>. Acesso em: 25 abril 2021.

SOUZA, Antônio Ricardo de. Políticas públicas, Políticas de Formação Profissional e de Emprego e Renda no Brasil: uma agenda pública de debates. **Revista de Estudos Sociais**. n. 7 2002. Disponível em:<  
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/download/181/171/172>>. Acesso em: maio 2021.

SOUZA, Elvanio Costa de. Agroindústria canavieira e crescimento econômico local. **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.47 no.3 Brasília Jul./Set. 2009. Disponível em:<  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032009000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000300002)>. Acesso em: fev. 2020.

SOUZA, Marcos. Antônio. **Desdobramentos da territorialização do setor sucroenergético no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <  
<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000213995>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SOUZA, José dos Santos. **A qualificação do trabalhador no contexto da construção de nova regularidade para a produção social da vida material no capitalismo contemporâneo**. In: TUMOLO, Roberto; BATISTA, Roberto Leme. (Org.) Trabalho, Economia e Educação: perspectivas do capitalismo global. Maringá: Praxis; Mansoni, 2008.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **A Evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel: Edunioeste, 1998.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis *et al.* Impactos das transformações institucionais e do progresso técnico sobre os fornecedores de cana do Estado do Paraná. **Rev. Ciências Empresariais** da UNIPAR, Toledo, v.6, n.1, 2005. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/empresarial/article/viewFile/300/271>. Acesso em: fev. 2021.

SHIKIDA, P. F. A. SOUZA, Elvanio Costa de. **Agroindústria canavieira e crescimento econômico local**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.47 no.3 Brasília Jul./Set. 2009. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032009000300002](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000300002)>. Acesso em maio. 2020.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O IAA como órgão de planejamento e controle, atuação e redirecionamento. *In*: Simpósio sobre Socioeconomia canavieira, 1978, Jaboticabal. **Anais...** Jaboticabal: FCAV/UNESP, 1978, 153p.

TEIXEIRA, Wilson Antônio. **As Transformações no Espaço Agrário do Paraná, com a Introdução da Indústria Energética Canavieira**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências Exatas, UNESP, Rio Claro, 1988.

TEREOS. **História do Grupo**. Disponível em: <<https://tereos.com/pt-pt/grupo/histoire/>>. Acesso em: ago. 2021

TONIOL, Fernanda Perdigão. **O Capital no Campo e suas Novas Articulações no Município de Terra Rica – PR**. (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2017.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira). **Pegada**, vol. 8, n. 2, 2007. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1636/1567>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

THOMAZ JR., Antonio. **Por trás dos canaviais**: os nós da cana. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2002.

UDOP. União Nacional de Bioenergia. **Mapa das usinas e destilarias do Brasil**. Disponível em: < [https://www.udop.com.br/index.php?item=mapa\\_unidades](https://www.udop.com.br/index.php?item=mapa_unidades)>. Acesso em: 02 ago. 2021.

USAÇÚCAR/USINA SANTA TEREZINHA. **Site traz informações sobre as unidades de produção deste grupo**. Disponível em: < <https://www.usacucar.com.br/unidades.php>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

ÚNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Site traz dados sobre carros a álcool e gasolina comercializados entre 1980 e 1994**. Disponível em:<<https://unicadata.com.br>. Acesso em: 12 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Site traz informações sobre a Biosev**. Disponível em:< <https://unica.com.br/sobre-a-unica/associadas/biosev/>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

USIBAN. Relatório Anual – **Conselho de Administração. Bandeirantes**, 2015. Disponível em:< <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/89082307/doepr-caderno-normal-comercio-02-04-2015-pg-46>>. Acesso em: 26 abril 2021.

VALERIANI, Thales. **Países que mais investem em educação**: veja a situação do Brasil. Disponível em:< <https://querobolsa.com.br/revista/paises-que-mais-investem-em-educacao-veja-a-situacao-do-brasil>>. Acesso em: 26 out.

VENCOVSKY, Vitor Pires. **O setor sucroenergético**: a emergência de um novo período. In: Bernardes, Júlia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARUZZO, Roberta Carvalho (org.). Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 51-65.

VIAN, Carlos E. F; BELIK, Walter. **Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro do centro-sul**. Economia, Niterói, RJ, v.4, n.1, p.153-194, jan./jun., 2003.

WALDOW, Carmem. As políticas educacionais do governo Dilma, a Formação para o trabalho e a questão do Pronatec: reflexões iniciais. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em:< [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1765-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1765-0.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2021.

WIJK, F. AMÂNCIO, J. CAETANO, P. **Estudo qualitativo junto a alunos egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do Pronatec-Brasil Sem Miséria (BSM)**. Pesquisa Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/SAGI, MDS, 2014. Brasília, DF.

ZIPPIA. **Farm Worker Skills for Your Resume and Career**. São Francisco, Califórnia, 2023. Disponível em: [https://www.zippia.com/farm-worker-jobs/skills/?survey\\_step=step12](https://www.zippia.com/farm-worker-jobs/skills/?survey_step=step12). Acesso em: 18 mar. 2023.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada, AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ que faz parte do curso de Pós-Graduação Geografia Doutorado que e é orientada pela professora Maria das Graças de Lima da Universidade Estadual de Maringá.

O objetivo da pesquisa consiste em comparar as políticas agrícolas desenvolvidas para o setor sucroenergético, com as políticas públicas desenvolvidas para a qualificação da população, para assim compreender os impactos socioeconômicos que estão ocorrendo na região. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: responder às questões elencadas no questionário proposto.

Informamos que poderá ocorrer timidez para responder as questões, mas que explicaremos e serão sanadas todas as dúvidas que surgirem. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Esta pesquisa não tem benefícios diretos para os entrevistados, no entanto permitirá compreender os impactos socioeconômicos que estão ocorrendo na região noroeste do Paraná.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta neste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu,....., declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada por Ariana Castilhos dos Santos Toss Sampaio (Doutoranda de Geografia).

\_\_\_\_\_ Data:..... Assinatura ou  
impressão datiloscópica

Eu, Ariana Castilhos dos Santos Toss Sampaio, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data: .....Assinatura do  
pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Ariana Castilhos dos Santos Toss Sampaio Endereço: Rua Urbano Pinhata, Jardim Alvorada 3, Num. 73. (44) 991575220. E-mail: ariana\_marcos@hotmail.com.

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo: COPEP/UEM Universidade Estadual de Maringá. Av. Colombo, 5790. UEM-PPG - sala 4. CEP 87020-900. Maringá - PR. Tel: (44) 3011 - 4444 E-mail: copep@uem.br.

**APÊNDICE B: Questionário Direcionado aos Ex Cortadores de Cana**

	<p align="center"> <b>Universidade Estadual de Maringá - Pós-Graduação em</b>  <b>Geografia PGE- Doutorado</b>  <b>Orientadora: Maria das Graças de Lima</b>  <b>Orientanda: Ariana Castilhos S. T. Sampaio</b> </p>
---	--

**Título da Pesquisa: AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ**

**Questionário estruturado para entrevista realizada com os ex cortadores de cana-de-açúcar**

**Dados pessoais**

**Nome:**

1. Quanto tempo você trabalhou no corte de cana?

---



---

1.1 Por que atualmente você não trabalha mais como cortador de cana-de-açúcar?

---



---



---

2. Atualmente você está trabalhando? Se sim, onde você trabalha?

---



---



---

3. Quando trabalhava na agroindústria canavieira a empresa realizava algum curso de qualificação para os trabalhadores? Se sim, quais cursos?

---



---



---

4. No município onde você mora tem oferta de cursos de qualificação? Se sim, quais?

---

---

---

---

---

4.1 Quais instituições realizam cursos de qualificação gratuito onde você mora?

---

---

---

5. Você já participou de algum destes cursos ofertados?

---

---

---

5.1 O(s) curso(s) de qualificação que você realizou contribui para você conseguir emprego?

---

---

---

6. No município onde reside tem oferta de cursos de qualificação voltados para o trabalhador rural? Se sim, quais?

---

---

---

7. Se você tivesse oportunidade gostaria de continuar trabalhando na área rural?

---

---

**APÊNDICE C - Questionário estruturado para entrevista realizada na Empresa  
de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER**

 <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ</p>	<p align="center"><b>Universidade Estadual de Maringá - Pós-Graduação em Geografia PGE- Doutorado</b></p> <p align="center"><b>Orientadora: Maria das Graças de Lima</b></p> <p align="center"><b>Orientanda: Ariana Castilhos S. T. Sampaio</b></p>
---	--

**Título da Pesquisa: AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS  
POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO  
PARANÁ**

**Questionário estruturado para entrevista realizada na Empresa de Assistência  
Técnica e Extensão Rural- EMATER**

**Dados pessoais**

**Nome:**

**Cargo:**

1. Como é a atuação da Emater na área rural do município?

---



---



---



---

2. Quantas pessoas trabalham atualmente na Emater?

---



---

2.1 O quadro de funcionários tem sido suficiente?

---



---

3. A Emater realiza cursos de qualificação para o trabalhador rural? Se sim, quais?

---



---



---



---

3. 1 Como são realizadas as ações de qualificação pela Emater?

---

---

---

4. A qualificação de trabalhadores realizada pela Emater tem possibilitado a geração de emprego e renda no município?

---

---

---

---

5. A Emater realiza um trabalho de acompanhamento após a realização dos cursos de qualificação?

---

---

---

---

**APÊNDICE D- Questionário estruturado para entrevista realizada Serviço  
Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR**

	<p align="center"><b>Universidade Estadual de Maringá - Pós-Graduação em Geografia PGE- Doutorado</b></p> <p align="center"><b>Orientadora: Maria das Graças de Lima</b></p> <p align="center"><b>Orientanda: Ariana Castilhos S. T. Sampaio</b></p>
---	--

**Título da Pesquisa: AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS  
POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO  
PARANÁ**

**Questionário estruturado para entrevista realizada Serviço Nacional de  
Aprendizagem Rural – SENAR**

**Dados pessoais**

**Nome:**

**Cargo:**

1. Quais cursos de qualificação profissional destinado para o trabalhador rural estão sido ofertados pelo SENAR?

---



---



---



---

1.1 Existem vagas gratuitas com recursos oriundos da política nacional de qualificação destinada para os trabalhadores rurais?

---



---



---



---

2. Como os cursos oferecidos pelo SENAR são divulgados para os produtores rurais?

---



---

---

---

2. 1 Existe uma procura por esses cursos?

---

---

---

3. Já ocorreu alguma ação de qualificação na área rural deste município? Como foi a participação?

---

---

---

---

4. Os cursos de qualificação ofertados têm possibilitado aumento de renda para os proprietários rurais?

---

---

---

---

5. Os cursos de qualificação ofertados têm possibilitado o trabalhador rural a empregabilidade?

---

---

---

---

**APÊNDICE E- Questionário estruturado para entrevista realizada com o Sindicato Rural**

	<p align="center"> <b>Universidade Estadual de Maringá - Pós-Graduação em</b>  <b>Geografia PGE- Doutorado</b>  <b>Orientadora: Maria das Graças de Lima</b>  <b>Orientanda: Ariana Castilhos S. T. Sampaio</b> </p>
---	--

**Título da Pesquisa: AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ**

**Questionário estruturado para entrevista realizada com o Sindicato Rural**

**Dados pessoais**

**Nome:**

**Cargo:**

1. Quais as principais atividades agrícolas desenvolvidas no município?

---



---



---



---

2. Como é a situação atualmente vivida pelos produtores rurais do município?

---



---



---



---

3. Como é o apoio da Sindicato para esses produtores?

---



---



---



---

4. Quantos produtores são filiados ao Sindicato Rural?

---

---

---

---

5. Como o Sindicato se mantém?

---

---

---

---

6. É realizado algum curso de qualificação ofertado pelo Sindicato? Se sim, quais?

---

---

---

---

**APÊNDICE F- Questionário estruturado para entrevista realizada com o Sindicato  
Patronal Rural**

	<p align="center"><b>Universidade Estadual de Maringá - Pós-Graduação em Geografia PGE- Doutorado</b></p> <p align="center"><b>Orientadora: Maria das Graças de Lima</b></p> <p align="center"><b>Orientanda: Ariana Castilhos S. T. Sampaio</b></p>
---	--

**Título da Pesquisa: AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS  
POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO  
PARANÁ**

**Questionário estruturado para entrevista realizada com o Sindicato Patronal  
Rural**

**Dados pessoais**

**Nome:**

**Cargo:**

1. Quais as principais atividades agrícolas desenvolvidas no município?

---



---



---



---

2. Como é a situação atualmente vivida pelos produtores rurais do município?

---



---



---



---

3. Como é o apoio da Sindicato para esses produtores?

---



---



---



---

4. Quantos produtores são filiados ao Sindicato Rural?

---

---

---

---

5. Como o Sindicato se mantém?

---

---

---

---

6. É realizado algum curso de qualificação ofertado pelo Sindicato? Se sim, quais?

---

---

---

---

**APÊNDICE G- Questionário estruturado para entrevista realizada no Sistema Nacional de Emprego – SINE**

	<p align="center"><b>Universidade Estadual de Maringá - Pós-Graduação em Geografia PGE- Doutorado</b></p> <p align="center"><b>Orientadora: Maria das Graças de Lima</b></p> <p align="center"><b>Orientanda: Ariana Castilhos S. T. Sampaio</b></p>
---	--

**Título da Pesquisa: AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ**

**Questionário estruturado para entrevista realizada no Sistema Nacional de Emprego – SINE**

**Dados pessoais**

**Nome:**

**Cargo:**

1. Como as ações do SINE são estruturadas para ofertar cursos de qualificação profissional?

---



---



---

2. Quais cursos de qualificação têm sido ofertados pelo SINE?

---



---



---

2.1 Estes cursos de qualificação têm relação direta com os postos de trabalho ofertados no município?

---



---



---

3. São ofertados cursos de qualificação para o trabalhador rural? Se sim, quais?

---

---

---

3. Ocorre um acompanhamento realizado pelo SINE após a realização do curso de qualificação para inserção do trabalhador no mercado de trabalho?

---

---

---

**APÊNDICE G- Questionário estruturado para entrevista na Secretaria  
Municipal de Assistência Social -SMAS**

	<p align="center">Universidade Estadual de Maringá - Pós-Graduação em Geografia PGE- Doutorado Orientadora: Maria das Graças de Lima Orientanda: Ariana Castilhos S. T. Sampaio</p>
---	---

**Título da Pesquisa: AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS  
POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO  
PARANÁ**

**Questionário estruturado para entrevista na Secretaria Municipal de Assistência  
Social - SMAS**

**Dados pessoais**

**Nome:**

**Cargo:**

1. Como são desenvolvidas as ações de geração de trabalho e renda pela SMAS?

---



---



---

2. Qual a origem dos recursos financiadores das ações desenvolvidas?

---



---



---

3. A Secretaria possui estrutura física (salas adequadas) para colocar em prática as  
ações de qualificação?

---



---



---

4. Como são desenvolvidas as ações de qualificação pela rede de proteção básica do município?

---

---

---

5. Quais cursos de qualificação têm sido ofertados pela SMAS?

---

---

---

6. Qual o critério para escolha desses cursos de qualificação?

---

---

---

6.1 Os cursos de qualificação realizados têm relação direta com os postos de trabalho ofertados no município?

---

---

---

7. Os jovens atendidos com os cursos de qualificação são inseridos no mercado de trabalho?

---

---

---

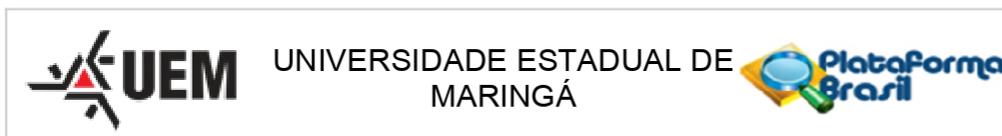
8. A Secretaria oferece algum curso direcionado para os trabalhadores das áreas rurais do município? Se sim, quais?

---

---

---

## ANEXO A – Aprovação comitê de ética – COPEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** UM COMPARATIVO ENTRE AS POLÍTICAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO E AS POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO EM MUNICÍPIOS DO NOROESTE DO PARANÁ

**Pesquisador:** MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 71725323.5.0000.0104

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Maringá

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

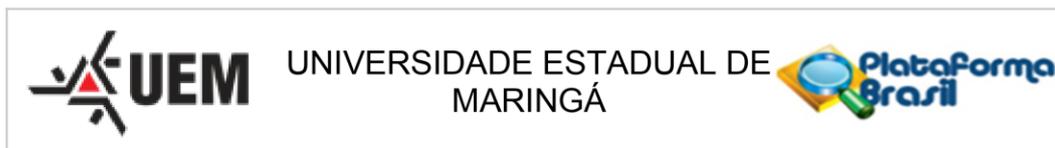
**Número do Parecer:** 6.335.994

#### Apresentação do Projeto:

Neste momento, o protocolo em tela está respondendo às pendências apontada no Parecer CEP n. 6.262.656, emitido em 25/08/2023.

A expansão da cultura canavieira no Brasil ocorreu por meio de incentivos do Estado mediante a realização de políticas agrícolas como o Programa Nacional do Alcool- PROÁLCOOL, alavancando e expandindo as suas fronteiras. Atualmente, o Brasil é o maior produtor e exportador de açúcar do mundo. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, em 2017, o país produziu 39 milhões de toneladas, contabilizando um dos maiores faturamentos do campo de R\$ 52 bilhões de reais. Este aumento na produção decorre do processo de mecanização da cana-de-açúcar que, hoje em dia, perpassa o plantio até a colheita alavancando o agronegócio brasileiro. Desde 2008, na região Noroeste do Paraná, o caso da Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana - COOPCANA vem adquirindo máquinas que substituíram e desempregaram cerca de 2.450 cortadores de cana-de-açúcar. Desta forma, este trabalho justifica-se pela necessidade de relatar que o Estado através de suas políticas agrícolas, com ênfase no programa PROÁLCOOL foi instalado e redirecionado para atender as necessidades do setor canavieiro e trouxe impactos ambientais e sociais irreversíveis para a população da região Noroeste do Paraná, enquanto as políticas de qualificação da população têm sido consideradas apenas políticas compensatórias não resolvendo os impactos oriundos da modernização. Para

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 6.335.994

obter os resultados, realizaremos pesquisas bibliográficas sobre o assunto em livros, artigos, teses, dissertações, sites institucionais entre outros e também faremos entrevistas semiestruturadas com gestores de órgãos responsáveis pela qualificação dos trabalhadores nos municípios de Tamboara, Paranavaí e Paraíso do Norte. Também

faremos entrevistas com os cortadores de cana-de-açúcar que ficaram desempregados após a implantação das máquinas, visando analisar e identificar estes impactos que vem ocorrendo.

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo geral desta tese consiste em comparar as políticas agrícolas desenvolvidas para o setor sucroenergético com as políticas públicas realizadas para a qualificação da população, para, assim, compreender os impactos socioeconômicos ocorridos na região noroeste do Paraná.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão sujeitos os participantes da pesquisa serão suplantados pelos benefícios apontados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Além do campo teórico de investigação, realizaremos como procedimentos técnicos utilizados na geografia humana o levantamento de campo para obtermos informações de um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado (GIL, 2008), em que faremos entrevistas contendo questões semiestruturadas (LIMA, 2011) com ex-cortadores (as) de cana-de-açúcar moradores dos municípios de atuação da Coopcana: Paranavaí, Tamboara e Paraíso do Norte. Serão entrevistados 39 laboriosos sendo eles 13 moradores do município de Paranavaí, 13 de Paraíso do Norte e 13 de Tamboara. Esses trabalhadores serão selecionados pela metodologia de amostragem por acessibilidade ou por conveniência.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresenta Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada pelo responsável institucional. O cronograma de execução é compatível com a proposta enviada. Descreve gastos sob a responsabilidade do pesquisador. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contempla as garantias mínimas preconizadas. Apresenta as autorizações necessárias. Para a presente análise foi anexado o documento "RESPOSTA.pdf"

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

De acordo com a Carta Resposta apresentada pelo pesquisador e conferência dos respectivos

<b>Endereço:</b> Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4	
<b>Bairro:</b> Jardim Universitário	<b>CEP:</b> 87.020-900
<b>UF:</b> PR	<b>Município:</b> MARINGÁ
<b>Telefone:</b> (44)3011-4597	<b>Fax:</b> (44)3011-4444
	<b>E-mail:</b> copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 6.335.994

documentos alterados:

Pendência 1: Com relação ao TCLE

1.1 - Descrever de maneira concisa e linguagem acessiva o que é o CEP/COPEP e sua atribuição. EX: "O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), é formado por um grupo de pessoas que tem por função garantir o respeito à dignidade humana e a proteção devida aos participantes de pesquisa."

1.2 - Para garantir a integridade do documento, recomenda-se que as páginas de assinaturas estejam na mesma folha" e/ou que as páginas devem ser numeradas de forma subsequente (exemplo: 1 de 3; 2 de 3,...).

1.3 - Na metodologia proposta e no TCLE foi informado sobre a forma de participação: "Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: responder às questões elencadas no questionário proposto." No entanto, foi anexado ao protocolo um TermodAutorizacaodeUsodelImagem.pdf, sobre o qual não se encontrou nenhuma referência no formulário eletrônico da PB ou no PROJETOCOMPLETO.pdf. Solicita-se esclarecimentos acerca de sua utilização durante o desenvolvimento da pesquisa. Caso seja utilizado em alguma das etapas de coleta de dados, a gravação de imagem deverá estar registrada, também, no TCLE e na metodologia proposta nos dois documentos referentes ao projeto citados aqui nesta pendência.

RESPOSTA: Em relação à pendência 1.1, as recomendações relativas ao TCLE foram acatadas, conforme novo modelo em anexo (Anexo 1). As alterações efetuadas no texto do TCLE encontram-se destacados em negrito. Em relação à pendência 1.2, as páginas foram numeradas de forma subsequente 1 de 2, 2 de 2 e estão em negrito. Em relação à pendência 1.3, não iremos utilizar o TermodAutorizacaodeUsodelImagem.pdf durante o desenvolvimento da pesquisa, pois não será necessário fazer a gravação de imagem dos entrevistados.

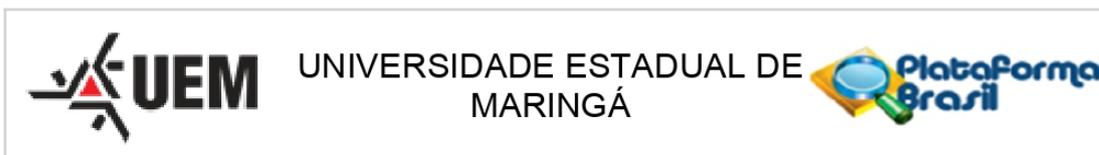
ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA INTEGRALMENTE

Pendência 2: Com relação ao cronograma

2.1 - O cronograma apresentado no formulário eletrônico da PB contém apenas duas etapas do processo de desenvolvimento da pesquisa, diferindo do cronograma apresentado no PROJETOCOMPLETO.pdf e do Cronograma.pdf. Solicita-se a correção do cronograma no formulário eletrônico da PB, com relação às etapas, a partir da coleta de dados até a defesa da tese.

2.2 – A data prevista no cronograma para início da coleta de dados é o dia 04/09/23. Considerando a pendência do presente protocolo, solicita-se a alteração da referida data, levando em conta o tempo necessário para a resposta às pendências e nova apreciação do COPEP. Lembra-

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 6.335.994

se que a próxima reunião será realizada em 15/09/23, com data limite de submissão das respostas até 05/09/23. 2.3 – No arquivo Cronograma.pdf encontra-se a seguinte observação: “A pesquisa de campo para conclusão do trabalho será realizada após liberação do comitê de ética entre os meses de agosto e dezembro de 2023”. No mesmo cronograma, a entrega da tese também está prevista para o mês de dezembro e o relatório final para o COPEP tem data fixada em 08/01/24. Solicita-se esclarecimentos a respeito das datas apresentadas e sua readequação, já que os prazos apresentados seriam incompatíveis com o tempo necessário para o desenvolvimento de tais etapas. Também não se encontra descrita a etapa de análise dos dados.

RESPOSTA: Em resposta à pendência 2.1, realizamos a correção do cronograma no formulário eletrônico da PB inserindo todas as etapas da pesquisa, até a entrega da tese e envio do relatório final ao COPEP. Em relação à pendência 2.2, foram alteradas as datas levando em conta o tempo necessário para a resposta às pendências e nova apreciação do COPEP. A nova data prevista para início de coleta de dados será 20/10/2023 até 20/11/2023. Em relação à pendência 2.3, a pesquisa de campo será realizada nos meses de outubro e novembro e os meses de dezembro e janeiro serão para análise dos dados, e início de fevereiro finalização da redação. A entrega da tese será realizada no dia 12/02/2024 e o relatório final para o COPEP será realizado no dia 19/02/2024.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA INTEGRALMENTE

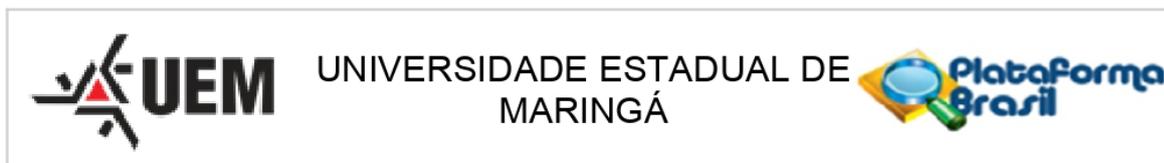
Considerando o atendimento integral das pendências, à luz dos preceitos éticos, da legislação vigente e informações constantes nos arquivos anexados, o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá se manifesta pela aprovação do projeto de pesquisa em tela. Reitera-se a necessidade de apresentação de relatório final no prazo de 30 dias após o término do projeto.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1822908.pdf	28/08/2023 17:27:26		Aceito

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 6.335.994

Outros	RESPOSTA.pdf	28/08/2023 17:25:42	ARIANA CASTILHOS DOS SANTOS TOSS SAMPAIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO1TermoDeConsentimentoLivreEsclarecido.pdf	28/08/2023 17:14:26	ARIANA CASTILHOS DOS SANTOS TOSS SAMPAIO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	28/08/2023 17:10:14	ARIANA CASTILHOS DOS SANTOS TOSS SAMPAIO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.pdf	28/08/2023 17:08:58	ARIANA CASTILHOS DOS SANTOS TOSS SAMPAIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	JustificativaDeAusenciadeAutorizacao.pdf	26/07/2023 17:28:14	ARIANA CASTILHOS DOS SANTOS TOSS SAMPAIO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	26/07/2023 15:29:58	MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA	Aceito
Brochura Pesquisa	Questionarios.pdf	25/07/2023 22:05:02	MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MARINGÁ, 30 de Setembro de 2023

---

**Assinado por:**  
**Maria Emília Grassi Busto Miguel**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br